

MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETÁRIA ESPECIAL DA CULTURA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Paulo Knauss - MHN/Ibram

MEMBROS

Carlos Ziler Camenietzki - UFRJ

Denise Portugal Lasmar - Museu do Índio

Guilherme Paulo Pereira das Neves - UFRJ

Lorelay Brilhante Kury - UERJ/IOC Fiocruz

Margarida de Souza Neves - PUC-RJ

Maria Beatriz Borba Florenzano - USP

Maria de Lourdes Pereira Horta (UCP)

Roberto Conduru - UERJ

Ulpiano T. B. de Meneses - USP

Afonso Carlos Marques dos Santos - UFRJ (*in memoriam*)

Manoel Salgado Lima Guimarães - UFRJ/UERJ (*in memoriam*)

ANAIS DO
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

HISTÓRIA, MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Rio de Janeiro, vol. 53, p. 1-233, 2020

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro

SECRETÁRIO ESPECIAL DA CULTURA
Mário Frias

VICE-PRESIDENTE
Antônio Hamilton Martins Mourão

PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
Pedro Machado Mastrobuono

MINISTRO DO TURISMO
Gilson Machado Neto

DIRETORA DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
Vania Drummond Bonelli
(Interina)

EDITORES

Aline Montenegro Magalhães
Álvaro Marins
Rafael Zamorano Bezerra
Maria Isabel Ribeiro Lenzi

REVISÃO E COPIDESQUE
Equipe editorial dos Anais do MHN

DIGRAMAÇÃO

Equipe editorial dos Anais do MHN

EDITOR CONVIDADO

Angela Telles (RGPL e UNESA)

Parceristas dos Anais do MHN

Adler Homero Fonseca de Castro (Iphan), Ana Maria Mauad (UFF), Andrea Casa Nova (UFRJ),
Andrea Roca (University of British Columbia – UBC), Angela Guedes (Ibram), Angela Telles (Unesa),
Antonio Motta (UFPE), Antonio Trigueiros (Sociedade de Geografia de Lisboa), Carina Martins Costa (UERJ), Ceça
Guimaraens (UFRJ), Christiano Britto (UFF), Clóvis Carvalho Britto (UNB), Fernanda Castro (MHN/Ibram),
Francisco Regis Lopes Ramos (UFC), Inês Cordeiro Gouveia (IEB/USP), Ivan Coelho de Sá (UniRio), Jean Baptista
(UFG), José Neves Bittencourt (Iphan), Letícia Julião (UFMG), Manuelina Duarte Cândido (UFG e Universidade de
Liège), Maraliz Christo (UFJF), Márcia Chuva (UniRio), Marcus Granato (Mast), Margarida Magalhães (AMPLOS),
Maria do Carmo T. Rainho (Arquivo Nacional), Maria Isabel Ribeiro Lenzi (MHN/Ibram), Maria Margaret Lopes
(Unicamp), Marici Magalhães (Bacen), Mário Chagas (UniRio, Museu da República/ Ibram), Paulo Knauss (UFF),
Pedro Paulo Funari (USP), Sônia Gomes Pereira (UFRJ), Vera Dodebei (UniRio)

Indexado em: Latindex – Sistema regional de informação em linha para revistas científicas de América Latina, el
Caribe, España y Portugal.

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo
necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional.

É permitida sua reprodução, desde que citada a fonte e para fins não comerciais

CAPA: CAMPOS GERAIS/WASHINGTON DIAS LESSA

M986

Catálogo na fonte: Biblioteca do Museu Histórico Nacional
Museu Histórico Nacional (Brasil)
Anais do Museu Histórico Nacional – vol. 1 (1940) –
Rio de Janeiro: O Museu, 1940 –

Semestral.

Suspensa a partir do volume 26 (1975). Reiniciado em 1995 com o volume 27.

Publicada digitalmente a partir do volume 50. Semestral a partir do v.52.

ISSN 2674-7022 (online)

ISSN 1413-1803 (impresso até o v. 49)

1. Museus. 2. História do café. 3. Vale do Paraíba, RJ 4. Rio de Janeiro.

5. Pintura histórica. 6. Inconfidência mineira 7. Museologia. 8. Título

CDD 069.0981

Sumário

EDITORIAL	6
APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DO RIO PARA O MUNDO: NA ROTA DO CAFÉ (COM ESCALA NO REAL GABINETE)	
<i>ANGELA TELLES</i>	7
RIO DE JANEIRO: SEDE DA CORTE E DOS PRIMEIROS CAFEZAIS	
<i>HUMBERTO FERNANDES MACHADO</i>	12
PORTUGUESES NO TRÁFICO ILEGAL DE ESCRAVIZADOS PARA O BRASIL: OS CASOS DE MANOEL PINTO DA FONSECA E JOSÉ BERNARDINO DE SÁ	
<i>JOÃO MARCOS MESQUITA</i>	23
DO RIO PARA O MUNDO NA ROTA DO CAFÉ: AS EXPOSIÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE CAFÉ ORGANIZADAS PELO CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO NA DÉCADA DE 1880	
<i>ANGELA MARIA CUNHA DA MOTTA TELLES</i>	44
VISTAS DAS FAZENDAS DE CAFÉ ENCOMENDADAS AO PINTOR FACCHINETTI E UTILIZADAS COMO PROPAGANDA NAS EXPOSIÇÕES DO PRODUTO	
<i>MARIA PACE CHIAVARI</i>	77
NOTÍCIAS DE UMA FAZENDA DE CAFÉ: A FAZENDA LORDELLO E A MARQUESA DE PARANÁ	
<i>ANA PESSOA</i>	97
ENTRE PALMEIRAS E PINCÉIS: ZEFERINA CARNEIRO LEÃO E A FAZENDA LORDELLO	
<i>ANA LUCIA VIEIRA DOS SANTOS</i>	120
A CRISE DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA NO FINAL SÉCULO XIX E OS CONGRESSOS AGRÍCOLAS (1878)	
<i>OTTO REUTER LIMA</i>	140

ARTIGOS.....	174
INCONFIDÊNCIA MINEIRA EM TRÊS TEMPOS EM MUSEUS BRASILEIROS	
<i>LETÍCIA JULIÃO E CARMEM SILVIA LEMOS</i>	175
PINTURAS DE HISTÓRIA COMO DISCURSO DIPLOMÁTICO: UMA NARRATIVA VISUAL DA HISTÓRIA DO BRASIL NO ITAMARATY	
<i>GUILHERME FRAZÃO CONDURU</i>	191
SENTIDOS DA FORMAÇÃO EM MUSEOLOGIA: O CURSO DE INTRODUÇÃO À MUSEOLOGIA DE MARIA BARRETO NO MUSEU NACIONAL DA UNIVERSIDADE DO BRASIL	
<i>ANNA PAULA DA SILVA</i>	220

Editorial

Em um ano absolutamente atípico devido à pandemia da COVID-19, é motivo de celebração colocarmos na plataforma OJS o volume 53 dos Anais do Museu Histórico Nacional. Apesar das dificuldades que tal situação nos impôs, mantivemos rigorosamente a semestralidade de nossa publicação.

Para a edição deste volume, contamos com a preciosa colaboração da Prof^a. Angela Telles, que organizou um dossiê abordando vários aspectos ligados à produção e à exportação de café durante o século XIX no Brasil, inclusive as exposições que foram organizadas no exterior para a promoção daquele produto. Neste dossiê foram abordadas ainda a questão da mão de obra escravizada, a estrutura do sistema capitalista que possibilitava a inserção e a circulação do produto nos mercados internacionais e o protagonismo de mulheres fazendeiras que figuraram com destaque na economia cafeeira brasileira.

Chamamos a atenção também para os demais textos publicados neste volume por tratarem por três perspectivas diferentes o tema das narrativas no campo museológico.

O primeiro, “Inconfidência Mineira em três tempos em museus brasileiros”, das professoras Letícia Julião e Carmem Silvia Lemos, aborda um fato histórico e compara três narrativas expográficas acerca dele. O estudo comparativo procura demonstrar que variadas motivações implicam a criação de variados sentidos apresentados nas exposições que as autoras põem em tela.

Na mesma vertente, o artigo “Pinturas de história como discurso diplomático: uma narrativa visual da História do Brasil no Itamaraty”, do historiador e diplomata Guilherme Frazão Conduru, recria a trajetória curatorial de um dos mais renomados nomes da diplomacia brasileira, o barão do Rio Branco. O texto do historiador trata a maneira pela qual o barão, através de aquisição e exposição de pinturas históricas, criou um discurso pictórico que embasasse sua atuação à frente do seu ministério.

Já o artigo “Sentidos da formação em Museologia: o Curso de Introdução à Museologia de Maria Barreto no Museu Nacional da Universidade do Brasil”, da Prof^a. Anna Paula da Silva, propõe outras narrativas historiográficas para a formação da área museológica brasileira.

Os editores

Apresentação do dossiê Do Rio para o mundo: na rota do café (com escala no Real Gabinete)

Angela Telles^{*}

^{*}Doutora em História. Diretora da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, integrante do polo de pesquisa sobre relações luso-brasileiras e professora auxiliar da Universidade Estácio de Sá nos cursos de História e Relações Internacionais. Email: angela_telles@yahoo.com.br.

No intuito de realizar um encontro de pesquisadores interessados na história do café no Segundo Reinado, o Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras (PPLB), vinculado ao Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura, promoveu nos dias 12 e 13 de setembro de 2019, o seminário Do Rio para o mundo: na rota do café (com escala no Real Gabinete).

O Real Gabinete Português de Leitura conserva importante acervo documental relativo às exposições nacionais e internacionais de café organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio (1881-1884), sediado no Rio de Janeiro. O centro era uma associação não-governamental, considerada o principal elo entre os cafeicultores brasileiros e os consumidores internacionais. Tal acervo pode ser explicado pelo fato de os comerciantes portugueses Eduardo Lemos e Joaquim Ramalho Ortigão terem sido membros fundadores do Centro da Lavoura e Comércio e, ao mesmo tempo, presidentes do Real Gabinete Português de Leitura. Ambos foram, também, responsáveis pela construção do atual prédio desta biblioteca, cujo teto traz em relevo ramos de café. Dentre as obras relativas à história do café no Brasil cabe destacar os *Relatórios da primeira e segunda exposição de café* (1881-1882), publicados pelo referido centro, bem como o *Catálogo da Exposição de Amsterdã* (1883), de autoria de Eduardo Lemos, e que serviu de modelo para Paranhos Júnior, futuro Barão do Rio Branco, quando da exposição de café, em São Petersburgo.

Importante apontar que no final do século XIX foi dado um grande impulso no campo do comércio internacional. Tratados e convenções bilaterais passaram a ser firmados além de serem padronizadas as regras de intercâmbio diplomático e econômico. O Centro da Lavoura e Comércio, a convite do governo imperial, apresentou propostas econômicas que foram aceitas e implementadas. Além disso, percebia-se como eram fundamentais as exposições internacionais e as bolsas de café. Sabe-se que os EUA eram o maior importador de café do Brasil, tendo sido criada, em 1882, a bolsa de café em Nova Iorque. Como pode-se observar no *Catálogo da Exposição de Amsterdã*, organizado por Eduardo Lemos, “Decidiu-se, em princípio, somente se ocupar dos cafés chamados ‘Rio’, e abriram-se as operações afixando dois boletins recebidos do Rio de Janeiro por cabo, indicando a situação no mercado da capital brasileira”.¹

O período era de remodelação do sistema capitalista mundial entre 1873 a 1896, considerado uma reviravolta decisiva da economia mundial. Discutia-se, naquele momento no Brasil, a substituição da mão de obra escravizada, ao mesmo tempo em que os grandes produtores do Vale do Paraíba no Rio investiam em maquinário sofisticado para o beneficiamento do café. Vivia-se sobre o impacto das transformações produzidas pela segunda revolução industrial. Um mundo que passou a ser movido a vapor. Um mundo mais interconectado através de cabos submarinos, que possibilitaram a criação de uma bolsa de café em Nova York, só para negociar o café “Rio”.

A região do Vale do Paraíba fluminense foi suplantada pela produção paulista somente a partir de 1890. Era o café “Rio” que alavancava a economia brasileira no exterior. Sabe-se que cerca de 80% da produção mundial de café no século XIX deveu-se ao Brasil.

Pode-se observar que os trabalhos apresentados no seminário Do Rio para o Mundo: na rota do café (com escala no Real Gabinete) revelaram uma história do café encoberta e esquecida por grande parte da historiografia nos últimos setenta anos. Apesar da relevância das exposições de café para a compreensão da política comercial do país no final do império, não há estudos sobre essas mostras, nem seus autores. Percebe-se que a historiografia sobre o assunto, depois da obra clássica de Taunay (*A História do Café no Brasil*, 1939), silenciou-se. Salvo a historiografia diplomática que, preocupada com a memória de Rio Branco, focaliza a exposição de café do Brasil na Rússia,. Destaca-se na historiografia diplomática: a *Biografia de Rio Branco* (1945), de Álvaro Lins; o trabalho de S. Topick, publicado em *Rio Branco: a América do Sul e a modernização do Brasil* (2002), organizado por Carlos Henrique Cardim e João Almino; e a documentação da exposição de São Petersburgo do próprio Barão do Rio Branco, conservada no Arquivo Histórico do Itamaraty, divulgada nos *Cadernos do CHDD* (2012).

Breve comentário sobre os artigos derivados dos trabalhos apresentados no seminário

Importante observar que os trabalhos de Humberto Fernandes Machado (UFF), “Rio de Janeiro: sede da Corte e dos primeiros cafezais”, e de João Marcos Mesquita (UFF), “Negócios oitocentistas: Manoel Pinto da Fonseca e o enriquecimento no Rio de Janeiro (1835-1850)”, abordam as primeiras décadas do império brasileiro, em que o café estava começando a se expandir no Vale do Paraíba fluminense, onde a mão de

obra escravizada sofreu um aumento em sua demanda. Os demais trabalhos irão focalizar a última década do império, momento em que se discutia a crise mundial que impactava a economia cafeeira e a substituição da mão de obra escravizada. Foi o momento das exposições internacionais de café, organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio, que propiciaram a divulgação do produto mundo afora, vinculando definitivamente o nome do café ao país.

No artigo “Do Rio para o mundo: as exposições de café organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio na década de 1880” pode-se verificar que os documentos disponíveis relativos à história do café no Brasil Imperial, conservados no acervo do Real Gabinete, forneceram pistas que auxiliaram na compreensão do papel de comerciantes e financistas na condução da política imperial relacionada à economia cafeeira em um momento de grande reviravolta na economia mundial. Lemos e Ortigão fizeram parte de um grupo de empresários do café sediados no Rio, que tiveram um papel relevante na organização e realização das mostras nacionais e internacionais de café do Brasil, bem como na condução da política referente ao comércio exterior no final do império, que tinha como mola propulsora o café. Verificou-se também que o café “Rio” foi o mais valorizado internacionalmente até o final desse período. Além disso, pode-se observar que várias mulheres eram administradoras de fazendas, produzindo café de alta qualidade, participando das exposições nacionais e internacionais do Brasil. Sabe-se que o porto do Rio de Janeiro até o final do império era o de maior movimentação comercial do Brasil, por onde se escoava o grosso das exportações de café. Partia do Rio de Janeiro a rota das exposições internacionais de café (1881-1884) organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio.

Maria Pace Chiavari (UFRJ), no trabalho “Vistas das de fazendas de café encomendadas ao pintor Facchinetti para as exposições de propaganda do produto”, focaliza as pinturas das fazendas de café realizadas pelo artista ítalo brasileiro Nicolò Facchinetti (1824-1900), que respondiam ao propósito de resgatar a sofisticação no uso da linguagem adotada pelos organizadores das exposições nacionais e internacionais na promoção do seu produto. Segundo Maria Pace, a partir da forma de divulgação, é possível evidenciar o espírito empreendedor e a nova lógica que regula o sistema de tal produção agrícola, indícios do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro no final do século XIX e de seu ingresso na modernidade.

Em “A fazenda do Lordello e a aristocracia cafeeira: a marquesa do Paraná”, Ana Pessoa (FCRB) comenta, por meio de cartas e depoimentos, a trajetória da austera

Maria Henriqueta Carneiro Leão (1809-1887), a marquesa do Paraná, e sua atuação como administradora de uma grande propriedade de café, a fazenda do Lordello, em Sapucaia, Rio de Janeiro.

No artigo “Entre os mundos da fazenda e da Corte: trajetória da baronesa de Paraná”, Ana Lucia Vieira dos Santos (UFF) analisa o papel de Zeferina Carneiro Leão, baronesa de Paraná. Zeferina esteve ligada durante toda a sua vida ao mundo rural do cultivo de café, seja na fazenda Cortiço, onde nasceu, seja na fazenda Lordello, de propriedade dos marqueses de Paraná, herdada por seu marido. Por outro lado, teve participação ativa na vida da Corte, no Rio de Janeiro. A baronesa de Paraná atuou também em obras sociais, tendo sido uma das financiadoras dos cursos femininos implantados no Liceu de Artes e Ofícios. Atuou ainda na promoção de jovens artistas e de eventos de artes plásticas, participando, com aquarelas e trabalhos manuais, de exposições destinadas à difusão do café brasileiro.

Otto Reuter Lima (UFF), em “O Congresso Agrícola (1878) e a crise do capitalismo mundial (1873-1896)”, enfoca temas discutidos no Congresso Agrícola de 1878, como a substituição da mão de obra escravizada, o crédito agrícola, uma reforma tributária, a criação de um banco nacional para a agricultura e “o problema dos ingênuos”. Otto salienta que o congresso fez parte dos anseios de uma classe agrícola brasileira que enfrentava momentos de dificuldades ocasionados pelo processo de fim da escravidão e por uma crise do sistema capitalista global. Nas palavras de Otto Lima, o centro capitalista global, até então latino-americano, foi transferido, no final do século XIX, para o sudeste asiático devido a fluxos e refluxos globais, não só do capital, mas também de mão de obra.

¹ LEMOS, Eduardo. *Catálogo da Exposição de Amsterdã*, 1883.

Rio de Janeiro: sede da Corte e dos primeiros cafezais

Humberto Fernandes Machado*

Recebido em: 02/07/2020

Aprovado em: 26/10/2020

Resumo

O Vale do Paraíba fluminense constituiu-se, a partir da década de 1820, em um grande centro cafeicultor. As primeiras plantações se desenvolveram no final do século XVIII nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, uma cultura de quintais e chácaras em lugares que hoje formam o perímetro urbano e suburbano do Rio, se expandindo para as serras da Tijuca e da Gávea, em direção aos atuais bairros de Jacarepaguá e Campo Grande. Nesse período, vários viajantes percorreram as áreas próximas à cidade, agora sem o rigor do sistema colonial em função da vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. Os seus depoimentos e narrativas corroboram a relevância da lavoura cafeeira, já nesse início do século XIX, quando a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o polo irradiador da cafeicultura para o Vale do Paraíba, como pode ser atestado, também, pelos anúncios dos jornais sobre a venda de terras destinadas à produção de café.

Palavras-chave

Cafeicultura; Rio de Janeiro; origens da produção cafeeira

Abstract

The Paraíba Valley of Rio de Janeiro was, from the 1820s onwards, a major coffee center. The first plantations were developed at the end of the 18th century in the outskirts of the city of Rio de Janeiro. At first, a culture of backyards and farms in places that today form the urban and suburban perimeter of Rio, expanding to the mountains of Tijuca and Gávea, towards the current neighbourhoods of Jacarepaguá and Campo Grande. During this period, several travelers wandered through areas close to the city, now without the rigor of the colonial system due to the arrival of the Portuguese royal family in Brazil, in 1808. Their testimonies and narratives corroborate the relevance of coffee plantation, already at the beginning of the nineteenth century, when the city of Rio de Janeiro became the epicenter of coffee cultivation in the Paraíba Valley, as can be attested by the newspaper sale advertisements about land destined for coffee production.

Keywords

Cafeiculture; Rio de Janeiro; sources of coffee production

*Professor do Programa de Pós-graduação em História da UFF, com doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Publicou inúmeros artigos e livros sobre a crise do escravismo, a imprensa abolicionista e as questões urbanas da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, como: *Palavras e brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*, indicado ao Prêmio Jabuti de 2014, na categoria Comunicação. *Escravos, senhores e café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense. 1860-1888*. Niterói: Cromos, 1993. Email: humbertouff@gmail.com

Rio de Janeiro: sede da Corte e dos primeiros cafezais

As primeiras plantações de café, no Rio de Janeiro, se desenvolveram no final do século XVIII nas cercanias da cidade: no convento dos padres capuchinhos, na Rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga) e nas terras do negociante holandês João Hopman, no arraial do Mata-porcos (bairro do Estácio, nas imediações da Rua Haddock Lobo). Inicialmente, uma cultura de quintais e chácaras em lugares que hoje formam o perímetro urbano e suburbano do Rio, se expandindo para as serras da Tijuca e da Gávea, em direção à região de Jacarepaguá e Campo Grande.¹

A Tijuca, no início do século XIX, era o local onde havia as maiores lavouras. As condições climáticas, favoráveis ao desenvolvimento cafeeiro, e também a fuga dos brejos e pântanos que existiam no centro da cidade, com suas doenças e mosquitos, transformaram a região, conforme depoimento do monsenhor Pizarro: “não há chacara ou fazenda que deixe de cultivar tão precioso gênero (...). Dos lugares mais fartos dessa planta, e melhor cultivados até o ano de 1800, eram superiores o da Tijuca e toda sua circunferência em volta da Gávea para a Lagoa Rodrigo de Freitas”.² O inglês John Luccock, percorrendo o local, em 1813, também mencionou as plantações de café, demonstrando o seu encantamento pelo “cenário majestoso” proporcionado pela natureza e, em especial, pela “famosa cachoeira da Tijuca”.³

O tenente Chamberlain, filho do cônsul inglês Henry Chamberlain, observou, em 1819, que muitos “imigrantes da Europa, franceses na maioria, ali iniciaram consideráveis plantações de café” devido aos atrativos da Tijuca:

(...) enquanto os habitantes do Rio de Janeiro e das planícies circunvizinhas sofrem debaixo do calor opressivo de um sol tropical, lavradores destas montanhas (...) gozam um clima delicioso, temperado por moderadas e refrescantes brisas. As noites são sempre frescas e o solo fértil.⁴

Posteriormente, o americano Daniel Kidder também assinalou que a Tijuca era aprazível, onde

(...) estão localizadas diversas fazendas de café (...). O ar dessas montanhas é frio, puro e revigorante (...). Estando situado tão próximo do Rio de Janeiro, esse local é bastante procurado, principalmente na estação estival que (...) se prolonga de dezembro a fevereiro.⁵

O alemão Friedrich Von Weech frisou, da mesma forma, que a Tijuca “região situada a somente quatro horas da capital” possuía uma “verdadeira floresta virgem (...)

mas, também consideráveis plantações de café, onde o bom solo, a localização elevada da região e as chuvas frequentes, mas não duradouras, lhes agradam particularmente”. Ele esteve em algumas fazendas, entre as quais a do holandês Charles Alexander Van Moke, chamada de Nassau, e da família do francês Louis François Lecesne, falecido em 1823, experimentado cafeicultor que viera de São Domingos, após a revolta de escravizados que culminou com a independência do Haiti, e se estabeleceu numa área, que ele denominou Fazenda São Luís, nas encostas próximas ao atual bairro da Gávea. Descreveu os mecanismos de plantação do café, o tratamento que deve ser dispensado ao produto após a colheita, o beneficiamento e uma “estimativa dos possíveis custos para a instalação de uma plantação de café na província do Rio de Janeiro”.⁶

O comerciante letão, de origem alemã, Ernst Ebel, em 1824, demonstrou imensa satisfação pela realização de seu “maior desejo: conhecer a Tijuca e, de passagem, a melhor plantação de café dos arredores do Rio”. Ficou deslumbrado pelo “esplêndido panorama” da Boavista e, provavelmente, a sua referência era o atual Alto da Boavista, no Maciço da Tijuca. Ao chegar à propriedade do holandês Moke, não poupou elogios à disposição da lavoura, como também às construções vinculadas ao beneficiamento do produto: “uma boa casa assobradada, ao estilo holandês e seus diversos anexos” e com um “espaçoso e excelente terreno, no qual já plantou mais de 100.000 cafeeiros e continua a expandir-se”. Além disso, havia uma lavoura de gêneros que produzia “toda sorte de legumes”, cujo excedente vendia para a cidade, assim como “feijão e mandioca para o sustento dos negros” que, segundo o viajante, recebiam um “bom tratamento do senhor”, comprovado “pela aparência saudável e contente, tal como a numerosa criançada”.⁷

Ebel visitou também a propriedade que tinha pertencido a Lecesne. Relatou que os cafeeiros eram plantados “a oito pés uns dos outros, sempre podados à altura de seis pés”, e assinalou que, no terceiro ano, a árvore já começava a dar frutos, sendo que “no quinto está em plena maturidade (...). Quando bem tratado, um cafeeiro pode viver e produzir até trinta anos”. Elogiou o processo de beneficiamento utilizado por esses pioneiros que buscavam sempre, de acordo com as suas palavras, o aperfeiçoamento da “qualidade do café”.⁸

A produção da região já ocupava as páginas dos jornais da época, valorizando, não só a quantidade, como a qualidade do café. Os periódicos enfatizavam como o local era bastante prazeroso e agradável para a moradia, além da possibilidade do desenvolvimento de outras culturas. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, por exemplo,

noticiava, em 1812, a venda de um sítio no “alto da serra da Tijuca, onde nasce o rio Maracanã, com escravos, casa de vivenda e senzalas, muitas laranjeiras (...) cafés, mandioca, roda e forno, e o mais pertencente ao dito sítio”.⁹ Anos depois, em 1827, percebe-se uma mudança expressiva, quando o *Jornal do Commercio* publicou que estava à venda um “sítio na Tijuca, com boa casa de vivenda, estrebaria, (...) que tem 27.000 pés de café entre grandes e pequenos (...), muito arvoredo de diferentes qualidades (...), plantação de mandioca e mato virgem”.¹⁰ Enquanto, no primeiro anúncio, de 1812, a lavoura do café ficava junto com outros produtos, no segundo, de 1827, ela ocupou um espaço mais expressivo.

Justamente, esse crescimento da produção ensejou a abertura, por exemplo, de um pequeno armazém, “na entrada do caminho da lagoa próximo à praia de Botafogo”, vendendo, conforme o anúncio do *Diário Mercantil*, um café “por atacado de superior qualidade, adverte-se que este café é de primeira mão, vindo da lagoa, Gávea, Tijuca e Grumari”.¹¹ Um papel proeminente enfatizado, já em 1823, pelo *Correio do Rio de Janeiro*, que exaltou esse quadro proporcionado pela expansão da cafeicultura: “Nunca o Brasil esteve tão rico e florescente como hoje; a prova disto é que, no ano passado, exportou-se só do Rio de Janeiro 760.241 arrobas de café, 884.219 arrobas de açúcar, 237.551 couros secos”.¹² Embora, a exportação de açúcar ainda superasse a do café, percebe-se que este produto, ainda nos primórdios de sua cultura, estava em franco desenvolvimento.

Cabe ressaltar que as lavouras de café ocuparam espaços por toda a região, convivendo com outras espécies nessa fase pioneira, e os anúncios dos jornais, vendendo sítios, chácaras e fazendas, atestam essa afirmação. O *Diário do Rio de Janeiro* anunciou, em 1821, a venda de uma “fazenda, sita na Ilha do Governador, com 59 escravos, (...) e de 10 a 12 mil pés de café, muito enxerto de laranjas (...)”.¹³ De maneira semelhante, o mesmo jornal apresentou outra notícia, em 1830, sobre “uma grande chácara (...) fazendo frente para o caminho de Jacarepaguá e para o Andaraí, com um grande cafezal de 20 mil pés de café, grande pomar de laranjeiras seletas e de outras muitas frutas; grande mandiocal e banana (...)”.¹⁴ Copacabana também vivenciou o surto da expansão cafeeira, como registrou o mesmo jornal a respeito de uma “chácara com grande casa de vivenda, (...) com grande laranjal, cafezal, (...) sendo porto do mar, e da Lagoa de Rodrigo de Freitas”.¹⁵

Essa expansão do café atingiu, também, o outro lado da Baía de Guanabara, na Praia Grande (Niterói e São Gonçalo que, à época, faziam parte do mesmo município),

como demonstra os anúncios dos jornais. O *Diário do Rio de Janeiro* destacou um “Leilão que se faz na porta da Alfândega, nos dias 20, 21, 22 de setembro de 1821, de uma chácara sita na Praia Grande, ao pé da Freguesia de São Gonçalo, com boa casa de vivenda (...) e muito cafezal”.¹⁶ Em outro número, o periódico assinalou que “no caminho da Engenhoca, vende-se um sítio com bom cafezal, que dá 60 arrobas de café, além de mil pés plantados neste ano, grande pomar de laranjeiras e (...) muito arvoredo de diferentes espécies, como jambeiros, cajueiros, mangueiras (...)”.¹⁷ Já na fase de franca expansão para o Vale do Paraíba, ainda detectamos anúncios de locais próximos ao litoral, como em Itaipu, (região oceânica de Niterói) “distante de Niterói 3 léguas, vende-se com terras próprias imenso cafezal”.¹⁸

A expansão para São Gonçalo se fez de forma intensa, como na negociação de um sítio na região de “Porto da Bandeira, Freguesia de São Gonçalo, com muitos arvoredos de todas as qualidades, um grande cafezal (...)”.¹⁹ Anos depois, a pujança da produção mereceu um destaque do mesmo periódico quando anunciou a venda em “São Gonçalo, em terras do Engenho Pequeno, distante do porto légua e meia e de Niterói duas léguas (...) com casa de vivenda (...) 5 senzalas, (...) cafezal que dá para mais de 400 arrobas (...) e tem mais de 12.000 pés de café de um ano (...)”. Além da lavoura de café, a fazenda ainda possuía “mandiocas para mais de 300 sacas de farinha, um grande pomar de laranjeiras, (...) e outras frutas”.²⁰

Na direção sul da província, o crescimento da cafeicultura se faz presente como também podemos observar pelos anúncios de negociação com destaque para o produto. O *Jornal do Commercio* noticia a venda de “Uma mui bela fazenda distante de Mangaratiba, meia légua, com ótimo porto de embarque, na beira da estrada de São João Marcos, (...) colhendo 1.500 arrobas de café, (...) e com grande cachoeira para fazer engenhos de açúcar”.²¹ O predomínio da produção de café na região é inegável, como em Angra dos Reis, quando o *Diário do Rio de Janeiro* veicula que uma fazenda

(...) com 300 braças de terras próprias de testada, com grandes sertões em matos virgens, que abundam de madeiras de lei, grandes cachoeiras, e mais de 60 mil pés de cafés, mandiocas, e muitas plantações (...) quem a pretender com 40 escravos, ou sem eles, dirija-se (...) ao capitão Ricardo Pereira de Azevedo Coutinho, na mesma fazenda.²²

Em Muriqui, “a beira mar, entre a vila de Itaguaí, e a de Mangaratiba”, o mesmo jornal divulga a negociação de um sítio com “casa de vivenda, engenho horizontal d’água, cafezal, canavial”.²³ Interessante notar a convivência entre as duas lavouras na região: açúcar e café. Em outro número, o jornal noticia a venda de um “bom sítio”, em

Itaguaí, com “um grande cafezal onde se pode colher de 400 a 500 arrobas, tem suficiente largueza, bastante terra derrubada que ainda não levou planta, muito virgem (...) tem laranjeiras, bananeiras”.²⁴

Igualmente, os cafezais se estenderam pelas terras da baixada da Guanabara, embora convivendo com a produção da cana de açúcar, como pode ser observado pela venda de um sítio na vila de Iguaçu, com “mais de 50 mil pés de café, com um partido de cana, muita mandioca, com fábrica de fazer farinha, uma dita de açúcar”.²⁵ Outra negociação, envolveu uma fazenda, também em Iguaçu, com “150.000 pés de café, com engenho de açúcar e todos os pertences”, que serviu para pagamento dos credores do casal dos falecidos Manuel Francisco de Oliveira e sua mulher”, como anunciado pelo *Diário do Rio de Janeiro*, em 1834.²⁶

De maneira semelhante, o jornal anunciou a venda em Porto das Caixas de “duas datas de terras com 272 braças de frente e perto de três mil braças de fundo, entre Itaboraí e Rio Bonito, com um cafezal completo de 50 mil pés, todos a dar, engenho movido por água para socar café e ralar mandioca”.²⁷ O escoamento da produção, através dos pequenos portos do fundo da Baía, atendia a uma ampla região, como destacado pelo vendedor de uma fazenda em Capivari (hoje Silva Jardim), próxima a Porto das Caixas, “de fácil condução pelo Rio de S. João (...) já dando dez mil pés de café, alguns já dando frutos, e outros próximos a dar, e com todas as proporções para grandes plantações”.²⁸

Percebe-se, portanto, como a expansão da cafeicultura realizou-se de diversas formas e direções antes de atingir o Vale do Paraíba e, claro, num primeiro momento, tornou-se objeto de procura e estudos por viajantes que, aqui, estiveram a partir da abertura dos portos. Muitos percorreram as áreas próximas à cidade do Rio de Janeiro, agora sem o rigor do sistema colonial em função da vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. A sede da Corte era o local que possuía melhores atrativos por ser o centro administrativo e dirigente do império luso. A nova terra proporcionou um campo de estudos para pesquisadores da fauna e da flora, ávidos por novos conhecimentos, além de aventureiros interessados na oportunidade para enriquecimento.

Os alemães Spix e Martius percorreram o Brasil entre 1817 e 1820 e aproveitaram as circunstâncias favoráveis para conhecerem o Rio de Janeiro e seu entorno, descrevendo as plantações de café, produto que “desde poucos anos é que tem sido ativamente cultivado na capitania do Rio”. Salientaram que foram feitas melhorias no plantio e na colheita, que facilitaram a sua maior aceitação no mercado europeu: “o

café do Rio não gozava antes de estima na Europa porque em geral eram apanhados os grãos ainda verdes, e, para limpar os grãos da casca, expunham-nos para apodrecer, o que estragava o bom sabor e dava ao grão um colorido claro, e amolecia-o.” Eles creditaram essa mudança à atuação do francês Louis François Lecesne e aos cuidados desse fazendeiro com o cultivo da sua lavoura, que possuía “sessenta mil pés de café”.²⁹

Spix e Martius, em outra excursão, andaram pela encosta do Corcovado, subindo pelas margens do Rio Carioca, através dos atuais bairros de Laranjeiras e Cosme Velho, indo à propriedade de Henry Chamberlain, onde além de vislumbrarem “o esplêndido panorama da baía e de suas belas ilhas verdes, ao longe”, viram também as plantações de café situadas “nas encostas de um estreito vale”.³⁰ Os dois alemães tiveram também a oportunidade de conhecerem a Fazenda Mandioca, próxima ao Porto de Estrela, em Magé, na província do Rio de Janeiro, pertencente ao embaixador do império russo Von Langsdorf. Ficaram entusiasmados com a fazenda que “é assim chamada por causa da excelente mandioca que cultivava”, mas o produto em que o proprietário tinha “a maior esperança” era a “plantação do cafeeiro, que ele havia logo iniciado”.

Um fato curioso, mencionado pelos alemães, foi o espanto dos vizinhos de Langsdorf em relação ao uso do arado e de uma parelha de bois para “derrubar e limpar o solo das queimadas (...) muitos nunca tinham visto arado; outros não queriam admitir que o solo adquirisse fertilidade com o revolvimento da terra”. Mas, segundo os viajantes, “o empreendimento não deu resultados em virtude do manejo desajeitado dos negros e por falta de bois ensinados para esse fim”.³¹

Alguns anos depois, em 1823, Von Weech da mesma forma visitou a Fazenda Mandioca, destacando que Langsdorf além de buscar sempre o aperfeiçoamento do cultivo e da colheita de café, também se empenhou para formar uma colônia de trabalhadores alemães nas suas terras, mas não obteve sucesso, em virtude de falta de apoio governamental e da frustração dos colonos que almejavam, segundo suas palavras, a obtenção “fácil de riquezas e comodidade”.³² Ernest Ebel igualmente visitou a fazenda de Langsdorf, através de uma viagem em uma embarcação que saiu do Rio de Janeiro, pela manhã, chegando ao fundo da Baía de Guanabara, no Porto de Estrela, na época um movimentado entreposto com a região de Minas Gerais, à tarde. Ebel elogiou as instalações e manteve contato com colonos que trabalhavam na propriedade, “na maior parte suíços-franceses”. Eles dedicavam uma parte do tempo na fazenda e ainda cultivavam um lote que “lhes pertencem contra o pagamento de uma taxa territorial, isto é: a dízima do respectivo rendimento”.³³

Esses depoimentos e narrativas de viajantes corroboram a importância da lavoura cafeeira já nesse início do século XIX. Sendo assim, nada mais natural que a região se tornasse também polo de atração para aqueles que desejavam um enriquecimento nas terras, consideradas ainda inexploradas da América portuguesa, além da busca por vantagens junto ao governo recém-estabelecido no Rio de Janeiro. Por outro lado, a coroa portuguesa, preocupada em aproveitar melhor o território próximo à capital, privilegiou pessoas que possuíam recursos, doando sesmarias e facilitando o estabelecimento de estrangeiros, o que não ocorria, anteriormente, devido às restrições monopolísticas. O padre Perereca relatou como o príncipe D. João, pelo decreto de 25 de novembro de 1808, concedeu a pessoas de outras nacionalidades, que desejassem se estabelecer, “datas de terras por sesmarias, pela mesma forma, com que se concedem aos seus vassalos”.³⁴

Von Leithold, um prussiano, por exemplo, solicitou numa petição a D. João VI “um adiantamento de oito contos de réis”, se comprometendo “a reembolsar num prazo de dez anos parceladamente para com esse dinheiro formar uma fazenda de café”. Ele narrou que visitou uma propriedade próxima ao Corcovado, no Cosme Velho, do general holandês Dirk Van Hogendorp que se exilou no Rio de Janeiro, após a derrota de Napoleão Bonaparte na Batalha de Waterloo. Segundo o depoimento do prussiano, ele vivia isolado na sua chácara, “que fica a duas horas da cidade” e que consistia “numa casa térrea de uma porta” e com um “alpendre, sustentado por quatro colunas de madeira”, além da “plantação de café, que se estendia da casa até o alto das pedras e baixava pela montanha, qual um vinhedo”. De maneira semelhante a outros estrangeiros, que percorreram a região, Von Leithold visitou a Fazenda Mandioca, de Langsdorf, elogiando os seus cuidados com a lavoura e descrevendo os meios para o beneficiamento do café.³⁵

O prussiano não conseguiu o almejado empréstimo e nem terras próximas à Corte, porque, segundo suas observações, “em um raio de seis a oito horas não se encontravam mais terras disponíveis para plantar café, pois, já ingleses e franceses se apoderaram, como em toda parte, do que há de melhor”.³⁶ As suas palavras revelam uma frustração e certo exagero, não correspondendo à realidade. No entanto, não há dúvida que muitas das terras próximas ao centro do Rio de Janeiro já estavam ocupadas por plantações de café nesse início do século XIX, porém inexistia essa exclusividade de franceses e ingleses.

Um dos cafeicultores pioneiros foi o bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas de Castelo Branco, proprietário da fazenda do Capão, que abrangia uma considerável área de parte da zona suburbana do Rio de Janeiro, sendo que a sua sede ficava no atual bairro de Del Castilho. Essas terras pertenceram aos jesuítas e foram confiscadas pela coroa portuguesa, em 1759, por ocasião de sua expulsão. Segundo Freire Allemão, o bispo distribuiu mudas dos cafeeiros para os padres Antonio Couto da Fonseca, proprietário de terras em Mendanha (atualmente parte do bairro de Campo Grande) e Manoel Lopes, fazendeiro em São Gonçalo. O padre Couto possuía terras no Arraial N. Sra. de Campo Alegre, atual Resende, dando início às primeiras plantações no Vale do Paraíba: “Estas sementes tiveram o progresso que hoje sabemos, pois da fazenda do padre Couto se derramaram por todas as de serra acima, onde prosperou espantosamente”.³⁷

Na medida em que aumentou a sua cotação e consumo no mercado internacional, o café tornou-se um dos principais produtos de exportação, como já era previsto por um contemporâneo em 1800, que ressaltava que em volume, naquele ano, a exportação do produto da Província do Rio de Janeiro havia alcançado “55.000 arrobas, e promete ir aumentando, porque sua cultura se vai fazendo quase geral nesta capitania”.³⁸ Pizarro, posteriormente, constatava essa previsão, vislumbrando os lucros decorrentes da expansão da lavoura cafeeira nas terras fluminenses:

No ano de 1817 saíram 317.932 arrobas; no de 1818, 371.345; e no de 1819, apesar da grande seca que houve, 269.574 arrobas, montando em três anos o total de 959.851 arrobas. A proporção do progresso de cultura deste gênero tem a sua colheita no ano de 1820; pois que só de Parati, Ilha Grande, e Mangaratiba tem saído mais de 50.000 arrobas, e de Cantagalo mais de 11.000, excedendo a exportação total do Rio de Janeiro, além de 539.000 arrobas, que vendida cada uma a 6\$000 reis (e por vezes a 7\$000) tem produzido muito grande cabedal, não só a benefício dos que cultivam essa planta abençoada, mas do dízimo a 8 por 100.³⁹

Essa expansão teve como berço natural a cidade do Rio de Janeiro, agora sede da Corte, onde se desenvolveram as primeiras plantações estabelecendo os alicerces para a vasta produção do Vale do Paraíba. Portanto, a cidade tornou-se o núcleo irradiador da cafeicultura. Contudo, não podemos ignorar que as condições geográficas da região, a grande quantidade de terras virgens, o aproveitamento dos recursos originários das minas e do setor de subsistência mercantil e dos antigos caminhos do ouro foram fundamentais na formação dos primeiros cafezais. Esses fatores internos aliaram-se à conjuntura internacional, favorável às exportações agrícolas brasileiras do final do

século XVIII e início do XIX. O mercado externo agiu como o grande impulsionador da estrutura escravista colonial, base da lavoura cafeeira.

Notas

¹ Sobre o início da lavoura cafeeira, ver TAUNAY, Affonso d'E. *História do café no Brasil* (15 vols.). Rio de Janeiro: Depto. Nacional do Café, 1939, vol. II, T. II.

² ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil* (8 vols.). Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822, tomo 7, p. 111. Ver também: LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948, p.130.

³ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* (Tradução de Milton da Silva Rodrigues). Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1975, p. 191.

⁴ CHAMBERLAIN, Tenente da Artilharia Real. *Vistas e costumes da cidade e arredores da cidade do Rio de Janeiro em 1819-1820*(Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes). Rio de Janeiro/São Paulo: Kosmos, 1943, p. 143.

⁵ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do sul do Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo: compreendendo notícias históricas e geográficas do império e das diversas províncias* (Tradução de Moacir N. Vasconcelos). Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1980, p. 148.

⁶ WEECH, Friedrich Von *A agricultura e o comércio no sistema colonial* (Tradução de Débora Bendocchi Alves). São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 48;130-138. Sobre Lecegne, ver FERREZ, Gilberto. *Pioneiros da cultura do café na era da Independência. Louis François Lecegne e seus vizinhos*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Departamento de Imprensa Nacional, 2ª ed., 1978.

⁷ EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824* (Tradução e notas de Joaquim de Souza Leão Filho). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 171-175.

⁸ Idem, p. 177.

⁹ 21 de novembro de 1812.

¹⁰ 20 de outubro de 1827.

¹¹ 28 de setembro de 1827.

¹² 22 de outubro de 1823.

¹³ 6 de agosto de 1821.

¹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de março de 1830.

¹⁵ Idem, 5 de maio de 1838.

¹⁶ 20 de setembro de 1821.

¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de janeiro de 1833.

¹⁸ Idem, 3 de julho de 1849.

¹⁹ Idem, 18 de agosto de 1834.

²⁰ Idem, 6 de maio de 1840.

²¹ 22 de outubro de 1827.

²² 17 de junho de 1837.

²³ *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de junho de 1838.

²⁴ Idem, 17 de março de 1842.

²⁵ Idem, 3 de fevereiro de 1834.

²⁶ 23 de julho de 1834.

²⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de setembro de 1834.

²⁸ Idem, 4 de novembro de 1839.

²⁹ SPIX, J. B. Von e MARTIUS, C.F.P. Von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*(Tradução de Lucia Furquim Lahmeyer, 3 vols.). São Paulo: Cia. Melhoramentos, 2ªed.,s/d, vol. 1, p.73; 87. Essa edição é idêntica a de 1938, sob os auspícios do IHGB e publicada pela Imprensa Nacional.

³⁰ Idem, p.84.

³¹ Idem, p.103. Sobre Langsdorf, ver: MANIZER, G. G. *A expedição do acadêmico G. I. Langsdorf ao Brasil (1821-1828)* (Tradução de Osvaldo Peralva). São Paulo: Companhia Editora Nacional, Col. Brasileira, 1967; e BECHER, Hans. *O barão Georg Heinrich Von Langsdorf: pesquisas de um cientista alemão no século XIX*. São Paulo: Diá / Brasília: Editora da UNB, 1990.

³²Op. cit.,p.178-179.

³³Op. cit., p. 155-169.

³⁴SANTOS, Luís Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à história do reino do Brasil* (2 vols). Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1981, vol. I, p. 222.

³⁵LEITHOLD, T. Von e RANGO, L. Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Col. Brasiliana, 1960, p. 81-82; 86; 90. Sobre a vida de Van Hogendorp no Rio de Janeiro, ver: GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil* (Tradução de A. J. L.). Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, p. 209-211.

³⁶Idem, p. 94-95.

³⁷ ALLEMÃO, Francisco Freire. “Quaes são as principaes plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil”.*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XIX, Rio de Janeiro, 1856, p. 568-570; ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e.Op. cit., vol. 7, p. 111-112; GRAHAM, Maria.Op.cit., p.181.

³⁸“Discurso da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro”.In: *Ofício do conde de Rezende a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1800*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Coleção Linhares, CEHB, 6458.

³⁹ ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e.Op. cit.,p.112.

Portugueses no tráfico ilegal de escravizados para o Brasil: os casos de Manoel Pinto da Fonseca e José Bernardino de Sá

João Marcos Mesquita *

Recebido em: 02/07/2020

Aprovado em: 03/11/2020

Resumo

A proibição do tráfico de escravizados para o Brasil em 1831 levou a uma rearticulação do comércio atlântico de cativos, que começou a operar sob a forma de contrabando. Nesse sentido, novos indivíduos, com alguma experiência na atividade, tomaram o espaço deixado em aberto pelos traficantes de escravizados do período lícito. Neste artigo será analisada a trajetória de José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca, dois portugueses que saíram das posições subalternas que ocupavam até 1831 para o controle do tráfico de escravizados no sudeste brasileiro durante a ilegalidade.

Palavras-chave

Tráfico de escravos; contrabando de escravos; traficantes portugueses de escravos; tráfico ilegal de escravos

Abstract

The prohibition on slave trade to Brazil in 1831 led to a rearticulation of the Atlantic captive trade, which began operating in the form of contraband. Accordingly, new individuals with some experience in the legal slave trade took the space left open by lawful period's slave traders. In this paper, we follow the path taken by José Bernardino de Sá and Manoel Pinto da Fonseca, two Portuguese men who left their subordinate positions in 1831 to take control of the slave trade in Southeast Brazil during its illegal period.

Keywords

Slave trade; slaves contraband; Portuguese traffickers of slaves; illegal slave trade

*Doutorando em História Social no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Email: joaomarcosmesquita@gmail.com.

Introdução

Em 1831 foi promulgada a primeira lei brasileira que previa extinguir o comércio atlântico de escravizados para o Império do Brasil. A norma apontava para punições severas aos importadores e a todos os envolvidos na teia que articulava o desembarque de cativos ilegalmente no território brasileiro, além de buscar o apoio da sociedade brasileira ao oferecer a quantia de trinta mil réis para cada africano capturado pelos órgãos repressivos imperiais.¹ Apesar de a lei estabelecer um aparato jurídico repressivo à ação dos traficantes de escravizados e seus aliados, hoje sabemos que ela não foi suficiente para abolir a atividade negreira.

Contudo, não se pode afirmar que a lei já nasceu como “letra morta”, como parte da historiografia clássica estabeleceu.² A preocupação em relação à continuidade do tráfico de escravizados tornou-se real para os contemporâneos dos últimos anos da década de 1820. A assinatura da convenção anglo-brasileira de 1826, que estabelecia o limite de três anos para o fim do comércio de africanos escravizados para o Império do Brasil, e a sua ratificação pelo imperador no ano seguinte, levaram a uma intensificação no mercado de africanos.³ As estimativas de desembarques de africanos subiram de aproximadamente 43 mil escravizados em 1825 para 61 mil no ano seguinte, chegando ao ápice de 73 mil em 1829.⁴

É importante frisar que, além de expectativas acerca do futuro e do incremento do comércio atlântico, o período demonstrou alterações significativas nos investimentos dos grandes e tradicionais negociantes de africanos que, gradualmente, deslocaram seus investimentos no tráfico para outras atividades, aplicando suas fortunas em ramos que garantissem maior segurança à obtenção de lucros, como a especulação imobiliária e as seguradoras. Ao mesmo tempo, vendiam suas embarcações e outras estruturas que eram utilizadas no comércio negreiro para aventureiros que viam no aumento da demanda do tráfico a possibilidade de enriquecimento rápido.⁵

Nesse sentido, é preciso resgatar a hipótese de Manolo Florentino acerca da saída dos grandes traficantes de escravizados do período lícito⁶ e questionar sobre quem foram os novos agentes do comércio negreiro em seu recrudescimento ou, ainda, se esses negociantes de cativos percorreram um caminho uniforme, podendo refletir sobre uma tendência na construção desse grupo.

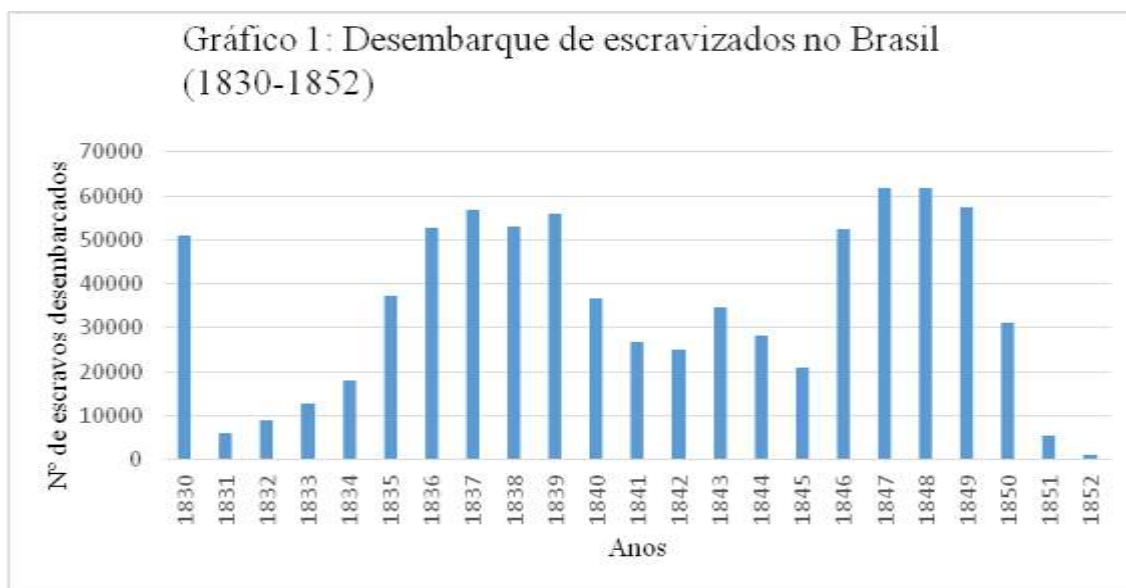
Dessa forma, este trabalho propõe como objetivo principal destacar a atividade do tráfico ilegal de africanos a partir da trajetória dos dois principais traficantes de

escravizados para o centro-sul do império brasileiro, após a proibição deste comércio em 1831 até sua abolição definitiva em 1850 – os portugueses José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca. Contudo, antes creio ser necessário fazer uma breve análise da conjuntura específica dos primeiros anos após a implementação desta lei, tornando mais evidente a possibilidade de reabertura do tráfico de escravizados para o Império do Brasil sob a forma de contrabando.

Uma breve análise da proibição do tráfico de escravizados em 1831

Com a lei de 1831, a especulação no mercado intercontinental de escravizados pareceu reduzir drasticamente. No primeiro ano da proibição, houve a abrupta queda para cerca de sete mil escravizados desembarcados em todos os portos brasileiros, ampliando este número gradual e lentamente até 1834, ano em que as estimativas indicavam aproximadamente 18 mil cativos.⁷ Todavia, neste ponto, é necessário se fazer uma ressalva ao diminuto número apontado: a proibição afetou diretamente os locais de recepção, sendo assim, novos lugares precisaram ser preparados para receberem o desembarque de uma elevada quantidade de cativos. Além disso, as viagens passaram a ser feitas com maior sigilo para burlar a repressão. Portanto, é possível que um número maior do que as contabilizadas de embarcações e africanos tenham aportado no longo litoral do Rio de Janeiro sem provocar alarde dos órgãos repressivos.⁸

Contudo, o período entre 1831 e 1834 representou uma breve inflexão no mercado de mão de obra negra escravizada, pois os agentes do tráfico reinventaram métodos e estratégias para contornar a legislação e a vigilância. A partir de 1835, buscando atender a alta na demanda por africanos, impulsionada pelos primeiros sinais de ascensão do cultivo de café no Vale do Paraíba, o aumento da taxa de desembarque de escravizados pode ser percebido (gráfico 1). Neste ano, entraram ilegalmente em território brasileiro aproximadamente 37 mil africanos, no ano seguinte, cerca de 50 mil. Assim, o comércio de escravizados, sob a forma de contrabando, se reestabelecia em escala sistêmica.



Fonte: ELTIS, David et alii. *The trans-Atlantic Slave Trade Data Voyages*. Disponível em: <http://slavevoyages.org/voyage>.

Tal situação não pode ser compreendida sem apontarmos para o jogo político do período regencial, no qual Diogo Feijó se utilizou de uma abordagem pró-escravista durante a sua candidatura pelo grupo Progresso, mas que, durante o seu governo, ampliou as medidas de restrição e perseguição ao contrabando de escravizados.⁹ Com tal posição, ampliaram-se as petições elaboradas em assembleias provinciais, sobretudo de regiões do Vale do Paraíba, contra a lei de 1831, assim como a oposição ao regente ampliava-se.¹⁰

O enfraquecimento de Feijó, nesse sentido, foi concomitante ao fortalecimento dos regressistas, liderados por Bernardo Pereira de Vasconcellos. Articulados a partir de discursos e ações que visavam a manutenção do fluxo irrestrito de africanos escravizados para o Brasil, os regressistas chegaram ao poder com o regente Pedro de Araújo Lima, substituto de Feijó, que renunciou ao cargo.¹¹

Dito isso, percebe-se que o fluxo de mão de obra escravizada se faz como uma característica estrutural e estruturante do império brasileiro, no qual economia, política e sociedade se relacionavam a partir dela. Dessa maneira, a lei de 1831 não conseguiu trazer novas alternativas a uma sociedade escravista que, em poucos anos, após uma mudança econômica conjuntural, viu a necessidade por escravizados africanos impulsionar a reabertura do comércio atlântico de cativos, a despeito da legislação imperial.

Portugueses no tráfico ilegal de escravizados: as trajetórias de Manoel Pinto da Fonseca e José Bernardino de Sá.

O tráfico de escravizados para o Brasil era uma prática altamente especializada e profissional, fosse no período da legalidade ou depois de promulgada a lei contra o tráfico de 1831, nesse caso, como contrabando. A atuação dos negreiros dependia de uma sólida rede estabelecida nos dois lados do Oceano Atlântico durante todo o processo, ou seja, desde a captação dos africanos no interior do território da África até seu desembarque e entrega dos cativos nas propriedades agrárias do império brasileiro.¹² Dessa maneira, não seria errôneo assegurar que os traficantes que analisaremos eram figuras presentes no comércio atlântico de escravizados e já tinham prática relativamente consolidada em tal negócio, fossem como principais articuladores de um empreendimento negreiro ou com cargos de relevância em firmas que atuavam em alguma das pontas da extensa rede do tráfico.

Os caminhos traçados pelos portugueses José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca, os principais traficantes de escravos para o Império do Brasil ao longo do segundo quartel do século XIX, não poderiam ser diferentes dos de uma articulação prévia com o comércio de escravos.¹³

Não é possível determinar com precisão o momento da chegada de Bernardino de Sá na capital da antiga colônia lusitana, no entanto, por causa de imbróglio gerado após sua morte, seu nome aparece na imprensa carioca e em uma publicação do *Jornal do Commercio*, afirma-se que ele chegara ainda garoto no império do Brasil, na barca *Bella Esperança*.¹⁴ Fato é que, em 1826, José Bernardino de Sá casou-se com Joaquina Rosa de Jesus, no Rio de Janeiro.¹⁵

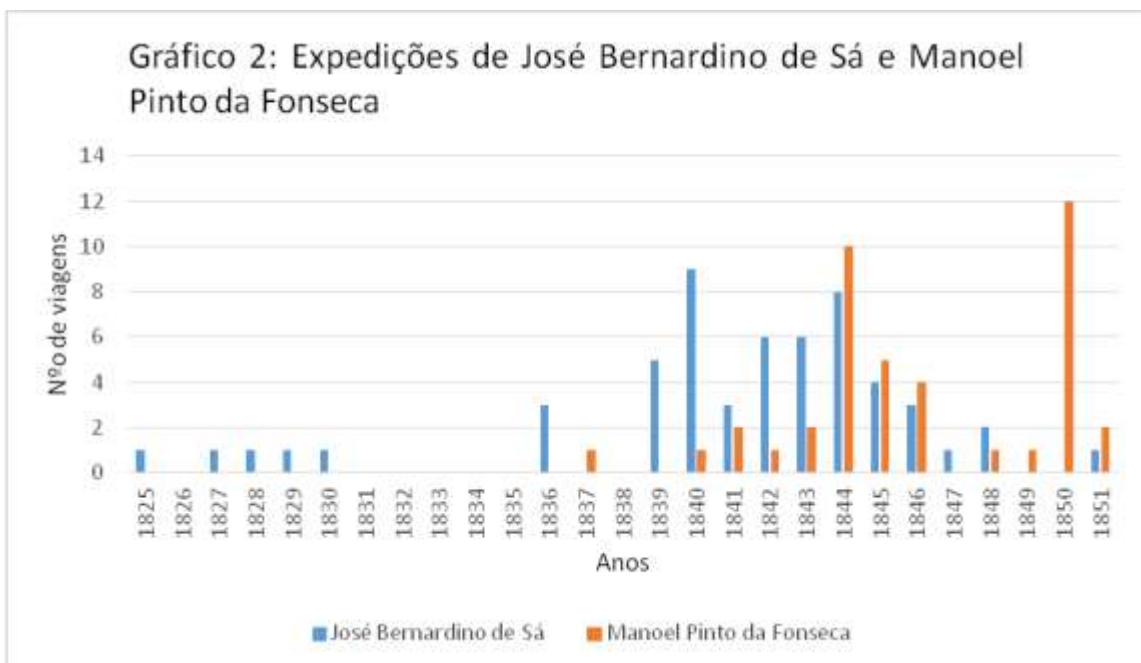
Por sua vez, Manoel Pinto da Fonseca teve sua chegada na corte imperial brasileira no ano de 1825, com a intenção de “buscar fortuna”. O registro de entrada, feito no ano seguinte, apontava a profissão de caixeiro na firma que se estabelecia na Rua da Quitanda nº 170,¹⁶ propriedade do negociante Antônio Francisco Leite, na qual se encontra registros de venda de escravizados durante os últimos anos da década de 1820.¹⁷

A diferença no tempo em que se fixaram na cidade do Rio de Janeiro reverberou na participação no tráfico de escravizados. Ainda no ano de 1825, quando Manoel Pinto da Fonseca chegava ao Brasil, a base de dados *slave voyages* já aponta para o

envolvimento de José Bernardino de Sá em uma especulação negreira, na qual estava registrado como proprietário do brigue *Espadarte*, que embarcou 466 escravizados e desembarcou 452 deles no Rio de Janeiro.¹⁸ Além dessa, são registradas outras quatro especulações em nome de José Bernardino de Sá, ainda no período em que tal comércio era lícito pelas leis do império do Brasil.¹⁹ Entretanto, foi na década de 1830 que ele despontou como um dos principais traficantes para o Brasil.

Já a primeira expedição negreira realizada por Manoel Pinto da Fonseca como principal consignatário de uma embarcação ocorreu em 1837. Sob a bandeira de Portugal o mestre Ernesto José Melo com o brigue *Especulador*, de 191 toneladas, saiu do Rio de Janeiro e aportou nas Ilhas do Cabo Verde e na Senegâmbia para o embarque de 490 africanos, dos quais desembarcaram 444 no Rio de Janeiro. A viagem perdurou dezessete dias e, para os desejos do contrabandista, ocorreu de forma excelente, com uma taxa de mortalidade menor do que 10%, maximizando os lucros da empreitada.²⁰

Apesar do espaço de doze anos entre o início das operações com Bernardino Sá e com Pinto da Fonseca como proprietários ou principais consignatários de embarcações negreiras, ambos tiveram importância semelhante dentro do comércio ilegal de escravizados, o que torna difícil apontar a proeminência de um deles. O gráfico a seguir expõe com maior detalhamento o número de viagens por ano desses dois grandes traficantes de escravizados e, a partir dele, é possível visualizar a relevância de cada um nesta atividade.



Fontes: ELTIS, David et ali. *The trans-Atlantic Slave Trade Data Voyages*. Disponível em: <http://slavevoyages.org/voyage>. National Archives. Foreign Office. CAPELA, José. *Dicionário de negreiros em Moçambique, 1750 – 1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

Para um leitor com pouca familiaridade às questões relativas ao tráfico de escravizados, os números absolutos podem não assustar à primeira vista. Entretanto, em números relativos, entre os anos de 1838 e 1844, Manoel Pinto da Fonseca ocupou a sexta posição dentre os principais comerciantes de escravizados para litoral sudeste brasileiro com 22% das propriedades ou consignações de navios, enquanto, no mesmo período, José Bernardino de Sá operou 48% delas. Já no espaço de tempo entre 1844 e 1851, Fonseca se destacou como o principal negociante de africanos, sendo agente de 36% de todas as viagens realizadas para o Império do Brasil. Por outro lado, Bernardino de Sá, nesse momento, demonstrava um recuo em seus investimentos com as viagens atlânticas, porém, ainda assim, se colocava nesse cenário com 19,5% das operações realizadas.²¹

A leitura do gráfico também leva à reflexão de alguns pontos que merecem ser salientados, pois permitem dialogar com a historiografia referente ao comércio de escravizados no século XIX e construir novas indagações. O primeiro ponto que destaco, mais uma vez, é a participação de José Bernardino de Sá no negócio negreiro já no ano de 1825.

Manolo Florentino afirmou que poucos foram aqueles traficantes de escravizados do período lícito que mantiveram as suas operações após a ilegalidade.²² Dessa maneira, os dados apresentados, sugerem que José Bernardino de Sá foi um desses que conseguiram resistir à proibição e, para além disso, se destacou no infame comércio após a lei de 1831. Assim, é possível sugerir que os anos de atuação no comércio lícito de cativos foram de suma importância para que ele constituísse uma pequena fortuna e estabelecesse conexões que seriam fundamentais para a manutenção de sua atividade sob a clandestinidade.

Da mesma maneira, podemos observar que a trajetória de Fonseca no tráfico de escravizados começou muito antes de sua primeira consignação de embarcação para a realização da atividade. Ao se estabelecer como um hábil caixeiro na propriedade em que se fazia a venda de cativos, Manoel Pinto da Fonseca deu os primeiros passos em direção ao conhecimento dos meandros do comércio atlântico de escravizados, o que foi fundamental para o seu futuro negócio.

Outro ponto interessante que pode ser destacado a partir da leitura dos gráficos é o fato de que José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca figuram como importantes traficantes de escravizados do período da ilegalidade. Porém, o período de preeminência deles não é coincidente, já que a diminuição dos investimentos de Bernardino de Sá no ano de 1844 condizem com a ascensão de Manoel Pinto da Fonseca. Entretanto, isso não quer dizer que a ascensão de um foi a derrocada completa do outro, inclusive é de se averiguar as relações estabelecidas entre eles, fosse de crédito ou nas próprias especulações, já que o tráfico dependia da formação de redes extremamente coesas.

Ainda é importante destacar que a leitura dos gráficos 1 e 2 permite estabelecer uma associação entre estrutura, conjuntura e episódio. Enquanto o primeiro gráfico demonstra as alterações conjunturais que o império brasileiro sofria dentro da estrutura escravista entre o fim dos anos de 1820 e 1850, o segundo gráfico demonstra o nível episódico, apontando para a atuação dos dois principais traficantes de africanos escravizados para o Brasil. Sendo assim, é possível avaliar a relação entre o desembarque de escravizados no império brasileiro e a atuação dos dois principais traficantes do período ilegal.

O que causa surpresa no cruzamento dos dados é que nos últimos anos da década de 1840 houve um grande crescimento no número de escravizados desembarcados ilegalmente no território brasileiro e que, ao mesmo tempo, este foi um período, com exceção do ano de 1850 para a atividade de Fonseca, de redução das operações de José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca, ao menos como proprietários ou principais consignatários de embarcações. Tal questão nos leva a crer que a construção da importância de ambos os negociantes se fez através de operações estáveis ao longo dos anos e não através de expansão ou retração de acordo com as especificidades do momento.

Não obstante, é preciso considerar que estes podem ter atuado de forma secundária ou consignando navios em nomes de agentes subordinados, já que o enriquecimento e vinculação de ambos ao tráfico de escravizados eram de conhecimento dos órgãos repressivos do império brasileiro. Além de, nos últimos anos da década de 1840, os dois tentarem se inserir em outras atividades da sociedade brasileira, o que será abordado mais adiante.

Para compreender a atuação dos negociantes negreiros Bernardino de Sá e Pinto da Fonseca é preciso dar relevância a nuances que diferenciam o comércio ilícito daquele que era praticado até 1830, para seguir o regulamento da convenção anglo-brasileira, ou 1831, quando da lei nacional de proibição ao tráfico. Todavia, destacarei duas mudanças que tiveram grande importância na transição do comércio lícito para o contrabando, relacionando-as com os agentes aqui destacados: a dissipação do desembarque pelo litoral do Brasil e as estruturas de recepção.

Os principais portos brasileiros nas cidades mais importantes do império já não podiam mais aceitar, descaradamente, o desembarque de africanos, gerando a necessidade de uma nova estruturação do tráfico em áreas mais distante dos centros urbanos. Sendo assim, foram explorados novos espaços litorâneos, longe o suficiente dos olhos dos órgãos repressivos, mas próximos o bastante para não afetar o fluxo contínuo de negros para os principais compradores.²³

É preciso ressaltar, porém, que a mudança dos portos tradicionais para as praias e novos locais de recepção dos escravizados não era uma alteração fácil, pois existiam estruturas seculares que não seriam remontadas de um dia para o outro nos novos locais de desembarque. Como já mencionamos anteriormente, o infame comércio era de alto nível de especialização e profissionalização em todas as suas diversas etapas, tanto em relação às pessoas quanto aos equipamentos utilizados. Afinal, depois de quase trezentos anos dessa atividade nos principais portos do litoral brasileiro, havia uma rotina delimitada que era exercida pelos profissionais especializados.²⁴

Nessa perspectiva, Thiago Campos elaborou uma das pesquisas mais proffucas acerca da construção de um novo complexo para recepção de africanos fora dos grandes centros urbanos. A análise destaca o papel fundamental da família Breves para a organização de uma nova estrutura para o desembarque de escravizados na região do Saco de Mangaratiba, no litoral sul Fluminense. Essa estruturação contou com a construção de barracões de armazenamento, estradas que ligariam o local às principais fazendas compradoras de africanos, além da formação de pessoas que levariam os escravizados dos navios à praia e da praia às fazendas e daqueles que fariam a segurança da carga, entre outros aspectos necessários.²⁵

Diferentemente do caso dos Breves, grande parte dos contrabandistas não construiu sozinha estruturas de desembarque de escravizados. É possível que a constituição dessas, muitas vezes, tenham se dado através de tentativas e erros. Todavia,

o comércio ilegal tinha uma margem de erro ínfima, já que o mínimo movimento errôneo poderia causar o prejuízo total de expedição. Sendo assim, era de extrema necessidade que os mestres das embarcações tivessem conhecimento da região em que aportaria ou, ao menos, profissionais que os guiassem para tal. Por essa razão, segundo Marcus Carvalho, os navios de maior calado dificilmente dispensavam os serviços de gente da terra, que guiava a embarcação até a entrada da barra rapidamente, devido ao conhecimento dos bancos de areia, da maré e dos ventos da região.²⁶

Nesse sentido, destaca-se que o contrabando empregou muitas pessoas nessas novas regiões de desembarque, pois conhecer a região era valioso. A principal atividade era a de prático, que se tornou um profissional essencial nos portos secundários. Além deles, pescadores e barqueiros da região também poderiam garantir renda extra ao guiar os navios para o melhor local de ancoragem ou levar ao conhecimento do mestre a proximidade de embarcações inglesas ou brasileiras que serviam à repressão.²⁷

A dissipação dos desembarques de cativos nos principais portos e nas regiões centrais se torna mais visível quando se analisa um traficante que teve relações com a atividade antes e depois da norma de 1831, como é o caso de Bernardino de Sá. Através da base de dados *slave voyages*, é possível perceber uma brusca mudança nos locais de desembarque nas especulações deste. Das cinco viagens negreiras realizadas por ele entre 1825 e 1830, quatro delas terminaram no porto do Rio de Janeiro e a outra não aportou no mesmo local devido apenas à apreensão pela Royal Navy. Por outro lado, após a proibição, suas rotas se deslocaram em direção ao litoral sul do Rio de Janeiro, mais precisamente para a região de Ubatuba e São Sebastião, já em São Paulo, entre 1836 e 1843. Após 1844, tornou-se a região de Macaé, no norte Fluminense, a base de suas operações.²⁸

No caso de Manoel Pinto da Fonseca não podemos fazer a mesma comparação, pois suas especulações negreiras só começaram a aparecer no fim da década de 1830. Contudo, é possível examinar que sua entrada na atividade, como principal traficante ou consignatário de embarcação, já havia se ajustado aos novos padrões do tráfico. Sendo assim, grande parte dos desembarques de escravizados trazidos por Fonseca ocorreu na região norte do Rio de Janeiro, sobretudo, em Cabo Frio.²⁹

Nesse aspecto, há a percepção de que, apesar de José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca terem sido os mais importantes traficantes de escravizados do período da clandestinidade, cada um obteve sua proeminência em momentos e localidades

específicas. Enquanto Sá se manteve na liderança das operações negreiras até 1843, quando sua principal área de recepção de cativos se localizava no extremo norte paulista e sul fluminense, Manoel Pinto da Fonseca adquiriu destaque a partir de 1844, atuando na região norte da província do Rio de Janeiro.

A dissipação das áreas de desembarque de escravizados, por consequência, gera a necessidade de novas construções para a recepção dos cativos e as estruturas físicas mais importantes para o desenvolvimento do tráfico ilegal, nas duas margens do Atlântico, foram os barracões (ou feitorias), que eram uma espécie de armazéns onde eram estocados escravizados e mercadorias lícitas utilizadas no comércio ilegal. A relevância dos barracões se dava pela agilidade com que ele permitia ao embarque e desembarque dos cativos na embarcação, pois a rapidez era fundamental para que o navio conseguisse zarpar sem que fosse pego pelas embarcações de vigilância ao tráfico, que navegavam tanto no litoral brasileiro quanto nos litorais ocidental e oriental do continente africano. É válido dizer, ainda, que os barracões, geralmente, não serviam a apenas um negreiro, eram edificações de serventia aos traficantes que tinham relações de crédito com os donos do próprio.³⁰

Para se ter ideia da importância dessa estrutura, no fim da década de 1830, somente no Rio de Janeiro, existiam quatro barracões. O primeiro e mais importante era administrado por quatro negreiros: José Bernardino de Sá, Jorge José de Souza, José Pimenta Júnior e João Machado Cardoso. Localizava-se na Baía de Jurujuba e comportava até seis mil africanos, que segundo Roquinaldo Ferreira, era tão grande que nem na África existia um barracão deste tamanho. O de segunda maior importância ficava na Ponta do Caju, um local privilegiado, devido à proximidade do porto oficial. Já os outros dois menores ficavam em Botafogo e São Clemente, locais menos movimentados da Corte.³¹

Do outro lado do Atlântico as estruturas também foram fundamentais para a organização do tráfico, sobretudo a partir de ano de 1830, quando se aumentou a vigilância da Grã-Bretanha sobre os portos de Luanda e de Benguela, devido à proibição do tráfico de africanos, segundo a convenção anglo-brasileira de 1827. Sendo assim, da mesma forma como ocorreu no Rio de Janeiro, os maiores portos de embarque de cativos que detinham maior atenção da repressão deslocaram-se para novas áreas. No caso angolano, os desembarques foram reduzidos em Luanda, porém, aumentaram

exponencialmente nas regiões ao norte do Congo-Angola, como Cabinda, Ambriz e Rio Zaire, territórios sem soberania definida.³²

Foram nessas áreas que os traficantes da ilegalidade buscaram se estabelecer. Manoel Pinto da Fonseca possuía um barracão com localização privilegiada na praia de Cabinda. A edificação tinha como principal objetivo o armazenamento de mercadorias e escravizados, facilitando o carregamento e a descarga dos navios que chegavam naquela localidade, reduzindo as possibilidades de apreensão. Entretanto, o espaço foi palco de uma intensa querela entre Manoel Pinto da Fonseca e a marinha inglesa entre os anos de 1842 e 1844.³³

Em síntese, tropas da Royal Navy, ao identificar indícios de que a embarcação *John A. Robb*, consignada a Fonseca, e o barracão dele estavam envolvidos com o comércio ilegal de africanos para o império do Brasil, tomaram de assalto a propriedade, destruindo tudo que havia dentro. Ao saber dos acontecimentos, Fonseca, prontamente, entrou com um processo criminal contra os capitães que comandaram tal ato, pedindo indenização de todo o valor que lhe foi apossado.³⁴ A repercussão do processo foi tão grande que o proprietário do barracão exigiu abertamente, no *Jornal do Commercio*, ao Lord Aberdeen um pedido de desculpas formal pelo ataque sofrido, porém, o pedido foi ignorado pelas autoridades inglesas.³⁵

Retomando a atuação de Manoel Pinto da Fonseca e José Bernardino de Sá no tráfico ilícito de escravizados, é importante destacar que a principal motivação para ambos no infame comércio era a alta lucratividade que ele garantia para aqueles que se profissionalizaram na área.

O empreendimento negreiro era custoso e arriscado, e poucos seriam os negociantes que disporiam de um alto valor para investir numa atividade de alto risco, mesmo com os seguros. Nesse sentido, os traficantes de escravizados do Rio de Janeiro começaram a se utilizar do modelo de *joint stocks*— já utilizado por negociantes negreiros cubanos. No cenário do contrabando, as *joint stocks* tinham como objetivo compartilhar o alto risco do comércio atlântico de cativos entre um grupo de negociantes, fossem traficantes ou não.³⁶

O funcionamento desse esquema de financiamento se dava através da aquisição de mercadorias importadas, sobretudo inglesas, pelo principal traficante do empreendimento, a crédito em prazos longos e juros baixos. Posteriormente, esses produtos estrangeiros eram revendidos aos pequenos negociantes e investidores do

contrabando a crédito, em prazos curtos e juros altos, além do pagamento do frete das mercadorias para a África e dos escravizados no retorno da embarcação ao império do Brasil.. O ponto chave deste modelo é que estes investidores menores criavam dívidas com os grandes traficantes, que independem do resultado da viagem, ou seja, mesmo em caso de apreensão da embarcação e dos escravizados, de naufrágio ou a morte dos cativos, eles deveriam fazer seus pagamentos aos traficantes, garantindo a alta lucratividade para o traficante de maior importância.³⁷

Um dos pontos mais importantes para o funcionamento das *joint stocks* é a articulação entre os principais traficantes, aqueles que lideravam as expedições negreiras, como Manoel Pinto da Fonseca e José Bernardino de Sá, e seus importadores, já que era necessário encontrar produtos com alto valor de revenda e interesse no mercado brasileiro, principalmente para os pequenos traficantes. Dessa maneira, os principais aliados dos grandes contrabandistas eram os importadores ingleses.³⁸ Essa afirmação é valiosa para interpretarmos acerca da contradição inglesa contra o tráfico de escravizados. Se por um lado houve pressão das autoridades inglesas para coibir o comércio atlântico de africanos, por outro existiu uma parcela de negociantes que estavam mais preocupados com a manutenção e crescimento dos lucros, o que os fazia ignorar o objetivo final dos seus produtos vendidos.³⁹

Devido aos poucos registros encontrados até o momento, principalmente por ser uma atividade ilegal, ainda não foi possível identificar a relação que cada um deles estabeleceu com firmas inglesas; quanto cada especulação negreira movimentou; quem foram os menores traficantes que investiram na empreitada; quantos escravizados cada um deles esperava receber em troca; e muitas outras perguntas sobre o real funcionamento dessas operações. No entanto, possuímos um indicativo da possível fortuna gerada a partir do tráfico em carta assinada por Robert Hesketh e Fred Grigg, membros da diplomacia inglesa no Brasil, ao Lorde Aberdeen, que apontam o valor, em 1844, dos escravizados do sexo masculino (incluindo meninos e adultos) de 650\$000 ou £81, enquanto o valor das mulheres e idosos girava em torno de 400\$000 ou £50.⁴⁰

Na mesma carta afirmam que “Manoel Pinto da Fonseca has publicly declared, that his profits in the African trade alone, during the year 1844, were 1.300:000\$000 reas, or about 150,000£”.⁴¹ A partir dos valores apresentados pelos membros da diplomacia inglesa, Manoel Pinto da Fonseca se tornou o traficante de escravos que mais lucrou em 1844, ano em que realizou dez especulações e pela primeira vez

ultrapassou o número de expedições organizadas por José Bernardino de Sá em um único ano. Infelizmente ainda não foram encontrados documentos que permitam fazer uma comparação aos lucros deste traficante com Fonseca ao longo dos anos.

Essas afirmações são valiosas para a especulação referente à constituição das fortunas de José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca, os mais preeminentes traficantes de escravizados da ilegalidade. Contudo, por falta de fontes mais amplas, deixo em aberto a especulação de suas riquezas para um trabalho futuro.

Traficantes portugueses na sociedade imperial brasileira

Nem só de atividades ilícitas e disputas jurídicas contra as intervenções inglesas contra o tráfico viviam José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca, por mais que tenham sido elas a origem de volumosas fortunas. É preciso apontar, também, que em relação às atividades econômicas, o contrabando estava encoberto pelas atividades mercantis lícitas, tanto internas quanto de importação e exportação.⁴²

Nesse sentido, é possível identificar que os grandes negociantes de escravizados que atuaram após a proibição de 1831 estavam longe de serem taxados pela sociedade contemporânea de forma pejorativa ou caracterizados pela atividade negreira. Alguns deles, como Manoel Pinto da Fonseca e José Bernardino de Sá estavam, pelo contrário, inseridos na “boa sociedade”, tanto que foram agraciados com títulos de comendadores da Imperial Ordem da Rosa em meados da década de 1840.⁴³

Para além dos títulos, também encontramos a presença destes negociantes em sociedades beneficentes, ordens religiosas e ocupando cargos de grande relevância dentro da sociedade imperial, o que reforça a distância da caracterização deles como contraventores. É nessa perspectiva que José Bernardino de Sá foi “presidente da diretoria do maior e mais importante teatro da capital do império, o Teatro de São Pedro de Alcântara, entre 1845 e 1851”.⁴⁴ Durante o tempo em que ocupou o cargo, junto a seus pares, restringiu a divulgação de peças teatrais que condenavam a atividade do tráfico ou ironizavam a forma em que foram constituídas as fortunas dos grandes negreiros da Corte.⁴⁵

Manoel Pinto da Fonseca não chegou a ocupar cargos oficiais, tal como Bernardino de Sá, mas foi consultor (1845-1846), conselheiro (1846-1849) e constante doador, na segunda metade da década de 1840, da Imperial Sociedade de Amantes da Instrução.⁴⁶ A sociedade tinha como objetivo cuidar de meninas órfãs, oferecendo

cuidados educacionais, de saúde e moradia, sendo agraciada pelo imperador D. Pedro II.⁴⁷ Além da efetiva participação dentro da sociedade, Fonseca foi membro da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, sendo seu secretário, e também doador de volumosas quantias para a congregação. Nesse campo, é importante destacar que o traficante foi um dos principais contribuintes, ofertando 5:000\$000, e pregadores pela construção do cemitério de São Francisco de Paula, na região do Catumbi.⁴⁸

É válido mencionar também que ambos os traficantes aqui analisados concorreram a vagas nas casas legislativas do império do Brasil. José Bernardino de Sá, no ano de 1848, se candidatou à câmara dos vereadores do Rio de Janeiro⁴⁹, enquanto Manoel Pinto da Fonseca ousou dar um passo maior, candidatando-se ao Senado pela Província do Rio Grande do Sul, local onde tinha vastas relações comerciais.⁵⁰ Apesar de não terem sido eleitos, a inserção deles nessa área demonstra que não eram homens que viviam às margens da sociedade, pelo menos até 1850.

Nas décadas de 1830 e 1840, o tráfico de escravizados teve amplo respaldo político, sobretudo pelos membros da classe senhorial, formada por grandes proprietários de terras e escravistas. Foi através da pressão política, apoio ao tráfico e anseios dessa classe que a reabertura do comércio negreiro conseguiu se rearticular de forma sistêmica, rompendo com os acordos internacionais e a lei de 1831.⁵¹

Atendendo aos interesses do grupo cafeeiro, na segunda metade da década de 1830, chegaram na Câmara dos Deputados diversos pedidos pela revogação da lei de 1831, por entenderem que ela atacava os costumes e a economia do império, impedindo “a consolidação definitiva da montagem do complexo cafeeiro no Vale”.⁵² Liderados pelo regressista Bernardo Pereira de Vasconcellos, nos últimos anos da década de 1830, o tráfico foi rearticulado em escala sistêmica, garantindo a defesa dos traficantes, por serem um braço importante da manutenção da mão de obra escrava na plantações cafeeiras.

O posicionamento tomado pelo Estado imperial brasileiro divergiu dos interesses do governo britânico que, ao longo da década de 1840, reafirmou sua posição negativa quanto ao tráfico de escravizados e, por conseguinte, reforçou o poder da marinha para o combate da prática. A partir de então, uma guerra diplomática entre os dois países se estabeleceu, assim como o fortalecimento da caça aos negreiros no Atlântico.

Em síntese, a reação brasileira buscou interferir nas práticas de maior valor para os britânicos: o reajuste tarifário, promovido pela Tarifa Alves Branco de 1844, e a

intenção de acabar com o comércio ilegal de escravizados, finalizando unilateralmente os trabalhos das comissões mistas estabelecidas pela convenção anglo-brasileira de 1826 – o que de fato já era um projeto com a redução dos repasses financeiros pelo governo brasileiro.⁵³

Por outro lado, imediatamente, a diplomacia inglesa respondeu com a promulgação da Bill Aberdeen, que autorizava a marinha inglesa abordar navios brasileiros que fizessem o contrabando de escravizados, além de conceder o direito dos tribunais do Almirantado Britânico de julgar os responsáveis pelas expedições negreiras. Dessa maneira, ao enfrentar a política britânica contra o tráfico, que se difundia pelo ocidente, o império brasileiro se isolou diplomaticamente.⁵⁴

A forte e incessante pressão inglesa não deixou outro caminho ao Estado imperial brasileiro senão o de abolir, de forma contundente, o comércio atlântico de escravizados. Nesse aspecto, a lei de 1850, também teve como objetivo a manutenção da integridade do território do império e da soberania nacional. Além disso, deixou clara as suas pretensões de acabar com o tráfico, mas não com a escravidão, o que significou assegurar os interesses da classe senhorial.⁵⁵

A partir da segunda lei de proibição ao tráfico de escravizados para o Brasil, a conhecida “Lei Eusébio de Queiroz”, pode-se perceber uma real ação política para coibir o comércio atlântico de escravizados.⁵⁶ Sendo assim, foi nesse momento que José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca perderam a proteção política imperial para a prática da função que exerceram ao longo das décadas anteriores. Qualquer movimento em favor do tráfico significaria perder seus status dentro da “boa sociedade”, porém, de qualquer maneira, não conseguiram se desvencilhar do passado traficante.⁵⁷

Com isso, após 1850, os dois principais traficantes do centro-sul brasileiro tiveram que abandonar os seus ofícios, mas não sem antes testar a força repressiva do Estado imperial brasileiro. Manoel Pinto da Fonseca investiu em expedições traficantes em 1850 (antes e depois da lei de proibição) e 1851 foi ano em que José Bernardino de Sá comandou um empreendimento negreiro pela última vez. A semelhança entre as últimas expedições de ambos é que as duas foram apreendidas antes do desembarque completo dos cativos.⁵⁸

Depois dessas tentativas frustradas, José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca não mais investiram no tráfico de escravizados diretamente – ao menos como

principais consignatários ou proprietários de navios. Após a retirada do tráfico, seguiram caminhos distintos.

José Bernardino de Sá se manteve no império do Brasil com as fazendas Lagoa, Tabatinga e Poço Verde, localizadas nos municípios de São Sebastião e Ubatuba, no norte paulista. Morava com a sua esposa, D. Joaquina Rosa de Jesus e seus filhos Maria Joaquina e Joaquim, este falecido de “febre intermitente” aos 18 anos.⁵⁹ Em 1851, Bernardino de Sá adquiriu, em Portugal, o título de barão e, logo em seguida, o título de visconde de Vila Nova do Minho, ambos reconhecidos no Império do Brasil pelo imperador D. Pedro II.⁶⁰ No dia 08 de julho de 1855, José Bernardino de Sá faleceu.⁶¹

Manoel Pinto da Fonseca, por outro lado, parece ter construído relações menos duradouras dentro do território brasileiro. Casou-se com Maria José Pacheco da Fonseca, filha do negociante José Nunes Pereira Pacheco, no ano de 1849⁶², no entanto, no ano seguinte a mesma veio a falecer. Com a morte da esposa, o fim do tráfico de escravizados e o fracasso de sua última expedição fizeram com que, em 1851, Fonseca retornasse a Portugal sem muitas notícias, deixando os negócios sob comando de seus irmãos Joaquim e Antônio Pinto da Fonseca.⁶³

Ao retornar para Portugal, Manoel Pinto da Fonseca tentou comprar o título de barão pelo valor de 30 contos de réis, no entanto, ao ter adquirido fama e riquezas através do tráfico de escravizados, sofreu com a resistência dos portugueses e a pressão da diplomacia inglesa para que não fosse agraciado com o título nobiliárquico. Por tais questões, Fonseca não recebeu o título e, pejorativamente, ficou reconhecido como o “Conde de Monte Cristo”.⁶⁴

Apesar das questões morais que o circundaram, Manoel Pinto da Fonseca reafirmou negócios e construiu novas relações comerciais em Portugal, Inglaterra e França, local para onde se mudou em 1853, em busca de tratamento para as “moléstias” que o perseguiram. No dia 20 de agosto de 1855 – pouco mais de um mês depois da morte de seu concorrente no tráfico –, Fonseca faleceu em sua casa, em Paris.⁶⁵

Ambos morreram após constituir vasta fortuna no tráfico de escravizados, deixando-as para seus herdeiros. As fontes obtidas até o momento não quantificam os valores deixados pelos traficantes, bem como as posses materiais ou letras, no entanto, explicitam quantias designadas a órgãos filantrópicos, afilhados e afilhadas, familiares e instituições.

O testamento de José Bernardino de Sá, inclusive, foi alvo de uma grande querela frequentemente estampada as páginas do *Jornal do Commercio*. Em síntese, o genro da viscondessa de Vila Nova do Minho declarou que ela sofria de demência e, portanto, não seria capaz de cuidar da voluptuosa fortuna deixada pelo visconde. Além disso, ele falsificou o testamento para admitir que o próprio Bernardino havia deixado o controle de suas posses nas mãos do marido de sua filha. Ao longo do processo, D. Joaquina foi presa, porém, rapidamente solta por seu advogado Antônio Pereira Rebouças⁶⁶, o qual lhe garantiu a vitória no processo.⁶⁷

Sobre o testamento de Manoel Pinto da Fonseca não houve discussões jurídica acerca de seus espólios. O testamento assinado em 1853 designa a generosa quantia de 10 contos de réis doadas a Ordem Terceira de São Francisco de Paula, da qual era irmão. No entanto, é em Portugal que designa exorbitantes doações. Deixou 40 contos de réis em inscrições de crédito a Josefina Nauville e 100 contos de réis para “dar princípio a um estabelecimento de caridade cujo objeto seja o sustento, amparo e educação de meninos e meninas abandonadas” em Lisboa.⁶⁸

Além da quantidade deixada para a filantropia, Manoel Pinto da Fonseca ainda deixou uma grande quantia para seus irmãos Joaquim e Antônio Pinto da Fonseca, que em meados de 1850 foram expulsos do Brasil e retornaram à Portugal. No retorno à região do Porto utilizaram suas riquezas para se aventurarem na atividade bancária, fundando a casa bancária FONSECAS & VIANA.⁶⁹

Dessa maneira, com trajetórias diferentes e, ao mesmo tempo, semelhantes – com certas doses de coincidência –, José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca saíram de Portugal jovens e pobres e, no Império do Brasil, através das possibilidades se constituíram como os principais negociantes de escravizados para o centro-sul do império brasileiro, no período da ilegalidade.

Notas

¹LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831. In: *Coleção de leis do Império do Brasil de 1831. Parte I*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875, p. 182. A lei também se encontra disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Para um estudo mais aprofundado sobre a lei, cf. PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.; PEIXOTO, Rafael Cupello. *O Poder e a Lei: O jogo político no processo de elaboração da lei para inglês ver (1826-1831)*. 2013. 263f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.; MAMIGONIAN, Beatriz e GRINBERG, Keila (org.) "Dossiê – 'Para inglês ver?' Revisitando a Lei de 1831." *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, n.os 1/2/3, Jan/Dez 2007

² Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 5ª edição, 2012; PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

³ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no império brasileiro, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 60-64.

⁴ As estimativas apresentadas foram consultadas na base de dados *slave voyages*. ELTIS, David et al. *The trans-Atlantic Slave Trade Data Voyages*. Disponível em: <https://slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 02 jul. 2020.

⁵ Por “tradicionais” compreendo, assim como Manolo Florentino, aqueles negociantes que se estabeleceram como fornecedores de mão de obra escrava para o Brasil por longa data, durante o período da legalidade. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravizados entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 194-204.

⁶ FLORENTINO, Op. cit., p. 194-204.

⁷ Para o período entre 1831 e 1834 há uma grande dificuldade para chegarmos a um número exato da quantidade de africanos escravizados desembarcados nos portos do império. Para se ter exemplo, Roquinaldo Ferreira atribui a esse período o desembarque de 93 mil cativos, enquanto os números informados pelo *slave voyages* são de 40 mil. Cf. ELTIS, David et al. *The trans-Atlantic Slave Trade Data Voyages*. Disponível em: <https://slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 02 jul. 2020.

⁸ LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. “O comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos”. *Afro-Asia*, 47 (2013), p. 43-78. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a02n47.pdf>.

⁹ PARRON, Op. cit., p. 130-133.

¹⁰ Idem, p. 137-178.

¹¹ Tal como Tâmis Parron, entendo que no Brasil houve uma *política do contrabando* (1835-1850), na qual o contrabando era a força que guiava e dava coesão à política escravista. Influenciado pela teoria da *política da escravidão*, que historiadores norte-americanos identificaram para os EUA no século XIX, é necessário ressaltar que a diferença entre essas teorias se dá através do contexto histórico de cada um desses países. PARRON, Op. cit., p. 137-156; ESTEFANES, Bruno Fabris; PARRON, Tâmis; YOUSSEF, Alain El. “Vale Expandido: contrabando negreiro, consenso e regime representativo no Império do Brasil”. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 143.

¹² FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 160-162.

¹³ ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford University Press, 1987, p. 155; FERREIRA, Roquinaldo. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 1996, p. 155-157; KARASCH, Mary. *The Brazilian slavers and the illegal slave trade, 1836-1851*. Masters dissertation. Madison: University of Wisconsin, 1967.

¹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Commercio. Tribunal dos Jurados*, nº 106, 17 de abril de 1856, p. 1.

¹⁵ CAPELA, José. *Conde de Ferreira & Cia. Traficantes de escravos*. Porto: Edições Afrontamento, 2012, p. 186.

¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. *Movimentação de portugueses no Brasil, 1808-1842*.

¹⁷ MESQUITA, João Marcos. *O comércio ilegal de escravos no Atlântico: a trajetória de Manoel Pinto da Fonseca, c. 1831-c. 1850*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ, 2019, p. 20-25.

¹⁸ ELTIS, David et al. *The trans-Atlantic slave trade data voyages*. Disponível em: <http://slavevoyages.org/voyage>. Acesso em: 15 ago. 2018.

¹⁹ Idem.

-
- ²⁰ Idem, ibidem, Viagem nº 46.260. Disponível em: <http://slavevoyages.org/voyage/46260/variables>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- ²¹ FERREIRA, Op. cit., p. 157; ELTIS, David et ali. *The trans-Atlantic Slave Trade Data Voyages*. Disponível em: <http://slavevoyages.org/voyage>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- ²² FLORENTINO, Op. cit., p. 194-204.
- ²³ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831*. *Revista de História*, São Paulo, nº 167, dec. 2012, p. 227-231. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/49091>.
- ²⁴ Idem.
- ²⁵ CAMPOS, Thiago Pessoa. *A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c. 1830-c. 1888)*. Tese de doutorado. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFF, 2015, p. 90-140.
- ²⁶ CARVALHO, Op. cit., p. 231.
- ²⁷ Idem, p. 237-239.
- ²⁸ ELTIS, David et ali. *The Trans-Atlantic Slave Trade Data Voyages*. Disponível em: <http://slavevoyages.org/voyage>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- ²⁹ Idem.
- ³⁰ FERREIRA, Op. cit., p. 31-32.
- ³¹ National Archives. Foreign Office, FO 84/254. Apud FERREIRA, Roquinaldo. Op. cit., p. 162-163.
- ³² Idem, p. 88.
- ³³ ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. III - Coleções Especiais; 33 - Comissões Mistas Brasil - Grã-Bretanha (tráfico de negros). Lata 19, Maço 1, Embarcação *John A. Robb*.
- ³⁴ Idem.
- ³⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. “Publicações a pedido”. *Jornal do Commercio*, nº 209, 09 ago. 1843.
- ³⁶ ELTIS, *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*. New York: Oxford University Press, 1987, p. 153 - 155.
- ³⁷ Idem.
- ³⁸ Idem.
- ³⁹ TAVARES, Luís Henrique. *O comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988; CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Brasiliense: São Paulo, 1983.
- ⁴⁰ NATIONAL ARCHIVES. *Correspondence with the British commissioners at Sierra Leone, Havana, Rio de Janeiro, Surinam, Cape of Good Hope, Jamaica, Loanda, and Boa Vista, relating to the slave trade. From January 1 to december 31, 1845*. London: William Clowes and Sons, 1846, p. 508.
- ⁴¹ Idem. Tradução livre: “Manoel Pinto da Fonseca declarou publicamente, que seus lucros no tráfico de africanos, sozinho, durante o ano de 1844, foi de 1.300:000\$000 reas, ou em torno de 150,000£”.
- ⁴² FERREIRA, Op. cit., p. 157.
- ⁴³ BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Commercio*. Parte Oficial, nº 72, 15 mar. 1844.
- ⁴⁴ NETO, Luiz Costa-Lima. “Teatro, tráfico negreiro e política no Rio de Janeiro imperial (1845-1858). Os casos de Luiz Carlos Martins Penna e José Bernardino de Sá”. *Revista Art Cultura*, Uberlândia/MG, vol. 19, p. 107-124, jan.-jun., 2017, p. 118-119. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/40081.
- ⁴⁵ Idem, p. 109-117.
- ⁴⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. “Comunicado, nº 258”. *Jornal do Commercio*, 22 set. 1845.

-
- ⁴⁷ Fundada em 1826, a Imperial Sociedade de Amantes da Instrução funciona, ainda nos dias de hoje, com o nome de Instituto de Amantes na Instrução (ISAI), no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Diferente de seus objetivos iniciais, atualmente não é mais uma espécie de orfanato. Cf. RANGEL, Ronaldo Raemy. *A trajetória da Sociedade Amante da Instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829-1876)*. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286440>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- ⁴⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. “Parte Oficial, nº 95”. *Jornal do Commercio*, 05 abr. 1849.
- ⁴⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. “Publicações a Pedido, nº 227”. *Jornal do Commercio*, 16 ago. 1848.
- ⁵⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, nº 13, 13 jan. 1848.
- ⁵¹ SALLES, Ricardo. *O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado*. *Revista Almanack*. Guarulhos, nº 4, 2º semestre de 2012, p. 42.
- ⁵² PARRON, Op. cit., p. 142-143.
- ⁵³ Idem., p. 219-230.
- ⁵⁴ Idem.
- ⁵⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994, p. 210-217.
- ⁵⁶ PARRON, Op. cit., p. 287-303.
- ⁵⁷ É importante apontar que foi na década de 1850 que a palavra traficante, usada para designar aqueles que realizavam o comércio atlântico de escravizados, começou a ganhar conotação negativa, tal qual assumimos atualmente.
- ⁵⁸ CAPELA, Op. cit., p. 185-189.
- ⁵⁹ NETO, Op. cit., p. 119-120.
- ⁶⁰ MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 393.
- ⁶¹ CAMPOS, Op. cit., p. 17.
- ⁶² BIBLIOTECA NACIONAL. “Publicações a pedido, nº 43”. *Jornal do Commercio*, 12 fev. 1850.
- ⁶³ ARQUIVO NACIONAL. Série Justiça – IJ6 – 525. ALCOFORADO, Joaquim Paula Guedes. História sobre o Infame Negócio d’Africanos d’África Oriental e Occidental, com todas as ocorrências desde 1831 a 1853.
- ⁶⁴ CAPELA, Op. cit., p. 170-171.
- ⁶⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. “Annuncios, nº 273”. *Jornal do Commercio*, 04 out. 1855.
- ⁶⁶ Cf. GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ⁶⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. “Publicações a pedido, nº 9”. *Jornal do Commercio*, 09 jan. 1856. Cf. NETO, Op. cit., p. 119.
- ⁶⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DA TORRE DO TOMBO. Testamentos. Testamento de Manoel Pinto da Fonseca. Livro 20, XV-R-72 (32) 1854.
- ⁶⁹ CAPELA, José. *Dicionário de negreiros em Moçambique, 1750-1897*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007, p. 224.

Do Rio para o mundo na rota do café: as exposições nacionais e internacionais de café organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio na década de 1880

Angela Maria Cunha da Motta Telles*

Recebido em: 02/07/2020

Aprovado em: 08/09/2020

Resumo

O Real Gabinete Português de Leitura possui significativo acervo documental sobre a história do café no Brasil Imperial. Tais documentos trouxeram à luz as exposições de café realizadas no Rio de Janeiro e no exterior, bem como outros tantos aspectos relevantes sobre a problemática da economia cafeeira no final do império. Pode-se destacar, o papel de comerciantes e financistas portugueses, sediados no Rio de Janeiro, na política econômica do país relativa ao comércio do café. A cidade do Rio de Janeiro era capital e centro econômico do país e o seu porto era o de maior movimentação comercial do Brasil, por onde se escoava o grosso das exportações de café. Partia do Rio de Janeiro a rota das exposições internacionais de café (1881-1884) organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio, organização não governamental, importante elo entre os cafeicultores brasileiros e os consumidores internacionais.

Palavras chave

Centro da Lavoura e Comércio (Brasil); exposições internacionais de café brasileiro; comerciantes portugueses no café do Brasil

Abstract

The Real Gabinete Português de Leitura has a significant collection of documents on the history of coffee in Imperial Brazil. These documents contain information over the coffee exhibitions held in Rio de Janeiro and abroad, as well as many other relevant aspects of the coffee economy at the end of the Empire. The role of Rio de Janeiro based Portuguese traders and financiers in the country's economic policy related to the coffee trade can be highlighted. Rio de Janeiro City was the country's capital and financial center and its port was the busiest commercial hub in Brazil, through which the bulk of coffee exports flowed. Departing from Rio de Janeiro, the route of the international coffee exhibitions (1881-1884), organized by the Centro da Lavoura e Comércio, a non-governmental organization, was an essential link between Brazilian coffee planters and its international consumers.

Keywords

Centro da Lavoura e Comércio (Brazil); international Brazilian coffee exhibitions; Portuguese merchants in Brazilian coffee

*Doutora em História. Diretora da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, integrante do polo de pesquisa sobre relações luso-brasileiras, e professora auxiliar da Universidade Estácio de Sá dos cursos de História e Relações Internacionais. Email:angela_telles@yahoo.com.br.

O Centro da Lavoura e Comércio era uma associação não governamental, criada em 1881, com a finalidade de ser elo entre cafeicultores brasileiros e os consumidores internacionais.

O Centro da Lavoura e Comércio é uma delegação das duas classes as mais importantes da sociedade brasileira – A agricultura e o comércio – encarregados de fazer conhecer as obras e de interpretar os sentimentos e as ideias diante do governo do país e junto aos povos estrangeiros. Estreitamente ligados por solidariedade, os membros do centro representam, por suas casas de comércio no Rio de Janeiro e por seus estabelecimentos agrícolas na zona cafeeira, interesses muito consideráveis.¹

A pesquisa teve início nas páginas da *Revista Illustrada* (1876-1898), de Angelo Agostini, que propiciou a revelação de significativo acervo documental sobre a história do café no Brasil Imperial, conservado no Real Gabinete Português de Leitura, dentre os quais destacam-se: *Breve notícia: Primeira Exposição de Café e Segunda Exposição de Café* (Fig.1), publicadas pelo Centro da Lavoura e Comércio;² e o catálogo da exposição de Amsterdã, *Le Brésil à Exposition d'Amsterdam*, 1883 (Fig.2), organizado por Eduardo Lemos com colaboração do escritor Ramalho Ortigão. Este catálogo serviu de modelo ao diplomata Paranhos Junior (futuro barão do Rio Branco) para a confecção do catálogo *Le Brésil à L'exposition de S. Petersbourg* (1884)³ (Fig.3), bem como ao *Le Brésil* (1889), na *Grande Encyclopédia* organizada por Lavasseur. Visavam tais catálogos à divulgação do café e do país. Tais documentos trouxeram à luz as exposições de café organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio no Rio de Janeiro e no exterior (1881-1884), bem como outros tantos aspectos relevantes sobre a problemática da economia cafeeira no final do império, atingida pela depressão da economia mundial (1873 a 1896). Pode-se destacar, dentre os aspectos relevantes observados nessa documentação, sua importância para a compreensão do papel de comerciantes e financistas, sediados no Rio de Janeiro, na política econômica do país relativa à lavoura e ao comércio exterior. Momento de queda drástica dos preços dos produtos agrícolas e aumento considerável da produção de café, sem que houvesse aumento correspondente à demanda. Foi um período de grandes transformações na economia mundial: um mundo que passou a ser movido a vapor, o que possibilitou o surgimento de um mercado agrário mundial integrado. Ou seja, nesse período de 1871 a 1914:

(...) o entrelaçamento da economia mundial numa única economia global, dominada por relações sociais capitalistas, alcançou nova qualidade. A mobilidade mais elevada de fatores de produção (trabalho e capital) e o aumento do comércio mundial incrementaram as relações econômicas entre os Estados de modo decisivo. (...) Apesar do retorno gradual ao protecionismo depois de 1878, o comércio mundial aumentou anualmente 3,4%, em média, entre 1870 e 1914. Só entre 1890 e 1914, ele multiplicou-se por três.⁴

Pode-se observar que, nesse momento de entrelaçamento da economia mundial numa única economia global, não foram poupados esforços pelos atores que integravam o Centro da Lavoura e Comércio no sentido de divulgar o café, nosso principal produto de exportação. Nas palavras de Topick:

Entre 1822, o ano da independência, e 1889, as exportações brasileiras de café cresceram 75 vezes e o consumo mundial aumentou mais de 15 vezes no século XIX. (...) cerca de 80% da expansão da produção mundial de café no século XIX deveu-se ao Brasil. E não se tratava de mercado marginal: no começo do século XX o valor das transações internacionais com o café só era superado pelo dos cereais e do açúcar. Assim a produção brasileira ajudou a redefinir a natureza do mercado de consumo, (...) baixando os preços do produto suficientemente para que ele alcançasse um mercado de massa.⁵

Taunay no clássico *História do café no Brasil*, no volume sexto, tomo IV (1939), ressalta a importância do Centro da Lavoura e Comércio na divulgação do café no exterior nesse momento de queda dos preços do café e reviravolta na economia mundial.

A diminuição considerável do valor do café atingia todas as classes da sociedade: por isto fora geral a ansiedade nos dois últimos anos pela adoção de providências tendentes a melhorar uma situação que fora sempre agravando.

Era de rigorosa justiça mencionar, entre os que maior, e mais inteligente zelo, haviam mostrado pela causa em perigo, estava o ativo Centro da Lavoura e Comércio.

Se era certo que trabalhava pelo interesse próprio, não menos exato que contribuía eficazmente para a prosperidade comum; assim bem merecera do país.⁶

Nas notícias sobre a primeira e a segunda exposição de Café (*Breve notícia... 1882 e 1883*), publicados pelo Centro da Lavoura e Comércio, percebe-se farta documentação abrangendo a problemática econômica relativa ao café, como, personagens envolvidos com a logística organizacional das exposições de café no Brasil, quadros estatísticos, relação dos expositores, relação das casas exportadoras, reportagens de jornais, aspectos particulares das exposições nos diferentes países, premiações e etc. As notícias sobre a primeira exposição (que aconteceu em novembro de 1881, apesar de as notícias serem publicadas em 1882) iniciam com a “Representação apresentada ao poder Legislativo”, na qual são expostos erros da economia brasileira, e, ao mesmo tempo, apontam as diretrizes econômicas e de relações comerciais que deveriam ser seguidas para que o Brasil não perdesse sua posição no mercado mundial. Havia a concorrência com a produção de café de Java, México, Cuba, Jamaica etc.

Pode-se assinalar, dentre os personagens que foram alvo do lápis crítico de Agostini, os comendadores Eduardo Lemos e Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, irmão do escritor português José Duarte Ramalho Ortigão (Fig.4.1), figuras de destaque na sociedade da época

(hoje esquecidos), que eram integrantes do grupo de portugueses vinculados ao alto comércio de café, bem como às associações beneficentes e culturais portuguesas. Ambos foram presidentes do Real Gabinete Português de Leitura e responsáveis pela construção do atual prédio desta biblioteca, cujo teto traz em relevo ramos de café.

Cabe ressaltar que Eduardo Lemos e Ramalho Ortigão, com a construção monumental do Real Gabinete, um templo a Camões, quiseram imprimir uma nova imagem de Portugal no Brasil, vinculando a língua e a arte como elementos de união Brasil-Portugal, e emprestando à classe de comerciantes portugueses a nobre tarefa de serem os guardiões e propagadores da cultura lusófona no Brasil. Isso pode ser percebido na decoração do prédio da biblioteca que traz elementos significativos da História de Portugal (Descobrimientos) e da história do Brasil (café). Os destacados comerciantes portugueses, Lemos e Ortigão, foram idealizadores e membros do Centro da Lavoura e Comércio Rio de Janeiro. Foi do centro, mais especificamente de Ortigão, a ideia das primeiras exposições de café do Brasil no exterior, visando a propaganda e o aumento do consumo de nosso principal produto de exportação. Tal ideia foi acatada pelo governo imperial e o centro assumiu a responsabilidade de organizar mostras de café no Brasil e no exterior.

As exposições ocorreram entre 1881 e 1884 em diferentes capitais europeias, nos Estados Unidos, no Canadá e na Argentina. Eduardo Lemos foi escolhido para ficar à frente dessa empreitada organizacional, sendo mesmo nosso delegado na exposição de café, em Amsterdã (1883). Por motivo de doença, não podendo comparecer à exposição de São Petersburgo (1884), foi substituído pelo futuro barão do Rio Branco, Paranhos Júnior, nosso cônsul em Liverpool, e, que havia demonstrado conhecimento sobre o assunto, em relatório encaminhado ao governo imperial.

Paranhos Júnior fez a seguinte descrição do centro no catálogo da exposição de São Petersburgo:

O Centro da Lavoura e Comércio é uma associação jovem e poderosa cujos membros representam, por suas casas comerciais no Rio de Janeiro e seus estabelecimentos agrícolas na zona cafeeira, interesses de importância considerável.

O presidente é um dos mais ricos agricultores do Brasil, o visconde de São Clemente, irmão e associado do simpático visconde de Nova Friburgo, ambos dignitários do império e viadores de sua majestade a imperatriz.

O vice-presidente é o comendador Ramalho Ortigão (Joaquim da Costa) negociante de café no Rio de Janeiro, espírito muito esclarecido, homem enérgico e muito devotado aos interesses da agricultura.

O secretário é o senhor Honório Ribeiro, um dos mais ilustres advogados do Rio de Janeiro e senhor Hermano Joppert, rico negociante.

O tesoureiro é o jovem barão de Quartim.

Os outros membros do conselho de administração são: os senhores barão de Araujo Ferraz, Eduardo Lemos (o mesmo que organizou a bela exposição brasileira de Amsterdam), Miranda Jordão, Araújo Maia (comissionado para a presente exposição de cafés na Rússia), Mello Franco, visconde de Miranda e Bruno Ribeiro, todos grandes agricultores e grandes negociantes.⁷

O Rio de Janeiro capital e centro econômico do país

As exposições de café do Brasil planejadas pelo Centro da Lavoura e Comércio partiram do Rio e percorreram o mundo entre 1882 e 1884: EUA (Boston, Nova York, S. Louis); Inglaterra (Londres); Canadá (Montreal e Toronto); Áustria (Trieste e Viena); Suíça (Genebra, Lausanne e Zurich); Alemanha (Berlim); Dinamarca (Copenhague); Noruega (Oslo); França (Paris); Bélgica; Grécia; Rússia (S. Petersburgo); e Argentina (Buenos Aires). A primeira, em 1881, aconteceu no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro era a capital e centro econômico país, e seu porto era o de maior movimentação comercial do Brasil, por onde se escoava o grosso das exportações de café. O café “Rio” foi o mais valorizado internacionalmente até o final do império. A importância econômica da cidade foi assinalada no catálogo da exposição de café em Amsterdã ao ressaltar que, a receita alfandegária da capital imperial, em 1882, destacava-se das demais receitas de todo o império, que somente na soma conjunta assemelhavam-se a sua receita.⁸ José Murilo de Carvalho, baseado na obra de Amaro Cavalcanti, *Resenha financeira*, de 1889, analisa o valor oficial da produção agrícola exportada no período de cinco anos, que vai de 1881-2 a 1885-6, e destaca o Rio de Janeiro (29,31) em relação às demais províncias do império. Em seguida vinha São Paulo (22,08) e Minas Gerais (10,79).⁹

Pelos dados atualizados por Paranhos Júnior (futuro Barão do Rio Branco) no catálogo de São Petersburgo (1884), nota-se que a maior parte dos exportadores era do Rio de Janeiro, contabilizando 464 produtores. Em seguida vinha Minas Gerais, com 277 produtores; depois São Paulo, com 166; o Espírito Santo, com 27; e o Ceará, com apenas 2 produtores. Portanto, era o Vale do Paraíba do Rio de Janeiro que liderava as exportações na década de 1880.¹⁰

Outro aspecto significativo destacado no catálogo da exposição de São Petersburgo foi a quantidade de mulheres produtoras e exportadoras de café que participaram da mostra. A marquesa do Paraná foi uma dessas mulheres empresárias do café das províncias de maior produção de café do império, sobretudo do Vale do Paraíba. Cabe observar que as mulheres

fazendeiras no Vale do Paraíba foram objeto do livro *Donas do café*, de Leila Villela Alegrio, que destaca número significativo de mulheres na administração de suas propriedades.¹¹ Eram, portanto, poderosas empresárias essas mulheres que contribuíram para impulsionar a difusão do café brasileiro mundo afora. Destacam-se muitas “Marias” (Fig.5) na relação apresentada no catálogo. “Marias”, como D. Maria dos Anjos, que, segundo Leila Alegrio, havia herdado uma antiga fazenda (1851) e soube transformá-la numa propriedade com 320 mil pés de café (1893). D. Maria dos Anjos investiu em “engenhos com mecanismo de motores hidráulicos, com descascador, ventilador, brunidor e despoldadores de café, paióis, oficinas, hospital, serraria, tulhas, estrebarias, ranchos e moinhos”.¹²

Outro aspecto significativo apontado no catálogo de S. Petersburgo é a quantidade de empresas exportadoras no Rio de Janeiro (132), em comparação com Santos (26), mostrando a importância da então capital imperial na rota comercial do café. A maioria delas de propriedade de estrangeiros, sendo algumas filiais de companhias internacionais. Como observa Gomes Pereira, sua localização reflete a importância que tinha a então capital do país no comércio do café.¹³

Como observa José Murilo de Carvalho, as rendas do Estado se prendiam estreitamente ao comércio exterior, ficando, portanto, na dependência dos proprietários rurais (cafeicultores). Os agricultores do Sul, sobretudo os da corte, eram os mais privilegiados na obtenção de empréstimos do governo. “No Sul, a queixa mais comum era que somente os que tinham padrinhos fortes na praça do Rio conseguiam empréstimos, pois o Banco [do Brasil] exigia endossantes em geral grandes comerciantes”.¹⁴ Acrescenta José Murilo que

(...) somente no Rio de Janeiro esta combinação de burocracia, comerciantes e proprietários rurais se realizou mais plenamente. O grande desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro e a proximidade física da sede do governo tornaram mais viável esta combinação de capacidade e interesses na formação do Estado.¹⁵

Pode-se considerar Joaquim da Costa Ramalho Ortigão um exemplo de grande comerciante da praça do Rio de Janeiro, que contribuiu no endossamento de empréstimos junto ao Banco do Brasil para cafeicultores fluminenses. Além de ter sido um dos criadores do Centro da Lavoura e Comércio, e de ter participado da elaboração dos planos das exposições de café brasileiro, fez parte da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Banco do Brasil. Segundo Taborda, Joaquim Ramalho Ortigão era “figura proeminente da colônia portuguesa e, por seus altos conhecimentos de economia política e competência

comercial, mereceu ser escolhido para fazer parte da comissão de reforma dos estatutos do Banco do Brasil (1887)”.¹⁶

Breve passagem sobre a historiografia relativa da história do café no Segundo Reinado

Antes de continuarmos o exame do material da pesquisa, cabe ressaltar a importância da obra clássica de Taunay sobre a *História do café no Brasil* (1939), bem como da historiografia diplomática brasileira para compreensão da história do café e do comércio exterior do final do império.¹⁷

Destacamos que a historiografia diplomática brasileira, preocupada com a memória de Rio Branco, seu patrono, fornece material, não só para compreensão da atuação de Rio Branco na exposição de café na Rússia, bem como para a problemática da economia mundial do final do século XIX e de personagens envolvidos na economia cafeeira. Não cabe no presente trabalho fazermos uma revisão da historiografia sobre a questão. Apesar da relevância das exposições de café para compreensão da política comercial do país no final do império, não há estudos sobre essas mostras, nem sobre seus autores. Percebe-se que a historiografia sobre o assunto, depois de Taunay (1939), silenciou-se. Celso Furtado e José Murilo, por exemplo, percebem que houve um aceleração da economia em meados da década de 1880, impulsionada pelo comércio exterior, cuja mola propulsora era o café. José Murilo de Carvalho, em *Construção da ordem* e em *Teatro de sombras*, vai indicar a necessidade de se estudar o papel de comerciantes e financistas para se observar se houve ou não interferência dos mesmos na política econômica do império. Segundo J. Murilo, os negociantes de café eram homens que possuíam o conhecimento e a experiência comercial, sabendo conciliar os interesses da produção e do comércio. Como observou José Murilo de Carvalho, “esse grupo de comerciantes e financistas, embora não participasse formalmente das posições de poder, merece estudo adicional a fim de se estabelecer sua real influência nas decisões políticas”.¹⁸

Em estudos mais recentes, como a *História do café*, de Ana Luiza Martins, percebe-se que a tônica foi mostrar a história do café com ênfase na história da província de São Paulo. A autora chega a apontar que “a produção paulista permaneceu por bom tempo aquém da daquela do Rio de Janeiro. Sabe-se que, ainda em 1859, 78% da produção da colheita procediam do Vale do Paraíba fluminense, enquanto São Paulo contribui com apenas 12% da produção (...)”.¹⁹ Ana Luiza, no entanto, acabou caindo na armadilha da narrativa de trabalhos

produzidos na década de 1970.²⁰ Vê-se em seu *História do café* que não há nenhuma linha sobre o Centro da Lavoura e Comércio, mencionando apenas as duas primeiras exposições nacionais de café para fazer uma afirmativa sem fundamento, ao dizer que os organizadores das mostras aprenderam as táticas da propaganda com um comerciante de máquinas estadunidense, *Lidgerwood*, estabelecido em Campinas/SP, entre 1850 e 1860.²¹

No estudo de Marquese e Tomich²² também não há nenhuma linha sobre o Centro da Lavoura e Comércio ou, mesmo, sobre as exposições de café, embora os autores tenham ressaltado um aspecto importante: a impossibilidade de compreender o processo da montagem da cafeicultura escravista brasileira sem se remeter a processos mais amplos, examinando suas interconexões com as condições locais. Nesse sentido, quanto ao estudo da dinâmica política local, sentimos falta da averiguação do papel dos comerciantes e financistas envolvidos na economia cafeeira (do alto comércio).²³

Os documentos disponíveis relativos à história do café no Brasil Imperial conservados no acervo do Real Gabinete, fornecem pistas, que auxiliam na compreensão do papel de comerciantes e financistas na condução da política imperial relativa à economia cafeeira num momento de grande reviravolta na economia mundial. Verificou-se, que os comerciantes portugueses Lemos e Ortigão fizeram parte de um grupo de empresários e financistas do café que tiveram um papel relevante na condução do comércio exterior no final do império, que tinha como mola propulsora o café. Um momento em que “a produção média de café ultrapassa os 5 milhões de saca por ano, e o produto se consolida como o motor do desenvolvimento do capitalismo no país”,²⁴ como observaram Marquese e Tomich.

O Centro da Lavoura e Comércio na organização das exposições de café

Pode-se observar que as exposições de café tiveram uma curadoria cuidadosa da parte do Centro da Lavoura e Comércio, cabendo a responsabilidade das mostras primeiramente a Eduardo Lemos. Para o bom êxito dos eventos, por solicitação do centro, cabia ao governo imperial facilitar o trânsito do café. Ou seja, a expedição de ordens necessárias para a exportação livre de direitos dos produtos destinados as exposições, além de transporte gratuito nas vias férreas, promovendo ainda os subsídios pecuniários que fossem necessários.

Em *Breve notícia sobre a Primeira Exposição de Café do Brasil* (Rio de Janeiro, 1882), há uma apreciação interessante resumindo a política econômica sustentada e defendida pelo centro, ao inaugurar a primeira exposição de café, na presença do imperador Pedro II.

Discurso inaugural, proferido por parte do Centro da Lavoura e Comércio, é a primeira manifestação oficial pública da política econômica sustentada e defendida pela associação. Nele se contém todas as teses que posteriormente se tem ventilado na imprensa, no parlamento, nas discussões de todos os interessados. Tais são: o crédito pignoratício; as vias de transporte e comunicação; a regularização dos impostos de importação e exportação, provinciais e outros; e finalmente, o desenvolvimento das relações comerciais do Brasil com os países estrangeiros, base de seu progresso e engrandecimento como centro, que é, de grande produção.²⁵

Na percepção do centro, o aumento de despesas do Estado e o regime de pesados impostos sob a chamada “indústria da agricultura” fizeram com que a lavoura fosse a que mais sofresse, como mostra o seu relatório de 1881.

(...) a lavoura foi tributada nas suas exportações; gravada no preço de suas subsistências e de seus elementos de trabalho, pelo aumento de impostos sobre importações; cercada em seus rendimentos pelas exageradas rendas usufruídas por empresas de transporte de seus produtos; onerada com impostos provinciais, nem sempre sabiamente decretados e tão poucas vezes equitativamente distribuídos.

Finalizando o discurso:

Todas essas ponderações e tantas outras que a nossa sabedoria suprirá à nossa insuficiência, serão o bastante para determinar a adoção franca, sincera e resoluta de uma política internacional, fundada principalmente nos intuítos comerciais do Brasil e nos verdadeiros interesses nacionais.

Os suplicantes, sem quererem atribuir às suas solicitações uma escala de mérito que poderia parecer arbitrária, não podendo, contudo, deixar de especializar a importância capital e a benéfica influência resultante da redução dos direitos de exportação e da regularização definitiva dos de importação, por via de tratados de comércio com as nações estrangeiras.²⁶

No que concerne às relações comerciais, sugerem o estabelecimento pelo governo imperial do regime de relações diretas, substituindo a dependência de intermediários. Recomendam que o governo tire proveito de seus representantes diplomáticos na Europa e na América para a divulgação do café. Finaliza, ressaltando que “visavam reduzir os direitos de exportação e regularização dos de importação, sobretudo, com países, como França, Bélgica, Rússia e Inglaterra”.²⁷

Segundo Topik:

(...) um impulso sem precedentes no campo do comércio internacional e dos investimentos externos promovia rápido crescimento dos tratados e convenções bilaterais e multilaterais, à medida que se padronizavam as regras do intercâmbio diplomático e econômico. Era o primeiro episódio do fenômeno da globalização, hoje tão comentado.²⁸

José Murilo de Carvalho, ao comparar as receitas alfandegárias de EUA, Brasil e Chile na segunda metade do século XIX, destaca que o Brasil era o que mais dependia dos impostos

sobre o setor externo da economia. Nas palavras de José Murilo, “no que se refere à capacidade fiscal do governo em geral, o que fica evidente é a grande dependência em relação ao setor externo.”²⁹

Ao mesmo tempo o centro percebia que a “desoneração não é o único meio de devolver aos cafés brasileiros preços verdadeiramente rentáveis, estendendo e multiplicando o consumo dessa mercadoria alimentícia de primeira ordem e de primeira necessidade”,³⁰ acrescentava que “existe outro, de eficácia quase igual, que até esses últimos tempos havia sido totalmente negligenciado. Queremos falar das exposições de café e bolsas de café”.³¹

As diretrizes a serem seguidas para que as mostras internacionais pudessem atingir o objetivo maior, de vulgarizar o conhecimento e o consumo do café do Brasil mundialmente, foram publicadas pelo Centro em *Breve notícia sobre a Primeira Exposição de Café*:

As exposições nos mercados estrangeiros serão organizadas segundo um plano especial, que será oportunamente elaborado sob consulta do alto comércio e cônsules estrangeiros, e da Associação Comercial do Rio de Janeiro; de modo e em termos que se realize, na sua maior plenitude a ideia de vulgarizar o conhecimento e o consumo do café do Brasil nos seus mercados atuais e naqueles onde ainda não é conhecido.

As exposições de café, pode-se dizer, partiram de uma iniciativa privada, que acabou por sensibilizar o governo imperial e obter o seu apoio.

O centro faz as disposições seguintes, que ele submete ao ministro em 15 de julho de 1881:

- Todos os anos, durante o mês de outubro ou de novembro, se fará no Rio uma exposição de café brasileiro, compreendendo, sobretudo, as províncias do Rio, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.
- O governo imperial fornecerá transporte gratuito e outras facilidades aos produtos destinados à exposição.
- Uma exposição de desenhos e de modelos de máquinas agrícolas será anexada à exposição de café.
- Enquanto durar a exposição, serão realizadas conferências sobre questões econômicas relativas ao café.
- As companhias de estradas de ferro disponibilizarão lugares a preços reduzidos às pessoas que desejarem visitar a exposição.
- Depois do encerramento de cada exposição anual, as amostras expostas serão divididas por séries, e enviadas para Europa e para América do Norte, afim de serem expostas sob os cuidados dos cônsules brasileiros.

Foi decretada numa mesma disposição as exposições nacionais e internacionais.

O ministro aprovou essas sábias medidas e em 14 de novembro de 1881 a primeira exposição de café do Brasil teve lugar no Rio de Janeiro.

Uma comissão de organização foi nomeada pelo Centro da Lavoura e Comércio.³²

Cabia ao governo, como pode-se observar, facilitar transporte, desonerar a mercadoria destinada às exposições, instruir seus cônsules para trabalharem na realização dos eventos. Ao centro cabia arcar com a logística organizacional e com os demais custos das mostras.

Nas palavras de Taunay:

Tantos, tão inteligentes e continuados esforços não haviam ficado baldados. O corpo legislativo votara a redução de 2% nos direitos de exportação do café, e o governo imperial, conformando-se com o parecer de uma comissão incumbida da revisão da tarifa da estrada de ferro D. Pedro II, resolvera que, de 1 de janeiro de 1883 em diante, se fizessem nesta tarifa, quanto ao café, reduções justas e apreciáveis. Com estes auxílios podia-se assegurar que a lavoura do café atravessaria a crise.³³

A rota do café visava, sobretudo, a América do Norte e a Europa. O modelo deveria seguir a lógica expositiva da primeira mostra organizada no Rio de Janeiro por Eduardo Lemos nos salões da Imprensa Nacional em fins de 1881. A exposição foi inaugurada pelo imperador Pedro II. Como pode-se observar no texto destacado:

A exposição se deu nos salões da Imprensa Nacional.

O imperador, que se interessa com tanta solícitude a todos os progressos e a todos os desenvolvimentos econômicos de seu país, inaugurou ele mesmo esta bela exposição. Os produtos ocuparam quatro salões.

No salão de honra, uma coleção de cafés metodicamente classificados informava aos visitantes sobre a história do trabalho e as numerosas transformações que sofreu o produto antes de ser liberado a consumação.

As salas laterais continham 1: 145 amostras diversas enviadas por muitos expositores de diferentes províncias de produção.

574 amostras provinham da província do Rio de Janeiro; 371 eram provenientes de Minas Gerais; 130 foram expedidas de São Paulo; 18 do Espírito Santo; 52 de províncias diversas.³⁴

Percebe-se que as amostras de café vinham, sobretudo, das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Vieram, também, amostras do exterior do país (para poder fazer comparação com o produto nacional). Tais amostras eram classificadas por tonalidade e aroma. Além disso foram expostas máquinas que beneficiavam a produção visando mostrar os progressos técnicos vinculados à cafeicultura do país. Paralelamente, conferências foram realizadas. Foram expostas ainda vistas das fazendas de café, encomendadas ao pintor Facchinetti (1824-1900). Tais vistas, pode-se afirmar, faziam parte das estratégias didáticas que visavam a divulgação do café e do país.³⁵ (Fig.6)

A estratégia expositiva da primeira exposição parece ter dado certo. Segundo relato da época, todas as pessoas competentes que visitaram a exposição e que estudaram as diferentes amostras que elas continham chegaram a esta conclusão:

Os cafés do Brasil apresentam uma diversidade, uma variedade, que não se encontra em nenhum outro país produtor; as melhores amostras podem ser comparadas quanto as qualidades as mais estimadas de outros países; não falta aos cafés brasileiros cuidados materiais de ensacamentos para lhes assegurar sem contestação o primeiro lugar.³⁶

O intuito dessa exposição realizada no Rio de Janeiro era premiar e selecionar os melhores produtores de café do Brasil para participarem das futuras exposições internacionais organizadas pelo centro. Visava-se ressaltar a qualidade do café brasileiro e difundi-lo mundialmente. Cabe salientar que o café brasileiro que chegava ao exterior não era de boa qualidade porque sofria misturas inapropriadas de intermediários e, muitas vezes, era comercializado como sendo de outra procedência. Para o bom êxito das mostras no exterior deveria ser obedecido um plano especial previamente elaborado sob consulta do alto comércio, dos cônsules estrangeiros e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. (Fig.7)

As exposições nos mercados estrangeiros serão organizadas segundo um plano especial que será oportunamente elaborado sob consulta o alto comércio e cônsules estrangeiros, e a Associação Comercial do Rio de Janeiro; de modo e em termos que se realize, na sua maior plenitude a ideia de vulgarizar o conhecimento e o consumo do café do Brasil nos seus mercados atuais e naqueles onde ainda não é conhecido.³⁷

Com o plano traçado e estabelecido para as mostras internacionais, e depois da realização da primeira exposição no Rio de Janeiro em 1881, o Centro da Lavoura e Comércio apressou-se em por a execução a segunda parte visando “vulgarizar o conhecimento e o consumo do café do Brasil” mundialmente.

As exposições internacionais

(...) a ideia de vulgarizar o conhecimento e o consumo do café do Brasil nos seus mercados atuais e naqueles onde ainda não é conhecido. Centro da Lavoura e Comércio, 1882.

As exposições deveriam seguir a rota de interesse comercial brasileiro e um modelo de mostra que proporcionasse impacto sobre todos os sentidos. No sentido de divulgação do país, mostrava a carta geográfica do império e paisagens tropicais panorâmicas. Além disso, preocupavam-se em ornamentar os ambientes expositivos com cortinas e sanefas nas cores da bandeira brasileira, colocando em destaque o retrato de D. Pedro II e objetos indispensáveis, simbólicos da nacionalidade. No sentido de divulgação do café, o produto poderia ser apreciado em grãos, em creme, em licores e até mesmo coado e servido em xícaras pequenas. Além do aguçamento do paladar e do olfato, deveria a museografia se preocupar em mostrar

vistas das fazendas de café, salientar os progressos técnicos proporcionados pela segunda revolução industrial na área dos progressos de maquinários para beneficiamento da produção de café, bem como mostrar a capacidade técnica do país em construções de grande envergadura, como pontes e estradas de ferro.³⁸

A rota das exposições deveria privilegiar capitais da Europa e da América do Norte. Caberia aos cônsules brasileiros estabelecidos em diferentes capitais da Europa e da América do Norte organizar as exposições de café. Para realização desses eventos, cada cônsul recebeu 200 sacas de 50 quilos de café. (Fig. 8 e 9)

A exposição na Inglaterra:

E o cônsul do Brasil em Londres, que teve a honra de inaugurar a primeira, e em parte as suas custas, essas exposições parciais.

Desde o mês de abril de 1882, ele expôs no Palácio de Cristal de Sydenham os produtos de seu país.

A exposição no Canadá:

No Canadá e em Trieste os cônsules organizaram também exposições de cafés brasileiros muito bem-sucedidas.

Em Buenos Aires:

Em Buenos Aires, durante a Exposição Continental, o café brasileiro obteve pleno sucesso e mereceu as mais altas distinções.

Em Paris o Centro da Lavoura e Comércio obteve pela exposição de café a grande medalha de ouro do Concurso anual.

Paris enfim, a capital do gosto, veio a ser chamada a apreciar os cafés do Brasil.

Sobre a demanda do encarregado dos negócios do Brasil junto ao governo francês da República Francesa, o governo francês permitiu que o café destinado a exposição entre com isenção de taxa, salvo a pagar os direitos se ele foi consumido na França. Também, o governo francês colocou graciosamente à disposição do consulado os salões do primeiro andar do Palácio da Indústria durante o Concurso Agrícola do mês de janeiro de 1883. (Nota 1. Por esta exposição de café a grande medalha de ouro do Concurso anual foi destinada em 16 de fevereiro à sociedade Centro da Lavoura e Comércio.).³⁹

Exposição de café nos EUA (Boston, Nova York e S. Louis)

Importante observar que os Estados Unidos eram o maior importador de café do Brasil, criando em junho de 1882, a bolsa de café, em N. York, constituída por 112 importadores e negociantes.

O cônsul geral do Brasil foi naturalmente um dos primeiros convidados à cerimônia de inauguração que se passou brilhantemente nos escritórios da nova bolsa, situada no centro do quarteirão dos negócios. Decidiu-se no princípio de apenas se ocupar dos cafés 'Rio', e abriu-se as operações afixando dois boletins recebidos, por cabo, do Rio de Janeiro e indicando o estado do mercado na capital brasileira.⁴⁰

Em junho de 1882, o cônsul do Brasil em NovaYork, Salvador de Mendonça, instalou uma exposição de cafés na capital dos Estados Unidos, que abarcou uma grande parte das províncias brasileiras.

A exposição, visitada por 10.435 pessoas, a maior parte das quais negociantes de New York e de outras praças da União Americana.

Os resultados obtidos foram além da expectativa do próprio Cônsul. A New York Coffee Exchange, tendo cedido ao convite de superintendentes nos trabalhos da exposição, associou-se ao Sr. Salvador de Mendonça, para promover a maior concorrência dos competentes e tomou a si julgar os produtos, afirmando o valor de cada um pela cotação do preço do dia.

(...) Classificação do Rio

O parecer da comissão da New York Coffee Exchange refere especialmente algumas amostras que julgou excelentes, colocando acima de todas a de nº 132.837 do Reg. Geral dos herdeiros de Manoel Antônio Esteves e aqui classificados – café lavado superior, redondo. Seguem-se os de Juvêncio Teixeira & Irmão, Francisco Xavier de Moraes Godoy, D. Zeferina Adelaide de Chagas Werneck, Viúva dos herdeiros de Manoel Gomes V. da Cruz, Francisco Marcondes de Moura, Manoel Honório de Campos, Francisco Marcondes Machado e Prado & Chaves por três diferentes tipos. Em todos estes cafés dominam as cores claras e verdes, nenhuma de cor escura.⁴¹

Importante observar que a região do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, foi suplantada somente pela produção paulista a partir de 1890. Foi o café "Rio" que alavancou a economia brasileira no exterior. De acordo com o relatório de Amsterdã, o Rio exportou 4.337.418 sacos de café, enquanto Santos, em São Paulo, exportou, entre 1880 e 1881, 1.204.198 sacos do produto. Esses dados revelam que mais da metade da produção mundial de café era brasileira, sendo escoada, sobretudo, pelo porto do Rio.⁴²

O Brasil na exposição de Amsterdã (1883)

A exposição de café em Amsterdã (1883) foi a primeira no exterior sob a condução do centro, tendo como delegado Eduardo Lemos, e fez parte da Exposição de Horticultura de Amsterdã daquele ano.

Nunca se imaginaria uma exibição de tal importância, representando a produção de 911 estabelecimentos agrícolas de um só país! Na secção colonial neerlandesa, organizada com esplendor admirável, havia apenas 380 amostras e as de todos os outros países não passavam de 250.⁴³

Durante a exposição de Amsterdã, Lemos teve a ideia de juntar no catálogo do café brasileiro informações sobre o Brasil. Queria dar conhecimento “de seus progressos materiais e morais, de suas riquezas naturais e de sua indústria”. Como na Holanda não havia meios para realizar esse objetivo, foi para Lisboa. Reuniu lá material em arquivos do Consulado do Brasil, da Associação Comercial de Lisboa e obteve a colaboração do escritor Ramalho Ortigão, que se encarregou de escrever a “Notícia sobre o Brasil e sua civilização”, servindo de prefácio ao catálogo. Em pouco mais de uma semana o trabalho estava concluído e foi anexado à publicação. Portanto, no catálogo da exposição de S. Petersburgo, o que Rio Branco fez, ao incluir a “Notícia sobre o Brasil”, foi um trabalho de atualização de dados. Rio Branco confirmou isso em carta endereçada a Eduardo Lemos informando que ao preparar “notícias sobre o Brasil” serviu-se “principalmente do notável trabalho por Vossa Excelência publicado em Amsterdã”.⁴⁴

Estrutura organizacional e conteúdo informativo do catálogo: História, família imperial, organização política, religião, aspecto geral – clima, montanhas, rios, lagos e portos marítimos, riquezas naturais e minerais, instrução pública, instituições científicas, bibliotecas, associações literárias, imprensa, instituições de caridade, assistência pública, casas de correção, colônias penitenciárias e disciplinares, finanças, forças armadas, arsenais, colônias militares, correios, telégrafos, telefones, bondes, estradas, linhas de navegação, docas e diques, faróis, movimentação marítima, comércio, indústria e agricultura.⁴⁵

Nota-se um esforço de mostrar um país tropical, afinado com os valores da sociedade europeia. É possível perceber que em ambos os catálogos a mão de obra escrava que sustentava a produção de café é mostrada como um problema resolvido. Ou seja, enfatizava-se a postura do governo de ter optado pela abolição gradual, argumentando ser uma tentativa de evitar uma convulsão social e, assim, buscava-se minimizar a polêmica questão que manchava a imagem do país no exterior. Além disso, compunha o catálogo um artigo de Sant’Anna Nery, no qual sente-se um olhar atento sobre a problemática do café na economia mundial, naquele momento de uma maior interconexão global.

No Brasil, saltamos sem transição do transporte no lombo das mulas para a locomotiva. As colheitas atuais nos chegam, portanto, dois meses mais cedo do que antes. Em vinte e dois dias os vapores as transportam para os países consumidores. Outrora eram precisos oitenta dias aos navios à vela para fazer o mesmo trajeto. (...)

É um erro basear-se nos grandes estoques e na enormidade do estoque do Havre para acreditar em um forte aumento da produção. O acúmulo dos estoques nos portos marítimos é somente consequência das facilidades de comunicação que existem no mundo inteiro.

Estamos, portanto, na presença de uma situação transitória devido aos *novos meios de transportes*.

O choque aconteceu. Ele não se repetirá mais enquanto não se descobrir meios de transporte tão superiores aos meios atuais, quanto estes o são aos mais antigos.

Isto posto, a estabilidade dos transportes estando assegurada, a diferença atual entre a oferta e a demanda só pode diminuir, visto que, na realidade, é o consumo que aumenta.⁴⁶

Dentre outros aspectos da organização do catálogo, pode-se destacar as apreciações de diversos especialistas da área científica sobre as qualidades e propriedades do café brasileiro sobre os de outra procedência, bem como sobre o organismo humano. Dentre os especialistas, podemos destacar: general Morin, diretor do Conservatório de Artes e Ofícios de Paris; Colliman, do *Economist*, dos EUA; professor Agassiz; Dr. Couty, na *Revue Scientifique* de Paris (22/04/1882); Dr. Ernest Ludwig, diretor do Laboratório de Química da Faculdade de Medicina de Viena; Dr. George Pennetier, diretor do Museu de História Natural de Rouen; Dr. Lucien Martin, do jornal *L'Hygiène Pratique*; Dr. Teresópolis, no 4º Congresso de Higiene e Demografia, em Genebra (1882).

Esses especialistas ressaltam os benefícios e propriedades estimulantes do café, bem como a superioridade dos cafés do Brasil em relação aos de outras procedências. Em relação aos benefícios e propriedades estimulantes é interessante as observações de Lucien Martin:

(...) o café é verdadeiramente indispensável às tropas, não somente para sustentá-las, excitá-las e aquecê-las, mas também para preservá-las ou curá-las de uma doença frequente nas campanhas ou nas marchas, a diarreia, que esgota e abate rapidamente o soldado vigoroso. O café é, portanto, um agente terapêutico preventivo, certamente o melhor de todos. Assim, graças a ele, tem-se nas mãos um meio de ação agradável e eficaz contra as febres intermitentes, que são demasiadamente comuns (...).⁴⁷

Outra observação interessante é a do Dr. Teresópolis:

A popularização do café é, portanto, um elemento de civilização e pode-se julgar a temperança dos habitantes de um país pela quantidade de café que se ingere como bebida.

Por que não tornar obrigatório nos estabelecimentos escolares o uso do café preto após as refeições? Bebida saudável, e com um perfume delicioso, de sabor agradável, a infusão de café é, por seus elementos hidrocarbonatos, um excelente estimulante respiratório por seus princípios nitrogenados. A cafeína, sem ser positivamente alimentícia, levanta o organismo, excita e ajuda poderosamente as funções digestivas. O café jamais tem os efeitos depressivos, hipnotizantes secundários das bebidas alcoólicas (...).⁴⁸

Percebe-se nesses discursos que o café é mostrado como um artigo de primeira necessidade, indispensável ao novo modo de vida das sociedades industriais.

Finalizando, a organização do catálogo apresentava: estatística do café - preços no Rio de Janeiro; empresas de exportação no Rio de Janeiro e em Santos; relação dos expositores, dos respectivos locais de produção, bem como da qualidade do café.

Segundo o relatório do centro, a imprensa holandesa contribuiu para o mais amplo conhecimento do Brasil. Observa ainda que foi importante também a posição dos representantes do Brasil, no sentido de que o momento era para unir os esforços dos produtores de café no mundo para conseguir vencer os problemas gerados pela depreciação dos preços na agricultura. Nesse sentido, o governo holandês acabou por determinar enviar ao Brasil um delegado para colher informações sobre a cultura do café, Sr. van Delden Laerne, funcionário público de elevada categoria e ele mesmo agricultor de café. Segundo discurso de Leopoldo Cesar Duque Estrada, o Brasil foi o único expositor que obteve o Grande Diploma de Honra como o mais perfeito entre todos os concorrentes.(Fig.10)

Exposição Brasileira em São Petersburgo (1884)

Esta e a de Amsterdã – também organizada pelo Centro da Lavoura – foram, sem dúvida, as duas maiores e mais completas exposições de café realizadas até hoje no exterior pelo Brasil. Paranhos Junior⁴⁹

No dia 17 de maio de 1884 foi inaugurada a exposição de cafés do Brasil em S. Petersburgo, na Rússia.

O delegado do Brasil na exposição de cafés brasileiros na Rússia foi, como já salientamos, Paranhos Júnior, que redigiu um relatório minucioso (2 de junho de 1884), dirigido ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, conselheiro Afonso Penna. Destacamos algumas partes significativas desse relato de Paranhos, que demonstram ao mesmo tempo olhar crítico de jornalista e de hábil diplomata.

Paranhos Júnior assim relatou ao ministro Afonso Penna a escolha do local para a exposição brasileira,

(...) o digno ministro junto à Corte, senhor barão de Alhandra, havia obtido a 10 de abril, não sem dificuldade, que a exposição brasileira de cafés do Brasil pudesse ser instalada junto à Exposição Internacional de Horticultura, formando um anexo, ou dependência desta.

O local foi aceito pelo representante do Centro da Lavoura e Comércio, que mandou construir um vasto pavilhão de madeira com a capacidade necessária para receber as mil

mostras de café do Brasil. Havia no pavilhão, além de uma grande sala de exposição com 80m de comprimento e 10m de largura, mais três compartimentos, sendo dois destinados à preparação do café e, o terceiro para depósito.⁵⁰(Fig.11)

Dando continuidade ao relato da exposição, Paranhos, salientou que a exposição durou dezesseis dias e foi inaugurada com a presença de suas majestades o imperador e a imperatriz da Rússia, acompanhados de todos os membros da família imperial, do corpo diplomático, da corte e dos primeiros funcionários deste império, que honraram o pavilhão brasileiro com sua visita.

(...) O número de visitantes elevou-se a mais de 200.000, havendo dias de 18 a 20.000, sobretudo nos últimos dias, em que o preço da entrada foi reduzido. O café foi servido em xícaras a todos os visitantes, oferecendo-se às pessoas de mais distinção pequenas caixas contendo cada uma 200g de café moído de fresco. O número de caixas distribuídas subiu a 20.000.

Todo este serviço foi feito sob a direção e ativa vigilância dos dois delegados do Centro da Lavoura, senhores Araújo Maia e doutor Cunha e Souza. Enquanto a exposição esteve aberta, conservavam-se eles sempre em seu posto, desde as 11h da manhã até às 5h da tarde, recebendo o público, tomando todas as providências necessárias e fornecendo as explicações que lhes eram pedidas pelos visitantes”.⁵¹

Paranhos informou também no relatório que “(...) Uma pequena brochura em francês e russo, mostrando a importância da produção cafeeira do Brasil, o modo de preparar o café e a utilidade dessa infusão, que começou a ser distribuída no dia 20 de maio e teve doze edições sucessivas”. Pode-se perceber o cuidado dos organizadores, em todos os aspectos, na divulgação do principal produto de exportação do Brasil. (Fig.12)

No final do evento houve distribuição de prêmios de mil amostras de café (dia 30 de maio), sendo concedido um diploma de honra para o Centro da Lavoura e Comércio por sua bela exposição. Na ocasião o presidente da Imperial Sociedade de Horticultura da Rússia expressou as seguintes palavras na ocasião da premiação:

A exposição brasileira, tornou-se verdadeiramente notável pela variedade de tipos e excelente qualidade de cafés, em nada inferiores aos melhores conhecidos, segundo o parecer dos mesmos peritos, dos homens de comércio e de todos os visitantes da exposição.

Nas palavras de Paranhos, a autoridade russa ainda

(...) acrescentou que, atenta à importância da exposição brasileira, uma recompensa extraordinária e especial deveria ser concedida ao Centro da Lavoura e do Comércio.

O congresso aprovou a proposta por unanimidade de votos, no meio de aplausos entusiásticos e prolongados (retalhos apenas nos^{os} 10, 17, 18 e 19, *Journal de Saint Péterburg, Novoye Wremya, Novosti e Petersbourgskie Vedomosti*). Ato contínuo, foi assinado o diploma pelos membros da mesa: presidente, almirante Samuel Greig; o

vice-presidente, conselheiro doutor Eduardo Regel; o secretário, conselheiro Pavel Egorevitch Tararinof.⁵²

Continuando seu relato, Paranhos mostra a repercussão da exposição na imprensa Russa. E pede licença para reproduzir os seguintes trechos traduzidos do *Petersburgskaya Gazeta* (31 de maio), escrito pelo doutor Axel Hermonius:

Fecha-se amanhã a Exposição de Horticultura e, ao mesmo tempo, cerrar-se-ão as portas do hospitaleiro pavilhão do Brasil. Tudo quanto era possível fazer – como propaganda para tornar conhecido o rico produto brasileiro – foi feito com admirável energia. Só resta agora aguardar os resultados da campanha...

Nós, que nenhuma aptidão temos para o comércio, devemos aprender com estes brasileiros. Descobrimo perspicazmente bom campo para explorar, eles entraram em operações com espírito e tato: não pouparam despesas, trabalhos, nem fadigas para chegar ao seu fim e alcançar a vitória; e tudo isso fizeram, não movidos de interesse pessoal, mas combatendo pelos grandes interesses de seu país; tudo isso foi feito por uma sociedade que se consagrou especialmente à defesa dos interesses da agricultura e do comércio.

Pode-se por aí formar ideia de como se compreende no Brasil o bom público e como por lá se sabe servir dedicadamente a essa causa. Tão grande exemplo ser-nos-á mais útil ainda [que] todo o bom café do Brasil.⁵³

Destacamos mais alguns recortes de interesse do relatório :

Jornal de *Saint Petersburg* (31 de maio)

Sem subvenção de qualquer espécie, movido pelo desejo de fazer aqui o que já havia feito em outras capitais da Europa, [o Centro da Lavoura] aproveitou-se da Exposição de Horticultura para impor ao nosso público, de certo modo, o conhecimento do produto brasileiro por excelência: o café. Essa energia, esse espírito de iniciativa lhe valeu antes de tudo a simpatia e a estima de todos aqueles que creem que as relações comerciais e de outra natureza entre as nações ganham em ser estabelecidas diretamente e são notavelmente facilitadas pelo contato pessoal entre os homens chamados a dirigi-las. Sob esse aspecto, pode-se bem dizer que a Sociedade Brasileira da Lavoura [o centro] terá conseguido um sucesso completo Seus delegados na exposição desenvolveram uma atividade à americana.⁵⁴

O *Petersburgski Listok*, de 2 de junho, redator A. Sokoloff:

Os expositores brasileiros alcançaram aqui belíssimos resultados. Gastaram, oferecendo ao público gratuitamente 500 garrafas de licor de café e 8.000 libras de café, mas obrigaram os nossos negociantes e grande parte da população desta capital a reconhecer que os cafés do Brasil não são inferiores aos melhores da Arábia, e decidiram os importadores desta praça a entrar em relações diretas com os lavradores do Brasil, fazendo vir dali partidas consideráveis de café. A comissão brasileira conseguiu, portanto, brilhantemente o seu fim.⁵⁵

Percebe-se no relatório do diplomata Paranhos enviado ao conselheiro e ministro Afonso Penna a intenção de enaltecer o trabalho do Centro da Lavoura e Comércio para o bom êxito da exposição de cafés brasileiros em São Petersburgo. Ressaltando que

(...) esta e a de Amsterdã (...) foram, sem dúvida, as duas maiores e mais completas exposições de café realizadas até hoje pelo Brasil. (...) a exposição do Centro da Lavoura e os exemplos de patriotismo, de enérgica atividade, de inteligente e fecunda iniciativa que oferecia essa associação provocaram gerais aplausos, dando lugar a muitas e significativas manifestações de simpatia ao Brasil e aos brasileiros.⁵⁶

Paranhos reforça suas palavras sobre o Centro da Lavoura e o bom êxito da exposição, destacando um comentário de jornal de São Petersburgo:

É esse, como Vossa Excelência verá pelos retalhos apensos, o juízo da imprensa russa. “os brasileiros”, disse o *Petersburgskaya Gazeta* “(...) compreendem belamente a sua missão aqui. Dão antes de tudo, informações mui interessantes sobre sua pátria, tão pouco conhecida entre nós; começam por tornar simpático e popular seu país, e depois tratam de popularizar os seus produtos”.⁵⁷

A documentação conservada no Real Gabinete Português de Leitura e no Arquivo Histórico do Itamaraty foram fundamentais para compreensão da história do café e do comércio exterior do último decênio do império brasileiro. Verificou-se, através dos acervos de ambas as instituições sediadas no Rio de Janeiro, que as exposições internacionais organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio, entre 1881 e 1884, foram exitosas na divulgação do café e do país, contribuindo para a vinculação do produto à nação brasileira. Comprovou-se ainda a participação de comerciantes portugueses do alto comércio, como Eduardo Lemos e Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, na elaboração da política econômica/comercial do país, que visava maximizar as exportações de café.

Destacamos também a importância do Vale do Paraíba do Rio de Janeiro na produção e exportação de café nos anos de 1881-1884. Ou seja, era do porto do Rio de Janeiro que partia o grosso a produção de cafés do Brasil para o mundo. E o café “Rio” era considerado o melhor do mundo. Pode-se afirmar que era o Rio de Janeiro, a cidade capital do Brasil, emprestando prestígio ao principal produto de exportação do Império do Brasil, que passou a ser marca da identidade do país, café Rio, café Brasil.

Índice de Ilustrações

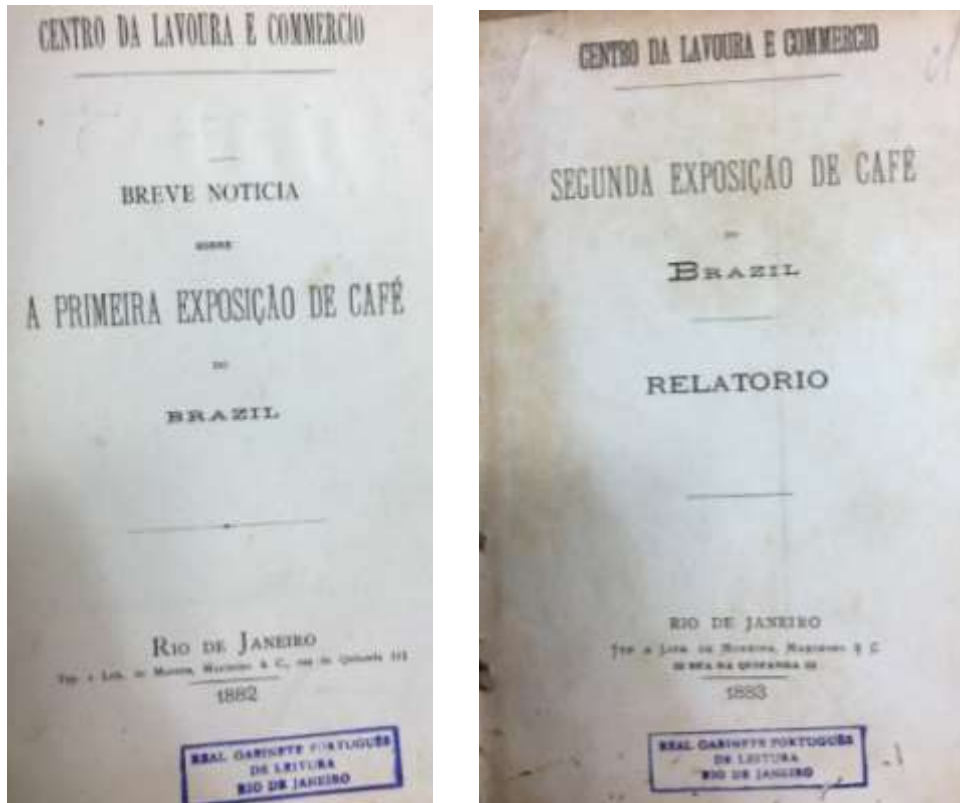


Figura 1: Folha de rosto de Breve notícia sobre a primeira exposição do café e Segunda Exposição de café do Brazil. Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.

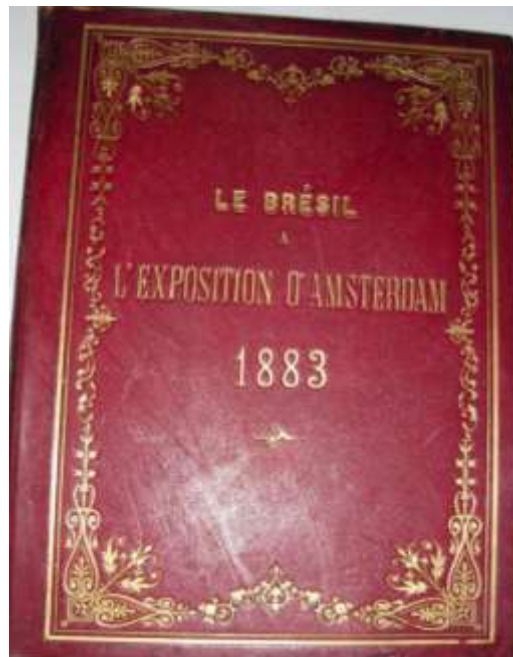


Figura 2: LEMOS, Eduardo. *Le Brésil a L'Exposition Internacionale D'Amsterdam 1883*. Lisboa: Typographia Castro&Irmão, 1883.
Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.

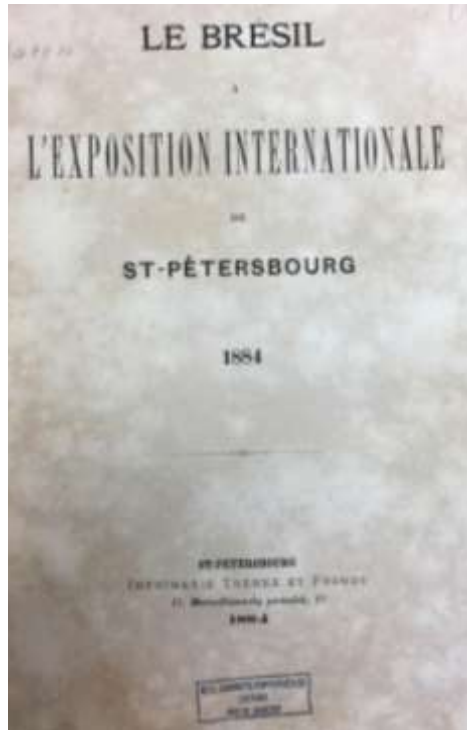


Figura 3: PARANHOS, Júnior. *Le Brésil a L'Exposition Internacionale de ST-Petersbourg, 1884*.
Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.

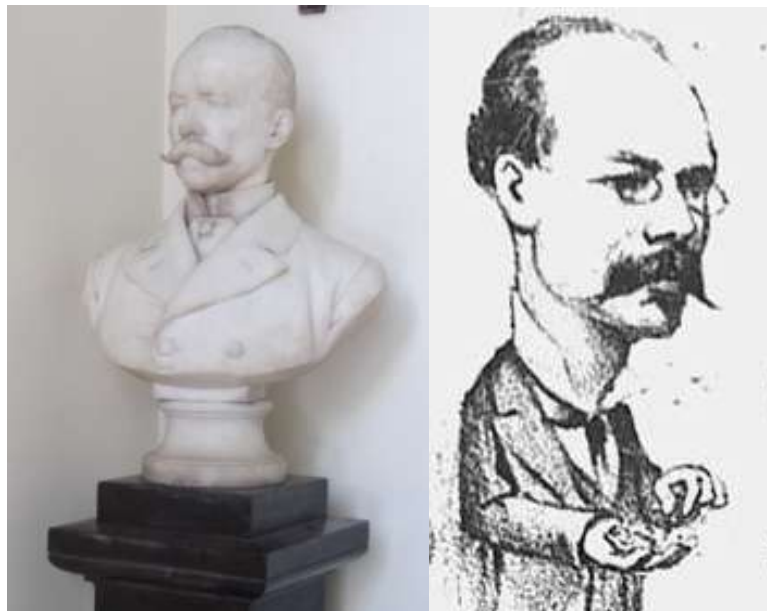


Figura 4: Busto de Eduardo Lemos, pelo escultor português José Simões de Almeida Jr.; caricatura de Eduardo Lemos, pelo ilustrador Angelo Agostini.
Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.



Figura 4.1: Caricatura de Ramalho Ortigão, pelo ilustrador Angelo Agostini; busto de Ramalho Ortigão, pelo escultor português Costa Mota. Acervo: Real Gabinete Português de Leitura

Maria Carolina de Araujo	M
Maria Gertrudes de Oliveira Monteiro	M
Maria Candida Perpetua	M
Maria Clementina de Magalhães	M
Maria Francisca de Avellar	M
Maria Rosa de Araujo Pinheiro	M
Maria Joaquina Vieira Manso	M
Maria dos Anjos Sanches Paiva	M
Maria Rita Marcondes Moreira	M
Maria Corrêa Abraham	M
Maria Pereira da Silva Alves	M
Maria do Carmo & Filhos	M
Maria Soares Louzada e Souza	M
Maria de S. José	M
Maria Magdalena de Freitas	M
Maria Brigida de Jesus Esteves	M
Maria Candida de Moura	M
Maria Francisca de Jesus	M
Maria Pereira do Carmo	M
Maria Antonia de Oliveira & Filhos	M
Maria Luiza de Jesus	M
Maria Guimardes Leite (Espolio de)	M
Mariana Leite & Genro	M
Mariana Theresa de Jesus Monteiro	M
Mariana Angelica do Amaral Fraga	M
Mariana Marcellina de Abreu	M

Figura 5: As “Marias” empresárias do café. Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.

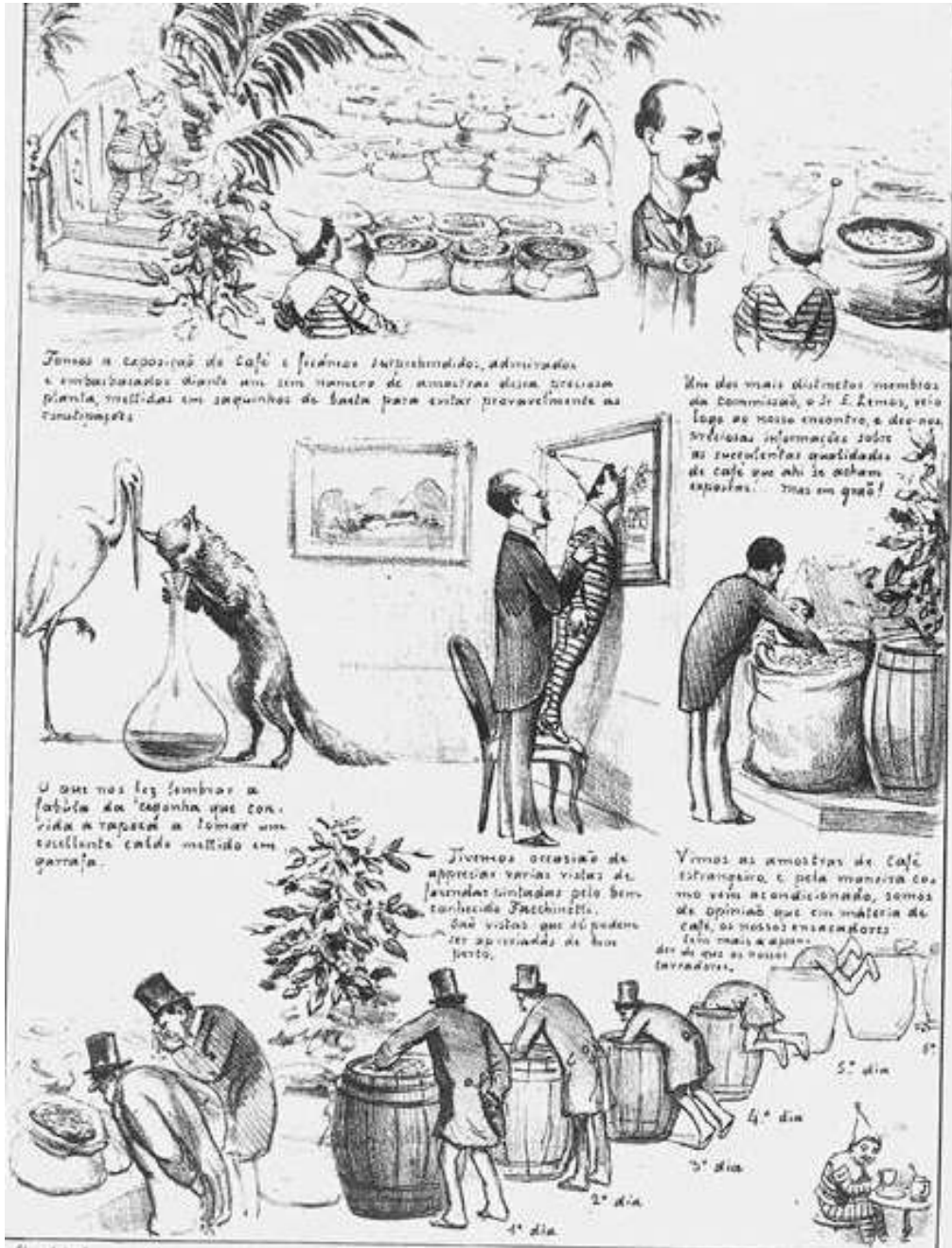


Figura 6: Página da *Revista Illustrada* referente à Primeira Exposição do Café no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, edição nº 274, 19 nov. 1881. Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.



Figura 7: Folha de rosto de Relatório da Associação Commercial no Rio de Janeiro do Anno de 1881. Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.



Figura 8: Exposição Continental de 1882, quiosque de distribuição de café em Buenos Aires. Acervo: Biblioteca Nacional.



Figura 9: Exposição brasileira em Atenas, 1883.
Acervo: Biblioteca Nacional.



Figura 9.1: Exposição brasileira em Atenas, 1883.
Acervo: Biblioteca Nacional.



Figura 10: Diplôme Commémoratif de l'Exposition Internationale Coloniale & d'Exportation Générale. Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.



Figura 11: *Revista Illustrada* em que o bem informado caricaturista Angelo Agostini se antecipa e imagina em quadrinhos o que seria a exposição de São Petersburgo, ocorrida em maio de 1884. Em destaque, Eduardo Lemos, Ramalho Ortigão e Pedro II. Edição nº 364, 16 dez. 1883. Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.



Figura 12: Brochura em francês e russo de autoria do secretário N. I. Dumontier sobre a produção cafeeira no Brasil, a maneira de preparar o café e suas qualidades. Distribuída durante a exposição de São Petersburgo, teve doze edições sucessíveis. Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.



Figura 12.1: Crítica alusiva à exposição na Rússia. *Revista Illustrada*, edição nº 364, 16 dez. 1883. Acervo: Real Gabinete Português de Leitura.

Notas

¹LEMOS, Eduardo. *Le Bresil a L'Exposition Internationale D'Amsterdam 1883*. Lisboa: Typographia Castro & Irmão, 1883.

²Ver outros trabalhos sobre o assunto em: TELLES, Angela. “A persistência de portugueses na liderança do comércio exterior no final do império e a construção de uma nova imagem de Portugal no Brasil”. Comunicação apresentada no 6º Colóquio do PPLB Portugal no Brasil. Disponível em: <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/portals/0/documentos/6coloquiopplb-folderpdf>; “Pistas sobre a história do café na *Revista Ilustrada*”. In: *O real em revista: impressos luso-brasileiros oitocentistas*. Gilda Santos (org). Rio de Janeiro: Oficina Raquel/Petrobras/ Real Gabinete Português de Leitura, 2015.

³PARANHOS Júnior, José Maria da Silva. “Exposição brasileira em São Petersburgo”. *Cadernos CHDD*, ano 11, número especial. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1055-Cadreno_CHDD22.pdf.

⁴DÖPCKE, Wolfgang. “Apogeu e colapso do sistema internacional europeu 1871-1918”. In: *Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo*. Jose Sombra Saraiva (org.), Brasília: FUNAG 2001.

⁵TOPIK, Steven C. “O barão do Rio Branco e a aliança com os Estados Unidos. In: CARDIM, Carlos H. e ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p. 411.

⁶TAUNAY, Afonso de E. *História do café no Brasil* (15 vols.). Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, vol. 6, tomo 4, p.129-130.

⁷CHDD. Ano 11, caderno especial, 2012, p. 182-183.

⁸LEMOS, Eduardo. Op. cit.

⁹CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

¹⁰PARANHOS Júnior, José Maria da Silva. Op. cit.

¹¹ALEGRIO, Leila Vilela. *Donas do café: mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba: Rio de Janeiro século XIX*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

¹²Idem, p. 93.

¹³PARANHOS Júnior, José Maria da Silva. Op. cit., p. 96.

¹⁴CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 200.

¹⁵Idem.

¹⁶TABORDA, Humberto. *Resumo histórico*, 1940, p. 137.

¹⁷Ver *Biografia de Rio Branco*, escrita em 1945 por Álvaro Lins; *Rio Branco a América do Sul e a modernização do Brasil*, organizada por Carlos Henrique Cardim e João Almino, 2002; catálogo da exposição de São Petersburgo de autoria de Paranhos Júnior, bem como o *Relatório da exposição brasileira em São Petersburgo*, conservados no Arquivo Histórico do Itamaraty e publicados pelo Centro de História e Documentação Diplomática em *Cadernos do CHDD*, 2012 e 2013.

¹⁸CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 46.

¹⁹MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2008.

²⁰PESSAMILIO, H. M R. “A dinâmica social do café” In: *Instituto Brasileiro do Café: o café no Brasil*. Rio de Janeiro: MIC - IBC, 1978.

²¹MARTINS, Ana Luiza. Op. cit., p. 78-79.

²²MARQUESE, Rafael de Bivar e TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial*, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

²³Idem, p. 344.

²⁴Ibidem.

²⁵ CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. *Breve notícia sobre a primeira exposição de café do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1882.

²⁶“Representação apresentada ao Poder Legislativo em 222/8/1882”. In: CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. Op. cit., p. 13.

²⁷Idem.

²⁸ TOPIK, Steven C. Op. cit., p. 407.

²⁹CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 250.

³⁰LEMOS, Eduardo. Op. cit., p. 53.

³¹Idem

³²CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. Op. cit.

³³TAUNAY, Afonso de E. Op. cit., vol. 6, tomo 4, p. 131.

³⁴ CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. Op. cit.

³⁵Ver *Relatório da Segunda Exposição de Café do Brasil*. CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO, Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1883.

³⁶ CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. *Breve notícia sobre a primeira exposição de café do Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1882.

³⁷ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. *Relatório da Associação Commercial do Rio de Janeiro no Ano de 1881*. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1882.

³⁸Imagens encomendadas ao fotografo Marc Ferrez. Ver relação de objetos que compuseram a exposição de São Petersburgo em PARANHOS Júnior, José Maria da Silva. “Exposição brasileira em São Petersburgo”. *Cadernos CHDD*, ano 12, nº 22, primeiro semestre de 2013. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, p. 629-651.

³⁹CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. *Relatório da Segunda Exposição de Café do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira, Maximino & C., 1883.

⁴⁰Idem.

⁴¹Relatório publicado no *Jornal do Commercio* de 16 de fevereiro de 1883. In: *Relatório da Segunda Exposição...* Op. cit., 1883.

⁴²LEMOS, Eduardo. Op. cit.

⁴³ Idem. Expositor Centro da L. C – 1003, amostras de café das províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

⁴⁴LEMOS, Eduardo. Op. cit., p. 60-61.

⁴⁵LEMOS, Eduardo. Op. cit.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹PARANHOS Júnior, José Maria da Silva. “Exposição Brasileira em São Petersburgo - Relatório”. *Cadernos do CHDD*, ano 12, nº 22, primeiro semestre de 2013. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, p. 629-651.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem. A exposição na Rússia foi organizada pela associação Centro da Lavoura e do Comércio do Rio de Janeiro. Com o acordo e sanção do governo imperial do Brasil. Ministro do Brasil na Rússia, senhor barão de Alhandra, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Majestade o imperador do Brasil. Comissão brasileira na Exposição de São Petersburgo: delegado do governo imperial e presidente da comissão, J. M. da Silva Paranhos, antigo deputado e J. Dumontier, chefe do Batalhão de Engenharia, aposentado. Membros: H. de Araújo Maia, representante do Centro da Lavoura e do Comércio, A. E. Schwabe, cônsul-geral do Brasil na Rússia e C. Gericke, vice-cônsul do Brasil em São Petersburgo.

Vistas das fazendas de café encomendadas ao pintor Facchinetti e utilizadas como propaganda nas exposições do produto

Maria Pace Chiavari*

Recebido em: 02/07/2020

Aprovado em: 18/11/2020

Resumo

Na segunda metade do século XIX a lógica que regulava o moderno sistema da economia cafeeira no estado do Rio de Janeiro se refletia na forma de propaganda adotada pelos cafeicultores. Trata-se de uma reformulação da linguagem artística que passa pelo resgate do valor simbólico. As imagens das fazendas de café realizadas pelo artista Nicolau Facchinetti, por encomenda dos barões do café e apresentadas em exposições de produtos agrícolas, assumem, na atual visão, o estatuto de documentos históricos, resultado do projeto político e econômico do Segundo Império. A leitura dessas representações propicia indicações sobre o agir dos fazendeiros comitentes das obras artísticas, sobre a poética do próprio autor, assim como sobre a incipiente modernização do sistema do capital no Brasil.

Palavras-chave

Segundo Império; café; fazendas; Facchinetti; exposições

Abstract

In the second half of the XIX century, the logic that rules the system of the modern coffee economy of the state of Rio de Janeiro is reflected in the forms of advertisement adopted by the coffee growers. These forms establish a reshape of the artistic language that recovers the value of the symbolic. The images of the coffee plantations created by Nicolau Facchinetti, commissioned by the Coffee Barons and displayed at agricultural fairs and exhibitions, take on the status of historical documents, generated by the political and economic project of the Brazilian Segundo Império. Reading these representations one can recover signs about the actions of the farmers who commissioned them, about the poetics of the author himself and about the emerging modernization of the Brazilian capitalist system.

Keywords

Segundo Império (Brazil); coffee; plantations; Facchinetti; exhibits

*Graduada em Arquitetura pela Università degli Studi di Firenze (1970) e doutora em Urbanismo pela PROURB UFRJ (2015). Pesquisadora autônoma, concentrou seus interesses na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, início do século XX e em artistas, construtores, arquitetos e fotógrafos italianos que atuaram no Brasil nesse período. Escreveu livros e publicou artigos em livros, catálogos e revistas. Email marpace@gmail.com.

O traje como sinal de civilização

Como consequência das alterações geográficas e políticas acontecidas após a queda de Napoleão, a Europa, na segunda metade do século XIX, passa por um estado de grande turbulência. A forte competitividade entre países se reflete na concorrência entre os produtos apresentados nos mercados, regida pela lógica da economia capitalista. Do outro lado do Atlântico, o clima de mudança interfere nos planos de governo do jovem soberano D. Pedro II. Está nos projetos do monarca a participação do Brasil na corrida em direção ao progresso. Favorece tal iniciativa o desenvolvimento do novo ciclo econômico, a cafeicultura, cujo produto, então muito valorizado, permite ao país entrar nessa disputa.

Embora até antes da Independência ideias sociais provenientes do Iluminismo circulem no Brasil e se fortaleçam com o Positivismo, isso não impede que a força do *establishment* seja minada. A determinar a forte rejeição da classe agrária às mudanças no regime de trabalho estão o baixo custo e o alto rendimento do escravo, principais motores do funcionamento da fazenda. No âmbito desse sistema, as razões econômicas justificam as políticas. Para o império ter suas fundações baseadas na cafeicultura, tal estado de submissão comporta tanto o reconhecimento da dominação senhorial quanto o estado de escravidão. Após o Slave Trade Supression Act, ou Lei Bill Aberdeen, todavia, algo muda. O primeiro reflexo disso se manifesta nas relações econômicas. Uma vez abolido, em 1850, o tráfico atlântico entre América e África, nos mercados europeus os produtos comercializados, além da qualidade e competitividade, precisam responder às questões éticas acerca da sua produção.

Coloca-se, então, a questão: qual seria o traje próprio para o Brasil vestir no sentido de se apresentar no exterior como país civilizado?

As fazendas de café como documento

Ao relatar o diálogo entre o veneziano Marco Polo e o imperador dos tártaros, Kublai Kan, o escritor Italo Calvino descreve uma exclamação do soberano ao viajante veneziano: “Parece que você conhece melhor as cidades por meio do atlas do que visitando-as pessoalmente”.¹ A atribuição do valor narrativo à cartografia, enquanto objeto constituído historicamente, pode se estender a outros documentos iconográficos. Na primeira metade do século XX, a Escola dos Annales formula a postulação oficial de

ampliar às imagens a especificidade de categoria documental. Torna-se, então, possível fazer referência às representações das fazendas de café como realidades construídas, projeções de uma determinada época, e, por isso, dotadas de evidências históricas.

A partir da consideração de que o termo “significado” se aplica, na arte, a signos ou a símbolos, é interessante dar visibilidade a um acervo pouco tratado: aquele relacionado à cafeicultura e à interpretação de seu “significado”.² Da mesma forma que existe a historização da política ou da economia, no caso das vistas das fazendas de Facchinetti, trata-se de personalizar a visualização da dinâmica do então processo econômico. A partir de como esse último se reflete nas mencionadas representações de Fachinetti, é possível olhar a paisagem resultante das vistas, como “fato cultural”.³

Desde o final do século XVIII, começa a se implantar no Brasil o cultivo do café. Iniciado no Pará, o novo ciclo desce pelo Maranhão e pela Bahia antes de deslanchar no Rio de Janeiro. Entre as primeiras representações de plantações de café encontram-se duas aquarelas sobre papel, sem data, que retratam a Fazenda Pombal, Colônia Leopoldina, Bahia. A referência a tais obras, de uma simplicidade quase naïf, realizadas por um artista amador, Bosset de Luze (1754-1838), adquire sentido nesse contexto por assinalar um primitivo exemplo de cultivo na história da cafeicultura do Brasil. No detalhamento do desenho e na ampla legenda, as aquarelas oferecem elementos capazes de fornecer, como num manual, as normas que regulam o novo cultivo.⁴

Serve-se desse exemplo para chamar a atenção sobre a pouca consideração dada, até a segunda metade do século XIX, à documentação da paisagem brasileira, realizada por meio de esboços e aquarelas. Tal atitude responde à posição crítica assumida à época pela Academia Imperial de Belas Artes, instituída, em 1826, no Rio de Janeiro. Lidera o debate sobre tal questão Felix Emile Taunay, diretor da mencionada academia. Ao juízo de valor sobre a documentação de viajantes e naturalistas, então considerada como gênero inferior, se contrapõe o propósito político de desenvolver uma produção iconográfica voltada ao conhecimento do país.⁵ São exemplos de tal interesse as ilustrações das primeiras fazendas de café do Rio de Janeiro reunidas por Gilberto Ferrez em importante publicação.⁶ Nessas imagens é frequente o uso do tradicional esboço, capaz de obter o rápido registro da realidade a partir de uma visão direta. A organização das imagens dessa coleção em ordem cronológica, como nos antigos guias

de viagem, permite ao leitor apreciar os progressivos aperfeiçoamentos na implementação da cafeicultura.

Em relação à valorização da paisagem, em meados do século XIX, verificam-se mudanças graças à chegada no Rio de Janeiro de artistas com tendências de cunho mais realista, segundo Pedro Xexéo, como o francês Henri-Nicolas Vinet (1847-1876) e o italiano Nicolò (Nicolau) Facchinetti (1824-1900).⁷

O projeto político de D. Pedro II e a paisagem de Nicolau Facchinetti

No âmbito do projeto de D. Pedro II voltado à renovação do império, o Brasil deve se apresentar como uma nação tropical, moderna e civilizada. Para que isso aconteça é interesse do soberano incentivar a elaboração de imagens do país, com as quais o governo possa se identificar.⁸ Entre os gêneros artísticos, o que melhor responde a esse desejo é a pintura da paisagem, cuja preferência deve-se ao fato de, além de enaltecer a beleza do lugar e evidenciar o desenvolvimento econômico do País, possuir técnicas capazes de mascarar os problemas sociais existentes.

Em relação ao projeto iconográfico, desperta o interesse do imperador o álbum *Brasil pitoresco*, editado entre 1859 e 1861 na França, com texto do francês Charles Ribeyrolles (1812-1860), e ilustrado pelas fotos do também francês Jean-Victor Frond (1821-1881).⁹ Embora possam existir discordâncias quanto à posição abolicionista manifestada pelos autores nas representações das fazendas, o interesse do soberano se concentra na fotografia e na sua capacidade de documentar o país. Após mostrar os retratos da família imperial, o álbum leva seu leitor a conhecer o Brasil, servindo-se de amplas vistas sob a forma de litografias. Encontra-se, entre essas, o panorama da baía do Rio de Janeiro, dividido em seis litografias a partir de fotografias realizadas por Victor Frond. A amplidão obtida nessa visão do fotografo francês se torna importante referência para o artista italiano Nicolau Facchinetti, recém-chegado no Rio de Janeiro.¹⁰ Admirado pela inusitada escala do panorama carioca, o pintor italiano parece refletir essa sensação na vista da Lagoa Rodrigo de Freitas, além de corresponder ao projeto do monarca. Nessa composição, a cenografia é construída de forma a atribuir civilização ao lugar, sem perder o fascínio da exuberância tropical. O jogo da luz, as cores e o minucioso desenho da natureza servem ao artista para suprir a ausência de figuras e obras humanas.¹¹(Imagem 1) Se a fotografia, na época, se apresentava como

“cópia” fiel da realidade, os quadros de Facchinetti pretendiam convencer sobre a fidelidade da visão humana.

Chegado ao Rio de Janeiro em 1848 com 24 anos, proveniente da Itália e originário de Treviso, Nicolau Facchinetti constrói sua visão graças a conhecimentos técnicos. Vale-se da aprendizagem relacionada ao uso da perspectiva e da cor, segundo os parâmetros construtivos do *tonalismo veneto*. Nessa preciosa bagagem, baseada na progressiva passagem de tonalidades da cor e de intensidade da luz, residem a peculiaridade e o valor de suas pinturas. Desperta hoje curiosidade a lembrança dos duros julgamentos proferidos pelos críticos de arte contemporâneos às suas vistas. Dentre esses, Luiz Gonzaga Duque Estrada (1863-1911), ao se referir à técnica utilizada pelo pintor italiano, observava a falta de emoção nas suas pinturas por serem demasiadamente fiéis à realidade.¹²

Nessa mesma época, entretanto, a “aparente” e criticada fidelidade de Facchinetti em relação aos objetos representados se torna a razão que induz os “barões do café” a fazerem retratar suas fazendas pelo artista italiano. Na crítica atual, se contrapõe à definição do artista como simples reproduzidor da natureza a avaliação de sua arte, vista na qualidade de criadora da “realidade”, sendo essa última parte da própria ficção inerente à imagem. Nesse processo reside a diferença entre o assunto e a poética do assunto e sob esse olhar as obras de Facchinetti se abrem a múltiplas possibilidades interpretativas.

As vistas das fazendas de café como brasão dos cafeicultores.

Faz parte das primeiras vistas de fazendas de café realizadas por Facchinetti a denominada *O Pilar*, localizada no município de Maricá/RJ. Nessa região, como atestam as memórias do viajante Luccock, que esteve no Brasil, entre 1808 e 1818, teve início o cultivo de café.¹³ Tal obra, em função dos materiais e da técnica utilizada pelo artista – esboço realizado por meio de grafite, nanquim e guache sobre papel – aproxima-se dos trabalhos referentes à primeira fase da cafeicultura, localizada na Floresta da Tijuca.

Na frente da vista da Fazenda do Pilar está colocado um escrito. É tradição de Facchinetti colocar na parte detrás de suas pinturas a genealogia da obra, iniciada pelo nome da fazenda, seguido do nome de quem encomendou o quadro, das frases “tomada do natural” ou “pintado fielmente do natural”, e da data com a assinatura do artista, N.

ou Nicolau Facchinetti. Tal ficha biográfica do quadro constitui importante fonte de informações e é lamentável que, no decorrer dos trabalhos de restauro das telas, muitas dessas escritas tenham sido perdidas. A explicação do porquê a “escrita”, na vista da fazenda do Pilar foi colocada na frente do quadro está no próprio texto: “O Pilar: oferecido ao Il Sr. Comm. Ant. Joaquim Soares Ribeiro por Nicolau Facchinetti no dia 7 de março de 1855”.¹⁴ Trata-se de uma doação feita pelo pintor ao fazendeiro e não de uma encomenda, como é o caso das muitas outras vistas. (Imagem2)

As formas escolhidas por Facchinetti para se fazer conhecer, como é o caso da mencionada doação, contribuem para aumentar seu prestígio e promover suas obras. Em 1869, uma página inteira do *Almanaque Laemmert* é ocupada por um anúncio de Facchinetti em que são oferecidas “vistas do Brasil, pintadas ao natural a óleo”. A tradução desse texto em cinco línguas faz alusão ao amplo leque e alto status social de sua clientela, a qual o artista se dirige ao se propor a retratar suas paisagens preferidas.

Pouco tempo depois de ter sido pintado *O Pilar*, o filho do proprietário, comendador José Antônio Soares Ribeiro, é nomeado barão de Inoã e recebe o título de cavaleiro imperial da Ordem da Rosa.¹⁵ Sucessivos pedidos de vistas de fazendas a Facchinetti estabelecem uma relação entre o agraciamento do título de barão ao cafeicultor e a encomenda de uma vista da respectiva fazenda ao artista. Um exemplo disso se encontra na vista da Fazenda Flores do Paraíso, retratada em 1873. Um ano depois, em 24 de setembro de 1874, seu proprietário, Domingo Custódio Guimarães Junior, recebeu o título nobiliárquico de barão de Rio Preto.¹⁶ Outro caso similar é o da Fazenda Veneza, no distrito de Conservatória, no município de Vassouras/RJ, cuja encomenda da vista é realizada alguns meses antes de o proprietário receber o título. Dono de numerosas fazendas de café, Francisco Paulo de Almeida, após ter participado da construção da Estrada de Ferro Santa Isabel do Rio Preto, recebe, em setembro de 1877, pelas mãos da princesa Isabel a nomeação de barão de Guaraciaba. Não existiam normas específicas que regulassem a concessão do título; a principal justificativa dessa honorificência era a de “serviços prestados ao Estado”, como lembra Lilian Moritz Schwarcz.¹⁷ O reconhecimento ao Sr. Francisco Paulo de Almeida assume destaque pelo fato de ter sido o único titular do império de ascendência africana a ter sido agradecido com o título de barão.

No final da década de 1870, verifica-se um aumento nos pedidos de vistas de fazendas. Além de Facchinetti, Georg Grimm, artista e noto paisagista de origem alemã,

retrata diversas paisagens de grandes fazendas de café no Vale do Paraíba.¹⁸ Tais representações, enquanto documentos do título de nobreza alcançado, encontram lugar nos salões de visita, da mesma forma que o brasão ou a árvore genealógica da família eram exibidas pela antiga aristocracia.

A paisagem-retrato dos diferentes mundos da fazenda

O grande sucesso adquirido pelo café do Estado do Rio de Janeiro no mercado internacional coloca as rédeas que direcionam os caminhos da economia brasileira nas mãos dos barões de café. As vistas das fazendas se tornam importantes registros dos quais seus proprietários dispõem para divulgar o status social alcançado e, ao mesmo tempo, valorizar o sistema de produção adotado no cultivo do café.

A fim de entender as condições estabelecidas pelo pintor para transformar a paisagem em registro-documento analisa-se, como exemplo, a vista da *Fazenda Paraíso na Serra do Cupim, Vale do Rio Preto* (1873) - óleo sobre tela (48cm x 81cm). (Imagem 3)

É interessante notar as dimensões relativamente modestas das vistas das fazendas. Uma das justificativas encontradas pelo tamanho dos chassis escolhidos está no fácil manuseio das telas. Era hábito do pintor realizar o primeiro esboço da paisagem no próprio lugar da vista. Disso vem o termo utilizado pelo artista, “fiel ao natural”. O esboço, em seguida, era completado em pintura a óleo, no próprio ateliê.

Através da atenta leitura das vistas acima mencionadas torna-se possível reconstruir o caminho utilizado por Facchinetti ao retratar as fazendas. Era papel do artista servir-se da estética da paisagem para enfatizar a beleza do local e seu entorno. Todavia, por serem obras de encomenda, destinadas à valorização do empreendimento, a preocupação do autor era dar destaque ao resultado produzido pelo homem com seu trabalho, capaz de dominar a natureza. Além do prazer estético, o papel das pinturas era oferecer ao observador informações que lhe permitissem entender o próprio funcionamento da fazenda.

No âmbito do projeto, a primeira estratégia do artista era a escolha do ponto de vista. A localização para o pintor se posicionar devia garantir uma visão capaz de abranger toda a amplitude da fazenda. Com o objetivo prático de documentar o empreendimento, Facchinetti, na representação da paisagem, se valia das normas do uso da perspectiva aérea, capaz de transformar o real em imaginário. O lugar encontrado

para essa função, no caso da Fazenda Paraíso, oferece ao observador a vista panorâmica do conjunto, sem perder a relação entre os principais componentes. Na parte esquerda da tela, chamam a atenção do observador duas palmeiras, reminiscências da vegetação nativa, capazes de lembrar ao observador que o empreendimento estava localizado num país tropical. Entre as plantas, a visão da pequena capela sugere a ligação dos barões do café com a fé católica.

A construção da paisagem, ao revelar, no primeiro plano mais escuro, o pequeno riacho, paralelo às vias de acesso à fazenda, assinala a presença de água, elemento fundamental no tratamento do café. Adquire luminosidade o plano central onde é perceptível no fundo o delicado perfil dos morros destinados à lavoura enquanto os outros, resultados de roçada, são preparados por novos cultivos. A ênfase nos elementos topográficos evidencia as áreas de maior altitude como as mais aptas para a implantação de cafezais. Embora longe do olhar, chama a atenção, devido à posição central ocupada na tela, o conjunto arquitetônico. Desse, se destaca a casa patronal, cuja fachada principal torna-se a principal referência da fazenda. Atrás da casa de vivenda é perceptível a volumetria de outras construções utilizadas para o trabalho de café e a senzala. Para enobrecer a paisagem o artista se vale da presença de personagens. Duas figuras femininas e duas masculinas parecem se encontrar ao longo da alameda principal que divide ao meio o jardim da fazenda. No caminho próximo ao rio, percebe-se um cavaleiro junto a um cavalo. Trata-se talvez, do capataz. Nos dois casos a miudeza do desenho, devido a escala, e a sombra sobre a área examinada contribuem para tornar difícil a precisa identificação dos personagens, como também da cor de sua pele.

Ao se referir a fazendas posteriores, como a de Santo Antônio, retratada em 1880, é possível constatar o grande desenvolvimento dos empreendimentos do café, acontecido nesses anos, tanto em relação à extensão do território, objeto do cultivo, como à modernização da própria lavoura. Trata-se da época de ouro dos cafezais do Estado do Rio de Janeiro. Devido ao alto preço do café nos mercados estrangeiros, assiste-se ao expressivo enriquecimento da elite agrária. Grande parte dos lucros são investidos na reestruturação e modernização da fazenda sob forma de equipamentos e máquinas. O objetivo é melhorar a produção. Um exemplo de moderno empreendedor é Antônio Ignácio Lemgruber, dono da fazenda Santo Antônio e ligado, na Capital, à

sociedade Lemgruber & Lemgruber, dedicada ao comércio de máquinas a vapor, locomotivas e maquinário para a lavoura.¹⁹

A leitura da vista da Fazenda Santo Antônio permite entender a ligação que vem se estreitando, nesses anos, entre o desenvolvimento da cultura do café, o interesse dos proprietários em ver retratados os resultados obtidos e o uso dessas imagens como propaganda. (Imagem 4) Tais transformações se refletem na produção de Facchinetti, seja pelo aumento no número de encomendas,²⁰ seja pela mudança na atitude do artista ao representar a fazenda. A descrição da paisagem se faz mais detalhada para que a pintura assuma uma função quase didática, fornecendo as chaves para o entendimento do processo de produção.

Ao reproduzir a Fazenda Santo Antônio, o ponto de vista escolhido pelo artista se encontra numa altura que permita construir a visão “a voo de pássaro”. Uma vez garantida a capacidade de o olho humano abranger a propriedade inteira, torna-se possível traduzir em pintura as informações sobre a lógica da formação da paisagem agrária. Isto quer dizer transmitir as características naturais do sítio, o diversificado uso dos terrenos em função do ciclo de produção e os tratamentos finais do café. São, assim, assinalados os caminhos, os cursos de águas, as partes cultivadas, as áreas desmatadas e o conjunto de diferentes construções (Imagem 5). Das características arquitetônicas podem se deduzir suas funções desde a da residência patronal às de serviço para usos funcionais. É possível acompanhar com o olhar as operações da produção após a colheita. O trabalho começa pela secagem no amplo terreno, onde o café é amontoado pelos escravos. Pelo compromisso do artista com a realidade, os trabalhadores não deixam de ser assinalados como atores do funcionamento do complexo sistema.

Pertencem a esse mesmo período as vistas da Fazenda Soledade (1880) e da Fazenda Montaldo(1881), a primeira, de propriedade dos irmãos Fischer, Albert e Constantin de origem suíça e localizada próxima à Teresópolis. No que concerne à vista da Fazenda Montaldo, no município de Pirai/RJ, a imensa paisagem, embora reduzida por meio da perspectiva panorâmica a uma tela de 47cm x 107cm, não deixa de valorizar a magnitude do lugar, com a sede da residência patronal defronte ao terreiro e aos espaços funcionais de secagem do café. O nome do proprietário pode ser encontrado no verso da pintura: “Ilmo. Sr. Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo”, e consta entre os grandes senhores de terra presentes na petição de 1882, aos quais D. Pedro II agraciaria títulos de nobreza.²¹

1ª Exposição Industrial Nacional de Café. Rio, 14 de novembro de 1881

A intensa concorrência comercial que se verifica no Brasil no final do século XIX desenvolve a evolução das práticas comerciais. Independente dos meios utilizados, torna-se tarefa prioritária fazer propaganda dos produtos comercializados. São, então, numerosas as publicações que tratam do café, dentre as quais se encontra o escrito de autoria do Dr. Nicolau Joaquim Moreira sobre a história e cultura dos cafezais e o consumo de seu produto. Por ideia do comendador Joaquim Antônio de Azevedo e por ordem da Comissão Superior da Exposição Nacional, a mencionada publicação deve servir de apoio à apresentação do café brasileiro na exposição de Viena.²² A moda e o grande sucesso das exposições internacionais levam o Brasil a aproveitar esses importantes encontros para se confrontar com outras nações.

Faz parte da história cultural da época, que é interessante resgatar, os reflexos que as grandes exposições tiveram nos novos hábitos e iniciativas tomadas pelos barões de café, em especial, no que diz respeito à propaganda, então em grande evolução. Driblando a moderna produção gráfica que estava surgindo, os empreendedores decidem avaliar, sob outro olhar, às vistas de suas fazendas. Chama a atenção o registro de grande número de informações nelas contidas. Até a relativa invisibilidade da escravidão, assunto de grande controvérsia nesse período que antecede à República, contribui, na visão de seus proprietários, para as pinturas de Facchinetti assumirem o papel de espelhos reveladores do espírito empreendedor integrado ao mercado internacional. Dessa forma, a produção de café ganhava a garantia de procedência e de qualidade como marca registrada de fabricação.

A explicação para o aumento do número de encomendas de vistas de fazendas, recebidas por Facchinetti, entre 1880 e 1881 se encontra na inauguração, em 14 de novembro de 1881, da Exposição Industrial Nacional de Café, organizada pelo Centro de Lavoura e Comércio no Rio de Janeiro. O anseio de conquistar novos mercados leva os comerciantes de café a encontrar modernos sistemas para seus produtos alcançarem consumidores além das fronteiras do próprio estado e mesmo do País. O artigo “Breve notícia sobre a Primeira Exposição de café do Brasil” traz o relato da reunião presidida pelo barão do Rio Bonito, onde assume destaque a preocupação acerca da propaganda do café frente à grande concorrência internacional. No debate discutem-se as formas para “vulgarizar o conhecimento e o consumo do café do Brasil”.²³ Como conclusão,

torna-se unanime a decisão de, a cada ano, no mês de outubro ou novembro, efetuar, na cidade do Rio de Janeiro, uma exposição geral de café do Brasil. As condições favoráveis, oferecidas pelo governo imperial aos fazendeiros dos diferentes estados do país demonstram seu interesse nessa operação comercial. “Por essa ocasião, o governo imperial concederá transporte gratuito nas suas vias férreas”.²⁴ Uma vez avaliados os resultados obtidos, a comissão decide ampliar ainda mais seus horizontes, dando corpo a uma nova proposta de transferir a exposição do Rio de Janeiro, uma vez encerrada, para os diversos mercados da América e de Europa”.²⁵

O grande sucesso desse evento, realizado na capital do Brasil, deve-se também à contribuição da imprensa, que teve importante papel na sua divulgação. Além de comunicações presentes nos jornais *O Commercio* e *Gazeta de Notícias*, a *Revista Ilustrada* dedica, no número de dezembro do mesmo ano, uma página inteira à exposição,²⁶ em cujo relato Angelo Agostini, diretor da revista, caricaturista, pintor e ilustrador, constrói uma história em quadrinhos, da qual faz parte Eduardo Lemos, membro da Comissão Organizadora da Exposição, no papel de personagem principal, sendo seu interlocutor o mesmo Agostini. Esse último desenvolve a função de cronista do evento ao descrever os tipos de cafés, contidos em sacas e provenientes das fazendas dos diferentes estados do Brasil. Num trecho da página da mencionada revista, podem ser observadas, penduradas nas paredes, vistas de fazendas de café retratadas por Angelo Agostini a partir das pinturas de Facchinetti. As obras originais do artista, no entanto, encontravam-se expostas em quatro salas no edifício da Typografia Nacional, onde estava instalada a Exposição. Industrial Nacional do Café do Brasil.²⁷

Os encontros acontecidos em diferentes ocasiões entre Facchinetti e Agostini, ambos de origem italiana e artistas, denunciam uma relação de recíproca admiração. Nessa circunstância, Agostini aproveita, de forma bem-humorada, para ironizar o estilo do amigo pintor e a miudeza de seu desenho. (Imagem 6) No espaço da página dedicado às vistas, o ilustrador coloca uma pessoa colada frente a uma pintura da fazenda, para poder decifrar os detalhes. A explicação dessa charge se encontra escrita embaixo, próxima de um ramo de café: “vistas que só podem ser apreciadas de bem perto”. (Imagem7) A brincadeira do amigo assume forma de propaganda, como é possível constatar pelo interesse suscitado.

No final da exposição no Rio de Janeiro, a cidade de Buenos Aires, na Argentina, é escolhida como sede para receber, no ano seguinte, a primeira exposição

organizada no exterior. O Jornal do Commercio, ao se referir à exposição, então denominada Exposição Continental, prevista para o ano 1882, relata ter sido avançada a proposta de incluírem no pavilhão do Brasil, na parte reservada ao café, as vistas das fazendas de Facchinetti. Embora não tenha sido possível encontrar documentação sobre a presença de tais vistas em Buenos Aires, resta válida a motivação alegada:

(...) os quadros do Sr. Facchinetti são de uma verdade fotográfica, sobretudo quando deve reproduzir uma fazenda, ele emprega uma consciência de que não há quem possa lhe pagar. É por isso que o Sr. Facchinetti é hoje procurado por todo fazendeiro que quer ter o capricho de ver reduzida a uma tela mimosa e exígia o conjunto de suas propriedades rurais.²⁸

No relato da segunda exposição de café no Rio de Janeiro, em 1882, encontram-se referências às pinturas de fazendas de café, porém o autor não é mencionado: “no salão de honra está um dossel elegantemente adornado e pendem das paredes alguns quadros representando fazendas”.²⁹ Na exposição do mesmo ano, em julho, na Noruega, as pinturas de Facchinetti dão lugar às fotografias do Brasil recebidas do Rio de Janeiro. Para propagar a imagem do país, apoia-se na então apreciada fidelidade do moderno meio de registro.

No âmbito da exposição internacional de S. Petersburgo, na Rússia, em 1884, as pinturas de Facchinetti voltam a ser exibidas no pavilhão do Brasil, na parte dedicada ao café, como atesta o catálogo da exposição.³⁰ Na *Revista Ilustrada* de dezembro de 1883, ano anterior à realização da exposição internacional de S. Petersburgo, uma página é dedicada a esse evento, sem fazer alusão à mostra das pinturas das fazendas realizadas por Facchinetti. Angelo Agostini ironiza a apreciação do café brasileiro por parte dos russos, colocando junto ao ramo de café uma cana de açúcar para adocicar o gosto (Imagem 8). Participam da anedota os personagens de Eduardo Lemos, Ramalho Ortigão e o imperador D. Pedro II.³¹

Embora presente na ilustração de Angelo Agostini, Eduardo Lemos é impossibilitado de participar da Exposição de S. Petersburgo por motivo de saúde. Naquele mesmo ano, no mês de outubro, é anunciado seu falecimento. Símbolo da carinhosa ligação de Facchinetti com o Real Gabinete Português de Leitura, do qual Eduardo Lemos era até então presidente, o artista realiza como lembrança uma delicada aquarela, denominada “Saudade”, que faz parte do Álbum de Ouro que deveria ser oferecido pelo gabinete ao seu presidente, em 1884, ano de sua morte em Portugal.

Conclusão

As vistas das fazendas de Facchinetti, que funcionaram para mostrar mundo afora um importante momento da história do Brasil, assumem hoje o papel de mensagens deixadas pelo artista e que o tempo se encarrega de transmitir. Ao representar as fazendas, Facchinetti criou imagens que falam da identidade de um Brasil que mal se conhece e que através de suas vistas o próprio artista pretendia descobrir.

Na estética de Facchinetti não existe denúncia explícita do sistema e da escravidão, todavia vários elementos de sua visão mostram discrição, interesse e respeito. Ao retratar o mundo das fazendas, o artista olha para seu território com admiração, como algo construído, e, ao analisá-lo nos seus detalhes, dá protagonismo ao trabalho dos escravos. Sem exaltá-los como personagens, ora os reproduz sob forma de miúdas figuras humanas expressas na dignidade de seu trabalho, ora valoriza o seu produto.

O papel exercido pelas pinturas de Facchinetti traz algo de muito atual. O século XIX pode ser identificado como o século que mais acreditou no futuro. A manifestação talvez mais evidente disso, como afirma Franco Berardi, seja a convergência entre a imagem, como espaço comum de compartilhamento social e cognitivo, e o sistema integrado do capital global.³² Segundo a dinâmica da produção desse sistema, a figuração artística “por manter em aberto todo o trabalho de significação” assume a função de estimular no observador o interesse pelo produto representado.³³ Sobre esse princípio se baseia a razão de ser das vistas das fazendas e o uso que dessas foi feito nas exposições de café nacionais e internacionais.

Imagens:



Imagem 1. A ilustração de Ângelo Agostini celebra o prêmio recebido por Facchinetti no Salão de Belas Artes de 1884, pela *Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas*”. In: *Revista Ilustrada*, nº 393, 1884 (FBN).



Imagem 2. *O Pilar*, 1855. Grafite, nanquim e guache branco sobre papel (21,5cm x 30cm). Coleção particular, Rio Janeiro.



Imagem 3. *Fazenda Paraiso na Serra do Cupim, Vale do Rio Preto*, 1873. Óleo sobre tela (48cm x 81cm). Coleção particular, São Paulo.



Imagem 4. *Fazenda de Santo Antonio*, 1880. Óleo sobre tela (34,5cm x 82cm). Coleção particular, Rio de Janeiro.



Imagem 5. *Fazenda de Santo Antonio* (detalhe), 1880.



Imagem 6. 1ª Exposição Industrial Nacional de Café. Rio de Janeiro. 1881. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 6, nº274, 19 nov.1881(FBN).

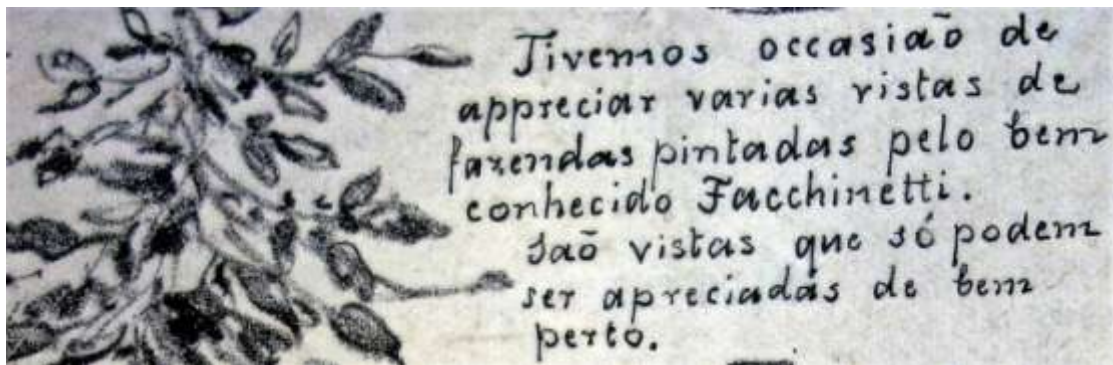


Imagem 7. Detalhe da imagem 6.



Imagem 8. Exposição de São Petersburgo, 1882. Detalhe da ilustração de Ângelo Agostini: o café junto com a cana de açúcar. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 6, nº274, 19 nov. 1881 (FBN).

Notas

-
- ¹ CALVINO Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ² GOMBRICH.H. “Meditações sobre um cavalinho de pau e outros ensaios sobre a teoria de arte”. In: *A história social da arte*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 89.
- ³ MENESES, Ulpiano T. B. “A paisagem como fato cultural”. In: YÁZIGI, E. (org.). *Turismo e paisagem*. Campinas: Contexto, 2002, p. 29-64.
- ⁴ MARTINS Carlos. “Coleção Brasileira - um Brasil redescoberto”. In: *O Brasil redescoberto*. Catálogo da exposição homônima no Paço Imperial/setembro/novembro de 1999. Rio de Janeiro: Paço Imperial, p.78.
- ⁵ MARTINS, Carlos e PICCOLI, Valeria (curadores). “Fiel ao natural: a paisagem de Facchinetti”. In: *Catálogo da homônima exposição*. (16 agosto a 16 de outubro de 2016). Recife: Instituto Ricardo Brennand, 2016, p.17.
- ⁶ FERREZ Gilberto. *Pioneiros da cultura do café na era da Independência*. Rio de Janeiro: IHGB, 1972.
- ⁷ XEXÉO, Pedro. *Três momentos da pintura da paisagem no Brasil*. Rio de Janeiro: MNBA, 2018. Texto do curador no catálogo da exposição homônima ocorrida no Museu Nacional de Belas Artes entre 13 de dezembro de 2018 e 29 de setembro de 2019.
- ⁸ SHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 144-149.
- ⁹ FROND, Victor; RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional/Paris: Lemercier, 1859/1861.
- ¹⁰ VALLE, Arthur e DAZZI, Camila (orgs.). *Oitocentos, A arte brasileira do império à república- Tomo 2*. Rio de Janeiro: EDUR/UFRRJ/Dezenovevinte, 2010, p. 13. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/800/tomo2/files/800_t2_a31.pdf.
- ¹¹ Ao ser premiada no Salão de 1881, sua imagem será reproduzida por Agostini na *Revista Ilustrada*.
- ¹² GONZAGA DUQUE. *Arte brasileira*. Campinas: Mercado das Letras 1995, p. 132.
- ¹³ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo, Ed. USP, 1975.
- ¹⁴ MARTINS, Carlos. “A carreira de um artista no Brasil do século 19: o caso de Facchinetti”. In: *Facchinetti*. Catálogo da exposição homônima no Centro Cultural Banco do Brasil no Rio de Janeiro, de 30 março a 6 de julho de 2004. Rio de Janeiro, 2004, p.13-14.
- ¹⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1940, p. 1.
- ¹⁶ https://www.genealogiahistoria.com.br/index_baroesviscondes.asp?categoria=3&categoria2=2&subcategoria=77.
- ¹⁷ SCHWARCZ, Lilian Moritz. “Como ser nobre no Brasil”. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.173.
- ¹⁸ LEVY, Carlos Roberto Maciel. *O grupo Grimm: paisagismo brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Edição Pinakothek, 1980.
- ¹⁹ A sociedade Lengruher & Lengruher, que vendia máquinas a vapor, locomóveis e maquinário para a lavoura era estabelecida na capital do país, na Rua do Hospício 156. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*. Rio de Janeiro, Edição A00048, 1891, p. 802.
- ²⁰ Nesses anos, Facchinetti produziu outras vistas de fazendas como a *Fazenda Soledade* (Teresópolis), 1880, e a *Fazenda Montaldo*, 1881.
- ²¹ LEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE/Divisão Cultural, 1963, p.128. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27286_v4.pdf

²² MOREIRA Nicolau Joaquim. *Breves considerações sobre a história e cultura do cafeeiro e consumo de seu produto*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial/Instituto Artístico, Rio de Janeiro, 21 março de 1873.

²³ CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. *Breve notícia sobre a primeira exposição de café do Brasil (em 1881)*. Rio de Janeiro: Typ. E Lith de Moreira Maximino e C...1882.

²⁴Idem, p. 5- 6.

²⁵Idem.

²⁶*Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 6, nº274,19 nov.1881.

²⁷ TELLES, Angela Maria da Motta Cunha. “Pistas sobre a história do café na *Revista Ilustrada*: as exposições organizadas pelo Centro da Lavoura e Comércio no Brasil e no exterior (1881-1884)” In: SANTOS, Gilda da Conceição (Org.). *O Real em revista - Impresses luso-brasileiros oitocentistas*. Rio de Janeiro: Oficina, 2015, p.198.

²⁸JORNAL DO COMÉRCIO.*Folhetim*,6 nov. 1881.

²⁹ CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO. *Breve notícia sobre a Segunda Exposição de Café do Brasil (em 1882)*. Rio de Janeiro: Typ. E Lith de Moreira Maximino e C..., 1883, p. 9.

³⁰ Catálogo da Exposição de São Petersburgo (1884).

³¹*Revista Ilustrada*, nº 364, 16 dez. 1883.

³² BERARDI Franco, *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu Editora, 2019, p.103

³³ Idem, p. 78.

Notícias de uma fazenda de café: a Fazenda Lordelo e a Marquesa de Paraná

Ana Pessoa*

Recebido em: 02/07/2020

Aprovado em: 26/11/2020

Resumo

O artigo comenta a trajetória da primeira proprietária da Fazenda Lordelo, a austera Maria Henriqueta Carneiro Leão (1809-1887), a marquesa de Paraná, sua família, casas e correspondência, para melhor compreender um exemplar peculiar de moradia da elite cafeeira. Ao enviudar de uma das personalidades mais influentes do império, o marquês de Paraná, ela retirou-se para a fazenda, que administraria de 1857 até falecer, em 1887, às vésperas da abolição da escravatura. Seu cotidiano está registado em sua correspondência, que abrange o período de 1871 a 1887, e integra a coleção Leão Teixeira Filho, depositada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Palavras-chave

Fazenda Lordelo; marquesa do Paraná; ciclo do café fluminense; família Carneiro Leão; Brasil Imperial

Abstract

The article comments on the trajectory of the first owner of the Fazenda Lordelo, the austere Maria Henriqueta Carneiro Leão (1809–1887), the Marchioness of Paraná, her family, homes and correspondence, to better understand a peculiar example of house of the coffee elite. When widowed by one of the most influential personalities in the Empire of Brazil, the Marquis of Paraná, she retired to the farm, which she would manage from 1857 until she died, in 1887, on the eve of the Brazilian abolition of slavery. Her daily life is recorded in her correspondence, which covers the period from 1871 to 1887, and is part of the Leão Teixeira Filho collection, stored at the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Keywords

Fazenda Lordelo; Marchioness of Paraná; Rio coffee cycle; Carneiro Leão Family; Empire of Brazil.

*Arquiteta, doutora em Comunicação e Cultura, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde dirigiu o Centro de Memória e Informação de 2003 a 2015, e coordenadora da seção brasileira do projeto A casa senhorial em Portugal, Brasil e Goa: anatomia dos interiores. Co-organizadora, de 2006 a 2019, de uma dezena de edições sobre series de anais de seminários sobre museus-casas, jardins históricos e casas senhorias, e autora de Carmen Santos e o cinema dos anos 20 (Aeroplano, 2002) e Cartas do sobrado (FCRB, 2008). Email: anapessoa55@gmail.com.

Este artigo aborda a trajetória de Maria Henriqueta Carneiro Leão (1809-1887), primeira proprietária da Fazenda Lordelo, e se inscreve nos estudos desenvolvidos sobre a casa rural de elite no Vale do Paraíba fluminense para o projeto *A casa senhorial em Portugal, Brasil e Goa: anatomia de interiores*.¹ De modo geral, o projeto traça uma breve biografia dos proprietários dos edifícios estudados para melhor compreender sucessões de propriedade e eventuais intervenções. A fazenda Lordelo, porém, motivou uma pesquisa mais aprofundada por conta da intrigante situação de sua vistosa decoração exterior não se coadunar com o partido de construção da casa, erguida por volta de 1850.

Como consequência, estabeleceu-se estudo de posse de seus primeiros proprietários, os marqueses e os barões de Paraná, na expectativa de que as suas trajetórias biográficas, gostos e hábitos, com o apoio de documentação complementar, permitissem melhor conhecer as alterações de uso, significado e, por consequência, tratamento decorativo imprimido na casa. São duas gerações que se sucedem no contexto da inserção das elites nos hábitos de consumo em circulação entre a Europa e o Brasil, impulsionadas pela economia cafeeira, e que assistem, segundo a lógica cultural da modernidade apontada por Colin Campbell, à crescente tensão entre “o sonho e a realidade, o prazer e a utilidade”.² Os marqueses de Paraná – construtores e donos de 1836 a 1887 – são tratados no presente artigo, e os barões de Paraná, donos de 1888 a 1936, tratados no artigo de Ana Lúcia Vieira dos Santos, “Entre palmeiras e pincéis: Zeferina Carneiro Leão e a fazenda Lordello”, presente também neste dossiê dos *Anais MHN*.

A Fazenda Lordelo, situada às margens do rio Paraíba do Sul, no município de Sapucaia, foi uma das mais destacadas produtoras de café da região. Implantada em 1836 por Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1857), magistrado e político, e por sua esposa, Maria Henriqueta (1809-1887), a fazenda seria paulatinamente expandida nos anos seguintes, chegando a compreender área de mais de duas sesmarias de meia légua em quadra, ou seja, 500 alqueires geométricos de terra.³ Do período de propriedade dos marqueses, sabe-se que, com a morte precoce do marido, em 1857, deixando a casa inacabada, caberia à esposa a conclusão e ocupação regular da moradia, para onde se transferiu, ficando à frente da administração da fazenda por cerca de trinta anos, com invulgar competência. Segundo Afonso de Taunay, foi uma “senhora de extraordinária

energia e capacidade administrativa (...) que deixou notável exemplo de operosidade conjugada à inteligência”, o que pode ser comprovante no valor deixado de herança, “o triplo do monte mor de seu ilustre cônjuge”.⁴

Desse modo, este artigo busca reconstituir os traços biográficos e gostos da marquesa de Paraná, examinando sua vida familiar, em especial seu companheirismo com o marido, um importante político do império, suas moradias e a coleção documental disponível sobre ela.

Nessa pesquisa, foi detectada uma inusitada documentação sobre Maria Henriqueta na Coleção Leão Teixeira Filho, recolhida por orientação do bisneto Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho ao IHGB, que reúne documentos do marques do Paraná; do barão do Paraná; do visconde do Cruzeiro, Jeronimo Jose Teixeira Filho; além de sua própria produção intelectual. Os documentos sobre a marquesa são, portanto, resultado de interseções desses conjuntos e somam com cerca de 134 documentos, bem como uma nota biográfica⁵ e uma extensa coleção de cartas de sua correspondência ativa e passiva.⁶ O instituto foi também depositário dos quadros a óleo dos marqueses, pintados por Emile Bauch.



Figura 1. Maria Henriqueta, marquesa do Paraná.

Trajectoria

Maria Henriqueta nasceu no Tijuco, atual Diamantina, em 1^o de maio de 1809. Centro de mineração de ouro e diamantes situado ao norte da capitania de Minas Gerais, o arraial do Tijuco reunia a maior população urbana da comarca, com cerca de 6.000 habitantes no início do século XIX. Com ruas desiguais que se estendiam no declive de uma montanha, possuía casas bem-feitas e bem conservadas, em cujos quintais abundavam frutas e plantas, assim como um comércio bem suprido de mercadorias de fábricas inglesas e produtos de consumos trazidos da Bahia e do Rio de Janeiro, segundo observou o mineralogista inglês John Mawe (1764–1829) em suas memórias de visita à

região naquele ano de 1809.⁷

Maria Henriqueta e sua irmã Ana Maria (1811-1870) foram as duas filhas de João Netto Carneiro Leme (1775-1842) de seu casamento com Maria da Fonseca Pires, e descendente de uma extensa família de Paracatu, formada pelo português Antônio Netto Carneiro, envolvido em mineração, e pela goiana Ana Maria Leme.⁸ João Netto era um ativo homem de negócios que transacionava escravizados e diamantes entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na Corte, ele se tornou um conceituado empresário, à frente de estabelecimentos fabril e de beneficiamento de arroz, onde atuou até 1831, quando se transferiu para Barbacena, já viúvo. As jovens foram criadas no Tijuco até a idade do casamento. Aos quinze anos, em 1825, Maria Henriqueta seguiu para a Corte, onde se uniria, em 20 de maio de 1826, com o primo Honório Hermeto Carneiro Leão, oito anos mais velho.⁹ Sua irmã Ana Maria se casaria com Jeronimo Jose Teixeira, comerciante português, radicado na Corte, possivelmente vinculado aos negócios do sogro.¹⁰

Honório Hermeto Carneiro Leão nasceu no dia 11 de janeiro de 1801 na freguesia de São Carlos do Jacuí, em Minas Gerais. Era filho de Antônio Netto Carneiro Leão, oficial militar, com Joana Severina Augusta de Lemos, e sobrinho de João Netto Carneiro. Em 1820, ele seguiu para estudar Direito na Universidade de Coimbra, onde, além de bom aluno, estabeleceu laços de amizade com jovens brasileiros aos quais se aliaria no futuro, como Paulino José Soares de Sousa (o futuro visconde do Uruguai) e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (mais tarde visconde de Sepetiba). Concluído o bacharelato em Direito, em 1824, e um mestrado, em 1825, ele voltou para o Brasil em busca de posição.

O casamento com a prima, em 1826, lhe proporcionou um expressivo dote assim como uma esposa cúmplice e companheira, a quem ele tratava carinhosamente como “minha querida prima e esposa”, e que o apoiaria em sua carreira profissional e política. Recém-casados, o casal seguiu para São Paulo, onde ele assumiu o cargo de juiz de fora, tendo jurisdição sobre três vilarejos na província. Sobre os recursos que dispunham, diria Honório:

O dote que recebi não preciso declará-lo, pois que não devo contas a ninguém; basta que diga que me apresentei na Vila de S. Sebastião como juiz de fora, levando comigo oito escravos de minha propriedade (apoiados), uma mobília rica para o país e uma baixela de prata, tanto para serviço de chá, como de mesa; além disso, tinha deixado alguns vinténs em poder de meu sogro, que os pôs em rendimento.¹¹

A carreira de Honório na magistratura foi paulatina, com a promoção, em 1818, a auditor da Marinha, na Corte, seguida, dez anos depois, em 1828, por indicação de D. Pedro I, ao cargo de ouvidor e, no ano seguinte, para o de desembargador, cargo que manteve até se aposentar, em 1848. Em 1829, ele havia iniciado a sua carreira política, candidatando-se para a Câmara dos Deputados como representante de Minas Gerais, tendo sido eleito para o período de 1830 a 1834, como membro do Partido Liberal. Em 1832, no ano seguinte à abdicação e partida de D. Pedro I, Honório foi nomeado ministro da Justiça.¹² Reelegeu-se deputado na eleição seguinte e, durante o mandato, uniu-se a Bernardo Pereira de Vasconcelos para criar o denominado Partido Regressista, futuro Partido Conservador. Entre as alternâncias de poder, Honório ocupou diferentes cargos, como membro do Conselho de Estado, presidente da Província do Rio de Janeiro, em 1841, quando a família ocupou o Palácio do Governo, em Niterói, e o da Província de Pernambuco, onde se instalou sozinho. Em 1842, Honório participou pessoalmente da repressão aos liberais insurretos. Em 1853, ele esteve à frente do governo, no chamado “Gabinete da Conciliação”, que o tornou um dos homens mais poderosos do país. Ele ocupava essa posição quando faleceu, em 3 de setembro de 1856. Pouco antes, ele havia recebido o título de visconde do Paraná (com grandeza) em 1852, pela condução de acordo de fronteira com o Uruguai, e, em 1854, o de marquês.¹³

Maria Henriqueta e Honório tiveram cinco filhos e mantiveram um relacionamento companheiro e apaixonado, como se observa nas cartas enviadas pelo marido à esposa.¹⁴ Além da cumplicidade, tanto nos assuntos pessoais como políticos, elas tratam do gosto comum pela jardinagem e da atenção aos filhos. A correspondência resultou das ausências de Honório para desempenhar missões em Pernambuco, onde foi governador, e em Montevideu, onde atuou como ministro plenipotenciário. Em 7 de dezembro de 1849, saudosos, ele escreveu de Recife:

Minha querida Prima,

Tenho estes dias sofrido bastante de um antraz em cima do ombro direito, não tão grande como o que aí tive, mas não muito menor incômodo. O Herculano e o Guilherme me têm feito companhia, a primeira parte amanhã no *Affonso*, o segundo ainda aqui fica.

Pelo comandante do *Affonso*, o capitão de fragata Lamego, te envio um panacum¹⁵ com abacaxis, uvas e sapotis, e um outro com sapoti. Esta lata me mandou a Thomazia com roscas; deves pois restituí-la com algumas das frutas leva (sic). Uma gaiola com um casal de gatos malteses, uma craúna que canta muito, três pavões do Pará, e um jacumim – o Herculano deu-me um bonito macaquinho que vai para o Pedrinho. Cada vez me vai custando mais o sacrifício que fiz em ausentar-me de ti, e me vai faltando paciência para suportar este Norte. Deus abrevie minha estada aqui, e me restitua aos teus braços, para não mais nos separarmos.

Teu primo

H. H. Carneiro Leão¹⁶

As roseiras, paixão comum, serão tema de outra correspondência, desta vez enviada de Montevideú, a 16 de novembro de 1851.

Alegro-me muito que te divirtas com as suas flores, e converse com elas, e já que estou impossibilitado de te acompanhar ao jardim quero ao menos daqui concorrer para seu ao aformoseamento e enriquecimento. Remeto trinta vasos em que gastei cerca de 100\$. Vão várias roseiras: algumas ainda que tenham nomes diversos parece as mesmas que ai se chama príncipe alberto e imperial; outras porém suas diversas e não me recordo de as ver aí. A principal, uma branca com manchas rosas, e cheirosa. Vão dois pés de gerânios, e vários craveiros amarelos, bandeira espanhola, isto é encarnado e amarelo; outras amarelos e carmesins, brancos, ofertados do (...). Recomendei ao comandante do vapor *Bahiana* que em chegando à Corte alugue uma falúa para levar essas plantas ao Botafogo, afim de que não se desarranjem no carro para nossa casa, e não sejam dizimadas.

No próximo vapor de guerra que vier manda-me três centos de laranjas de todas as qualidades e das melhores que houverem, e algumas limas-da-pérsia e limões. As laranjas devem vir embrulhadas em papel e postas em panacuns, e estes cobertos, como eu mandava em Pernambuco. (...)

Devo advertir que as rosas são enxertadas, e os enxertos estão feitos muito acima do vaso, tendo por isso um cavado de mais de dois palmos. Como já deram flor, será bom, logo que cheguem a fazer novos enxertos para se não perderem. (...).¹⁷

Honório estava em Montevideú quando morreu o pequeno Pedro (1843–1852), vítima de uma epidemia de sarampo. Em 20 de janeiro de 1852, ele escreveu à esposa, “minha querida e amargurada prima”, sobre os sentimentos que dominam o casal, e sua preocupação com a saúde da esposa, profundamente desalentada com a perda.

No meio de tantos sentimentos que me atormentam, um predomina a todos, e é a inquietação e cuidado da tua pessoa. Sei o amor que tens a nossos filhos e receio que os desvelos, e os afãs que empregastes na doença de nossos filhos, junto à dor da perda irreparável que tivemos do nosso sempre saudoso Pedrinho, venha a alterar a tua saúde; e pois pondo de parte todo outro sentimento, preocupado desta

ideia que me mortifica, te suplico que não desespere da providência divina que irias sondar os teus altos desígnios, e esperando que esse querido filho esteja como a religião ensina no seio da bem-aventurança, te resignes aos decretos eternos, e imperscrutáveis de Deus, e espero que nossas almas se reunirão um dia à de nossos filhos, a quem a Providência aprovou libertar primeiro que a nós dos trabalhos, dos golpes e perigos desta vida. Não nos é dado abreviá-la; e, portanto, pago o tributo de tuas lágrimas de eterna saudade, pelo filho que perdemos, procurar a consolação na religião, e fortificada com ela, e com o amor e desvelo que são devidos aos outros nossos filhos, que ainda precisam de nosso auxílio, cuidados e conselhos, trata de ganhar resignação, e coragem, lembrando também de teu querido primo, para cuja existência és indispensável.

Minha boa Prima, o golpe que sofremos me apanhou inteiramente desprevenido; foi um raio que me feriu (...) suplicando-lhe que ao menos não amargure de novo minha triste existência, privando dos que me restam, e de minha boa, eterna Prima, que espero, se haja de consolar por amor de mim, porque estou certo devo ter a consciência de que a minha existência seria insuportável, se tivesse o infortúnio de a perder, ou mesmo a desgraça de a ver acabrunhada, e sem consolação.¹⁸

Em 1854, quando questionado sobre seu rápido enriquecimento, ele discursa no senado sobre a sua trajetória profissional e econômica, onde pontua, ainda que indiretamente, o apoio de Maria Henriqueta.¹⁹ Ele atribui o seu sucesso à “ordem e a economia” de sua casa, à “modéstia e simplicidade de traje” de sua família, e ao fato de nunca ter usado dinheiro emprestado para “comer, vestir, ou despender em funções ou objetos de luxo”,²⁰ destacando que:

Minha mulher tem com pouca diferença as joias que possuía quando se casou, e será porque eu lhe tenho coarctado os meios? Não, senhores: isto é, por sua própria inspiração, é porque ela mesmo resiste a toda a despesa de luxo, porque foi educada com o trabalho, parcimônia e economia, por isso que tem amor a seus filhos e deseja deixar-lhe uma fortuna.²¹

Propriedades

A aquisição de suas duas principais propriedades, a fazenda Lordello, em 1836, e a chácara de Botafogo, em 1847, foram inerentes não só à ascensão econômica como à inserção social dos Carneiro Leão em meio à consolidação da projeção política de Honório. A fazenda os inseriu na seleta classe dos “senhores de terras e escravizados” que cultivava o café,²² que se tornaria o principal produto de exportação brasileiro e um dos pilares da econômica imperial. Por sua vez, a chácara os instalou em uma área de expansão elegante da cidade do Rio de Janeiro, em meio à nova aristocracia urbana, que assistiria a uma

gradativa valorização e conseqüente retalhamento dos terrenos da zona sul da cidade. Eles constaram também do seletivo grupo de primeiros foreiros de Petrópolis.²³

A constituição de uma “fazenda de cultura de café”, diria Honório, em discurso pronunciado na Câmara, em 1854, era um antigo desejo que conseguiu realizar quando, em 1836, comprou “terras quase incultas” e, por isso, e por ser o lugar pouco frequentado, por preço módico, como consta da respectiva escritura pública, às quais ele anexaria terras compradas posteriormente.²⁴ As terras eram situadas à margem do rio Paraíba do Sul, em Sapucaia (na época parte integrante dos municípios de Magé e de Paraíba do Sul), região que nessa ocasião seria valorizada pela construção em andamento da estrada Magé-Sapucaia, e de ponte sobre o rio Paraíba do Sul, entre Sapucaia e Mar de Espanha, nas margens mineiras.²⁵



Figura2. A Fazenda Lordelo na *Carta Chorographica da Província do Rio de Janeiro 1858-1861*. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional.

Para os serviços da fazenda, ele teria contado com 26 africanos, “que eu e minha mulher obtivemos e, em segundo lugar, a minha economia, pois reduzi o mais possível as minhas despesas e enviei para a fazenda todos os escravos que podia dispensar do meu serviço doméstico”.²⁶

A propriedade, quando do inventário do marquês, contava com 190 escravizados e uma plantação de 290.000 pés de café, casa nobre de pedra e cal, “com 144 palmos de frente, e 165 de fundos, sobrado na frente, e ainda por acabar (...)”²⁷, e demais construções para os serviços, como tulha, senzala, etc.; no total, foi estimada em 30.000\$000.²⁸ Sede do poder do senhor sobre a comunidade de empregados, agregados e escravizados que formavam a complexa rede de habitantes da propriedade, a moradia tinha também a função

de espaço de sociabilização e representação dos proprietários junto à vizinhança, ainda que, como no caso de Honório, sua presença mais efetiva fosse na Corte.



Figura 2. A casa da Fazenda Lordelo, com a ornamentação aplicada pelos herdeiros da marquesa. Foto: Ana Lucia Vieira Santos.

A casa, com linhas horizontais e planta retangular, foi instalada segundo a orientação usual de casa assentada em uma elevação.²⁹ Apoiada em um declive, é acessada por escadas em patamar; ela tem um sobrado na frente, como um frontispício do edifício assobradado, com acesso por uma varanda com arcadas situada no pavimento inferior, enquanto o pavimento nobre distribui-se por galerias envidraçadas que servem para circulação e estar, à volta de um pátio com jardim e repuxo, que trazem a natureza para o interior da casa.



Figura 4. Plantas térreo e andar nobre, e pátio interno. Fonte: www.acasasenhorial.org.

Uma grande sala de visitas, gabinetes e capela ocupam a frente; as alas laterais abrigam os quartos. Na parte posterior, encontram-se a sala de jantar, copa e cozinha e a sala de música. Cercada por jardins, a construção domina a paisagem e permite a observação das áreas e edificações de serviço instaladas abaixo.³⁰

Com todos os recursos empregados na fazenda, eles só efetuariam a compra de uma moradia na Corte em 1847, depois de quase vinte anos na cidade.³¹ Naquele ano, já com os rendimentos do café, eles adquiriram terrenos no Flamengo, conforme comenta Carneiro Leão: “comprei a meação de uma herança, e dela a chácara que hoje possuo; precisei para essa compra de 25:000\$, porque, além da meação, comprei a quota de um dos herdeiros”.³²



Figura 5. *Vista do Flamengo*, fragmento “Rio de Janeiro, Catete e Entrada da Barra”, de Alfred Martinet, Eugene Cicéri, c. 1852. Fonte: Brasiliانا Iconografica/IMS.

O novo endereço, Caminho Novo nº5, ficava a pouco metros da residência do amigo Miguel Calmon de Pin e Almeida (1796-1865), no extremo da rua voltada para a praia, que havia sido comprada em 1842, quando ele foi nomeado visconde de Abrantes. Antiga propriedade de um cortesão joanino, tinha pertencido a D. Pedro I e foi vendida por seu espólio a Pin de Almeida, que o tornou um prestigiado ponto de encontro da elite política e econômica, reunida em comentados saraus. A beleza dos jardins vizinhos, o dos Carneiro Leão e dos viscondes de Abrantes, seriam indicados pelo jornalista francês Charles Explilly como marcas distintivas da nova elegância da região.³³

A chácara, além do jardim, compreendia também horta, pomar, capim e telheiro, e um sobrado situado à frente da rua, no meio do terreno. A casa era ampla e confortável, mas sem ostentação, com seis janelas sobre a rua, e duas largas portas no térreo, utilizadas para entrada de veículos. Tinha os serviços no primeiro piso,³⁴ e as áreas social e íntima no segundo: “sala de espera, salão de visita e sala de jantar, escritório, sala de costura, quatro quartos, salas de engomar e serviços, e cozinha”.³⁵ Havia também um espaçoso sótão nos fundos, com dois quartos e um saguão. O mobiliário era formado por móveis de jacarandá e mogno, e havia ainda prataria, livros, cristais e várias baixelas de louça da França, carruagens e bestas. A partir de década de 1870, a rua, já denominada R. Marques de Abrantes, começou a ter a suas antigas chácaras retalhadas. Em 1874, foi anunciado leilão de uma “primorosa partida de terrenos, resultado do parcelamento de chácara fronteira “ao palacete da marquesa de Paraná”.³⁶ Nessa ocasião, a marquesa desmembraria a sua chácara, para a abertura da travessa Marques do Paraná, que seria desenvolvida em passagem entre as ruas Marques de Abrantes e Senador Vergueiro, e para a construção de casario.³⁷

A casa seria o cenário da consagração da família Carneiro Leão, onde recebiam personalidades do império e se realizavam muitas festas, como as de casamento das filhas e o batizado do filho caçula. O casal conduziu as alianças matrimoniais de seus filhos³⁸ no sentido da consolidação das redes de sociabilidade e parentesco ajustadas ao seu projeto social,³⁹ com os novos casais com propriedades nas redondezas da chácara do Caminho Novo.⁴⁰ A primogênita Maria Emília (1827-1899) casou-se em 1845 com Constantino Pereira de Barros (1821-1896), de família proprietária de terras em Niterói e no Flamengo,⁴¹ e juntos seriam os futuros barões de São João de Icaraí e pais de Maria Januária Pereira de Barros (1846-1936) e Honório Hermeto Carneiro Leão de Barros. Depois de ruidosos conflitos, o casal acabaria por se separar, e Maria Emília se mudaria para a França, onde faleceu.

Honório Hermeto Carneiro Leão Filho (1832-1873), que seguiu uma discreta carreira política em Minas Gerais, casou-se com Maria Cândida (1847-1885), e o casal instalou-se em um sobrado na Praia de Botafogo, nº 16.⁴² A esposa era da família Rodrigues Torres, filha do proprietário de terras e negociante Cândido Rodrigues Torres, barão de Itambi, e sobrinha do influente político visconde de Itaboraá, Joaquim José

Rodrigues Torres, também morador no Caminho Novo. Honório morreu prematuramente, vítima de febre amarela, em 1873, e não deixou descendência.

Maria Henriqueta Carneiro Leão (1834-1913) casou-se em 1853 com o primo Jerônimo José Teixeira Junior (1830–1892),⁴³ um advogado e político que foi ministro da Agricultura e dos Transportes e senador do império, quando, então, recebeu o título de visconde do Cruzeiro. Eles foram os pais de Pedro José Netto Teixeira (1858-1878?), Henrique Carneiro Leão Teixeira (1869-1938), Maria da Gloria, Ana Maria e Maria Henriqueta. Eles possuíam vários terrenos no Caminho Novo.⁴⁴

Por fim, o caçula Henrique Hermeto Carneiro Leão (1847-1916), futuro barão de Paraná, se casaria em 1874 com Zeferina Marcondes (1859-1936), filha de fazendeiros de Sapucaia.⁴⁵ O casal ergueria um elegante palacete em parcela desmembrada da chácara⁴⁶ e não teve descendência, o que provocaria tensa expectativa na marquesa.

A morte do marquês de Paraná em decorrência de um ataque súbito, em 3 de setembro de 1856, aos 55 anos de idade, no auge de seu prestígio político, provocou grande comoção. Ele teve um funeral solene, com as honras devidas aos importantes cargos que ele ocupou. Seu corpo no velório, em traje de conselheiro e com suas insígnias, foi retratado em aquarela,⁴⁷ e seu cortejo fúnebre foi um dos mais concorridos do império. A Santa Casa de Misericórdia, da qual ele era provedor, ofereceu o caixão e um carneiro no Cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo.

As diferentes notícias sobre as causas da morte e as desconfianças sobre os procedimentos médicos provocaram grande polêmica na imprensa, exigindo que a marquesa viesse a público pedir o fim das querelas que, “além de intempestivas, tendem a perturbarem a tranquilidade em que devem repousar as cinzas de meu marido, e a aumentar a minha dor e sofrimento”.⁴⁸ No mês seguinte, a viúva fez anunciar que iria retirar-se para a sua fazenda, “onde vai residir por algum tempo”, e que agradecia as condolências recebidas.⁴⁹

Mesmo longe da Corte, Maria Henriqueta manteria seus vínculos com irmandades e associações⁵⁰ e compareceria aos cumprimentos anuais às Suas Altezas Imperiais. Em 1858, a marquesa seria agraciada com o título de “Dama Honorária de Sua Majestade a Imperatriz”,⁵¹ em reconhecimento aos serviços prestados por ocasião da epidemia de

cólera-morbo, nos anos de 1855 e 1856. Essa honraria a distinguiria pessoalmente para além do prestígio do falecido marido.

Foi provavelmente nesse ano que o alemão Emilio Bauch – que havia realizado um retrato a óleo do marques, em 1856, com farda e condecorações, iniciado pouco antes de seu falecimento⁵² – pintou o retrato da marquesa viúva (figura 1), que se se tornaria a única imagem conhecida de Maria Henriqueta.⁵³ A pintura retrata uma bela senhora, em pose retraída, corpo hirto, discretamente trajada de gala, com vestido de renda, de ombros desnudos, ornada com colar de pérolas, brincos e pulseiras, luvas, penas de avestruz no penteado e leque, com destaque para camafeu com o retrato do finado esposo. O olhar tristonho não esconde, contudo, a personalidade obstinada.

Maria Henriqueta morreu em 1^o de dezembro de 1887 em sua fazenda, a poucos meses da Abolição.⁵⁴ Ela já havia preparado seu testamento alguns anos antes, em 20 de outubro de 1882,⁵⁵ quando determinou as condições gerais de seu enterro – que fosse simples e que se convidasse apenas irmãs de caridade, e definiu a distribuição de sua terça.

Em seu testamento, ela beneficiou a filha Maria Henriqueta e sua descendência, e duas afilhadas, sendo o neto Henrique Carneiro Leão Teixeira (1869-1936)⁵⁶ a exceção masculina em meio aos herdeiros. A ausência da filha Maria Emília e descendência e da nora Zeferina explicitam o esfriamento das relações entre elas e a marquesa.

Dentre os bens arrolados, constaram: apólices provinciais; casas na travessa Marques de Paraná; joias de ouro, brilhantes e pérolas; vestidos; e a casa da R. Marques de Abrantes. Essa casa, com todos os trastes, louças e retratos, foi doada à neta Maria Henriqueta Alencar, com a condição de “nunca vendê-la ou hipotecá-la”⁵⁷. O valor total de seu espólio foi avaliado em 1.876:142\$211.⁵⁸

Maria Henriqueta recomendou, ainda, que a baixela de prata que dera ao filho Henrique fosse, no caso dele falecer sem herdeiros, transferida ao neto Henrique Teixeira. Sem esconder a apreensão pela falta de descendência que perpetuasse o sobrenome da família, ela, ao recomendar que essa peça do seu dote, que a acompanhara por toda a vida, fosse transmitida ao neto, o apontou como o sucessor simbólico dos Carneiro Leão. E seria um outro Henrique,⁵⁹ filho deste, que preservaria os documentos da família na coleção Leão Teixeira Filho, cumprindo a expectativa de perpetuação da memória familiar.

Notícias da fazenda

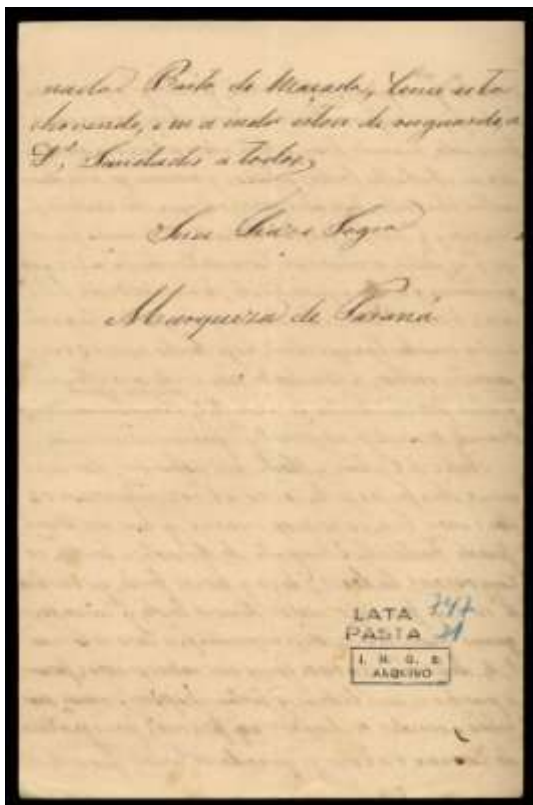


Figura 6. Assinatura da marquesa.
Fonte: Acervo IHGB, Coleção Leão Teixeira F^o.

A correspondência, referente à marquesa depositada no IHGB, com exceção daquela remetida pelo marquês,⁶⁰ cobre o período de 1871 a 1887, quando do declínio do chamado “Ciclo do Café”. Os correspondentes são, em sua maioria, do círculo familiar mais próximo, envolvendo filhos, genro, nora, netos e bisnetos, mas há também parceiros de negócios e amigos, como o visconde do Bom Retiro.⁶¹ Por meio das cartas pode-se conhecer o cotidiano de sua vida na fazenda, que é o eixo da correspondência da marquesa, para onde chegam e partem as notícias sobre acontecimentos políticos, as fainas cotidianas – as obras dos edifícios, os efeitos do clima e as dificuldades na lida com os escravizados e com a plantação –, os fatos familiares, os problemas

de saúde e seus sentimentos.

A casa da fazenda, na distante Sapucaia, com sua feição despojada, armazéns no térreo e andar nobre com vários e amplos cômodos, foi certamente prevista, segundo a expectativa da família patriarcal, para reunir uma numerosa prole ao redor dos progenitores, um possível lugar de retiro para o casal ao fim da carreira política de Honório. As mortes prematuras do marido e do filho deputado, a dedicação das filhas à vida cosmopolita, e o paulatino afastamento do filho caçula, frustraram essa intenção original. Aos longos dos anos, a casa foi se esvaziando e se transformando na ampla morada solitária da marquesa viúva, compartilhada com as escravas domésticas e eventuais visitas de Henrique e poucos parentes e amigos.

Sob a direção da marquesa, a casa teria adotado o padrão de austeridade dessa geração de cafeicultores, conforme comenta Silva Telles sobre a elite de Vassouras:

A vida doméstica desses homens, porém, mesmo quando era maior o fastígio na vila e nas fazendas, por volta de 1850 e 1870, revestia-se da maior austeridade. O luxo, os móveis mais ricos e mesmo importados, as cortinas adamacadas, existiam somente nas salas e nos salões de receber. Os quartos da família possuíam grande simplicidades: marquesas ou catres; canastras e caixas para guarda-roupas.⁶²

Do isolamento doméstico, há o testemunho de uma caixa de rústica *assemblage* formada por “arranjo, emoldurado, de pássaros, caramujos, insetos, plantas, conchas e pedras”,⁶³ possivelmente construída nas noites solitárias.

Sobre seu estado de espírito, ela escreve ao caçula Henrique, pouco depois da morte do filho Honório:

Mãe que não tem outro contentamento que não os filhos. O lugar que estou melhor é aqui na fazenda, que entretenha melhor com uma coisa outra, me distrai, tenho as minhas ??, tem vez desde muito tempo que deixei de aparecer. As minhas relações estão acabadas, ir a divertimentos há muito deixei só por muito obséquo que faço em ir. Apanhei uma constipação em querer ver a casa de teu irmão. Para ficar com ela fui a Petrópolis. Cheguei tarde...Culpa da víbora da minha nora.⁶⁴

Após uma temporada de Henrique e Zeferina na fazenda, ela comenta, em carta à nora, a saudade do convívio: “(...) fiquei acostumada com você, e o Henrique a vir me fazer companhia. Sinto muita falta, muito. Só passo as noites, não posso ler por muito tempo, a Cocota só também começa a cochilar, de sorte as noites para mim são bem tristes”.⁶⁵

Ela comenta também momentos de alegria e diversões com amigos, em meio a jogos de encenações, com a participação de escravizados, e música ao piano:

O x e a mulher estão aqui e há dois dias estava o Dr. Ruas com o Passos, também temos divertido; esta noite houve representação de vários papéis feito pelos meus escravos e rimos muito. Passamos o dia de ontem divertidos, e à noite fui até às onze horas; assim vamos passando com as nossas festas toscas. À noite jogamos, e toca-se piano.⁶⁶

Hoje tenho várias pessoas em casa, moças e velhos, toca-se e canta-se, joga-se; o piano está muito bom. mandei consertar, ficou bom, a Cocota está cantando, ja canta duas modinhas, a voz ainda é pequena, mas afinada e muito agradável para sala. Há dois dias chove pouco, e não tem sol, tanto que a todos passear na estação no engodo de trazer as pessoas quem dai aprazamento (?) que vão a pé e assim voltam, não tem que mandar condução.⁶⁷

A encomenda de “papéis pintados”⁶⁸ é uma exceção de cuidados com a casa. O que ela descreve com real interesse são os jardins, suas flores e frutas:

Tenho muitos pássaros cantadores, muitas parasitas, muitas e muitas, todo jardim tem parasitas. E ontem mandaram-me duas muito bonitas e tem um cheiro muito forte, até na sala tenho um jardim de parasita com pássaros; muitas frutas jabuticabeiras estão carregadas em toda parte, em torno da casa sapotis, uvas.

O doutor Ruas vai ver o Aguiar e ficou entretido lá a comer uvas no pé, pêssegos até na janela do meu quarto; muitos doces, biscoito de toda qualidade, há na veja aqui na roça também podemos fazer a vida agradável (...).⁶⁹

Logo chegou o José, trouxe as rosinhas. Doze pés já estão plantados, e meu jardim, com árvores de todo afora não presta, é mesmo jardim de velho. Chegou o tempo que dei uma vez a meu marido do que eu aborrecer, que queria plantar arvoredos, não plantas pequenas, me disse, que ficariam velhas.⁷⁰

Durante a temporada parisiense, a correspondência entre mãe e filho também se alimenta do interesse da marquesa por plantas. O filho lhe envia como agrado sementes de flores, como beijo-de-frade, e de plantas exóticas, como a cola africana, e de melões brancos. Ele procura interessá-la nas novidades mundanas de Paris, comentando sobre a moda do vestido modelo “ottoman”, e lhe enviando um vestido de um ateliê local, e peças de renda especiais, como uma “feita a mão em Carlsbad, na Áustria”.⁷¹

Maria Henriqueta procurava manter uma correspondência afetuosamente protocolar com a nora Zeferina, enviando cumprimentos a cada fevereiro, pelo seu aniversário, no dia 10: “Esta recebera no dia de seus anos que muito a felicito, e que viva sempre contente e o meu maior desejo ainda que seja sogra!! Sempre desejei as felicidades de todos, principalmente sendo mulher do meu filho”.⁷²

Com o passar do tempo, ela não esconde sua expectativa por um neto, com o envio de cartão de felicitações ilustrado com uma criança: “Hoje é dia dos seus anos; não sei como me passou; agora por acaso me disseram, te felicito e peço a Deus que o futuro ano seja acompanhado de um netinho, como o que vai aqui (...)”.⁷³ Depois de comentar o tempo chuvoso, ela se despede: “Sua, Sou Sogra ainda que falam delas eu gosto de ser. Marquesa de Paraná”.⁷⁴

Maria Henriqueta se mantém informada, mesmo à distância, acerca das demandas cotidianas da filha Henriqueta. Em carta à filha, ela se queixa das dificuldades dos serviços da fazenda e de seus problemas de saúde, e oferece os serviços de suas escravas para servir à sua família.

Eu talvez não possa ir este ano, o serviço está muito atrasado, pouca gente, ainda estão dois fugidos, estou ficando muito desfalcada de gente, e gastando com eles, perdido muitas costureiras, engomadeira ou com obras, tudo isso preciso estar aqui.

Não tenho de quem me fiar, este ano não colhi café, estou gastando o ganhado. Se queres as meninas, eu mandarei pelo Aureliano; a Portuguesa gosta de serviço de pé, de alguma coisa que tenho ensinado, crochê, a Minta é o mesmo de prendas, esta é para servir a tua filha, até quanto ela queira, a outra o mesmo que tiver 12 anos ganhará alguma coisa.

Você responda-me para quando ele passar por aqui e eu te avisarei para mandar à estação recebê-las; estas raparigas são para servir, e aprender até quando as quiser, quando não quiserem, elas voltarão para aqui.⁷⁵

A marquesa se mantém atenta às mudanças em marcha, como a mecanização do tratamento do café, tendo instalado máquina para ajudar no processamento dos frutos⁷⁶, bem como a introdução de mão de obra livre, tendo recebido um grupo de colonos portugueses.⁷⁷ Contudo, ao cunhado Jerônimo, ela não esconde as dificuldades da gestão da fazenda e os problemas que virão com o fim da escravidão:

Recebi a sua carta, e vejo o que me diz; tenho acompanhado a discussão no Senado também, e o leio; pobre daqueles que tem quatro ou cinco escravos, que vive trabalhando com eles, ficarem sem eles, necessidade de vender; a situação para pagar lá, já este ano não houve café, mesmo tudo mais.

Eu tenho já algum português, este homem nada sabe da nossa lavoura; antes de ontem para xx no terreiro, aonde tinha uns vinte pés de café, pegado a uma horta. Dei com o cafezal carregado de frutos, e de café maduro, chamei meu xxx que é um português, que está aqui há mais de dois anos, para apanhar, ele quis quebrar a vara o depois eu mostrando como era, diz-me que era impossível.

Chamei uma escrava que catou com presteza, que ele ficou admirado, e é muito bom hortelano; veja como havemos de colher o café e de prepará-lo nas máquinas, nós que temos as nossas crias ensinado, já afeita a vários serviços de lavouras. Tenho perdido muitas crias, ainda não achei um xx. Havemos de ter muitos prejuízos, e talvez o resultado será nenhum.⁷⁸

Maria Henriqueta Netto Carneiro Leão é uma personagem emblemática da geração que forjou o império brasileiro, como companheira e cúmplice de um homem atuante dessa construção, e leal aos valores e expectativas de ascensão de seu grupo familiar. Reconhece-se em sua trajetória o atendimento aos ditames da sociedade patriarcal – o casamento arranjado, o dote, a aquisição de “terras e escravos”, a obtenção de títulos de nobreza, a instalação de uma chácara destacável, a atuação junto a irmandades e ações benemerentes e o zelo pelo futuro da descendência. Acompanhando o marido, ela conheceu o mundo da política e o da representação cortesã, das cerimônias reais e dos saraus elegantes.

Ela, contudo, é de natureza telúrica, porta-se com austeridade, não cultivando vaidades e ostentações, não se deixando envolver pelo consumo de produtos; como disse o

marido, ela “foi educada com o trabalho, parcimônia e economia, por isso que tem amor a seus filhos e deseja deixar-lhe uma fortuna”⁷⁹.

Ao enviudar, ela passou a integrar o grupo de mulheres enérgicas que conseguiram atuar com competência e autonomia nos seus negócios. Maria Henriqueta ficou à frente da administração da fazenda, zelando pelo *status* econômico e político alcançado pelo marido, e que davam identidade à família, enfrentando os desafios e, por vezes, a violência, do mundo rural e o declínio da cafeicultura no Vale, bem como gerindo com astúcia a venda do café e os negócios urbanos e de capitais.

Ainda que em uma primeira e rápida leitura, a correspondência permitiu conhecer as motivações, realizações e contrariedades da viúva, e apreender as nuances do cotidiano das elites oitocentistas⁸⁰. Há muito a ser feito para se conhecer Maria Henriqueta, sem dúvida uma personagem invulgar de seu tempo, e a coleção a ser desvendada de sua correspondência é uma fonte preciosa para os estudos sobre o papel da mulher em meio à sociedade imperial.

Nota

¹ O projeto é coordenado pelo Prof. Helder Carita, da Universidade Nova de Lisboa e, no Brasil, por mim, pesquisadora da FCRB, e por Ana Lúcia Vieira dos Santos (EAU/UFF), pela Fundação Casa de Rui Barbosa. A casa da fazenda mereceu estudo e registro do projeto e está disponível em www.acasasenhorial.org.

² CAMPBELL, Colin. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 317-318.

³ Equivalentes a 2.420 hectares. “Discurso autobiográfico, pronunciado no Senado, pelo então visconde de Paraná, presidente do Conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”. *RIHGB*, 1957, p. 279.

⁴ TAUNAY, 1938, p.72, apud *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense- Fazenda Lordello*.

⁵ “D. Maria Henriqueta Netto Carneiro Leão, viscondessa e marquesa de Paraná (1809-1887)”. Manuscrito, s/d, s/a. IHGB, Coleção Leão Teixeira Fo. Lata 747, pasta 15.

⁶ IHGB. Coleção Leão Teixeira Fo: lata 747 pastas 15 a 43 (Marquesa do Paraná); lata 748, pasta 19 e 20 (Honório Carneiro Leão); lata 751 2, 17 a 22 (Dr. Henrique Carneiro Leão).

⁷ MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil particularly in the gold and diamonds districts of that country...* London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown Paternoster Row, 1812.

⁸ “A raposa da chapada - genealogia paracatuense. Velhos troncos paracatuenses: Carneiro Leão”. Disponível em: <https://araposadachapada.blogspot.com/2008/01/velhos-troncos-paracatuenses_29.html>. Acesso em: 20 fev. 2020.

⁹ “D. Maria Henriqueta Netto Carneiro Leão, viscondessa e marquesa de Paraná (1809-1887)”. Manuscrito, s/d, s/a. IHGB, Coleção Leão Teixeira Fº. Lata 747, pasta 15.

¹⁰ Jeronimo nasceu no Porto, filho de Bento José Teixeira e de D. Bernarda Gomes, e teria vindo ainda jovem para o Rio de Janeiro. Segundo artigo de seu descendente, sua trajetória – de uma “modesta oficina de caldeireiro, até os melhores dias proporcionados pela posição de capitalista e proprietário”, teria sido

resultado de sua “perseverança, honestidade e pertinaz amor ao trabalho” Ele não esclarece, contudo, qual teria sido o seu relacionamento com o pai da noiva, que o levou a ser escolhido para receber Ana Maria e o respectivo dote. TEIXEIRA-FILHO, Henrique Carneiro Leão. “Conselheiro de Estado e senador do império Jeronymo José Teixeira Junior, visconde do Cruzeiro: comemoração do seu centenário natalício”. *RIHGB*, vol. 164, 1933.

¹¹ “Discurso autobiográfico pronunciado no Senado, pelo então visconde de Paraná, presidente do Conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”. *RIHGB*, 1957, vol. 236, p. 277.

¹² Nesse cargo, ele assina o decreto de 15 de janeiro de 1833, que define as seis comarcas – Ilha Grande, Resende, Cantagalo, Campos, S João de Itaboraí e Rio de Janeiro, da província, onde se instalarão os juizes de Direito.

¹³ Durante o império, foram concedidos apenas 47 títulos de marques, sendo 27 ofertados por D. Pedro I e outros 20 por D. Pedro II, contra 800 baronatos, o que assinala a exclusividade do título. OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação do Segundo Reinado (1840-1899)*. Tese apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo: USP, 2018, p. 11.

¹⁴ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o. Cartas Honório Hermeto Carneiro Leão a sua prima e esposa Maria Henriqueta Netto Carneiro Leão. Recife, 7/12/1849 e 9/04/1850, e Montevidéu, 16/11/1851/ e 20/01/1852.

¹⁵ O mesmo que cesto.

¹⁶ IHGB. Coleção Leão Teixeira Fo: lata 748, pasta 19, (Honório Carneiro Leão). Recife, 7 de dezembro de 1849.

¹⁷ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o: lata 748, pasta 20 (Honório Carneiro Leão). Montevidéu, a 16 de novembro de 1851.

¹⁸ IHGB. Coleção Leão Teixeira Fo: lata 748, pasta 20 (Honório Carneiro Leão). Montevidéu, 20 de janeiro de 1852.

¹⁹ “Discurso autobiográfico pronunciado no Senado, pelo então visconde de Paraná, presidente do Conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”. *RIHGB*, 1957, vol. 236, p. 275-283.

²⁰ Idem, p. 280.

²¹ Idem, p. 281.

²² Sobre os interesses políticos e econômicos de Carneiro Leão, ver: PARRON, Tâmis; YOUSSEF, Alain El; ESTEFANES, Bruno Fabris. *Vale expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil*. Almanack (online), n^o 7, p.137-160, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223646332014000100137&lng=en&nrm=iso; <http://www.scielo.br/pdf/alm/n7/2236-4633-alm-07-00137.pdf>.

²³ Eles iriam adquirir outros prazos e aforar um para o filho Honório, “no qual foi edificada uma ampla e confortável morada, onde mais tarde funcionaram os Colégios Calógeras (1851-1859), Falleti (1859-1863) e Paixão (a partir de 1874)”. ALVES NETTO, Jeronymo Ferreira. *Brasileiros ilustres em Petrópolis - Honório Hermeto Carneiro Leão*. Disponível em: http://www.ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/jfan20030716.htm. Acesso em: 05 mai. 2020.

²⁴ “Discurso autobiográfico pronunciado no Senado, pelo então visconde de Paraná, presidente do Conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”. *RIHGB*, 1957, vol. 236, p. 279.

²⁵ O empreendimento foi iniciado em 1835, conduzido pelo capitão Francisco Leite Ribeiro e por seu irmão, o coronel Custódio Ferreira Leite, barão de Aiuruoca, e concluído em 1841. OTTERO, Luiza. *Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875-1888)*. Dissertação PPGH/ICH-UFGF, 2017, p. 22.

²⁶ Idem.

²⁷ ANRJ. Juízo de Órfãos e Ausentes. ZN. Inventário Marquês de Paraná, n^o 3.001, cx.2.762, gal. A, 1856.

²⁸Idem.

²⁹ ALCANTARA, Dora. *As fazendas do Vale do Paraíba. O começo de uma caminhada*, p. 422. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/26_dora-alcantara.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

³⁰ A casa sede, ainda que tenha sido ornamentada e modernizada por seu herdeiro, se mantém como um testemunho das casas rurais do século XIX. Ver: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casas-senhoriais/pesquisa-avancada-2/352-fazenda-lordello-2>.

³¹ Honório relacionou em seu discurso, como prova de modéstia nos gastos domésticos e na representação, os seus diferentes endereços na Corte. Inicialmente, a família morou em casa alugada ao barão de Guaratiba; em 1832-1833, no tempo da Regência Trina, mudou para um prédio onde pagava 800\$, por ano; deixando o cargo, transferiu-se para outro, em Botafogo, pelo qual pagava 480\$. Daí passou para Matacavalos, onde se manteve até fins de 1841, pagando aluguel de 600\$ anuais. Naquele ano, tendo Honório sido nomeado presidente da Província do Rio de Janeiro, foi o casal morar no Palácio do Governo em Niterói, de onde retornariam em 1843. Já como ministro, morou na Praia do Flamengo nº 50, onde permaneceu até residir na casa da chácara adquirida. *RIHGB*, vol. 236, jul-set, 1957, p. 277.

³² “Discurso autobiográfico pronunciado no Senado, pelo então visconde de Paraná, presidente do Conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”. *RIHGB*, 1957, vol. 236, p. 280. Segundo o inventário dos bens do marquês, essa compra gerou as seguintes propriedades: “Uma morada de casa de sobrado com chácara sita no Caminho Novo de Botafogo; uma morada de casa térrea sita no dito Caminho Novo de Botafogo; um terreno cercado com quadril de ferro sito no Caminho Novo de Botafogo, uma morada de casa térrea com chácara no Caminho Velho de Botafogo, um terreno no Caminho Velho de Botafogo”. *ANRJ*. Juízo de Órfão e Ausentes. ZN. Inventário Marquês de Paraná, nº 3.001, cx.2.762, gal. A, 1856.

³³ Charles Expilly, jornalista francês que esteve no Brasil de 1852 a 1862, comenta os melhoramentos na R. Nova de Botafogo, cercada de elegantes “cottages”, que possibilitariam passeios para se ir admirar os belos jardins do Sr. visconde de Paraná, os canteiros deslumbrantes e a elegante gaiola de pássaros do sr. visconde de Abrantes. EXPILLY, Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Paris: Charles et Huillery, Libraires-Editerus, 1863, p.109. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=v2ACAAAAYAAJ&hl=pt-BR&pg=PP9#v=onepage&q=Carneiro&f=false>. Acesso em: 09 dez. 2019.

³⁴ Segundo transcrição do inventário do marquês, além do pátio para os coches, havia no térreo “oito quartos de serviços e escravos, saleta, despensa, estrebarias, lavandaria, bica d’água e pátio “D. Maria Henriqueta Netto Carneiro Leão, viscondessa e marquesa de Paraná (1809-1887)”. Manuscrito, s/d, s/a. IHGB, Coleção Leão Teixeira Fº. Lata 747, pasta 15.

³⁵ “D. Maria Henriqueta Netto Carneiro Leão, viscondessa e marquesa de Paraná (1809–1887)”. Manuscrito, s/d, s/a. IHGB, Coleção Leão Teixeira Fº. Lata 747, pasta 15.

³⁶ “Leilões M. S. Pinto”. *Diário do Rio de Janeiro*, 16 mar. 1874.

³⁷ A Travessa Marquês do Paraná teria como continuação, cruzando à R. Senador Vergueiro, a Travessa Barão de Icaraí, aberta pelo genro da marquesa, onde um loteamento abriria as ruas que levariam os nomes dos filhos do barão, Honório de Barros e Januária.

³⁸ As filhas receberam, respectivamente, 34 contos de dote, e o filho, 36 contos, entre escravizados, objetos e dinheiro, sendo que, 30 contos deveriam ser debitados da legítima paterna, e o restante, da materna. *ANRJ*. Juízo de Órfão e Ausentes. ZN. Inventário Marquês de Paraná, nº 3.001, cx.2.762, gal. A, 1856.

³⁹ Sobre as relações de sociabilidades envolvidas nos casamentos, em especial com Maria Henriqueta e com Jeronimo José Teixeira Filho, ver: MARTINS, Maria Fernanda. “O círculo dos grandes. Um estudo sobre política, elite e redes no Segundo Reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889)”. *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 13, nº 1, 2007, p. 93-122.

⁴⁰ Na década de 1870, a marquesa do Paraná consta como proprietária na R. Marquês de Abrantes nºs 27, 29 e 31, na R. Senador Vergueiro nºs 44 e 46 e na Praia de Botafogo nº 34. CAVALCANTI, J. Curvello *Nova numeração dos prédios da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, [1978?].

⁴¹ Constantino Pereira de Barros possuía terrenos e um amplo sobrado no Fonseca, Niterói, que seria ocupado pelo Colégio Brasil, e, no Rio de Janeiro, possuía terrenos na R. Senador Vergueiro n^{os}. 49 a 55 e na Praia do Flamengo, n^{os} 76 a 96, tendo o irmão, barão da Fonseca, o n^o 74, e o cunhado, Henrique, nas faldas do Morro da Viúva, assim chamado por ter pertencido à sua mãe, Januária Pereira de Barros. CAVALCANTI, J. Curvello. *Nova numeração dos prédios da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, [1978?].

⁴² O anúncio de leilão de edifício, por conta do espólio de Honório Henrique Carneiro Leão, descreveu-o como “de sólida construção, com vastas acomodações para família, com água, gás, tanques e mais servidões (...) construído solidamente com madeiramento de lei e muito bem dividido”. *Jornal do Comércio*, 13 jul. 1873.

⁴³ Filho da irmã de Maria Henriqueta, Ana Maria, e de Jeronimo Jose Teixeira.

⁴⁴ A antiga chácara do conselheiro Jerônimo José Teixeira Junior ocupava o Largo do Catete n^o 3, a R. Marquês de Abrantes n^{os} 1 a 5, e a R. Senador Vergueiro n^o 1. O conselheiro possuía vários outros edifícios e terrenos, e teve a sua residência em ampla chácara na R. do Bispo.

⁴⁵ Zeferina era a oitava dos doze filhos de Francisco Marcondes Machado (1807-1872) e Maria dos Remédios Cornélio dos Santos (– Porto Novo, 1898). Ela foi tia do pintor e escritor Cornélio Penna, que lhe dedicaria afetuosas referências.

⁴⁶ Henrique seria proprietário, além do palacete na R. Marquês de Abrantes n^o 29A, de bens situados na R. Senador Vergueiro n^{os} 46A, 46B e 46C, na Praia de Botafogo n^{os} 30 e 36, e na Praia do Flamengo n^o 98. CAVALCANTI, J. Curvello. *Nova numeração dos prédios da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, [1978?].

⁴⁷ Segundo Ferraz, “O retrato mortuário é uma aquarela de autor desconhecido, feita segundo Clément Bernard Louis Thérrier. Porém, segundo Fernando Gouvêa, a litografia de Thérrier foi baseada em uma fotografia feita por Revert Henrique Klumb (183?-1886)”. FERRAZ, Paula Ribeiro. *Retratos do marquês: a construção da memória de Honório Hermeto Carneiro Leão pela iconografia*. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/retratos_marques.htm.

⁴⁸ *Jornal do Comércio*, 17 set. 1856.

⁴⁹ *Correio Mercantil*, 15 out. 1856.

⁵⁰ ALMANAK LAEMMERT: ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL (RJ) 1857, Imperial Irmandade Nossa Senhora de Glória do Outeiro, p. 370; Associação São Vicente de Paulo, 1862, p. 376; e Devoção de Nossa Senhora da Piedade da Igreja da Santa Cruz dos Militares, p. 369.

⁵¹ *Diário de Pernambuco*, 14 dez. 1858.

⁵² Segundo nota jornalística, Bauch teria, no fim de outubro de 1856, acabado de concluir o retrato do marquês, feito de memória, já que, em vida, havia obtido uma única sessão de cerca de uma hora com o retratado. *Diário do Rio de Janeiro*, 26 out. 1856. Não há como saber se o retrato teria sido encomendado pelo marquês ou oferecido pelo pintor, e teria havido contato anterior dos dois, em Recife, em 1849. Ainda que Leão Teixeira F^o afirme, em sua nota biográfica, baseado em tradição familiar, que os dois quadros estariam no salão da casa do Flamengo a partir de 1846, me parece que o retrato da marquesa não teria realizado naquele ano, tendo em vista o impacto provocado pela súbita morte na vida da esposa. “D. Maria Henriqueta Netto Carneiro Leão, viscondessa e marquesa de Paraná (1809-1887)”. Manuscrito, s/d, s/a. IHGB, Coleção Leão Teixeira F^o, lata 747, pasta 15.

⁵³ Pode-se supor que o “apreciável retrato de uma senhora que foi muito considerada nesta Corte pelas suas virtudes e amabilidade”, exposto por Bauch na R. do Ouvidor, fosse o quadro da marquesa. *Correio Mercantil*, 17 ago. 1858. Sobre os retratos dos marqueses de Paraná, ver: PINTO-JÚNIOR, Rafael Alves. “Um retrato (quase) íntimo da nobreza brasileira: Emil Bauch e a marquesa do Paraná”. *19&20*, Rio de Janeiro, vol. 3, n^o 3, jul. 2008. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/artistas/ebauch_rapj.htm; e FERRAZ, Paula Ribeiro. “Retratos do marquês: a construção da memória de Honório Hermeto Carneiro Leão

pela iconografia”. 19&20, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 2, abr./jun. 2012. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/retratos_marques.htm.

⁵⁴ Ela foi enterrada no dia seguinte, no dia 2 de dezembro, no Rio de Janeiro, “seguindo o préstito fúnebre da estação Central D. Pedro II para o cemitério S. João Batista”. *Jornal do Comércio*, 2 dez. 1887. A família, sendo ausentes Henrique e esposa e dos barões de Icaraí, com a presença de Maria Henriqueta e marido, seguida de netos e amigos mandam publicar anúncio agradecendo a presença no enterro e convidando para missa de sétimo dia, no dia seguinte, na Igreja São Francisco de Paula. *Jornal do Comércio*, 6 dez. 1887.

⁵⁵ Não foi localizada a íntegra do documento, somente seu extrato comentado em: *Gazeta de Notícias*, 3 dez. 1887.

⁵⁶ Bacharel em Direito, jornalista, tendo sido diretor do *Jornal do Brasil* e de outras empresas. Foi deputado da Assembleia do Estado do Rio de Janeiro (1901-1904), secretário-geral do governo do Estado do Rio, na presidência de Nilo Peçanha. Teve dois matrimônios, o primeiro com Idalina Lamberti, com quem teve três filhos, Isa, Lina e Henrique Carneiro Leão Teixeira Junior; e com Julieta de Carvalho, de quem teve outros três filhos: Flavio, Marina e Silvio.

⁵⁷ *Gazeta de Notícias*, 3 dez. 1887.

⁵⁸ *Gazeta da Tarde*, 22 dez. 1888.

⁵⁹ Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho (1896-1931), engenheiro, professor de História, membro do IHGB, e um dos fundadores do Instituto Histórico de Petrópolis, sendo seu primeiro presidente (1938-1946), contribui com vinte artigos para a *RIHGB*. Por sua recomendação, seu arquivo foi doado pela viúva ao IHGB.

⁶⁰ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o. Cartas Honório Hermeto Carneiro Leão a sua prima e esposa Maria Henriqueta Netto Carneiro Leão. Recife, 7/12/1849 e 9/04/1850, e Montevidéu, 16/11/1851/ e 20/01/1852.

⁶¹ A correspondência tem lacunas cronológicas, como no caso das cartas entre a marquesa e o filho Henrique, no período de 1882 a 1887, o que permite supor que tenha havido dispersão de parte do conjunto, o que só poderá ser confirmado, contudo, após leitura sistemática da coleção. Os maiores subconjuntos abrangem a correspondência entre a marquesa e o filho Henrique, com cerca de 129 cartas, e com o genro Jeronimo José Teixeira Jr., com 90 cartas.

⁶² TELLES, Augusto da Silva. “Vassouras (estudo sobre da construção residencial urbana)”. *RIPHAN* 16, p. 54.

⁶³ A caixa teria sido transmitida pela nora Zeferina ao seu sobrinho Cornélio Penna, e integra seu acervo na Fundação Casa de Rui Barbosa. Ele a descreveu em seu romance *Fronteira*.

⁶⁴ Não foram localizadas fotografias na coleção da família. IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o, lata 751, pasta 48. Carta da Marquesa do Pará a Henrique Carneiro Leão, s/d., 1873.

⁶⁵ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o, lata 751, pasta 48. Carta da marquesa a Zeferina Carneiro Leão, 30 out. 1875.

⁶⁶ Idem. Carta da Marquesa do Paraná a Zeferina Carneiro Leão, 9 dez. 1879.

⁶⁷ Idem. Carta da marquesa do Paraná a Zeferina Carneiro Leão, 8 de fevereiro de 1880.

⁶⁸ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o, lata 751, pasta 17. Carta de Henrique Carneiro Leão à marquesa de Paraná (108-2), s/l, 22 abril 1874.

⁶⁹ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o, lata 751, pasta 48. Carta da Marquesa do Paraná à Zeferina Carneiro Leão, 9 dez. 1879.

⁷⁰ Jeronimo, 5 mar. 1881.

⁷¹ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o, lata 751, pasta 17. Carta de Henrique Carneiro Leão à marquesa de Paraná, (8-171) Paris, 4 de agosto de 1886.

⁷² IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o, lata 751, pasta 48. Carta da marquesa do Paraná à Zeferina Carneiro Leão Zeferina, 8 fev. 1880.

⁷³ Idem. Carta da marquesa do Paraná à Zeferina Carneiro Leão Zeferina, 10 fev. 1882.

⁷⁴ Idem. Carta da Marquesa do Paraná à Zeferina Carneiro Leão.

⁷⁵ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o, lata 747, pasta 21. Carta Marquesa de Paraná à Maria Henriqueta, 14 out. 1884.

⁷⁶ Segundo anúncio do fabricante de brunidores Bierrenbach & Irmãos, de Campinas. *Jornal do Comércio*, 25 set. 1877.

⁷⁷ “Permitiu-se a marquesa introduzir dez famílias de agricultores portugueses na fazenda de sua propriedade...”. *Jornal do Comércio*, 2 out. 1887.

⁷⁸ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o, lata 747, pasta 21. Carta damarquesa de Paraná a Jeronimo José Teixeira, 22 set. 1884.

⁷⁹ “Discurso autobiográfico pronunciado no Senado, pelo então visconde de Paraná, presidente do Conselho, na sessão de 31 de julho de 1854”. *RIHGB*, 1957, vol. 236, p. 275-284.

⁸⁰ Como os estudos que veem sendo desenvolvidos por Miridan Britto Falcci, Mary del Priore, Mariana Mauze e Leila Alegrio, entre outros.

Entre palmeiras e pincéis: Zeferina Carneiro Leão e a Fazenda Lordelo

Ana Lucia Vieira dos Santos*

Recebido em: 02/07/2020

Aprovado em: 23/10/2020

Resumo

O artigo trata da trajetória dos barões de Paraná, em especial da baronesa Zeferina Marcondes Machado Carneiro Leão. Examina suas relações familiares, seus interesses culturais e sua atuação na fazenda Lordelo, hoje no município de Sapucaia/RJ, propriedade da família Carneiro Leão. A fazenda foi fundada em meados do século XIX pelo marquês de Paraná, pai do barão, e administrada pela marquesa viúva durante trinta anos. Os barões herdaram a propriedade logo após a abolição da escravatura, cabendo a eles a modernização tanto da produção quanto da casa.

Examinamos as alterações introduzidas no edifício, em especial na fachada e na decoração interior, buscando as inspirações para as pinturas e a relação com o estilo decorativo de sua casa no Rio de Janeiro.

Palavras-chave

Casa senhorial; Ciclo do café; barões de Paraná; Zeferina Carneiro Leão; Fazenda Lordelo.

Abstract

This article is about the life of the barons of Paraná, particularly of the baroness Zeferina Marcondes Machado Carneiro Leão. It examines their family relations, cultural interests, and their handling of the Lordelo plantation, property of the Carneiro Leão family, currently located in the city of Sapucaia-RJ. The plantation was founded in the mid 19th century by the marquis of Paraná, the baron's father, and overseen by the dowager marchioness for thirty years. The barons inherited the property right after the abolition of slavery, and were tasked with modernizing both its house and its administration.

We examine the changes made to the building, especially the facade and interior decoration, looking for the inspiration to their paintings collection and comparing its style to that of their house in the city Rio de Janeiro.

Keywords: Manor house; coffee cycle (Brazil); Barons of Paraná; Zeferina Carneiro Leão; Lordelo plantation.

* Arquiteta, doutora em História pelo PPGHis/UFF, professora adjunta da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, coordenador do Laboratório de Estudos de Patrimônio (EAU/UFF) e vice-coordenadora da seção brasileira do projeto “A casa senhorial: anatomia dos interiores. Portugal, Brasil e Goa”. É autora de diversos artigos sobre a casa brasileira. Email: aluciavs@gmail.com.

Este artigo foi produzido no âmbito do projeto de pesquisa “A casa senhorial: anatomia dos interiores”, que estuda variados aspectos das casas de elite em Portugal, Brasil e Goa, reunindo pesquisadores de diversas instituições. Insere-se em pesquisa sobre a produção arquitetônica do ciclo do café fluminense no século XIX, desenvolvida sob coordenação da Profa. Ana Pessoa na Fundação Casa de Rui Barbosa, e pela autora na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. O estudo das casas senhoriais das fazendas de café permite avançar na compreensão dos modos de vida do Vale do Paraíba fluminense, esclarecendo as mudanças trazidas pelo enriquecimento dos proprietários, e os usos e modas vindos da Corte e da Europa, com a modernização característica do século XIX. A pesquisa busca estudar as famílias que foram proeminentes no vale do café, suas ligações através de casamentos e compadrios, e localizar suas residências, tanto as rurais como as localizadas nas cidades do vale e na Corte, e, eventualmente, em Petrópolis, a fim de buscar padrões construtivos e decorativos que permitam avançar na compreensão da cultura construtiva desenvolvida no período cafeeiro.

Neste texto vamos explorar a única casa remanescente da família Carneiro Leão, a casa grande da fazenda Lordelo,¹ localizada no atual município de Sapucaia/RJ.

A fazenda Lordelo foi fundada pelo marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1857), poderoso político e ministro do Império do Brasil. Com sua morte precoce, a fazenda passou a ser administrada pela marquesa viúva, Maria Henriqueta Neto^{**} (1809-1887), com excepcional competência.²

Na sucessão da marquesa, a fazenda foi herdada por Henrique Hermeto (1847-1916), único dos filhos homens que sobreviveu aos pais, e que receberia após a morte da mãe o título de barão de Paraná³.

Henrique era o filho caçula dos marqueses, e perdeu o pai com apenas nove anos. Estudou Humanidades no Colégio Pedro II, e formou-se médico em 1870, atuando inicialmente como especialista em transtornos mentais e doenças nervosas, e depois em “doenças de senhoras”.

^{**}No artigo de Ana Pessoa, a Marquesa foi tratada pelo nome Maria Henriqueta Carneiro Leão. Nota dos editores.

Ao se formar, Henrique foi “para a roça”, clinicar na freguesia de Aparecida, onde ficava a fazenda Lordelo. Lá, foi procurado pelo comendador Francisco Marcondes Machado, dono da fazenda Cortiço, que solicitou seus serviços e tornou-se seu amigo.⁴

Francisco Marcondes Machado (1807-1872) era natural de Pindamonhangaba e casou-se com D. Maria dos Remédios Cornélio dos Santos (1825-1898), de família também proprietária de terras em Aparecida. O casal teve doze filhos,⁵ que foram educados em colégios da Corte; os meninos no Colégio Pedro II, e as meninas no colégio Taulois e Rivière e depois na famosa escola da baronesa de Geslin.

O comendador era um fazendeiro interessado no aprimoramento da produção de café, tendo alcançado medalha de ouro na Segunda Exposição Nacional por “melhorias nos terreiros e em outros meios de preparo do café”.⁶ Participava da vida política de Aparecida e da Corte, e tinha extensa rede de parentesco e amizade que se estendia por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 1861 a família partiu para uma viagem às estações de águas de Minas Gerais, utilizando-se dessa rede para hospedagem e apoio em vários pontos do caminho. Por anúncio de agradecimento publicado no *Correio Mercantil*⁷ ficamos sabendo que os Marcondes Machado viajaram com mais de quarenta animais de transporte, e foram recebidos com um belo baile em Pindamonhangaba, de onde Francisco havia saído vinte anos antes.

O comendador faleceu em 1872, passando a administração da fazenda à viúva e aos filhos. D. Maria dos Remédios passou a dividir-se entre a fazenda e a Corte, com residência na Praia de Botafogo. Ela passaria a se envolver com trabalhos sociais e religiosos na capital, tendo destaque sua atuação na Ordem Terceira de São Francisco de Paula, o que levou à confecção de um grande retrato seu para a galeria de beneméritos da ordem.⁸

Zeferina era a terceira filha mulher do casal Marcondes Machado e estudava no colégio da baronesa de Geslin. Além das disciplinas do currículo comum a meninos e meninas, a escola oferecia o ensino línguas estrangeiras, além do francês, e de “atividades de recreio”, consideradas convenientes a moças de elite: piano, dança, canto e desenho. Nestas duas últimas atividades, Zeferina mostraria especial talento, que desenvolveu e praticou até o fim da vida. Sobrevive de sua produção dessa época um pequeno desenho *au fusain* denominado *Cena pastoral* (Figura 1), assinado e datado de 1 de julho de 1874.



Figura 1. *Cena pastoral*, de Zeferina Marcondes Machado.⁹
Fonte: catálogo do site Onze Dinheiros.

Recém-chegado da Europa, onde fora participar da comissão brasileira da Exposição Internacional de Viena (1873), Henrique interessou-se por Zeferina. Em outubro de 1874 ele escreveu à mãe, que estava na fazenda Lordelo, anunciando que havia pedido a moça em casamento: “Ontem pedi a mão de Zeferina e com geral satisfação e agrado foi aceito o meu pedido. Terá V. M. mais uma filha, que espero faça por merecer a sua estima”.¹⁰ O casamento aconteceu em 24 de dezembro de 1874, na Igreja Matriz da Glória,¹¹ dentro da tradição de confirmar pelo matrimônio dos filhos as alianças entre as grandes famílias de proprietários rurais.

Não temos notícia certa sobre onde o jovem casal foi residir logo após o casamento, mas construíram para si um imponente palacete exuberantemente decorado, vizinho à casa da marquesa de Paraná, em terrenos desmembrados da grande propriedade dos Carneiro Leão na rua Marquês de Abrantes, no bairro do Flamengo, Rio de Janeiro.¹² Henrique manteve-se sempre próximo da mãe, a quem auxiliava na gestão dos negócios, sendo seu representante no Rio de Janeiro, uma vez que a viúva marquesa preferiu residir na fazenda.

D. Henriqueta e sua nora tinham em comum as infâncias passadas numa grande propriedade rural e a ida para a Corte, casando-se ainda muito jovens. Compartilhavam o interesse por pássaros e plantas ornamentais, que cultivavam na fazenda e nos jardins de suas casas urbanas. O início do casamento de Henrique e Zeferina foi marcado por temporadas na fazenda Lordelo, onde faziam companhia à velha senhora e participavam do cotidiano da propriedade.

A casa de morada da fazenda Lordelo está situada a meia encosta, e apresenta-se discretamente ao visitante após longa curva da estrada. Cruzada a ponte sobre o Córrego do Coruço, atinge-se o eixo de entrada pelo jardim em leves socalcos, onde além das palmeiras imperiais ainda resistem exemplares das raras plantas cultivadas pelos Carneiro Leão, como os sombreiros da Jamaica e as enormes palmeiras buriti.

A casa tem um partido que foi praticamente universal na casa rural brasileira. A planta retangular possui pátio central, com ampla varanda que serve de área de convívio íntimo e circulação entre os cômodos. Na Lordelo essa varanda foi envidraçada desde a concepção original, pois já aparece assim no inventário do marquês de Paraná,¹³ que deixou a casa ainda por acabar.

A escada que introduz os visitantes ocupa posição central na fachada principal, chegando a um vestíbulo que se comunica diretamente com a sala de visitas, para um lado, e com uma saleta ligada a um conjunto de quartos para o outro lado. A sala de visitas dá passagem a três quartos, um dos quais serve de oratório. De modo geral, esses quartos sem acesso à zona íntima da casa eram destinados a visitantes. Tanto a saleta quanto a sala de visitas abrem-se para a varanda interna. As alas laterais abrigam sequências de três quartos cada uma. Nos fundos situam-se a sala de música e a sala de jantar, e do outro lado da saída para o quintal, a copa, a cozinha e a despensa.

A ornamentação da fachada, de características ecléticas, denuncia sua execução mais tardia, já no período dos barões. A fachada principal tem dois pavimentos, com o andar nobre em balanço sobre o térreo, formando uma varanda com arcos plenos. Os nove vãos distribuem-se simetricamente em relação ao eixo, em composição de gosto neoclássico, como predominou em todo o vale do café. O vão central é ladeado no térreo por duas colunas encimadas por leões, que sustentam um balcão de pedra com grade de ferro, de onde partem duas lesenas que se prolongam até a platibanda. No pavimento

nobre, as janelas em arco pleno recebem molduras de verga reta, em material cerâmico (Fig. 2).



Figura 2. Fachada principal da casa da fazenda Lordelo. Foto da autora.

A cornija que arremata a parede tem uma faixa central em cerâmica com o leão heráldico da família subjugando uma serpente. O telhado é arrematado por platibanda ameiada, símbolo medieval de nobreza.¹⁴ Sobre o eixo de entrada, uma estátua em louça da deusa Ceres é ladeada por dois leões, acima de um brasão onde figuram duas letras H, iniciais dos dois proprietários Honório Hermeto e Henrique Hermeto, encimadas por um elmo e com cercadura vegetal (Fig. 3). Não foi possível confirmar se Henrique Carneiro Leão solicitou permissão ao imperador para adotar o brasão do pai,¹⁵ tendo sido curto o tempo decorrido entre a concessão do baronato e a proclamação da república. O escudo do marquês não aparece na decoração da casa, ainda que o leão e as cores heráldicas estejam presentes em várias peças, como o tapete de cerâmica no piso da varanda, fronteiro à entrada principal da residência.



Figura 3. Detalhe da composição da fachada.
Foto da autora.

O tratamento da fachada principal estende-se até os três primeiros vãos das fachadas laterais, a partir de onde a casa torna-se somente térrea.

Em texto memorialístico, Cornélio Penna, sobrinho de Zeferina,¹⁶ relembra a casa da fazenda Lordelo:

Passados aqueles extensos e miseráveis campos, irregulares e muito secos, já próximos da descida da serra, novas palmeiras subiam aos céus, sempre como mastros de observatório, cujas flâmulas marcassem invariavelmente o bom tempo. Era a fazenda de minha tia [baronesa de Paraná], a quem eu chamava de minha vice-mãe, pela sua inalterável bondade para comigo e pelo seu amor sem conta de todas as horas. Ela aí residira por muitos anos. A casa, em frente às palmeiras, com seu ar palaciano de sacada sustentada por dois leões de pedra e a sua varanda robusta, deve ainda estar lá, possuída por pessoas estranhas, mas sem a sua alma criadora.¹⁷

Ao referir-se à tia como “alma criadora” daquele lugar, Penna ressalta o papel de Zeferina no processo de modificação e apropriação casa da marquesa de Paraná por seus

sucedores. Além das já mencionadas alterações na fachada, também o interior da casa foi modernizado e tornado ao gosto mais citadino dos barões.

A pragmática marquesa viveu na fazenda com austeridade. Atenta à modernização e mecanização da produção do café, não demonstrava maiores preocupações com a casa, além da manutenção cotidiana e do uso de plantas, flores e pássaros na ornamentação.

Sua preocupação com a geração de um herdeiro para Henrique esfriou sua relação com a nora, que apesar de manter-se cordial e atenciosa distanciou-se da fazenda. Sua correspondência mostra que muitas vezes Zeferina aproveitava as temporadas de Henrique na Lordelo para visitar sua própria família, na fazenda Cortiço.

A mãe de Zeferina mudou-se para Paris em 1882, em companhia das filhas mais novas. Durante essa década, Henrique e Zeferina residiram por larga temporada na Europa tendo como ponto de apoio a cidade de Paris. A comunidade frequentada pelo casal incluía Maria Emília Carneiro Leão, baronesa de São João de Icaraí, irmã divorciada de Henrique, e os irmãos de Zeferina. Os incômodos de saúde os levavam a estações de águas, como Aix-les-Bains, na França. Viajaram a Londres e aos Estados Unidos, à Bélgica e Holanda, assim como à Espanha e Portugal.

Henrique acompanhava seus negócios no Brasil,¹⁸ assim como a gestão da fazenda Lordelo, enviando sementes de flores, legumes e frutas, através de diversos portadores. Data de 1885 a primeira menção à noz-de-cola, que ele trabalharia para adaptar ao Brasil, numa busca de alternativas à cultura do café.

Zeferina mandava peças de roupa para a sogra, como um belo vestido de renda de lã preta com corpinho de gorgorão, ressaltando estar o modelo em grande moda, e chamar-se “ottoman”. Também foram enviadas uma capa para que a senhora passeasse no jardim, e uma touca de renda preta para cabeça, feita a mão em Carlsbad, na Áustria, outra estação de águas frequentada pela família.

Na “Cidade Luz”, Zeferina aperfeiçoou suas habilidades artísticas tomando aulas de canto e pintura. Foi aluna de Henri Cain, libretista, dramaturgo e artista plástico,¹⁹ tornando-se exímia pintora, produzindo obras de grande formato que ornamentavam sua residência no Flamengo.²⁰

A casa da R. Marquês de Abrantes foi objeto de reportagem da *Gazeta de Notícias* em 1926.²¹ As descrições da notícia associadas a fotos dos interiores presentes na coleção

Cornélio Penna (FCRB) permitem conhecer melhor a obra de Zeferina Carneiro Leão e mostram a habilidade da pintora na composição e detalhes.

Os quadros de grande formato não eram o único toque pessoal de Zeferina na decoração do palacete. Quadros de menor tamanho ornamentavam frisos e molduras nos painéis do salão, e almofadas com flores pintadas espalhavam-se pelos sofás e poltronas (Fig. 4). Esse tipo de trabalho em seda foi exposto por Zeferina na Exposição Industrial de 1881, e na Exposição de Belas Artes no Liceu de Artes e Ofícios em 1882.²² O casal possuía obras de outros pintores, como Cornélio Penna, que considerava a tia sua pintora favorita.



Figura 4. Salão da casa da R Marquês de Abrantes, no Flamengo.
Fonte: Coleção Cornélio Penna, FCRB.

O tratamento das paredes e tetos se destaca na decoração da casa dos barões de Paraná, mesclando objetos de grande formato, como os quadros de Zeferina e enormes espelhos venezianos, com pintura mural, estuques e detalhes em madeira. O mobiliário

possuía peças raras, como a cadeira japonesa esculpida em um só tronco de madeira, onde o barão fumava seus charutos. Objetos menores como esculturas e porcelanas complementavam a ambientação.

Os barões gostavam de receber e o fizeram também na fazenda Lordelo. A fama da baronesa como anfitriã manteve-se por muito tempo. Em resenha sobre o livro *Salões e damas do Segundo Reinado*, de Wanderley Pinho, Cardoso de Miranda, articulista do *Correio da Manhã*, reclama a inclusão das anfitriãs das fazendas fluminenses:

Dentre os solares fluminenses que tiveram vida social, cumpre assinalar Lordelo, da baronesa de Paraná, D. Zeferina Marcondes Machado Carneiro Leão; Suruí, da marquesa de Santos, D. Domitila de Castro Canto e Melo; Vista Alegre, de D. Maria da Gloria Soares de Souza e Melo; Samambaia, da baronesa de São Vicente de Paulo, D. Ana Gregória de Miranda Pinto; Gavião, da condessa de Nova Friburgo, D. Ambrozina Leitão da Cunha da Silva Pinto; Airizes, de D. Maria Joaquina dos Reis da Costa Viana; Colégio, de D. Ana Bernardina Gomes Barroso, etc.²³

Para adequar a casa da fazenda Lordelo a suas necessidades pessoais e sociais, os barões de Paraná fizeram obras, de que existe raro testemunho em oito cartas do profissional por eles contratados, Pedro Paulo Prevôt, preservadas no acervo Coleção Leão Teixeira F^o do IHGB.²⁴ Pouco sabemos sobre Prevôt, além de que possivelmente era cenógrafo²⁵ e fornecia mão de obra e desenhos para trabalhos de pintura mural, estuque, colocação de papéis de parede, marcenaria e douração.

O advento da Abolição da Escravidão e a intenção de fazer obras devem ter levado o casal a instalar-se na fazenda por uma longa temporada, assim que voltaram de Paris em 1888. As cartas de Prevôt foram escritas no Rio de Janeiro e dirigidas a Henrique na Lordelo. Através dela foi possível obter algumas informações sobre os profissionais e técnicas utilizadas na decoração da casa.

Uma das técnicas utilizadas foi o “fingimento”. Prevôt enviou para Porto Novo do Cunha o fingidor José Aymore Rodrigues Silva, especialista em madeira carvalho, capaz também de imitar qualquer outra madeira ou mármore. Seu jornal era de seis mil réis diários, além de casa e comida, o que era oferecido a todos os operários. Esses fingimentos eram executados a óleo fervido, e recebiam acabamentos dourados.

Houve problemas com o oficial forrador e o contramestre, que vieram para o Rio de Janeiro para uma folga de três dias no Carnaval, e não quiseram retornar para a

Lordelo. No lugar deles, Prevôt enviou Rufino Crotássio de Mello para fazer forração, com diária de 3\$200, e um bom oficial pintor de nome Alfredo, que trabalhava bem “no liso” e era capaz de fazer qualquer traço ou moldura que se fizesse necessário pela diária de 3\$000. A habilidade de fazer molduras seria importante para o programa decorativo adotado, especialmente nas pinturas pompeianas.

É ainda difícil identificar com certeza as várias camadas de intervenção que a casa acumulou em mais de 150 anos de ocupações por diversos proprietários e por falta de prospecções. No entanto, três podem ser atribuídas aos barões de Paraná: a decoração da sala de música e da sala de visitas e a transformação da varanda em galeria pompeiana.

Entre as cartas de Prevôt, uma discute a escolha dos motivos pompeianos, datada de 16 de março de 1889

Remeto a V. Ex. desenhos pompeanos que achei entre os desenhos que me confiou, e de entre os meus só achei um apropriado que vai apenas desenhado podendo serem as cores dos outros desenhos coloridos; se entre os mesmos não achar V. Ex. o que deseja, peço para ter a bondade de me mandar dizer qual é a combinação pouco mais ou menos que V. Ex. deseja para eu fazer um “croquis” extraído de um tratado pompeano que existe na Biblioteca Nacional, e remeter-lho-ei em continente. (sic)

O esquema decorativo divide as paredes em três zonas horizontais, com dado estreito, zona central ampla e friso superior.²⁶ Alguns dos painéis da zona central contêm motivos de arabescos e outros têm pequena pintura central com motivos mitológicos.

Os motivos mitológicos dividem-se em três grupos e todos podem ser encontrados em pequenas pinturas a guache de Michelangelo Maestri, com ateliê em Roma de finais do século XVIII até sua morte em 1812. Algumas dessas obras baseiam-se em afrescos de Herculano e Pompéia, então recém descobertos e publicados em álbum de gravuras,²⁷ e outras em afrescos de Rafael Sanzio, hoje perdidos. Por sua qualidade e pequeno formato, tornaram-se populares entre viajantes fazendo o “Grand Tour” e, possivelmente, eram desse tipo os desenhos que Henrique Carneiro Leão confiou a Prevôt.

O primeiro grupo tem sete pinturas, que representam os deuses do Olimpo em suas carruagens, simbolizando os sete dias da semana: Diana, Marte, Mercúrio, Júpiter, Vênus, Saturno e Apolo. Essas imagens são baseadas nos afrescos de Rafael.

O segundo grupo tem três pinturas, cada uma com duas figuras alegóricas femininas. Há diversas interpretações sobre o significado dessas pinturas femininas. O

álbum de Orazi identifica algumas como bacantes, outras como ninfas. Esses quadros continuam a ser oferecidos em leilões e são, às vezes, associados à representação das horas do dia e da noite, o que seria uma interpretação coerente com o tema do dia das semanas. No caso das figuras da varanda, estariam representadas as horas do dia apenas.

O terceiro grupo tem quatro figuras. Duas representam ninfas e centauros (Fig. 5), e as duas outras, nereidas com monstros marinhos, todas presentes também no álbum sobre os afrescos de Herculano. Na Fig. 6 observamos o percurso de uma dessas imagens: parte de parede da Villa Arianna (c. 20-45 D.C.), preservada no Museo Archeologico Nazionale di Napoli; a imagem reproduzida em gravura do álbum “Le pitture antiche d'Ercolano e contorni, incise con qualche spiegazione”; um dos pequenos guaches atribuídos a Michelangelo Maestri; e a imagem reproduzida em Sapucaia.

Não sabemos ao certo se a casa dos barões no Flamengo tinha algum cômodo pompeiano,²⁸ embora isso fosse mais que possível, devido à popularidade do estilo em finais do século XIX.



Figura 5. Composição em parede da varanda da Lordelo com centauro montado por ninfa. Fonte: foto da autora.



Figura 6. Percurso da imagem

Fontes: Museo Archeologico di Napoli; *Le pitture antiche d'Ercolano e contorni, incise con qualche spiegazione*; guache atribuído a Michelangelo Maestri; foto da autora.

A sala de música sofreu intervenções que a aproximam do estilo da casa da R. Marquês de Abrantes. O teto de saia e camisa presente no resto da casa foi substituído²⁹ por outro igualmente de madeira, dividido em quatro painéis com um medalhão circular central entalhado que recebe o lustre. Cada painel é dividido em quadros menores, com losangos em moldura de madeira no seu interior. Esse tipo de revestimento compartimentado também aparece no palacete do Rio de Janeiro, na sala de visitas, embora nesse caso o teto seja pintado, aparecendo figuras florais no centro de cada módulo (Fig. 7).



Figura 7. Detalhes dos tetos do palacete do Flamengo e da sala de música da Lordelo.
Fonte: Foto da coleção Cornélio Penna (FCRB) e da autora.

A parte inferior da parede está revestida em lambris de madeira escura com almofadas verticais, e a parte intermediária é coberta de tecido adasmacado amarelo de colocação recente, sem que se tenha notícia do que havia antes. A sala de música é um cômodo que remete a Zeferina por seus dotes de cantora e sua educação musical.

A sala de visitas possui tratamento semelhante ao da sala de música, mas seu forro mantém o tradicional trabalho de saia e camisa. O uso do mesmo tipo de lambri e de tecido adamascado nas paredes dá unidade decorativa aos dois cômodos, apesar da diferença nos tetos.

A escada e os vestíbulos estão forrados em papel de parede com fundo em *chevron* em azul e vermelho, com figuras de dragão alado e flores. Lacunas no papel deixam entrever que este foi colocado sobre parede pintada em amarelo com molduras verdes, não sendo possível precisar em que momento a mudança ocorreu, sendo possível que a pintura pertença ao período dos barões de Paraná.

A menção de Cornélio Penna aos longos anos de residência da tia na fazenda Lordelo possivelmente se refere a esses anos pós-abolição da escravatura, em que os fazendeiros precisaram adaptar a gestão das propriedades a outras formas de trabalho. Os Carneiro Leão já vinham se preparando para este momento desde a gestão da marquesa

de Paraná. São frequentes na correspondência entre Henrique e sua mãe as menções à compra de maquinário e à introdução de colonos europeus. Depois de assumir a fazenda, intensifica-se a atuação do barão no aperfeiçoamento genético do gado, a introdução de cavalos de raça e a adaptação de novas plantas, cujo cultivo podia ser comercialmente interessante, como a noz-de-cola.

Henrique manteve a tradição de apresentar-se nas exposições agropecuárias, sempre obtendo destaque pelos melhoramentos na produção e pela qualidade de seus animais. Um de seus mais famosos sucessos como criador foi a obtenção do zebróide, anunciada em abril de 1897. A experiência genética de cruzamento de égua com zebra realizada na Fazenda Lordelo foi reconhecida pela Sociedade de Aclimação de Paris, que lhe confirmou a primazia diante de outras tentativas. Dois exemplares foram apresentados na Exposição de 1908, e posteriormente expostos no Bois de Boulogne em Paris,³⁰ onde foram oferecidos aos viscondes de Hamilton Pires,³¹ sobrinhos do barão. Em suas visitas a Além Paraíba, cidade próxima à fazenda Lordelo, Henrique costumava usar uma carruagem puxada por uma parilha de zebróides, o que lhe valeu fama de excêntrico.

A modernização da tradicional casa inseriu os elementos de conforto necessários à ocupação pelo casal cosmopolita e permitiu que a fazenda se tornasse ponto dos animados encontros sociais mencionados por Cardoso Miranda. A antiga casa grande tornou-se casa de campo, com o lazer assumindo um papel importante no mundo rural.

A volta à vida no campo, marcante tanto na infância de Henrique quanto na de Zeferina, possibilitou também o exercício de atividades que lhes eram caras: o barão pode dedicar-se aos experimentos científicos em que se destacou e a baronesa desfrutava do ar livre para pintar (Fig. 8).



Figura 8. A baronesa de Paraná pintando ao ar livre na fazenda Lordelo.
Fonte: Coleção Cornélio Penna (FCRB).

O interesse pelas artes levou Zeferina a contribuir para o seu ensino e divulgação. Foi uma das principais patrocinadoras dos cursos femininos do Liceu de Artes e Ofícios, cuja inauguração ocorreu em 14 de outubro de 1881, em cerimônia prestigiada pelo casal imperial.

Os primeiros contribuintes foram a baronesa de São Mateus, falecida, com 2000\$, a esposa do Dr. Carneiro Leão, com 1.000\$, a baronesa de Guararema, o advogado e proletário, com 200\$, Eduardo Lemos, do Gabinete Português de Leitura, Elias Novaes, com 100\$, e o cônego Dr. Ilonorato, da Notre Dame, com 20\$.³²

O apoio ao Liceu continuou por vários anos, tendo o casal instituído o prêmio “Marquês de Paraná”, oferecido à aluna de maior destaque nas aulas de desenho de figura. Em reconhecimento à contribuição constante, o nome de Zeferina foi dado a uma das salas de aula do Liceu.³³

Zeferina apoiou a Comissão Propagadora das Artes no Brasil oriunda do Salão dos Novos, com o fim de promover exposições e eventos para novos artistas.³⁴ A baronesa manteve-se monarquista por toda a vida. Em 1934 foi uma das principais doadoras na

subscrição aberta pelo jornal *A Noite* para construção de um panteão aos imperadores do Brasil, destinado a receber os restos mortais de D. Pedro II e D. Teresa Cristina³⁵.

A morte de Henrique sobreveio em março de 1916, após um prolongado período de doença, que incluiu uma cirurgia para extração de cálculos biliares.³⁶ Seu testamento determinava que a fazenda Lordelo fosse vendida, e o produto convertido em apólices da dívida pública, inalienáveis, com usufruto de sua mulher.³⁷

No inventário da casa realizado nessa ocasião, aparecem objetos de valor tão elegantes quanto os que eram usados no Rio de Janeiro:

uma mobília de sala de visita com dezesseis peças
uma mobília de sala de visita
uma mobília de sala de jantar com vinte e nove peças
serviço de chá de prata, com onze peças, dezoito talheres de Christofle,
um serviço de cristal, um serviço de louça
um piano de cauda, um gramofone com chapas
uma mobília de varanda, doze cadeiras de ferro para jardim
uma mobília de escritório
quatro carros de passeio.³⁸

Em seu testamento, Henrique determinou que, após a venda da fazenda, Zeferina poderia “retirar para si os trastes, talheres, quadros, roupas e o café que estiver nas tulhas”, ressaltando o caráter pessoal e de valor desses equipamentos.

Um acordo entre os herdeiros³⁹ preservou a propriedade na família, com usufruto e administração de Zeferina, que os exerceu até sua morte.

Após o óbito da baronesa de Paraná⁴⁰ em 1936, a Lordelo passou a ser administrada pela sociedade “Sobrinhos do Barão de Paraná Ltd”, que encerraram a gestão familiar da propriedade.

A casa da Lordelo foi preservada pelos proprietários seguintes, permanecendo como testemunho dos modos de vida do século XIX.

Notas

¹A fazenda Lordello já foi objeto de dois inventários arquitetônicos: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Fazenda de Lordelo. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Rio de Janeiro: Inepac, Instituto Cidade Viva, 2009. Inventário pelo projeto A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores, disponível no site <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casas-senhoriais/pesquisa-lista/352-fazenda-lordello-2>

²Para a gestão da Lordelo pela marquesa de Paraná, assim como suas relações familiares, ver nesta publicação o artigo de Ana Pessoa: “Notícias de uma fazenda de café: a Fazenda Lordelo e a correspondência da marquesa de Paraná”.

³ Henrique recebeu o título de barão de Paraná por decreto de 16 de maio de 1888.

⁴ Carta de Henrique a sua mãe. IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o. Lata 751, pasta 17.

⁵ Antônio Marcondes dos Santos (?-1929), Francisco Marcondes Machado (?-1919), Eulalia Marcondes dos Santos Machado (1848-?), Candida Marcondes dos Santos Machado (1849-?), Frederico Marcondes Machado (1850-1874), Alexandre Marcondes dos Santos Machado (?-1869), Zefirina Marcondes Machado (1852-1936), Urbano Marcondes Machado (1856-1903), Clara Marcondes Machado (1858-1926), Maria da Glória Marcondes Machado (1862-1936), Francisca de Paula Marcondes Machado (1864-?), João Marcondes Machado.

⁶ CORREIO MERCANTIL E INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL. 3 de fevereiro de 1867.

⁷ CORREIO MERCANTIL E INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL. 1 de junho de 1861.

⁸ O retrato foi pintado por Augusto Petit e ficou exposto na Casa Mocada antes de ser levado para a Ordem Terceira. *Jornal do Comércio*, 1885, edição 343(1).

⁹ <https://onzedinheiros.lel.br/catalogo.asp?Num=1984&p=on&Dia=&Tipo=6&pesquisa=&Srt=4>. Acesso em: 10 jun. 2020.

¹⁰ IHGB. Coleção Leão Teixeira F^o. Pasta 17 doc. 109-3. Carta de Henrique Carneiro Leão a sua mãe. Corte, 13 out 1874.

¹¹ Casamento de Henrique e Zeferina, "Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1616-1980", images, *Famil y Search*. <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-R8SM-WH?cc=1719212&wc=M6ZR-HM9%3A131775101%2C131777302%2C132544401>: 20 May 2014), Rio de Janeiro > Nossa Senhora da Glória > Matrimônios 1874, Jan-1878, Nov > image 20 of 101; paróquias Católicas, Rio di Janeiro (Catholic Church parishes, Rio di Janeiro). Acesso em: 20 jan. 2020.

¹² A trajetória pessoal da baronesa de Paraná e os interiores de sua casa no Flamengo estão comentados em “Entre dois mundos: Zeferina Carneiro Leão, baronesa de Paraná”. *Anais do VI Colóquio A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores*, no prelo.

¹³ “[casa nobre]... com 144 palmos de frente, e 165 de fundos, sobrado na frente, e ainda por acabar, com varandas envidraçadas”. ANRJ. Juízo de Órfãos e Ausentes. ZN. Inventário Marquês do Paraná, n^o 3.001, cx.2762, gal. A, 1856.

¹⁴ No período medieval considerava-se os merlões ou ameias como o elemento que caracterizava uma residência como fortificada, de forma que era exigida autorização do rei ou do senhorio para sua construção. As construções residenciais que adotavam soluções militares eram típicas da nobreza, adquirindo as ameias enorme carga simbólica, elevando a construção que as exibia à condição de construção régia ou nobilitada. BARROCA, Mário Jorge. “Torres, casas-torres ou casas-fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)”. *Revista de História das Ideias*, vol. 19. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/41900>. Acesso em: 26 de jan. 2020.

¹⁵ O brasão dos Carneiro Leão foi concedido ao marquês de Paraná por D. Pedro II em 8 de novembro de 1855, para uso exclusivo do brasonado, devendo ser feito novo pedido por parte dos descendentes para continuar a usá-lo. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. A Proclamação da República em 1889 tornou essa norma irrelevante, e os genealogistas e especialistas em heráldica atribuem ao barão de Paraná o uso do brasão do pai, embora não saibamos se Henrique efetivamente fez uso do brasão em sua identificação pessoal.

¹⁶ Cornélio Penna era o filho caçula de Francisca de Paula Marcondes Machado, irmã mais nova de Zeferina, e de Manuel Camilo de Oliveira Penna, médico. Os pais de Cornélio conheceram-se em Paris, onde se casaram em 1888.

¹⁷ Do original datilografado de Cornélio Pena, intitulado “Sob o Signo das Palmeiras - O Estado do Rio”. AMLB/FCRB.

¹⁸ Henrique possuía uma confortável renda proveniente do aluguel de imóveis.

¹⁹ Filho do escultor Auguste Cain (1822-1894), e irmão do pintor e escritor Georges Cain (1853-1919), que foi conservador do Museu Carnavalet de Paris. Assim como seu irmão, Henri terminou por deixar a pintura em benefício da literatura. Disponível em <https://www.josedarioinnella.com/es/Perfiles/V/Henri+Cain>. Acesso em: 18 nov. 2019.

²⁰ Os grandes quadros que ornamentavam a sala de jantar eram *Caçador à espreita*, *Índio a espera*, *Natureza morta* e *Festim de Luculus*.

²¹ *Gazeta de Notícias*, 4 de julho, 1926, edição A00157.

²² *Revista Ilustrada*, 1881, ano 6, nº280, p.6; *Revista Ilustrada*, 1882, ano 7, nº295, p. 3.

²³ CARDOSO DE MIRANDA. “Damas e salões fluminenses”. *Correio da Manhã*, 29 de agosto de 1943.

²⁴ A morte da marquesa de Paraná em 1º de dezembro de 1887 surpreendeu o casal em Paris. Eles só chegaram ao Rio de Janeiro em 23 de maio de 1888, e as cartas do IHGB sobre as obras estão datadas dos quatro primeiros meses de 1889.

²⁵ Há anúncios de peças teatrais com cenários do “inimitável cenógrafo Prevot” no *Jornal do Comércio* de 1883.

²⁶ A pintura decorativa atual da fazenda Lordelo está descrita por Ana Claudia Torem no site do projeto A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores, disponível em: <http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/casas-senhoriais/pesquisa-avancada-2/352-fazenda-lordello-2>. Acesso em: 25 jun. 2020.

²⁷ ORAZI, Niccolò. *Le pitture antiche d'Ercolano e contorni, incise con qualche spiegazione*. Napoli: Regia Stamperia, 1760. Disponível em: <https://archive.org/details/A216167/page/n301/mode/2up>. Acesso em: 20 jun. 2020. Foram usadas as pranchas XVIII, XIX, XX, XXI, XXV e XXVI do primeiro volume, e XVI, XVII, XXIX e XXXI do terceiro volume.

²⁸ A sala de entrada tinha estilo mourisco, a sala de jantar era em estilo gótico e a sala de baile era conhecida como salão japonês.

²⁹ O quarto que serve de oratório também não apresenta forro em saia e camisa, o teto é liso, com anjos pintados em época mais recente.

³⁰ *Correio Paulistano*, 13 de setembro de 1908.

³¹ Hamilton da Silva Pires, casado a 6 de junho 1901 com Maria Januária de Barros (*O Fluminense*, 8 de junho de 1901), recebeu o título de visconde Hamilton Pires do rei de Portugal (*A Capital*, 13 de maio de 1907).

³² *Gazeta de Notícias*, 20 de junho de 1881.

³³ *Jornal do Comércio*, 1886, ed. 42.

³⁴ *Revista da Semana*, ed. 44, 1926.

³⁵ *A Noite*, 16 de outubro de 1934.

³⁶ *O Paiz*, 11 de outubro de 1915.

³⁷ Inventário do Barão de Paraná. Museu da Justiça. Inventário 1916, Capital, Baronesa de Paraná Inventariante, Barão de Paraná Inventariado (transcrição paleográfica Madjory de Almeida Pereira, bolsista PIBIC/FCRB, 2018).

³⁸ Idem.

³⁹ Zeferina foi herdeira universal do marido e, uma vez que não tiveram filhos, os bens passariam depois aos sobrinhos de Henrique, Dr. Henrique Leão Teixeira, D. Maria Lima, D. Maria da Glória, condessa Candido Mendes, Don'Anna Teixeira Soares de Souza e Pedro Netto Teixeira de Carvalho, filhos e neto de sua irmã viscondessa do Cruzeiro.

⁴⁰ Óbito Baronesa de Paraná, “Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012”, database with images, *Family Search* (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-672S-6W3?cc=1582573&wc=9GYB->

[W3K%3A113334201%2C127145501%2C129363801](#): 2 July 2014), Rio de Janeiro > 04ª Circunscrição > Óbitos 1936, Ago-1937, Mar > image 123 of 238; Corregedor Geral da Justiça (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro. Acesso em: 15 mai. 2020.

A crise da escravidão brasileira no final século XIX e os congressos agrícolas (1878)

Otto Reuter Lima*

Recebido em: 02/07/2020

Aprovado em: 08/12/2020

Resumo

Esta pesquisa analisa a crise da escravidão brasileira no final século XIX e os congressos agrícolas (1878), enfocando nas discussões da época sobre a suposta crise de mão-de-obra escrava e as alternativas propostas para sua solução. Dentre as proposições, temos a migração de mão-de-obra asiática chinesa para o Brasil. Alicerçada em uma abordagem global, a pesquisa entende que as transformações no sistema capitalista mundial, que intensificaram as contradições internas do escravismo no Brasil, também criaram as condições para a onda de migração transnacional chinesa em massa para as Américas. Desse modo, a crise da escravidão negra e o surgimento de novos tipos de mobilidade internacional da força de trabalho se inscrevem nas mesmas condicionantes estruturais mais profundas do capitalismo mundial. O papel da mão-de-obra asiática chinesa tem, portanto, seu ponto na constelação das condicionantes históricas do capitalismo e suas contradições.

Palavras-chave

Congresso agrícola; crise de mão-de-obra escrava; migração chinesa; política da escravidão; segunda escravidão

Abstract

This research analyzes the Brazilian black slavery crisis in the late 19th century and the agricultural congresses (Brazil, 1878), focusing on the contemporary discussions about the allegedly black slave labor crisis and the proposed alternatives for its solution. Among the resolutions was the Asian Chinese labor force migration to Brazil. Based on a global approach, the research understands that the transformations in the capitalist world system, which intensified the internal contradictions of Brazilian black slavery, also created the conditions for the mass Asian Chinese transnational migration to the Americas. In this way, the black slavery crisis and the emergence of new types of international labor force mobility are part of the same deeper structural conditions of world capitalism. The role of Asian Chinese labor, therefore, has its point in the constellation of the historical circumstances of capitalism and its contradictions.

Keywords

Agricultural congress (Brazil); slave labor crisis; Chinese migration; second slavery; slavery policy

Introdução

*Mestrando em Historia, UFF. Integrante do Pólo de Pesquisa do Real Gabinete Português de Leitura e do Centro UFF sobre Desigualdades Globais. Email: ottoreut@gmail.com.

Esta pesquisa analisa as origens históricas das relações entre o Império do Brasil e o Império Chinês, enfocando as discussões históricas sobre a migração chinesa para o Brasil. Tomando antecipadamente os conceitos de comércio e migração de *coolies*,¹ tendemos a aplicar o termo comércio de *coolie*, apesar do fluxo minoritário desse tipo específico de migração para o Brasil, tendo como base o discurso político sobre os asiáticos. Fundamentada em uma abordagem global, a pesquisa entende que as transformações no sistema capitalista mundial que intensificaram as contradições internas da escravidão no Brasil também criaram as condições para a onda de migração em massa transnacional chinesa para as Américas. Assim, a crise da escravidão e o surgimento de novos tipos de mobilidade internacional da força de trabalho estão inscritos nas mesmas restrições estruturais mais profundas do capitalismo mundial.

O primeiro momento de nossa pesquisa busca inserir novas perspectivas nas discussões em andamento sobre a crise da escravidão negra no Brasil no final do século XIX. A Segunda Escravidão será analisada juntamente com as discussões sobre a expansão das fronteiras de *commodities* e agrícolas nas regiões cafeeiras do império no Centro-Sul. Em uma visão comparativa, discutiremos as chaves de construção de uma política de imigração brasileira profundamente relacionada ao fim da escravidão negra e uma conseqüente falta de mão-de-obra, tão questionável e tendenciosa pelos proprietários de escravos negros. Essa política de imigrantes também será comparada com políticas similares em outros territórios globais, igualmente vinculadas à força de trabalho geral do mercado mundial e aos chineses em particular.

A perspectiva do sistema mundial será usada para conceituar as novas relações globais de trabalho, uma conseqüência da crise da escravidão negra nas Américas, mas também as relações sociais e discussões internas, dentro das fronteiras nacionais, como determinantes da economia mundial. Nosso ensaio analisa os conseqüentes processos globais de trabalho, ou seja, os fluxos humanitários globais. Enfocando a imigração chinesa ao longo do século XIX, que nos casos brasileiro e cubano se relaciona com o fim dos processos de escravidão negra. Procuramos compreender as histórias locais específicas como elementos/partes inerentes aos processos socioeconômicos globais.

Em segundo lugar, as condições globais dos fluxos migratórios chineses serão analisadas através da reconfiguração do mercado mundial da força de trabalho asiática. A constituição de um mercado de trabalho internacional entre os séculos XVIII e XIX teve como uma de suas conseqüências a busca por novas forças de trabalho: os chineses ou os

coolies. A migração transnacional chinesa, por sua vez, não deve ser vista como um único fio não relacionado ao sistema capitalista global, mas, na verdade, como um elo fundamental correlacionado à crise global da escravidão negra. Portanto, em todos os países onde se pode observar o comércio de *coolies*, devemos nos atentar para os vínculos globais. As diásporas asiáticas, ou migrações transnacionais chinesas, têm suas próprias interconexões diretas e colaterais com o fim da escravidão negra na segunda metade do século XIX. Não apenas no caso brasileiro, mas também, por exemplo, nos casos cubano e estadunidense.

O fluxo global de migrações em massa de seres humanos ou trabalhadores é um procedimento essencial a ser analisado, não apenas na *longuedurée*, mas também em seus pequenos momentos e ações. As principais discussões sobre a transferência de trabalhadores asiáticos tiveram como tema principal a raça. Entre os tópicos, podemos citar imigração ou colonização, força de trabalho interina ou mão-de-obra contratada, iniciativa privada ou financiamento do governo, pior ou melhor que os africanos escravizados como exemplos conflitantes no século XIX. Em cada lugar, município, país ou local onde podemos encontrar os chineses como força de trabalho, podemos observar discussões particulares sobre esse grupo étnico, além de diversos interesses entre os chineses e suas agências como trabalhadores.

Há um grande debate sobre se a força de trabalho asiática chinesa era assalariada, pois dependia de seus contratos e às vezes era forçada a aceitá-los, ou se fazia parte de um novo movimento global de escravidão; apesar da enriquecedora discussão, nesse momento nos atentaremos ao caso brasileiro. Através da experiência internacional da imigração transnacional chinesa, que também foi esclarecida por brasileiros de fora, resulta no Brasil, no final do século XIX (1860-1900), o desenvolvimento desses temas como uma discussão política.

Novos fluxos de trabalho: migração transnacional chinesa e o caso brasileiro

A dinâmica do sistema interestatal europeu, que começou a surgir nos séculos XV e XVI não é o mesmo do século XIX. Como resultado de disputas de poder internas e externas, as constantes atualizações do sistema de poder do Estado transformaram o modelo de Estado para o de Estado-Nação. No entanto, entendemos que essa não pode e não deve ser a unidade de análise apropriada para a pesquisa sobre mudança social na longa duração.

A perspectiva da teoria do sistema-mundo será ampliada, além de discutir novas relações globais de trabalho, uma consequência do processo de escravidão e seu fim, mas também analisar relações sociais e discussões internas, dentro dos Estados, como

determinantes da economia mundial. Ao fazer essa imersão na discussão sobre as origens primárias do capitalismo, buscamos contribuir para a pesquisa de Dale Tomich,² com o objetivo de revelar as premissas sociais e históricas e as relações temporais que formam a economia mundial capitalista e, portanto, as características e condições da própria economia capitalista.

Nosso estudo analisa os consequentes desenvolvimentos globais da força de trabalho, ou seja, os fluxos globais humanitários, enfocando a imigração chinesa ao longo do século XIX, que, no caso brasileiro e cubano, se relaciona com o fim dos processos de escravidão negra. Procuramos compreender histórias locais específicas como elementos/partes inerentes aos processos socioeconômicos globais. O caráter histórico e complexo do processo de escravidão, que durou três séculos na economia mundial moderna, tem seu papel fundamental quando se busca compreender as relações sócio-históricas do mundo. Ainda assim, a heterogeneidade das relações espaciais e temporais dos processos capitalistas no século XIX também faz parte da origem das consequências que alteram as relações de trabalho nos séculos seguintes.

O contexto global do século XIX provocou uma espécie de *spill-over effect*³ nas relações políticas, econômicas e culturais então vigentes entre as nações. O desenvolvimento e a consolidação de um sistema-mundo capitalista europeu fizeram com que as ligações de entrelaçamento colocassem o mundo cada vez mais conectado. As inovações tecnológicas, um novo modelo econômico global e uma divisão internacional do trabalho foram fatores capazes de setorizar e conectar o globo de uma maneira antes não vista.

A formação e a constituição do mercado internacional de trabalhadores estão altamente conectadas em uma espécie de simbiose de desenvolvimento da formação do capitalismo mundial e de novas fontes de poder político e militar.⁴ O conflito existente com os modelos preestabelecidos mais a convivência conflituosa foram capazes de consolidar e desenvolver um modelo global de desenvolvimento econômico de longa duração: o capitalismo.

A formação e reformulação de um mercado internacional de trabalhadores entre os séculos XVIII e XIX teve, como uma de suas consequências, a busca por nova mão-de-obra, e como um dos exemplos os chineses e/ou *coolies*. A migração transnacional dos chineses, por sua vez, não deve ser vista como um processo desconectado do sistema capitalista global, sendo parte também nos processos relacionados à crise da escravidão brasileira e cubana. Portanto, em cada país em que podemos observar a migração chinesa, devemos ter olhares

atentos às interconexões globais. As diásporas asiáticas chinesas, ou migrações transnacionais, têm sua ligação direta com o fim da mão-de-obra escrava na segunda metade do século XIX. Não somente no caso brasileiro, mas também, a título de exemplo, no caso cubano.⁵

Os fluxos e refluxos globais de migração humana são um processo importante a ser analisado, não só em longa duração, mas também em suas pequenas movimentações. As discussões para a transferência de trabalhadores asiáticos chineses tiveram como tema central o racismo. Imigração ou colonização, mão-de-obra temporária ou trabalhadores contratados, melhores ou piores que os africanos escravos, iniciativa privada ou fomento governamental estão entre alguns dos paradigmas conflituosos do século XIX. Portanto para cada localidade em que os chineses estiveram presentes podemos perceber diferentes discussões sobre esse grupo, além também dos diferentes interesses dos chineses e suas agências enquanto trabalhadores.

Analisando os fluxos e refluxos de migração transnacional chinesa para as Américas, Elliott Young⁶ demonstra as principais diferenças entre os processos imigratórios ou migratórios usuais. Em comparação com europeus e até mesmo com os africanos escravizados, mesmo este último grupo sendo nada usual e sim em perspectiva escrava, o contexto asiático ao longo dos séculos XIX e XX é visto globalmente também através do olhar dos chineses em seus movimentos internacionais fora das fronteiras de um Estado-Nação. O autor busca contar a história da migração chinesa para as Américas, focada não nas fronteiras de um Estado, ou ainda limitado por uma nação, mas nos espaços de intervenção, nos espaços de fronteira e nos mares por onde os chineses passaram de um local para o outro.⁷

Os chineses, ao tentarem novas perspectivas de trabalho internacionalmente, eram cooptados por grupos étnicos diferentes, como o caso dos *hane* dos *machus*, e viam-se obrigados a assinar um contrato de trabalho em língua estrangeira e sem margem de discussão sobre o contrato de trabalho. Há uma grande discussão sobre a relação dos asiáticos serem trabalhadores assalariados livres, que dependiam de seus contratos, que por vezes eram forçosamente obrigados a aceitar, e um novo movimento escravista. Elliott trabalha em seu livro com os conceitos da época, *alien*, *ilegal alien* e *coolie*, fazendo uma breve discussão sobre o porquê do uso dos termos da época e seus significados. Através dessas experiências externas de migração chinesa e outras, que, também são explicitadas por brasileiros no exterior, surge, no Brasil do final do século XIX, o movimento para as discussões sobre esse tema.

O Brasil e a Segunda escravidão

“Trocamos o elemento africano pelo asiático, é o mesmo que escapar de Scylla e cair em Charybides”. J. I Arnizaut Furtado ao escrever essa frase em seu livro *Estudos sobre a libertação dos escravos no Brasil*,⁸ de 1883, menciona duas figuras da mitologia grega em comparação com “o elemento africano pelo asiático”. Scylla e Charybides, ou Cila e Caribdes, são figuras imortais e monstruosas da mitologia grega que guardam o Estreito de Messina, descritas no livro XII da Odisseia de Homero. A primeira sobrenatural figura pode ser descrita como “uma criatura feminina sobrenatural, com 12 pés e seis cabeças em longos pescoços, cada cabeça com uma tripla fileira de dentes semelhantes a tubarões, enquanto seus lombos eram cingidos pelas cabeças de cães latindo”. Caribdes, por sua vez, “espreitava embaixo de uma figueira a um tiro de arco na margem oposta, bebia e arrotava as águas três vezes por dia e era fatal para o transporte. Sua personagem era provavelmente a personificação de um redemoinho”.⁹ Figuras mitológicas imortais e monstruosas residentes em direções opostas de um pequeno estreito de rochas e mar, e que constituíam um dilema: estar entre duas alternativas igualmente desagradáveis.

Durante o final do século XIX, o Império do Brasil, não enfrentava o simples, porém mortal, dilema de Cila e Caribdes, como menciona Arnizaut Furtado. O dilema brasileiro fazia parte do que Tâmis Parron define como *política da escravidão*: “(...) uma rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da estabilidade institucional da escravidão, contava com o emprego dos órgãos máximos do Estado nacional brasileiro em benefício dos interesses senhoriais”. A política da escravidão, no entanto, não é fato presumido de sociedades escravistas, “ela foi sendo historicamente construída e reinventada por meio de diversos órgãos liberais, sobretudo a Câmara dos Deputados e o Senado, conforme as conjunturas nacionais e internacionais o permitissem ou mesmo demandassem”.¹⁰

Em um primeiro momento de 1835-1850, temos a *política do contrabando negro*,

(...) que se traduziu em uma sólida rede de alianças sociais que os líderes do Regresso (núcleo histórico do partido conservador) teceram por meio de falas parlamentares, projetos de lei, decisões do executivo, periódicos, publicação de livros e petições municipais ou provinciais para garantir a reabertura do tráfico de escravos sobre a forma de contrabando em nível sistêmico, isto é, aceito verticalmente no país, desde as altas estruturas de poder (Executivo, Senado, Câmara) até o juiz de paz encravado em alguma freguesia do interior.¹¹

A construção do Estado nacional brasileiro nesse primeiro momento foi uma complexa relação entre planejamento econômico e formação partidárias, responsável pela escravização criminosa de quase 700 mil pessoas, ou ainda o tráfico ilegal em nível sistêmico.

Entre 1826-1835 não há uma política da escravidão, contudo é um período fértil para gestação de ideias favoráveis à defesa da escravidão e do tráfico, mas estéril para articulação de ações que atendam os discursos escravistas. Há um estreitamento das relações pró-escravistas e a reabertura do tráfico em nível sistêmico.

Podemos analisar o regresso e a política do contrabando negreiro entre 1835-1841. A partir da década de 1830, uma série de eventos internacionais mudam e ajudam a transformar os rumos da política brasileira e a criação da lei de 1831.¹² Por parte dos Estados Unidos, a supressão dos impostos da entrada do café, que servia como estimulante aos operários, em 1832, e uma maior demanda por café, que gerava, no Brasil, uma maior demanda por escravos para a colheita dos cafezais; a “guerra tarifária” com a Espanha, em 1834, sobretaxando as importações de Cuba; a emancipação dos escravos no Caribe inglês, 1833, através do Emancipation Act, que serviu para reorganização da geopolítica mundial da escravidão. Esse evento em particular ocorreu através de grupos sociais opostos na Inglaterra - abolicionistas e fazendeiros caribenhos - que se uniram em defesa da liberdade dos escravos; esse ato gerou um vácuo de produtos, que foi ocupado pelas potências negreiras mundiais em um novo foco para o contrabando transatlântico.

Esse contexto de expansão do mercado mundial, de iminente colapso das Índias Ocidentais e de receios de revoltas emuladas por abolicionistas, estimulava e ameaçava, ao mesmo tempo, a escravidão brasileira. Para que se acobertasse o contrabando à revelia da maior potência da época, a Grã-Bretanha, era preciso criar um quadro institucional estável em âmbito doméstico.¹³

A resposta brasileira a esse novo quadro mundial surge em 1834, fruto também da estabilização interna do país.

A primeira resposta à nova conjuntura mundial do abolicionismo, do dismantelamento da escravidão nas Índias Ocidentais e da ampliação do mercado mundial. A estratégia consistia, basicamente, em alavancar as *plantations* do Vale do Paraíba por meio da reabertura do contrabando e, ao mesmo tempo, minimizar os riscos de desordem social.¹⁴

Têm-se, portanto, a ordem do Regresso, partido conservador encarregado na defesa da propriedade escrava e da escravidão, ditando os modos de se fazer política no Brasil. O Regresso fixa uma nova política do contrabando negreiro nas esferas do governo central e do parlamento. O contrabando, antes fruto nacional, passa a ser a imposição por interesses regionais, eixo Rio-Vale-Minas, que experimenta desde 1820 uma onda de integração mercantil através da Corte, *plantations*, e o mercado escravo.

Na década de 1830, Vale do Paraíba, Minas Gerais, a região de Campos dos Goytacazes, interior de São Paulo e províncias nordestinas (Bahia e Pernambuco) são as regiões que apresentaram novas demandas pelo contrabando negreiro. O contrabando negreiro renasce vigorosamente alavancado pelo eixo Rio-Minas, puxado também pela agro exportação. “Responsável por 18% da produção mundial do café na década de 1820, o Brasil alcançou 52% do mercado internacional em 1850, quando mais de 90% de seus grãos eram escoados pelo Rio de Janeiro, cuja província, sozinha, perfazia 79% da safra nacional”.¹⁵

Podemos analisar abaixo a importância do café na porcentagem das exportações brasileiras durante o século XIX. A crescente demanda pelo café, crises internacionais da escravidão, e estabilização brasileira, além da já mencionada alteração da política do contrabando e consequente política da escravidão justificam e são comprovadas pela Tabela 1.

Interessante notar ainda a relação do açúcar, do couro e das peles que crescem ainda na década de 1840. Como nos mostra Carlos Gabriel Guimarães, o fim das Corn Lawsem 1846, que fazia avançar o livre comércio e diminuía a tarifa de produtos importados pela Grã-Bretanha, e a crescente industrialização dos EUA e da Europa, junto com a demanda por produtos derivados do couro, ajudam a explicar o aumento, na década de 1840, dos produtos citados acima.¹⁶

O café, por sua vez, conforme mencionado, tem sua expansão como fruto não só do surgimento da política do contrabando negreiro, mas, posteriormente, da ramificada política da escravidão. Ambas as políticas são relacionadas ainda aos fatores externos mencionados, que alteraram a relação entre preço-demanda devido à grande procura por café pelos EUA e Europa. Corroborando isso, temos ainda: a primeira expansão da fronteira do café nas regiões do Vale do Paraíba (Rio de Janeiro), do sul de Minas e do oeste de São Paulo; a grande disponibilidade de terras e a política em expansão, que garantia o tráfico de escravos; além da crescente demanda que facilitava a comercialização da mão-de-obra escrava, como alguns dos fatores auxiliares e explicativos no âmbito regional brasileiro.

Não podemos deixar de mencionar também os casos particulares, porém elucidativos sobre a expansão da presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial.¹⁷ Os casos da Sociedade Bancária Mauá, da MacGregor e Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips e Cia.(1808-1840) nos ajudam a enxergar de maneira clara como ocorriam as transações bancárias, desde o comércio de escravos até o lastro do dinheiro encontrado fora do país. Interessante citar ainda a desconstrução que o autor faz sobre “o negociante de grosso trato Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá”.¹⁸

Apenas a título de exemplo citaremos um dos negócios do qual a firma inglesa Samuel Phillips & Cia. participou. A firma, por sua vez, tinha uma relação muito próxima com o governo imperial brasileiro, substituindo “N. M. Rothschild como principal agente financeiro do governo brasileiro em Londres”; e além disso “se tornou responsável pela venda dos diamantes, corantes naturais, algodão (matéria-prima) e outras ‘commodities’ brasileiras na Europa”.¹⁹

Procuradora do ex-imperador do Brasil, agente financeiro do governo brasileiro em Londres e responsável pelas vendas das principais *commodities* brasileiras na Europa, a firma Samuel Phillips & Cia. foi duramente questionada seja por N. M. Rothschild, seja por negociantes nacionais e estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro. Tais privilégios, possibilitaram o crescimento e atuação da firma em vários negócios como atestaram várias notícias comerciais nos periódicos editados no Rio de Janeiro. No caso de procuradores do ex-imperador, a Samuel Phillips & Cia, participou de negócios envolvendo venda de bens (...).²⁰

Esse exemplo nos ajuda a ver claramente o conceito mencionado por Tâmis Parron, da “rede de alianças políticas e sociais que, costurada em favor da escravidão, contava com os empregos máximos do Estado nacional”. A relação é ainda mais bem descrita quando vemos outro negócio que a firma participou: o financiamento do tráfico negreiro, que tornou-se ilegal com a lei de 1831.

Os maiores comerciantes e firmas nacionais, portuguesas, inglesas (Samuel Phillips & Cia.) e norte-americanas (Maxwell Wright & Cia.) na cidade do Rio de Janeiro, através de um abaixo assinado de 1840, em favor dos negociantes (traficantes de escravos) e assinantes da alfândega Antônio José Moreira Pinto, Jose Pereira da Rocha Paranhos (primo de José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco) e Manoel Pinto da Fonseca, demonstraram o interesse pelo negócio lucrativo do comércio negreiro atlântico.²¹

A atuação da firma comercial inglesa deve ser vista, portanto, como a inserção de um negócio lucrativo dentro da política imperial brasileira. A empresa funciona também como uma parte da sociedade e não apenas como um braço do Estado, ou ainda de um país estrangeiro.

De fato, quem remodelou o tráfico negreiro na forma de contrabando não foram exatamente os grandes traficantes estudados por Florentino e por Fragoso, mas, sobretudo, os *nouveaux riches*, então investidos na qualidade de respeitáveis proprietários rurais. Reaberto em novas bases políticas, o contrabando também radicou em novas bases sociais. Se foi uma herança, também foi uma reinvenção.²²

As bases nacionais de demanda para o comércio na composição das redes mercantis de contrabando fazem parte, portanto, de uma rede extensa de múltipla escala, parte do circuito internacional do contrabando.

Temos então a *fase do contrabando sistêmico* (1835/6-1850), onde um total de mais de 700 mil pessoas foram ilegalmente contrabandeadas como escravos para o território brasileiro. O comércio ilegal de africanos escravizados é preservado pelas principais instâncias governamentais brasileiras. O eixo Rio-Vale-Minas tem, nesse período, e até o início do século XX, sua expansão territorial alterada em uma magnitude antes não vista.

O ano de 1840, iniciado pelo golpe da Maioridade para interromper a reforma conservadora, marca o início do Segundo Reinado juntamente por uma série de leis que visavam minar o tráfico de escravos e a escravidão: o Bill Aberdeen (1845), a Lei de Terras (1842-1850), e o fim do comércio negreiro transatlântico (1848-1850).

O governo britânico, observando a passividade brasileira e o descumprimento dos tratados previamente assinados ao longo da primeira metade do século XIX para a abolição da escravidão, tendo sido o último desses tratados assinado em 1826, sob pressão inglesa, toma uma atitude em 8 de agosto de 1845 ao promulgar a Lei Aberdeen.²³ Como nos conta José Murilo de Carvalho, esse ato legislativo inglês autorizava a marinha inglesa a apreender embarcações suspeitas de tráfico, mesmo que em águas brasileiras. O ministério conservador brasileiro, liderado por Eusébio de Queiroz, usa desta lei para aproximá-la a uma discussão relacionada à soberania nacional brasileira e promulga sua lei em 1850. Dom Pedro II aproveita a chance e apoia a luta brasileira contra a escravidão, que, no entanto, era uma situação extremamente difícil, pois traficantes e proprietários de escravizados entraram nessa mesma luta por questões nacionais.²⁴ Contudo, não temos indícios da participação de Dom Pedro II na supressão do tráfico negreiro em 1850, o que torna essa afirmativa frágil. Como demonstramos até aqui, e conforme veremos a seguir, as esferas política, social, econômica e cultural, estavam intimamente ligadas com a escravidão e o tráfico ilegal e criminoso de africanos.

A pressão internacional britânica sobre uma tomada de posição dentro do império brasileiro, nas décadas de 1840-1850, começa a assustar os grandes latifundiários escravagistas e traficantes, que tinham no tráfico de escravizados e na mão-de-obra da lavoura o seu lucro. O Brasil via-se isolado quanto a questão inglesa em seu território, estava sem opções e com medo de uma possível guerra. “Os saquaremas se engalfinharam contra o trato negreiro ‘para evitar um bloqueio comercial e uma guerra catastrófica com a Inglaterra e para ganhar livre curso no Rio da Prata’”.²⁵ No entanto, a linha de conduta dos saquaremas, de “contenção” social e da abertura do tráfico negreiro em nível sistêmico, foi capaz de articular

as leis para o fim do tráfico de escravos. “A origem dessa credibilidade repousava na postura inequívoca dos saquaremas em favor da ‘contenção da resistência violenta’ dos escravos”.²⁶

Definitivamente, o Estado brasileiro em geral, e os saquaremas em particular, tiveram participação ativa, direta e decisiva no mais volumoso contrabando ilegal de seres humanos de que se tem notícia na história ocidental. Para encerrar o capítulo, uma curiosa fala pode ilustrar a contumácia negreira do Estado brasileiro e a linha de conduta da Grã-Bretanha. Em 1827, durante os debates parlamentares sobre a convenção antitráfico anglo-brasileira, um deputado lançou um grito que se tornou em oráculo vinte e três anos depois: “não podia dizer o governo brasileiro aos ingleses - Vós embarçais os portos com vossas esquadras, mas eu não faço tal convenção - ? Eu queria ver a esquadra britânica pôr-se em movimento”. Meio quarto de século depois, esse desafio sibilino virou realidade - a Inglaterra sacou as armas, e o projeto de um Brasil africano se esfumou em sonho.²⁷

A Lei de Terras brasileira tratava de duas principais questões: “o acesso a terrenos rurais e o abastecimento de mão-de-obra”.²⁸ Apesar de grande parte da historiografia ter focado principalmente em dois pontos: a necessidade de controlar as posses desenfreadas e a substituição do tráfico de escravos por um sistema de homens europeus livres; e o processo de demarcação de terras com o surgimento de um mercado fundiário, além da relação da terra com o crédito hipotecário para fazendeiros. Focamos na definição de José Martins, em *O cativo da terra*, que a Lei de Terras:

(...) nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas não ocupadas economicamente. Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o a trabalhar para si e tornando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários.²⁹

A lei favorecia a concentração de terra e capital na mão dos fazendeiros. Além disso, como podemos ver, servia para o “transporte de africanos para o Brasil a título de colonos livres”.³⁰ Surge, enfim, como uma resposta à política brasileira, a segunda fase do abolicionismo britânico.

O Estado brasileiro, no entanto, não possuía material político e social suficiente para enfrentar a Inglaterra seguidamente em suas investidas ao Brasil. Foi então, por cessarem as opções brasileiras, que se cria a Lei Eusébio de Queiroz, 1850, promulgando a entrada de africanos escravos no Brasil e criminalizando quem os importasse.

Entre os anos de 1849-1868 temos quinze anos de uma certa tranquilidade na política brasileira devido ao novo sistema de governo. Dom Pedro II assumia o papel de Poder Moderador, fase conhecida como Conciliação. “A Conciliação era uma forma de promover o rodízio de políticos para manter a estabilidade política”.³¹ O grupo político mais importante, os saquaremas, por sua vez, ditavam os ritmos da política brasileira e minavam algumas das

reformas propostas por D. Pedro II. No fim, o Poder Moderador seguiu as diretrizes feitas pelo grupo saquarema, inclusive sobre o cativo negro no Brasil.

A nova política da escravidão pode ser delineada nos eixos a seguir:

- i) blindar o parlamento contra discussões sobre o cativo; ii) fomentar a imigração livre para obter fonte paralela -e não excludente - de mão-de-obra barata; iii) e assegurar fluxos estratégicos de cativos, como o tráfico interprovincial, o deslocamento dos escravos urbanos para o campo e o retorno dos que abalavam as repúblicas vizinhas, onde o cativo não gozava reconhecimento legal.³²

Em relação ao segundo item, podemos mencionar a título de exemplo o caso de Rio Claro comentando por Warren Dean.³³ Sendo a cidade de Rio Claro a última fronteira do café, pois a partir daquele ponto o preço do frete consistia em mais da metade do preço final do café e não era mais vantajoso para os produtores. Esse ponto no Oeste Paulista vive um grande fluxo na segunda metade do século XIX de imigrantes italianos.

Rio Claro vive dois principais momentos dentro de sua economia: um primeiro quanto ao ciclo da cana de açúcar, “(...) *the cane cycle in Rio Claro was clear ly under capitalized and speculative. (...)The exhaustion of the forests and the soil in the older regions would eventually have turned the county into a major cane-growing area, but by then coffee had replaced cane (1862)*”.³⁴ O café, por sua vez, com o crescimento das linhas de trens, a expansão da fronteira agrícola e o fim do ciclo ecológico da terra e da planta do café no Vale do Paraíba, assume, em Rio Claro, como um produto de grande importância dentro do sistema de relação de produções capitalistas e não capitalistas nas fazendas. O número de escravizados cresceu até o ano de 1887 através do tráfico interno, que respondeu à grande demanda daquela região. “*The plantations of the Paulista West, therefore, were at the same time the most progressive and the most retrograde sector of brazilian society*”.³⁵

Em relação aos trabalhadores imigrantes podemos mencionar, em um primeiro momento, a década de 1840, e a experiência de Nicolau Vergueiro com o trabalho livre de imigrantes europeus. Não pretendemos aqui realizar uma grande exposição sobre o trabalho mencionado, mas consideramos de grande importância alguns pontos que devem ser discutidos para o melhor entendimento do assunto. Na década de 1840 temos na Europa a “Grande Fome” (1845-1849), ou ainda a “Crise da Batata”, onde milhões de camponeses europeus, por exemplo, italianos e irlandeses, imigraram para os Estados Unidos e o Brasil em busca de melhores condições de vida. A imigração foi, portanto, uma questão de sobrevivência. No entanto as relações sociais, políticas e econômicas, no caso brasileiro do século XIX, não foram atrativas para um grande fluxo recorrente de imigrantes para o Oeste

Paulista. Enquanto nos EUA o imigrante ia como colono, com direito a terra, o imigrante chegava ao Brasil com dívidas e trabalho a ser cumprido para o fazendeiro. Há então um processo diferente de exploração entre os casos citados, que explicam breve e reduzidamente a questão da década de 1840.

A questão da terra continua como fator importante do debate sobre a imigração na segunda metade do século XIX. No entanto, mesmo sendo Rio Claro um dos principais pontos de imigração europeia, não há um significativo crescimento das pequenas propriedades na mão dos imigrantes europeus. O que reforça como, mesmo com o fim da mão-de-obra escrava e as investidas de imigração europeia subvencionada, o grande fluxo de imigração foi limitado em suas atuações dentro da perspectiva do trabalho. Não só ainda existia o tráfico interno de escravos no Brasil, como as antigas zonas cafeeiras tinham em seu “estoque” de trabalhadores escravos a única possibilidade de prolongamento de viabilidade econômica de determinadas regiões. As relações de força do mercado mundial de *commodities* e de trabalhadores; a eclosão do movimento abolicionista brasileiro; as pressões feitas pela Inglaterra; a Guerra Civil Americana; e a remodelação do centro capitalista mundial de Brasil, Cuba e sul dos EUA (portos importantes para a manutenção e defesa da escravidão) para a região do Indo-Pacífico; acarretaram não só em uma profunda reorganização espacial global, mas também dentro do território brasileiro do século XIX. Não podemos deixar de mencionar também as ações de resistência escrava como um fator nacional importante dentro do contexto da política da escravidão.

A escravidão era um projeto de manutenção do Estado. Através do relatório do Congresso Agrícola do sudeste conseguiremos indicar falas e estruturas político-sociais que reforçam, através da fala de fazendeiros, a necessidade de subsídio do Estado brasileiro para resolver questões privadas, como é o caso da dita crise de mão-de-obra - que representava, resumidamente, a reprodução de relações capitalistas de produção e a reprodução de relações não capitalistas de produção através da escravidão. Pois era através da violência que o fazendeiro conseguia transformar trabalho em riqueza, o que não ocorria com o imigrante. As relações eram criadas e reinventadas através do processo de precificação da terra e da “comoditização” da terra para reestruturar o processo de acumulação de capital, antes representado pelo escravo enquanto propriedade, e posteriormente pela terra.

O contexto brasileiro e os congressos agrícolas

Dentro do contexto brasileiro podemos citar dois principais momentos onde os chineses estiveram presentes. Um primeiro momento deu-se ainda nas primeiras relações Brasil-China no início do século XIX, através do governo de Dom João VI, ao tentar introduzir a cultura do chá no Rio de Janeiro. O projeto sugerido pelo conde de Linhares previa a contratação de dois mil chineses para o Rio de Janeiro para o plantio do chá no Jardim Botânico, na Fazenda Imperial de Santa Cruz e na Ilha do Governador. O projeto foi abandonado, assim como os chineses.³⁶

Em um segundo momento, com a pressão inglesa para a abolição do tráfico escravo, os projetos políticos nacionais de abolição, as revoltas locais de negros libertos e/ou escravizados e o medo de revoltas como a de São Domingos,³⁷ há um movimento político-intelectual de discussões para que fossem pleiteadas novas resoluções visando a substituição da mão-de-obra escrava. Um projeto que antes margeava o pensamento brasileiro, agora precisava ser colocado em prática: o surgimento de discussões e projetos políticos sobre a substituição da mão-de-obra escravizada na lavoura brasileira.³⁸ Os asiáticos ou a “raça amarela” entram no pensamento da época como uma raça intermediária entre os brancos e os negros e alguém que poderia dar conta do trabalho sem gerar grandes revoluções na sociedade brasileira. Surge então um projeto de imigração chinesa com a roupagem de um movimento transitório entre os negros escravizados e os brancos europeus. O estereótipo pejorativo do asiático predominou nas discussões sobre um possível projeto de imigração, sendo este debatido em diversos planos sociais.³⁹

Antes de entrarmos especificamente no tema do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, é importante mencionarmos que também houve, em 1878, o Congresso Agrícola do Recife, convocado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Ocorrido entre os dias 6 e 13 de outubro, o congresso reuniu 288 representantes da lavoura do Norte.⁴⁰ Nesse congresso, o intuito era discutir as resoluções e propostas apresentadas no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, visto que, mesmo sendo uma só lavoura, os interesses regionais eram outros e nem todas as resoluções atendiam aos diferentes questionamentos, como a seca da Região Norte. Apesar de o Congresso Agrícola de Recife manter o mesmo formato do ocorrido no Rio de Janeiro, podemos notar que, pela diferença de anseios e expectativas, os assuntos abordados por essa comissão foram outros, devido, obviamente, a diferentes demandas da lavoura do norte do Brasil.⁴¹ Os anseios do norte refletiam sobre “braços e capital” para a sua evolução.

Em relação aos trabalhadores chineses temos poucos casos como nos mostra Peres em sua dissertação de mestrado. “À parte as vozes aqui comentadas, que se posicionavam de forma contrária, esta questão não aparece no rol das soluções apresentadas pelos congressistas ao problema dos braços”.⁴² Os debates sobre a imigração chinesa não tomaram tantas vozes quanto no Rio de Janeiro, o que fez com que Joaquim Nabuco, na sua solicitação de crédito para a Missão Diplomática à China, citasse a negativa do norte do império.

Voltemos, portanto, ao Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. O momento brasileiro no final do século XIX não era o melhor cenário para a lavoura; esta encontrava-se em uma encruzilhada, como nos conta José Murilo de Carvalho na introdução do fac-similar do Congresso Agrícola.

De um lado, a libertação dos nascituros, feita em 1871, definira o prazo fatal para o fim da mão-de-obra escrava; de outro, as experiências com a imigração europeia, especialmente pelo sistema de parceria, não se mostraram ainda viável. Se todos estavam convencidos de que não se podia contar mais com os escravos a médio prazo, muitos também achavam que o trabalhador europeu não poderia ser a solução, por não se adaptar, ou se adaptar mal, ao trabalho na grande lavoura e por exigir altos salários, além de aspirar a tornar-se proprietário ele próprio. Restavam como solução o uso mais intensivo do trabalhador nacional e a importação de trabalhadores asiáticos, os *coolies* e chins. Grandes debates travavam-se em torno dessas alternativas sem que se chegasse a um consenso, nem dentro do governo, nem entre os próprios fazendeiros. A incerteza quanto ao futuro gerava no ambiente algo nervoso que transparece nos debates.

O momento era difícil também por outras razões. Financeiramente, o governo ainda amargava as grandes dívidas, interna e externa, contraídas para financiar a guerra contra o Paraguai. Agravava seus apertos a incidência, no ano de 1878, de uma das piores secas nas províncias do Norte. A ajuda aos grandes proprietários fazia-se, no entanto, necessária e não apenas por razões econômicas. Motivos políticos aconselhavam medidas que atenuassem o choque causado pela lei de 1871.⁴³

O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, convocado por João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, ministro da Agricultura e Obras Públicas e presidente do Conselho Agrícola de 1878, buscava opiniões e resoluções sobre a crise da lavoura brasileira. Os problemas mencionados, como o fim da mão-de-obra escravizada; a má reputação do trabalhador nacional; as experiências ruins de imigração europeia ou a má impressão que esse projeto causava; as dívidas contraídas da Guerra do Paraguai; o fim do crédito agrícola; a seca no norte do país; e os problemas causados pelas leis de abolição lenta e gradual, aliada a Lei de 1879 - conhecida também como a Lei de Locação de serviços, ou Lei Sinimbu⁴⁴ - agrupavam-se nas discussões.

Dessa maneira, temos a construção de um projeto brasileiro de imigração chinesa. O que estava em jogo no momento era a codificação legal de novas formas de capital no contexto da destruição do capital materializado no escravizado. Com o escravizado enquanto renda capitalizada, a violência exerce papel fundamental na maneira pela qual o trabalho é transformado em capital; com a reconfiguração dos mercados de fatores de produção, como capital financeiro, terras e migração, a violência não exerce mais esse papel, sendo necessário ao capital, ou a aqueles que o detém, desenvolver novas maneiras de transformar o trabalho em capital.⁴⁵

O congresso contava com membros da lavoura, principalmente, das quatro grandes províncias brasileiras com maior importância para a agricultura, sendo 141 participantes do Rio de Janeiro; 66 de São Paulo; 57 de Minas Gerais e 5 do Espírito Santo (sendo aqueles que assinaram o livro de presença).⁴⁶ Aliado a esses dados, devemos acrescentar as bases do mesmo e o questionário redigido por Sinimbu. Este questionário foi respondido por grande parte dos presentes no congresso e pode, de modo geral, elencar os principais anseios da lavoura do Sul.

5. Será objeto de deliberação do congresso tudo quanto diretamente puder interessar à sorte da lavoura, convindo especialmente esclarecer o governo sobre os seguintes pontos:

I. Quais as necessidades mais urgentes e imediatas da grande lavoura?

II. É muito sensível a falta de braços para manter, ou melhorar ou desenvolver os atuais estabelecimentos da grande lavoura?

III. Qual o modo mais eficaz e conveniente de suprir essa falta?

IV. Poder-se-á esperar que os ingênuos, filhos de escravas, constituam um elemento de trabalho livre e permanente na grande propriedade? No caso contrário, quais os meios para reorganizar o trabalho agrícola?

V. A grande lavoura sente carência de capitais? No caso afirmativo, é devido este fato à falta absoluta deles no país, ou à depressão do crédito agrícola?

VI. Qual o meio de levantar o crédito agrícola? Convém criar estabelecimentos especiais? Como fundá-los?

VII. Na lavoura têm-se introduzido melhoramentos? Quais? Há urgência de outros? Como realizá-los?⁴⁷

Há um grifo nosso específico no item cinco do questionário, pois trata especificamente dos problemas relacionados à lavoura e à mão-de-obra, à sua urgência e às possíveis resoluções. Como podemos ver em Victor Hugo Luna Peres, *Os “chins” nas sociedades tropicais de plantação: estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob*

contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil (1814-1878), há um excelente trabalho metodológico ao analisar os discursos e o corpo documental do fac-similar do Congresso Agrícola ao usar por estudo a lexicometria - um estudo de mensuração entre palavras e conceitos dentro de um texto.⁴⁸

Das vinte e cinco respostas escritas e enviadas aos organizadores do evento e presentes nos anais do congresso, dez delas fazem referência direta à introdução de trabalhadores asiáticos, sendo seis favoráveis e quatro contrárias a esta solução para a “crise dos braços” e ao problema da transição para um mercado de trabalho livre. Os argumentos nelas apresentados variam bastante, indo desde posicionamentos radicalmente contrários, como os do Sr. Dr. Eduardo A. Pereira de Abreu, representante da cidade de Silveiras, na província de São Paulo, até a aceitação sem inconvenientes da Comissão dos Lavradores de Quissaman, província do Rio de Janeiro. E, nesse sentido, o repertório de qualificações positivas e negativas em relação a estes trabalhadores ali presentes deixa entrever o amplo leque de concepções que circulavam, à época, em relação não só a estes trabalhadores, como também a toda sua cultura e nação.⁴⁹

Em seu discurso inicial, Sinimbu professa ser abertamente favorável à imigração chinesa, ou à “importação de asiáticos como medida de transição para o trabalhador livre europeu”.⁵⁰ Esse novo projeto de imigração chinesa tornava-se uma solução proposta pelo então ministro para combater a crise na lavoura brasileira do século XIX.

O discurso proferido por Sinimbu na 1ª Sessão de 8 de julho de 1878 cria uma construção verbal sobre a sua opinião da importação de chineses para a lavoura brasileira. Começa seu discurso relacionando a lavoura e as fazendas às antes “agriculturas familiares”, onde o processo agrícola era passado de pai para filho. No entanto, com o incremento da mão-de-obra escrava e o comércio cada vez mais acirrado dos produtos primários, a agricultura familiar passa a ficar em segundo plano frente à busca por lucro e produção, comum na lavoura monocultora. A mocidade brasileira, portanto, então, passava a ser enviada às grandes cidades para estudar e voltavam, por vezes, para ajudar a incrementar a lavoura.

Sinimbu trata da crise na lavoura relacionando-a ao aumento do preço da mão-de-obra escrava devido à escassez, razão essa pela qual aumentava o custo da produção sem necessariamente melhorar o processo produtivo da mercadoria agrícola. Dessa maneira os produtos brasileiros inseridos nos grandes mercados eram vistos em condições de inferioridade.⁵¹ O ministro entende que existem divergências quanto à resolução dos problemas da lavoura, mas baseia seu discurso em pontos-chaves, como a inserção do trabalhador europeu e diz que a principal missão da lavoura para a sua reconstrução é a contratação de trabalhadores livres. No entanto, conhecendo seu público, cita que os trabalhadores livres europeus desconhecem os salários baixos, visto que são acostumados a

uma vida civilizada, além das suas despesas pessoais. O trabalhador europeu e sua relação com a terra, os sistemas de parceria e colonato, a expansão das fronteiras agrícolas no novo Oeste paulista e a relação entre o trabalho e o capital são frutos de extensas pesquisas como de Verena Stolcke, Warren Dean, Thomas Holloway e José Martins.⁵²

Vemos em seguida o exemplo de colônias na América que tiveram em algum momento de sua história a imigração chinesa como uma forma de trabalho. Sinimbu cita as colônias inglesas, francesas e espanholas que, mesmo com suas metrópoles por vezes tendo ideais progressistas, optaram pela importação de chineses em massa ao invés da mão-de-obra europeia.

Longe disso, a Maurícia voltou suas vistas para Bengala, d'onde importou grande quantidade de *coolies*, e com o trabalho deles conseguiu indemnizar-se da perda do braço escravo, aumentando consideravelmente sua riqueza agrícola.

Na mesma fonte foi o Ceilão prover-se de 200.000 trabalhadores e já apresenta no mercado uma produção anual de 3.500.000 arrobas de café, cuja cultura regular data apenas do ano de 1837.

O Peru que, há poucos anos, exportava insignificante quantidade de açúcar, e que já começa a fazer-nos concorrência nos mercados do Chile e do Rio da Prata, foi buscar seu fornecimento de braços na China, d'onde Cuba importou também os 60.000 trabalhadores, que vão suprimindo a falta do trabalho escravo.

O mesmo acontece em outros lugares das Antilhas e até os próprios Estados-Unidos, tão ciosos da pureza do sangue saxônio, não desdenharam importar da China a massa de trabalhadores, com que povoaram grande parte da Califórnia, e, se hoje os repelem, é pela mesma razão que a outros países, pouco providos de braços para a grande lavoura, convém importá-los.

Não devo, porém, dissimular que contra a imigração asiática opiniões muito respeitáveis se declaram entre nós; e neste ponto se manifestam também as divergências.⁵³

Há também o exemplo do trabalhador nacional que “tem contra si o fato de se não prestar a serviço contínuo e aturado”.⁵⁴ Sinimbu termina então o seu discurso dizendo que a lavoura tem contra si o tempo e que cada momento é crucial para a escolha das resoluções corretas. Ele entende que existem divergências em relação a todos os assuntos abordados por ele, mas mostra a sua posição favorável a um projeto de imigração de chineses para a lavoura brasileira, como um modelo de transição entre a mão-de-obra escravizada e o trabalhador livre europeu. Nesse breve discurso, podemos entender que o necessário para a lavoura é uma mão-de-obra barata, que ganhe pouco e exerça o mesmo trabalho que antes era feito pelo negro escravizado. O fator econômico é algo de suma importância dentro do contexto do projeto de imigração chinesa, porém não foi o único presente nos discursos proferidos no

Congresso Agrícola, com um especial adendo à relação social desse grupo com a sociedade brasileira.

O Congresso não foi o único ambiente a proporcionar discussões sobre os chineses. Diversos jornais nacionais do século XIX, como *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*; revistas ilustradas - como a *Revista Ilustrada* (Imagem 1), de Angelo Agostini, e o *Mequetrefe* (Imagem 2); *Annaes de Medicina*; *Resoluções Políticas - Trabalhadores Asiáticos (1879)*, de Salvador de Mendonça, cônsul-geral do Brasil nos Estados Unidos; livros sociais sobre o assunto, como o panfleto de Quintino Bocaiúva, *A crise da lavoura (1868)*, além do livro de Miguel Lemos, *Imigração chinesa. Mensagem a S. Ex. o embaixador do Celeste Império junto aos governos da França e Inglaterra (5 de novembro de 1881)*; entre outros ambientes político-sociais, foram berços de discussão sobre esse projeto de imigração. Da mesma forma, a imprensa internacional dos EUA e da Austrália. (Imagem 3 e 4).

A Proposta de Resolução do Congresso Agrícola nos mostra bem como aconteceria o processo de imigração e qual seria o papel do chinês:

O Congresso Agrícola resolve que a comissão permanente, que ele tem de eleger como seu órgão, represente ao Governo, e ao futuro corpo legislativo, quais sejam as verdadeiras necessidades da lavoura, e os meios de satisfazê-las, indicando especialmente o seguinte:

Art. 1.º Que a primeira necessidade da lavoura é a aquisição de trabalhadores livres mediante salários módicos, e de trabalhadores que se habituem ao nosso clima, e ao sistema da cultura extensiva, que em geral e por muitos anos será quase a única do Brasil; para cujo fim de modo algum se poderá contar por enquanto com os europeus, devendo-se antes preferir, como um meio de transição entre o trabalho servil e o de todo livre, a aquisição de trabalhadores de outros povos de raça ou civilização inferior à nossa própria.

1º Que por enquanto os trabalhadores que poderão ser úteis a nossa lavoura são, em primeiro lugar, os africanos e em 2º (quando de todo não se possam obter estes) os coolies e os chins lavradores bem escolhidos, e não aqueles que vivem sobre as águas ou como que em formigueiros, nas grandes cidades da China, os quais com razão já estão desacreditados neste país, e realmente não servem.

2º Que estes colonos devem ser importados pelo Estado, devendo-se para este fim aproveitar a oficialidade e marinagem da armada nacional, e adquirir transportes apropriados à boa acomodação dos imigrantes. E os colonos assim importados devem ser muito bem tratados nos portos do Império ao seu desembarque.⁵⁵Grifos do autor.

Como nos conta José Murilo de Carvalho no prefácio à obra do Congresso Agrícola, em relação à mão-de-obra, a postura do então ministro Sinimbu era favorável à importação de chins ou *coolies* como mão-de-obra transitória para o trabalhador livre europeu. O congresso, de maneira geral, entendeu ser este o principal problema da lavoura brasileira, mas discordou

quanto às soluções e propostas apresentadas, pois seriam apenas temporárias. No entanto as discussões eram sempre com elementos raciais e ataques ainda mais fortes aos asiáticos do que aos africanos, pois estes já estavam inseridos no meio brasileiro e a sociedade acostumada.

Diziam tratar-se de raça imoral, corrompida pelo ópio e inassimilável. Muitos defendiam o trabalhador nacional, que reconheciam abundante. Mas concordavam que só com incentivos especiais ou com maior repressão poderia ele ser levado ao trabalho. Pediam, neste particular, várias medidas desde a reforma da lei de locação de serviços de 1837, até incentivos como a isenção do serviço militar no Exército e na Guarda Nacional para os trabalhadores rurais, passando por iniciativas abertamente repressivas como a criação de uma polícia rural. Quase todos descreiam da viabilidade do trabalhador europeu, mas pediam mesmo assim ao governo que removesse alguns empecilhos a sua vinda, introduzindo, por exemplo, o casamento civil, o registro civil, a secularização dos cemitérios, a liberdade de cultos, a naturalização fácil.

Com relação ao crédito, as opiniões também divergiam. Faltava crédito, diziam todos. Mas não concordavam sobre as medidas para torná-lo acessível ao proprietário. Pediam-se um banco de crédito rural que emprestasse a longo prazo com juros e amortizações baixos. Mas logo alguém observava que banco não era casa de beneficência, que o capital era egoísta.⁵⁶

Nesses breves comentários sobre o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro não pensamos em exaurir a discussão e não entrar a fundo no assunto como já fizeram tantos outros autores aqui citados. O que pretendemos demonstrar é como as discussões sobre o projeto de imigração chinesa para o Brasil, no final do século XIX, eram recheadas de adjetivos negativos raciais e como essa construção negativa foi primordial também para a construção de uma identidade brasileira. Se não pela aceitação do ser brasileiro, mas pela oposição.

As discussões sobre a imigração chinesa deram-se, porém, em todo o hemisfério, de modo que será preciso atentar para os debates em outros países do continente americano, como Canadá, Cuba, Estados Unidos, Peru, México e Jamaica, sintetizadas por Juan Hung Hui.⁵⁷ Segundo o autor, esses processos foram diferentes das demais migrações, pois os chineses não saíram de seus países na condição de escravizados, como os africanos, nem como homens livres europeus, colonos ou não, e nem ainda como os japoneses que adquiriram poder econômico e financeiro. Os chineses, devido às crises políticas e econômicas na China do século XIX, tiveram que sair de seu país submetendo-se a formas de trabalho compulsório com o intuito de fazerem dinheiro rápido e logo retornarem. Juan Hung, apesar da distância, dedica algumas páginas de seu livro para a migração chinesa do Brasil, versando sobre a “Questão Chinesa” e a relação entre o fim da mão-de-obra escravizada e a necessidade de mão-de-obra substituta e barata.

O papel brasileiro na relação sistema-mundo estava intimamente ligado à economia mundial através, principalmente, do café brasileiro, como nos mostram Dale Tomich e Rafael Marquese, relacionando o consumo do café ao novo ritmo acelerado das sociedades urbanas e industriais: “Não por acaso, o Brasil e os Estados Unidos - o paradigma dos novos modos de vida industrial e do consumo de massa - foram as duas pontas principais da cadeia da mercadoria ao longo do século XIX e na centúria seguinte”.⁵⁸

Em relação ao nível sistêmico internacional da pesquisa podemos corroborar com o conceito de *sistema mundo*, discutido por Immanuel Wallerstein, no qual o autor trata sobre uma globalização presente desde o século XVI tendo em vista uma *economia mundo* - um conceito também trabalhado por Wallerstein (desenvolvido por Fernand Braudel) e que merece ser tratado para um melhor entendimento de sistema mundo. Nas palavras do sociólogo, a economia mundo é uma grande zona geográfica dentro da qual existe uma divisão do trabalho e há, por conseguinte, um intercâmbio significativo de bens básicos e essenciais, assim como o fluxo de capital e de trabalho; uma característica essencial da economia mundo é que não está limitada por uma política unitária, porque existem diversas unidades políticas dentro de uma economia mundo, que encontram-se vinculadas ao sistema mundo moderno dentro de um sistema interestatal.⁵⁹ Ainda, o sistema de economia mundo compreende muitas culturas, o que, no entanto, não exclui os padrões culturais comuns – geocultura; portanto, não se deve esperar homogeneidade política e nem cultural dentro deste sistema, pois o que o unifica, e com mais força, é a divisão do trabalho constituído dentro dele.⁶⁰ As divisões sociais do trabalho deram-se em mini sistemas, unidades temporais e espaciais de curto prazo, mas que atuam no sistema-mundo.

A moralidade antiescravista do século XIX, por sua vez, tem seu papel fundamental no sistema global. Não só moral, mas intimamente ligada com o processo capitalista, a mão-de-obra escrava ia de encontro com a inovação tecnológica e as novas formas de acumulação de capital. A expansão espacial da economia mundo capitalista dá-se por três maneiras: através da ampliação da margem da mais-valia; dos avanços tecnológicos; e da penalização das modalidades de antimercado.⁶¹ O sistema capitalista internacional cria e reformula relação capitalistas de produção e relações não capitalistas de produção, de tal maneira que o sistema escravista fazia parte, mas não é o capitalismo; assim como os fazendeiros do café. Sua relação com as relações capitalistas de produção reside numa simbiose conflituosa, conforme mencionado no esquema de Cila e Caribdes.

A divisão internacional do trabalho e um novo momento de acumulação primitiva de capital fazem parte da relação entre fim da mão-de-obra negra escrava e o surgimento da mão-de-obra chinesa em âmbito global.⁶²

Na segunda metade do século XIX, as relações se transformam na medida em que há uma busca pela participação ativa no cenário político internacional de crise do sistema capitalista, marcado principalmente pelo fim da escravização de negros africanos. O contexto global do século tem seus principais atores nesse esquema atlântico de relações brasileiras, considerando, portanto, a Inglaterra, o continente africano, o Brasil, os Estados Unidos e a China, sem deixar de mencionar também os outros países por onde a migração chinesa esteve presente e puderam construir essa ideia no seio brasileiro em uma época de transição de mão-de-obra escravizada para a mão-de-obra livre, como Cuba, Peru, Canadá, Jamaica, México e o próprio Estados Unidos.

Levando em consideração uma perspectiva global sobre o assunto, podemos entender o porquê de os chineses/asiáticos estarem em evidência dentro do sistema econômico mundial. O comércio do ópio era proibido na China desde 1729. Contudo, o narcótico psicoativo foi contrabandeado para o território chinês com o apoio do Reino Unido e da Companhia Britânica das Índias Orientais. O imperialismo europeu havia tomado conta da China, que antes podia dar-se à liberdade de ser autônoma e autossuficiente, apesar de outros países europeus já terem registrado a sua presença, como Portugal e Espanha.⁶³ “O enfraquecido império, dirigido pela imperatriz Tzu-hsi (1835-1908), viúva do imperador, mais temida dentro do império do que fora dele, parecia fadado a desaparecer sob os ataques violentos e combinados do imperialismo”.⁶⁴ Durante o período de 1839-1860, a China passou por duas Guerras do Ópio e, como perdedora, foi obrigada a pagar consideráveis indenizações à Grã-Bretanha e a abrir seus portos. Esse contexto de guerras constantes, invasões e perdas de território causou um fluxo migratório inesperado, além de criarem fluxos migratórios internacionais. As Guerras do Ópio foram eventos cruciais do século XIX que indicam a “periferização” da região do Indo-Pacífico, isto é, sua subordinação ao capitalismo mundial como espaço de produção e troca de *commodities*.

Rogério Dezem, em *Matizes do “amarelo”; a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*, tem como tema central da sua pesquisa a análise do sentimento antinipônico brasileiro, no entanto, para expor a gênese desse sentimento entra necessariamente na construção de estereótipos orientais no Brasil. Dezem começa a traçar esse sentimento com uma primeira experiência brasileira de imigração chinesa no início do

século XIX para o cultivo de chá no Rio de Janeiro em uma fazenda em Santa Cruz; depois, em 1854, há uma nova investida através da iniciativa privada de Manoel de Almeida Cardoso, em uma proposta de navegação que ligasse o Brasil a China para a importação de *coolies*.⁶⁵ Discutindo a “Questão Chinesa” como um dos momentos da gênese do discurso sobre os orientais no Brasil, através de debates que permearam diversos setores da sociedade brasileira, podemos observar a discussão sobre o projeto de imigração chinesa para o Brasil na construção de estereótipos do povo oriental, a então raça amarela. Rogério Dezem faz uma análise sobre o processo que envolveu a discussão, tratada em jornais, no Senado e nas Câmaras, trazendo questões apontadas pelos representantes políticos e seus discursos relacionados a esse tema, e cita ainda outras experiências de chineses nas Américas e discute também sobre o Congresso Agrícola de 1878. Dentro ainda da construção de estereótipos, o autor faz uma breve análise da “Questão Chinesa” através das charges e caricaturas da *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini, tocantes à representação do chinês. O tema específico da pesquisa que aqui promovemos não é analisado a fundo e nem todas as charges são expostas, até por não ser este o tema principal de Dezem. A iconografia é analisada, deste modo como uma construção do estereótipo do povo oriental, que começa pelos chineses e culmina no povo japonês.

Dezem publica ainda *A Questão Chinesa (1879) no Brasil*, em 2018, onde faz um recorte do seu livro, que serviu como dissertação de mestrado, e analisa mais a fundo a questão, chegando à conclusão de que este assunto terminou como um tema fantasma, pois, desde o seu princípio, era de resolução impossível, mas mesmo assim foi esgotado em todos os sentidos nas discussões políticas. A questão servia como um “pano de fundo” para as discussões sobre a crise da lavoura e suas soluções. “Consolidou-se dessa maneira a imagem de um dos elementos constitutivos do fenômeno que podemos chamar de ‘equação amarela’: o imigrante chinês”.⁶⁶

A questão da imigração chinesa no final do século XIX trata não somente dos interesses internos brasileiros como a substituição de mão-de-obra escravizada, colonização, crise da lavoura e busca da lucratividade pela elite latifundiária brasileira. Ela permeia um universo de assuntos que envolveu discussões em jornais, na câmara e no senado brasileiro, na medicina, as teorias raciais de Gobineau, a imigração europeia, os positivistas e a política externa do Brasil.

Dentre alguns escritos que, mesmo sendo contemporâneos à época, souberam, de certa forma, tratar o assunto de forma crítica temos o artigo de Miguel Lemos, “Imigração chinesa.

Mensagem a S. Ex. o embaixador do Celeste Império junto aos governos da França e Inglaterra (5 de novembro de 1881)”. Nele, o autor apresenta de forma clara os verdadeiros interesses dentro de alguns setores do governo brasileiro com a imigração chinesa, expondo as discussões com base nos preconceitos, nas teorias raciais, na subjugação do povo chinês e no projeto de imigração como sendo algo transitório para a substituição da mão-de-obra escravizada da lavoura. A opinião positivista brasileira, em nome de seu presidente, é também exposta no livro como contrária à imigração chinesa pelo bem da humanidade e pelos princípios de igualdade. Anexados ainda ao seu livro, há os *Anais do Senado brasileiro (1879)* e um livro de Salvador de Mendonça, cônsul-geral do Brasil nos Estados Unidos da América, *Trabalhadores asiáticos, New York, 1879*. Neste livro, o então cônsul brasileiro faz uma breve exposição sobre a história da China, do povo chinês, de seus costumes e religião; dedica seu esforço em retratar as relações da China com a Europa e com os EUA; em seus capítulos VI e VII, denominados “Imigração chinesa” e “Coolie”, respectivamente, expõe as experiências chinesas de imigração nas Américas, aborda a cultura, além dos processos necessários para a imigração tendo em vista as experiências externas; no capítulo VIII trata do trabalho chinês, experiências e seus modos de trabalho, dissertando ainda sobre relações comerciais da China. Por fim, trata, em seu ponto de vista, dos benefícios e malefícios da imigração chinesa para o Brasil, apoiado no estereótipo do trabalhador oriental, classificando-os como suspeitosos, desleais, mentirosos, de moral pagã e que não criam amor a terra, considerando-os ainda como trabalhadores baratos e sendo um movimento transitório entre o africano e o europeu. Importante frisar que o livro de Salvador de Mendonça foi encomendado pelo governo brasileiro, expondo, conseqüentemente, uma posição oficial sobre os chineses e o projeto imigratório.

Conclusão

Na edição 358, de 1883, da *Revista Ilustrada* temos uma página dupla intitulada “A Colonização chinesa”(Imagem 5). Nesta imagem de três linhas vemos claros exemplos sobre como funcionaria o projeto de imigração chinesa para o Brasil e a formação de um campesinato oriental na lavoura brasileira. Temos referências ao estereótipo de inferioridade física do chinês frente ao europeu, ao negro escravizado e ao índio brasileiro; ao fato de os chineses só trabalharem sob constante vigilância, amarrados pelos seus cabelos; mais um vez a referência ao suicídio como fuga; os desacordos entre a lavoura querendo torná-los escravizados; e que, mesmo sabendo de todos essas características sobre os chineses, se ainda

assim a lavoura o quisesse, que os mandassem para a lavoura, pois a cidade não haveria de querer; caso nem a lavoura os aguentasse, que fossem mandados então para o sertão brasileiro onde haveriam tribos indígenas canibais que resolveria o problema. Podemos observar a perpetuação, mesmo com o passar do tempo, na construção e na reprodução do estereótipo do chinês como sendo preguiçoso, ladrão e inferior aos demais.

A questão da imigração chinesa era desde o início uma questão fantasma, impossível de ser resolvida. Os discursos políticos vinham de todos os lados para tratar da questão, porém sempre com a tratativa racial sobre os chineses. A temente crise da lavoura resolveu-se por outros meios, que não o trabalhador chinês, e, como podemos observar, o projeto nunca foi transitório, pois o que se desejava era um novo processo de escravidão. Graças também aos discursos e a investidas internacionais, tanto brasileiras, quanto de outros países, a questão acabou sendo deixada de lado.

Reforçamos, portanto, a nossa análise da reformulação, ao longo do século XIX, do mercado de *commodities*, de trabalhadores e do sistema capitalista mundial. A estruturação de novas bases de exploração através de novas relações capitalistas e não capitalistas de produção são pontos chaves para entendermos o século XIX mundial. Não apenas a questão econômica foi forte nesse contexto, a questão social e cultural também. A China enfrentava uma forte crise devido às Guerras do Ópio e às constantes invasões; dessa maneira, seu povo necessitava também migrar. A Inglaterra, portanto, enquanto potência europeia, pôde, de certa maneira, tendo por princípio as suas necessidades, influenciar de diversos modos um sistema internacional frente a sua economia crescente. Podemos citar também as diversas incursões empresariais de iniciativa privada para a resolução de problemas governamentais. Não somente no Brasil, mas em outros países, foram realizadas viagens até à China para a cooptação de *coolies*. Os contratos firmados, forçosamente ou não, podem ser lidos como uma expansão do processo migratório dos *aliens*, ou seja, migrantes que em um determinado país acabam não representando seus próprios interesses e que não tem a quem recorrer, em uma clara supressão dos direitos humanos. Mais uma vez tentou-se que a mancha da sociedade mundial fosse reproduzida de novo: a escravidão.

As charges e a *Revista Ilustrada* nos mostraram que o processo não foi somente econômico. O âmbito cultural e social teve uma forte relação dentro do seio brasileiro. A revista serviu para: construir o estereótipo nacional frente ao estrangeiro; construir o estereótipo do chinês e de um possível campesinato no Brasil do século XIX; divulgar e denunciar o que aconteceria com o chinês caso o processo de imigração fosse realizado. A

Revista Ilustrada foi um amplificador das discussões no âmbito político, social e cultural. As relações Brasil-China também deram o seu primeiro passo internacional. Com a celebração do primeiro tratado entre os dois países, mesmo que sobre intenções duvidosas, o Império do Brasil pôde mais uma vez expandir as suas forças e intenções devido ao movimento de D. Pedro II em representar e mostrar o país internacionalmente.

Índice de Tabelas

Tabela 1: Brasil – Principais produtos de exportação (1821-1890)

Participação dos sete principais produtos de exportação na receita das Exportações (%)

Datas	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e Peles	Fumo	Cacau	Outros*	Total
1821-30	19,2	27,8	21,0	0,0	13,8	2,6	0,5	15,1	100,0
1831-40	43,8	24,4	10,6	0,4	7,9	1,8	0,5	10,6	100,0
1841-50	42,6	26,3	7,4	0,5	8,6	1,9	0,9	11,8	100,0
1851-60	51,7	19,5	5,8	2,3	7,2	2,6	1,0	9,8	100,0
1861-70	44,3	12,7	19,1	3,6	5,9	3,0	0,9	10,5	100,0
1871-80	56,8	11,8	8,4	5,5	5,3	3,4	1,3	7,5	100,0
1881-90	62,2	9,8	4,4	7,8	3,2	2,7	1,6	8,3	100,0

*"Outros" consistia em produtos como erva-mate, diamantes, ouro, castanhas do Pará, madeiras, farinha de mandioca, aguardente e outros produtos, sobre os quais não se dispõe de informações estatísticas confiáveis. Disponível em: IBGE. Anuário Estatístico 1939/1940. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel. 2012, p. 60.

Índice de Imagens

Imagem 1. "Chino-mania". In: *O Mequetrefe*, nº 183. Rio de Janeiro, 1879.



Imagem 2. “Preto e Amarelo”. In: *Revista Ilustrada*, nº 258. Rio de Janeiro, 1881.



Imagem3. “A China na imprensa internacional nos EUA”. Edgar Holden, *Harper’s New Monthly Magazine*, June 1864. Courtesy of Reed College Library – USA.

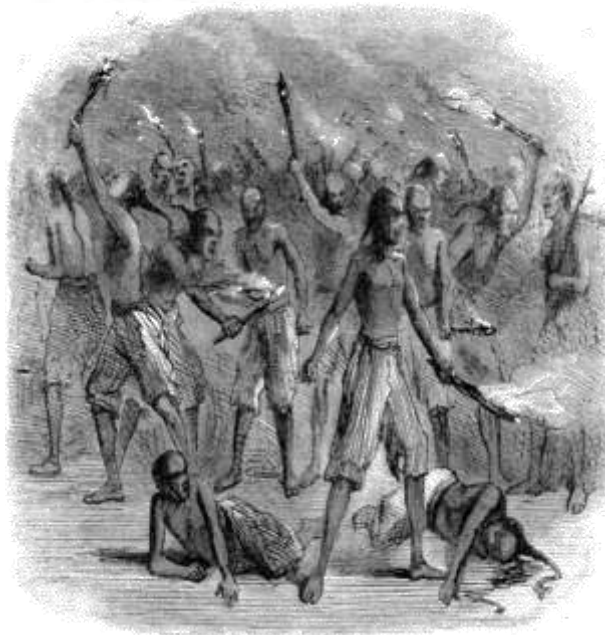
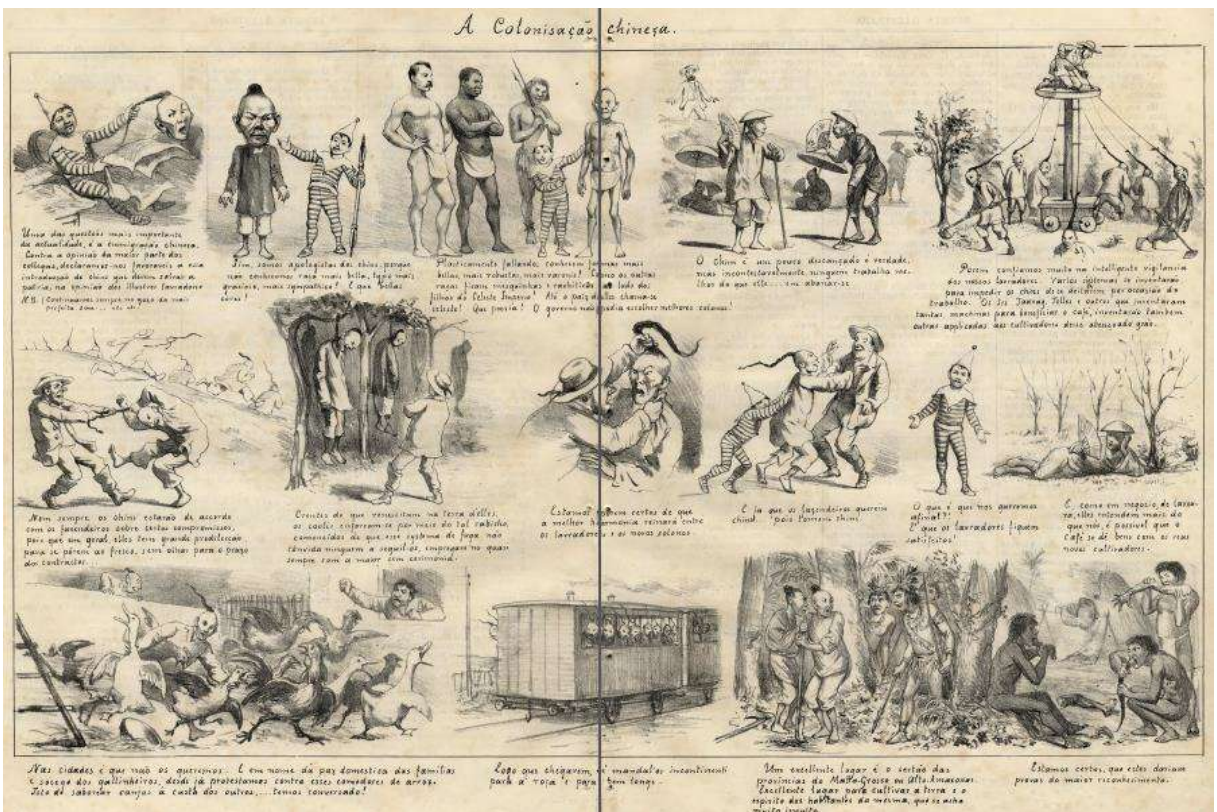


Imagem 4. “A China na imprensa internacional na Austrália”. Chinese Furniture Makers, Little Bourke-Street. [Picture], 1880. Australia.



Imagem 5. “A colonização chinesa”. In: *Revista Ilustrada*, nº 358. Rio de Janeiro, 1883.



Notas

¹LAI, Walton Look. “Coolie trade”. In: PONG, David (Editor in chief). *Encyclopedia of modern China*, vol. I, Chinese Overseas: Overview. New York City: Charles Scribner's Sons, 2009, p. 243-247.

²TOMICH, Dale W. “Small islands and huge comparisons: Caribbean plantations, historical unevenness, and capitalist modernity”. In: *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2003, p. 151-168.

³“Para os funcionalistas, as estratégias de cooperação e integração eram mais eficientes, técnica e racionalmente, na promoção do crescimento econômico e na distribuição de benefícios sociais. Bastava que organizações bem estruturadas criassem condições para o aprendizado acerca das vantagens de soluções técnicas nas diferentes áreas da vida social para que um círculo virtuoso de crescimento da cooperação e multiplicação de organizações funcionais fosse criado. Esse processo de ampliação gradual dos processos racionais de organização das políticas públicas em âmbito internacional foi chamado pelos funcionalistas de *spill-over effect*, ou efeito de transbordamento. Esse efeito se verifica quando o sucesso de uma determinada forma de realização eficiente de uma tarefa ou função se transfere para outra área, incentivando a cooperação intergovernamental em setores antes submetidos à esfera do Estado nacional. Em outras palavras, o aprendizado com experiências bem-sucedidas faria com que as soluções organizacionais transbordassem para diferentes setores da vida social”. NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

⁴PARRON, Tâmis. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787- 1846*. São Paulo: USP, 2015.

⁵“Chinese migration to Latin America and the Spanish Caribbean in the modern era occurred in two movements: an impressive agricultural labor migration in the second half of the nineteenth century—the so-called coolie trade, known as *la trata amarilla* in Spanish—involving almost exclusively men. Between 1847 and 1874, close to 225,000 coolies were landed in Cuba and Peru. This traffic was followed by a period of free immigration also dominated by men, lasting until the mid-twentieth century. By then, the Chinese population had become largely urban and commercial, most establishing residence and businesses in national and provincial capitals, as well as in mining and railroad towns and port cities (Hu-DeHart, “*Huagong*”). HU-DEHART, Evelyn & LÓPEZ, Kathleen. “Introduction: Asian diasporas in Latin America and the Caribbean: An historical overview”. *Afro-Hispanic Review*, vol. 27, number 1, 2008, p. 14.

⁶YOUNG, Elliott. *Alien nation: Chinese migration in the Americas from the coolie era through World War II*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014, p. 1-94.

⁷“This book seeks to explore not only the state construction of the Chinese as aliens but also the transnational networks of Chinese that enabled them to evade border controls and construct an alternative community that overlapped but was not synchronous with the nation-state. The narrative will thus shift focal lengths to allow us to see state attempts to solidify national borders and identities and to enable us to see the transnational diasporic networks of Chinese migrants that superseded the nation. These two elements developed in tandem and often helped constitute one another. Exclusionary laws forced the Chinese to cross the boundary clandestinely, which in turn made the ‘imaginary lines’ Braun referred to into the policed border zones and physical barriers that we know today”. YOUNG, Elliot. Op. cit., p 3-5.

⁸FURTADO, J. I. Arnizaut. *Estudos sobre a libertação dos escravos no Brasil*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Americana, 1883.

⁹“Scylla and Charybdis”. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Scylla-and-Charybdis>. Acesso em: 28 jul. 2020. Tradução livre.

¹⁰PARRON, Tâmis. Op. cit., p. 18.

¹¹Idem.

¹²LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acesso em: 28 jul. 2020.

¹³PARRON, Tâmis. Op. cit., p. 128.

¹⁴ Idem, p. 129-130.

¹⁵ Idem, p. 165.

¹⁶ GUIMARAES, Carlos Gabriel. “A presença inglesa no Império Brasileiro: a firma Edward Johnston & Co. e o comércio exportador, 1842-1852”. *Tempo*, vol. 21, nº 37. Niterói, junho de 2015, p. 187-207. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042015000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jul 2020, p. 3-5.

¹⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial. Os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor e Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips e Cia. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012.

¹⁸ “O barão de Mauá, como negociante ligado ao comércio de cabotagem e do comércio de importação-exportação, além de financiar uma das atividades mais lucrativas da primeira metade do século XIX, o tráfico negreiro, e tendo participado da comissão organizadora do Código Comercial, sabia que não era atrativo aplicar recursos nas atividades primárias, ou seja, de financiar a agricultura, em virtude da ausência de uma legislação hipotecária que garantisse o seu capital. Era muito mais lucrativo operar no circuito comercial, privilegiando os empréstimos para as casas comerciais e bancárias. Nesse sentido o barão de Mauá, como banqueiro, personifica muito mais uma forma de atuação do capital mercantil, ou seja, de atuar na circulação da mercadoria. Não foi outro motivo que, face às mudanças internas, como a conjuntura pós-1870 com o pós-guerra do Paraguai e o desaparecimento das lideranças conservadoras, e externas pós-1870, com a maior internacionalização do capital industrial e financeiro, o barão teve dificuldade de inserção. Era um homem de um tempo que estava se esgotando”. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Op. cit., p. 219.

¹⁹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Op. cit., p. 244-245.

²⁰ PARRON, Tâmis. Op. cit., p. 245.

²¹ Idem, p. 247.

²² Idem, p. 169.

²³ *An act to amend an act, intituled an act to carry into execution a convention between His Majesty and the Emperor of Brazil, for the regulation and final abolition of the African slave trade. 1845*. Disponível em: http://www.pdavis.nl/Legis_28.htm. Acesso em: 21 dez. 2016.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II por José Murilo de Carvalho* (Coord. de Elio Gaspari e Lilia M. Schwarcz). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 131.

²⁵ PARRON, Tâmis. Op. cit., p. 246.

²⁶ Idem, p. 245.

²⁷ Idem, p. 252.

²⁸ Idem, p. 208.

²⁹ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 155.

³⁰ PARRON, Tâmis. Op. cit., p. 211.

³¹ Idem, p. 279.

³² Idem, p. 287-288.

³³ DEAN, Warren. *Rio Claro: a Brazilian plantation system: 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

³⁴ Idem, p. 26.

³⁵ Idem, p. 51.

³⁶ DEZEM, Rogério Akiti. *Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878/1908)*. São Paulo: Associação Imperial Humanitas, 2005, p. 49.

³⁷ Para um panorama geral do debate, cf. DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*. Harvard: Harvard University Press, 2004. Nessa obra, o autor comenta sobre como, fundada a

Revolução de São Domingos, esse fato deu margem para debates baseados ainda em teorias raciais e os diversos pensamentos que foram gerados pós revolução.

³⁸CONRAD, Robert. "The planter class and the debate over the Chinese immigration to Brazil, 1850-1893." *International Migration Review*, vol. 9, 1, 1975, p. 45-55.

³⁹Para um panorama geral do debate, cf. SCHWARCZ, Lillian Moreira. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. E também COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

⁴⁰PERES, Victor Hugo Luna. *Os "chins" nas sociedades tropicais de plantação: estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil (1814-1878)*. Dissertação de mestrado – História, Recife, UFPE, 2013, p. 151.

⁴¹"Entre as principais discussões levadas a cabo por estes homens estavam a dos créditos, a dos melhoramentos e a dos braços, em escala de importância. No que concernia aos braços, as principais preocupações e soluções apontadas parecem ter sido a criação de instrumentos legais que conduzissem os trabalhadores, ditos 'ociosos', para o trabalho das lavouras, fossem eles flagelados, ex-escravos ou ingênuos. Quanto à possibilidade de imigração europeia, apesar de alguns poucos entusiastas, a maioria dos congressistas resignava-se ao fato, então compreendido como justificativa para a não vinda desta ordem de trabalhadores, de que o clima e o ambiente do Norte eram hostis aos mesmos". PERES, Victor Hugo Luna. Op. cit., p. 151-152.

⁴²PERES, Victor Hugo Luna. Op. cit., p. 152.

⁴³CARVALHO, José Murilo de (Introd. e notas). *Congresso Agrícola, Rio de Janeiro, 1878. Anais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, ed. fac-similar, 1988, p. V.

⁴⁴"Promulgada em inícios de 1879 e apelidada por seus contemporâneos de "Lei Sinimbu", esta lei de locação de serviços pode ser considerada, em seu grau de complexidade, a primeira tentativa de intervenção do governo brasileiro na organização das relações de trabalho livre da agricultura. A intenção visível era cobrir o mais amplamente possível com a legislação as relações de trabalho. 'Quase um código rural!', exclamaram várias vozes na época. (...) A aprovação da nova lei de locação de serviços deve ser compreendida a partir dos marcos de uma política mais geral implementada para a extinção da escravatura". LAMOUNIER, Maria Lúcia. *O trabalho sob contrato: a lei de 1879. Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 6, nº 12, 1986, p. 102.

⁴⁵Para uma discussão mais elaborada do assunto ver: MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010; e PARRON, Tâmis. "The British Empire and the suppression of the slave trade to Brazil: aglobal history analysis". *Journal of World History*, vol. 29, nº 1, 2018, p. 1-36. Project MUSE, doi:10.1353/jwh.2018.0000.

⁴⁶Tabela I. *Congresso Agrícola*, 1878. p. VI.

⁴⁷Idem, p. 2.

⁴⁸"Neste particular, empreendeu-se sobre as partes principais do corpo textual dos anais: verificação da frequência de termos chave como Ásia, China, Chin, *coolie*, entre outros; ocorrência de elementos de qualificação de cunho positivo e negativo frente a estes termos; verificação do posicionamento dos emissores diante das propostas de introdução de trabalhadores asiáticos. Além de também serem feitas quantificações de sistematização no que se refere aos próprios documentos, a exemplo dos números de intervenções em que a introdução de trabalhadores asiáticos foi debatida ao longo dos congressos e em cada sessão". PERES, Victor Hugo Luna. Op. cit., p. 102.

⁴⁹PERES, Victor Hugo Luna. Op. cit., p. 104.

⁵⁰*Congresso Agrícola*, 1878, p. VII.

⁵¹Idem, p. 127.

⁵²DEAN, Warren. Op. cit.; HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; MARTINS, José de Souza. Op. cit.; STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁵³*Congresso Agrícola*, 1878, p. 129.

⁵⁴Idem.

⁵⁵ *Congresso Agrícola*, 1878, p. 183.

⁵⁶ *Idem*, p. VII-VIII.

⁵⁷ HUI, Juan Hung. *Chinos en America*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

⁵⁸ MARQUESE, Rafael Bivar & TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XXIX”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. vol. 2 - 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 373.

⁵⁹ WALLERSTEIN, Immanuel. *Análisis de sistemas-mundo*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2006.

⁶⁰ SANTOS, Marco Aurélio dos. “Migrações e trabalho sob contrato no século XIX”. *História*. São Paulo: UNESP, vol. 36, nº 12, 2017.

⁶¹ WALLERSTEIN, Immanuel. *Os sistemas históricos como sistemas complexos*, 1987.

⁶² “Once established, the capital-wage labor relation reproduces itself through its own processes on an expanding scale, but it is by no means a closed system. Rather, as the most productive form of value production it reconstructs the global hierarchy of labor, the division of labor, and the world market. Here is the movement from original accumulation to capitalist accumulation, from world market as premise of capitalist production to world market as product of capitalist production. The wage labor-capital relation becomes the organizing hub to the capitalist world-economy. The character, role, and function of the various forms of unwaged labor are transformed through their relation to it. Despite their form they now directly produce surplus value because the commodities they production are directly equated with the product of the wage labor-capital relation through the world market. The practices of what we are referring to as ‘primitive accumulation’ are extend and intensified”. TOMICH, Dale. *Original accumulation: the genoese cycle of accumulation, atlantic slavery, and the formation of the world-market*. 2019.

⁶³ ROPP, Paul. *China in World History* (chapter 7). Oxford: Oxford University Press, 2010.

⁶⁴ HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ªed., 1988, p. 246.

⁶⁵ “A denominação de *coolie* aparece como ‘coles’ nos escritos portugueses quinhentistas. A palavra origina-se do hindu *kuli*. Evoluindo a seguir para *coly-kouilly* e, finalmente ao francês *coulie*. Em inglês passou a ser *coolie*, massa móvel de trabalhadores assalariados, quer indianos, quer chineses, que se irradiaram pelo Ocidente servindo a várias sociedades”. YANG, Alexander Chung Yuan. “O comércio dos ‘coolie’ (1819-1920)”. *Revista de História*, São Paulo, nº 112, p. 419-428, dec. 1977. ISSN 2316-9141. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62243>. Acesso em: 20 mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i112p419-428>.

⁶⁶ DEZEM, Rogério. A Questão Chinesa (1879) no Brasil. *Revista Estudos Brasileiros*, n. 14, p. 1-26, 2018, p. 22-23.

Artigos

Inconfidência Mineira em três tempos em museus brasileiros¹

Letícia Julião^{*}

Carmem Silvia Lemos^{**}

Recebido em: 16/10/2020

Aprovado em: 04/11/2020

Resumo

O presente artigo trata da representação da Inconfidência Mineira em três museus brasileiros: o da Inconfidência, o Histórico Nacional e o Memorial Minas Gerais Vale. O que se pretende discutir são as formas de tratamento do tempo nas narrativas expográficas dos museus analisados, verificando como uma mesma temática pode ser abordada de forma diferenciada, a partir de escolhas das linhas interpretativas. Considerando a ambiguidade do evento e de seu herói, característica que dá a ambos permeabilidade e eficácia política, buscou-se compreender como diferentes formas de articulação do passado, presente e futuro produzem distintas histórias, que se prestam a diferentes propósitos do presente.

Palavras-chave

Inconfidência Mineira; museus de história; exposição; temporalidade; Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes)

Abstract

This article discusses the representation of Inconfidência Mineira in three Brazilian museums: Museu da Inconfidência, Museu Histórico Nacional and Memorial Minas Gerais Vale. The pretension is to analyze the ways of treatment of the time in the exhibitions narratives, verifying how the same theme can be approached in differentiated ways, from the choices of the interpretative lines. Considering the ambiguity of the event and its hero, a characteristic that gives both permeability and political efficacy, it was analyzed how different forms of articulation of past, present and future produce different histories, which lend themselves to different purposes of the present.

Keywords

Inconfidência Mineira; history museums; exhibition; temporality; Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes)

^{*}Doutora em História e professora adjunta do Curso de Museologia da Escola de Ciência da Informação/ Universidade Federal de Minas Gerais. Email: juliao.leticia@gmail.com.

^{**}Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e historiadora do Museu da Inconfidência/IBRAM. Email: csilemos@gmail.com.

Introdução

Poucos personagens históricos gozaram a distinção de heróis da nação com a eficácia de Tiradentes. Da mesma maneira, poucos fatos da história brasileira foram tão visados continuamente pelo presente como a Inconfidência Mineira. Com efeito, cada época se ocupa em construir sua própria visão/versão desse acontecimento, projetando as suas expectativas naquele passado. José Murilo de Carvalho, em sua análise clássica, reconhece ser compreensível o êxito de Tiradentes herói, cuja figura, construída, sobretudo, pelo regime republicano, hesita entre o mártir e o libertador, o civil e o militar, o contrito ou o rebelde, conseguindo, dessa maneira, absorver fraturas, visões conflitantes, sem perder a identidade: “O herói republicano por excelência é ambíguo, multifacetado, esquartejado. Disputam-no várias correntes; ele serve à direita, ao centro e à esquerda”.² As apropriações do movimento de revolta ocorrido nos quadros do Império Português e da figura de Tiradentes já mereceram ampla atenção da historiografia. Mas pouco se analisou as construções e desconstruções narrativas desse movimento nos espaços museológicos brasileiros.

Em face dessa lacuna, o artigo tem o propósito de analisar como a Inconfidência Mineira é abordada no Museu da Inconfidência (MI), em Ouro Preto, Minas Gerais, no Memorial Minas Gerais Vale (MMGV), em Belo Horizonte, e no Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro. Em particular, as análises das narrativas museais estão ancoradas em perspectivas descortinadas pela categoria de regime de historicidade, tal como proposto por Hartog.³ Por regime de historicidade compreende-se o modo como a sociedade reage ao seu grau de historicidade, produzindo determinada ordem do tempo. Segundo Hartog, é a ferramenta heurística que, considerando a experiência da sociedade com o passado, presente e futuro (categorias universais do tempo) permite interrogar:

Como, conforme os lugares, os tempos e as sociedades, essas categorias, de pensamento e ação ao mesmo tempo, são operacionalizadas e vêm tornar possível e perceptível o deslocamento de uma ordem do tempo? De que presente, visando qual passado e qual futuro, trata-se aqui ou lá, ontem ou hoje? A análise focaliza-se assim em um aquém da história (como gênero ou disciplina), mas toda história, seja qual for finalmente seu modo de expressão, pressupõe, remete a, traduz, trai, enaltece ou contradiz uma ou mais experiências do tempo. Com o regime de historicidade, tocamos, dessa forma, em uma das condições de possibilidade da produção de histórias: de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, determinados tipos de história são possíveis e outras não.⁴

Sob a ótica desse conceito da historiografia contemporânea analisou-se como as exposições dos três museus pesquisados projetam a Inconfidência Mineira em uma ordem do tempo. Considerando a ambiguidade do evento e de seu herói, característica que dá a ambos permeabilidade e eficácia política, buscou-se compreender como diferentes formas de articulação do passado, presente e futuro produzem distintas histórias, que se prestam a diferentes propósitos do presente.

Importante ressaltar que as exposições de longa duração dos museus analisados –MI, MMGV e MHN – foram concebidas quase simultaneamente, em um período recente, entre 2006 e 2010. O Memorial Minas Gerais foi aberto ao público em 2010, e os museus Histórico Nacional e o da Inconfidência, embora criados na primeira metade do século XX, renovaram suas respectivas exposições nesse período, quando tiveram oportunidade, portanto, de rever suas narrativas históricas.

Sobre a monumentalização da Inconfidência⁵

Como grande parte das revoltas coloniais em Minas Gerais, a Inconfidência foi motivada pela cobrança exacerbada de tributos pela Coroa portuguesa, ainda que pese outras motivações. A resistência cotidiana da população ao fisco e a tendência à formação de nichos de poder privado se fizeram acompanhar pela implantação sucessiva de uma estrutura de poder metropolitano capilar, exteriorizada pelo elevado número de órgãos e agentes da Coroa portuguesa na região. Os motins, as rebeldias e as revoltas foram intermitentes ao longo do século XVIII, e é nesse quadro de tensão que se compreende o movimento da Inconfidência.

O declínio da economia mineradora somado à crise da monarquia absoluta portuguesa, com o revigoramento da opressão metropolitana sobre as colônias no final do século XVIII, delinearam as circunstâncias específicas da Inconfidência. O movimento, liderado por um grupo de homens abastados e influentes, tinha feições autonomistas como os demais movimentos de revolta colonial em fins do século XVIII e início do XIX.

Como se sabe, o movimento foi abortado antes mesmo de se concretizar. Os inconfidentes foram presos e sentenciados com o banimento para a África, com a exceção do alferes Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, condenado à forca, e dos padres, que permaneceram em instituições religiosas portuguesas. Executado em 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro, seu corpo foi esquartejado e pregado em postes pelos

caminhos de Minas Gerais, e sua cabeça exposta em Vila Rica, cumprindo a determinação da sentença.

A morte de Tiradentes, como a de tantos outros amotinados, seguiu o ritual judiciário previsto no Livro V das Ordenações, no qual a punição, dramática e cruel, tinha um grande valor simbólico e exemplar. O suplício, tendo como alvo o corpo, tornava-se espetáculo público que fazia lembrar a todos a presença física e direta do poder e os riscos de se romper com a lealdade à Coroa.

Como sugere Adalgisa Campos,⁶ a espetacularização da morte deve ser entendida no contexto de uma cultura inclinada a estetizar as relações entre os homens. A morte teatralizada de Tiradentes não foi um fato excepcional, mas inseria-se no contexto da pompa barroca, profundamente contrita, e com a qual o alferes assumiu seu destino. Como homem devoto, afeito à Santíssima Trindade, Tiradentes tem uma atitude de renúncia à vida terrena, de ânsia pela salvação, características do drama barroco.

Para se compreender a importância assumida pela Inconfidência na história nacional é preciso ultrapassar os fatos ocorridos no século XVIII e analisar o futuro desse pretérito, ou seja, como a posteridade se ocupou do acontecimento, convertendo-o em um dos mais importantes elementos fundadores da nação brasileira. Isso requer atentar para os relatos contemporâneos ao fato, seguidos das narrativas construídas pelo Estado imperial e republicano, em um processo que teceu as bases para a mitificação do movimento e de seus atores, identificando-os com a formação da nacionalidade.

A versão oficial dos fatos, criada pelos oficiais de justiça no processo-crime denominado Autos de Devassa, inaugura a história-memória da Inconfidência. O documento, chancelado pela Coroa portuguesa, é o registro oficial que se tem dos fatos, convertido em documento/monumento, figurando como a versão “original” ou “verdadeira” do acontecimento.

Os demais relatos contemporâneos, ainda que corroborem a visão oficial, apresentam matizes de olhares e dos lugares sociais dos sujeitos que os constroem. Dos documentos de época, vale ressaltar o elaborado por um dos religiosos que prestou assistência espiritual aos inconfidentes, escrito em maio de 1792, onde sublinha a necessidade de deixar registrado o ocorrido para que a “memória dos homens” não se esqueça do que pode acontecer àqueles que faltarem com as obrigações de bom vassalo. Embora se refira a Tiradentes como homem indigno de nossa memória, resguarda-o como ser humano, que possuía qualidades cristãs, descrevendo sua execução por meio

de elementos de semelhança ritual presentes na cena da morte de Cristo. O perfil de um Tiradentes que ultrapassava a figura do traidor, alinhando-o ao do réu convertido, fervoroso, contrito, será reforçado pelo relato de outro frei, em fins de junho de 1792. Criava-se nesse momento um dos mais eficientes discursos sobre a figura de Tiradentes, que será apropriado posteriormente na construção de sua figura heroica, largamente utilizada pela produção iconográfica posterior.

Conforme Eliana Dutra, os autores dessas memórias:

(...) traçam o contorno do fato Inconfidência Mineira e, sobretudo, atribuem especial importância a este episódio, do qual constroem uma primeira interpretação, o que, somado aos Autos de Devassa, que enquanto ato do poder já sobrevive como um depósito de memória, garante a montagem e a sobrevivência do acontecimento.⁷

Pode-se dizer que durante a monarquia, ações pontuais vão tentar dirimir as cicatrizes do movimento. Em seu empenho de construção de uma historiografia comprometida com a nacionalidade, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), por meio de comissão formada em 1840 para selecionar os fatos relevantes da história pátria, reconhece o papel da Inconfidência Mineira como momento fundador da nação. É quando se registra a primeira iniciativa de solicitação do repatriamento dos degredados e o relato de inconfidentes ainda vivos. Em 1867, outra iniciativa de grande alcance simbólico homenageia os inconfidentes, quando foi erguido o obelisco na Praça de Ouro Preto, a coluna Saldanha Marinho, que será substituída, em 1894, portanto, já no período republicano, pela atual estátua de Tiradentes.

Com o fim da monarquia, o novo regime republicano, como mostra Carvalho, se apropriou rapidamente da figura de Tiradentes, convertendo-o em herói nacional. A implantação da república sem a participação ou o envolvimento da população exigia ampará-la em símbolos cívicos, capazes de canalizar as aspirações populares e a identidade coletiva. Ao eleger Tiradentes, intensificando seu culto, o regime republicano criava uma nova abordagem da Inconfidência, com forte carga emotiva, conveniente aos desígnios políticos de suprir a nação de um herói.

A partir da república, distintos regimes e governos – do Estado Novo, nos anos de 1930 e 1940, aos movimentos de esquerda nos anos de 1970, passando pelo regime militar implantado em 1964 – se apropriaram de Tiradentes, modelando o perfil do herói a interesses políticos específicos.⁸ Da mesma maneira, no campo historiográfico, da abordagem romântica, que salienta a participação do poeta Gonzaga no movimento e o seu amor por sua musa inspiradora, aos enfoques críticos, um leque extenso de

interpretações disputaram e disputam as versões do fato. Mas em nenhuma vertente se questiona o caráter fundador da nacionalidade da Inconfidência Mineira.

Inconfidência em três museus

A análise da Inconfidência Mineira apresentada nas exposições dos três museus estudados evidencia a potência dessas instituições como lugares de “publicização” de narrativas do passado e de usos da História. São três formas distintas de tratar a experiência do tempo passado e de projetá-las no presente e, em escalas distintas, o tratamento do acontecimento se estabelece na fronteira tênue entre a História e a ficção – e talvez essa talvez seja uma característica dos museus de história.

Um destes museus foi criado justamente para enaltecer o acontecimento: o Museu da Inconfidência, que nasce como monumento com o Panteão dos Inconfidentes. Criado por um decreto de 1938, o MI tinha a finalidade de abrigar o panteão e “coleccionar as coisas de vária natureza relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com os protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que constituam documentos expressivos da formação de Minas Gerais”.⁹

O projeto do museu integrava um conjunto de ações de monumentalização da Inconfidência Mineira. Em particular, a criação do panteão decorria do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes que morreram em continente africano, determinado por Getúlio Vargas no Decreto nº 756-A, de 21/04/1936.¹⁰ O mesmo decreto estabelecia também a publicação dos Autos de Devassa, ato que, segundo Dutra,¹¹ de alguma forma realizava o destino monumental que havia sido traçado na origem desses documentos. Portanto, as disposições dos decretos de 1936 e 1938 não deixam dúvidas de que estava em curso uma política de memória explicitamente delineada pelo governo Vargas de apropriação do movimento da Inconfidência, em uma nova escala. Vale lembrar que foi cogitada, quando ainda estava em discussão o local para o museu em Ouro Preto, a instalação do monumento no consistório da Igreja do Rosário para se valer do simbolismo cristão e ali consagrar o altar da pátria.¹² Ou seja, não se tratava apenas de vincular, no plano do discurso político, os destinos do novo regime aos desígnios dos mártires da independência. O repatriamento das ossadas, a criação do panteão e a publicação dos Autos da Devassa eram formas de traduzir a Inconfidência em ícone material da nacionalidade brasileira; de conferir ao fato uma

visibilidade acessível, que alcançasse um público ampliado pela narrativa museal ou pela leitura dos Autos da Devassa.

O mausoléu onde foram depositados os despojos dos inconfidentes foi inaugurado em 1942, antecedendo a abertura do próprio museu, que ocorreu em 1944. Projetado pelo arquiteto José de Sousa Reis, o panteão tem características inovadoras consonantes com preceitos da arquitetura modernista. Constitui um ambiente cenográfico sóbrio e despojado, adequado para solenizar o ritual quase sagrado de culto aos heróis da pátria. Nas palavras do primeiro diretor do MI, o cônego Raimundo Trindade afirmou: “Diante do Mausoléu dos Inconfidentes, não há espírito que se não emocione, que não se sinta transportado aos dias de terror, que Vila Rica terá vivido de 1789 a 1792, ao iniciarem-se as cenas finais da tragédia da Inconfidência”.¹³

Nas demais salas do museu, inauguradas em 1944, há uma profusão de objetos, exibidos como testemunhos do “desenvolvimento da cultura em Minas Gerais, esta encarada sob seu duplo aspecto – material e intelectual”.¹⁴ O panteão e a sala que o antecede, as únicas dedicadas à Inconfidência, apresentam uma linguagem expográfica que se distingue do restante do museu. Na antessala do panteão, estão exibidos objetos que pertenceram ou se relacionam aos inconfidentes ou ao movimento: o relógio e o livro de Tiradentes; os documentos autógrafos dos inconfidentes; as primeiras edições de obras dos poetas árcades Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga; o mobiliário pertencente ao contratador João Rodrigues de Macedo; a indumentária religiosa de padre inconfidente; o túmulo de Marília e a lápide em homenagem a Bárbara Heliadora. São colocados em evidência o fragmento de madeira da forca de Tiradentes, enquadrado com destaque em parede lateral e os Autos da Devassa, exibido em vitrine individual com iluminação na base. Todos esses objetos se apresentam como relíquias e compõem um ambiente emoldurado por paredes de cor branca, em alusão às Luzes, como explicado em texto, que parece funcionar como espaço de preparação e sensibilização do visitante para a entrada no panteão.

Em intervenção mais recente no museu, duas paredes divisórias, dispostas na antessala, formam um corredor que busca demarcar e conferir impacto à entrada da sala do panteão, onde se encontram quatorze lápides com dezessete ossadas. Ao fundo, estão o símbolo da bandeira de Minas Gerais com os dizeres *Libertas quae sera tamen* e o cenotáfio em pedra, com destaque para o nome de Tiradentes.

Não há nas duas salas dedicadas à Inconfidência uma preocupação em narrar o acontecimento, por meio de uma lógica concatenada, coesa ou linear. Os dois ambientes podem ser identificados ao tipo de museu-memória onde o que interessa não é compreender ou informar sobre o passado, mas fazer lembrar, instigar a imaginação e a emoção¹⁵. No panteão, sobretudo, importa insuflar o sentimento patriótico, o que se concretiza pela imagética híbrida, misto de religião e da política, em um cenário com forte apelo plástico e alegórico.

O Museu da Inconfidência manteve por mais de sessenta anos a exposição permanente concebida por ocasião de sua inauguração. Entre 2005 e 2006 ela foi modificada em razão de um projeto de modernização do museu. Mas a nova expografia, pode se afirmar, endereçou-se à parte do museu inaugurado em 1944, ou seja, àquela que aborda a sociedade setecentista mineira. O panteão e a sala que o antecede, a despeito de uma ou outra alteração, mantiveram sua linguagem. Ainda que se considere a dificuldade de se alterar um monumento construído dentro do próprio museu, não se pode desconhecer também a pertinência de sua manutenção, em face da eficácia da narrativa de solenização da pátria desempenhada pelo panteão.

De outra parte, é preciso considerar que qualquer narrativa cronológica, qualquer interpretação crítica dos fatos dificilmente poderá se sobrepor à representação mítica da Inconfidência, tal como foi concebida no museu. E como mito, é acontecimento que está na ordem de um tempo cíclico. Um tempo que não deixa o fato morrer, mas, ao contrário, confere a ele o poder de se prolongar em sucessivos presentes, projetando-se em distintos futuros. É passado, cuja narração se constrói em um misto de História e ficção, de modo que possa se reconfigurar sempre respondendo aos imperativos de distintos projetos político-identitários.

Se no Museu da Inconfidência a expografia do movimento revoltoso é circumspecta, impondo um distanciamento quase sagrado entre aquele que vê e o que é dado a ver, no Memorial Minas Gerais Vale o que se observa é uma tentativa de imersão e interatividade. Se no primeiro museu os objetos ou são relíquias – porque estiveram em contato direto com os heróis ou são vestígios do fato – ou foram produzidos para passarem à posterioridade como monumentos – os Autos da Devassa e o próprio panteão –, no MMGV a sala denominada Panteão da Política Mineira, dedicada à Inconfidência, prescinde de objetos em favor do uso da tecnologia, como de resto as demais salas do museu. Em defesa dessa concepção, o MMGV se apresenta

como um museu experiência, onde “cenários reais e virtuais se misturam para criar experiências e sensações que levam os visitantes do século XVIII ao século XXI”. A pretensão é colocar em contato “direto presente e passado, promovendo, com esse gesto, outras formas de aproximação do público com as questões que atravessam nosso tempo”.¹⁶

Inaugurado em 2010, o MMGV integra o Circuito Cultural Liberdade, projeto implantado, entre 2004 e 2010, pelo poder público do Estado de Minas Gerais em parceria com a iniciativa privada, que dá um novo uso aos prédios que circundam a Praça da Liberdade. A concepção do circuito se deu concomitantemente ao processo de transferência do governo do Estado para a Cidade Administrativa Tancredo Neves, complexo projetado por Oscar Niemeyer, construído na região norte de Belo Horizonte. Na reconfiguração do uso da praça e seu entorno, prevaleceu a lógica de agregar valor ao espaço urbano, agenciando-o como aglutinador de equipamentos que atraem o investimento e o consumo cultural.¹⁷ Embora haja diversidade de equipamentos integrados ao circuito, a exemplo de centros culturais, galerias de arte, a biblioteca e o Arquivo do Estado de Minas Gerais, prevalecem instituições museológicas, conformando uma espécie de “ilha dos museus” da cidade de Belo Horizonte.

Como o MMGV, os museus do circuito, em geral, apresentam exposições desmaterializadas, que renunciam aos acervos e se amparam em cenografias e recursos tecnológicos. Em texto do projeto curatorial do MMGV há uma defesa da exposição com propósito imersivo em função da necessidade de se competir com a indústria do lazer no ambiente urbano, onde multiplicam-se as ofertas de atrações baseadas em ficção.¹⁸ O argumento poderia se estender a todo o circuito, uma vez que certamente esse foi um propósito que ancorou a reconfiguração urbana da praça: conferir competitividade à cidade, dotando-a de espaços culturais atraentes – lugares de entretenimento e ficção, destinados ao lazer e ao consumo.

A exposição na sala Panteão da Política Mineira constitui-se de várias telas de vídeos, cada qual destinada a um personagem da Inconfidência, representado por atores: os eclesiásticos, os poetas e suas amadas, Tiradentes, o traidor Joaquim Silvério dos Reis e o conde de Assumar representando a Coroa Portuguesa. Embora anacrônica, a presença do conde de Assumar é uma espécie de licença poética que se justifica, uma vez que seu governo em Minas Gerais, de 1717 a 1721, inaugurou um regime de repressão, sendo recorrente em suas cartas à Coroa portuguesa impressões de uma

população que gozava de liberdade licenciosa. Com o apoio de textos literários e de documentos, contemporâneos ao fato e atuais, os personagens estabelecem diálogos, por meio dos quais a trama da Inconfidência Mineira é narrada. No meio da sala, poltronas giratórias permitem que o público acompanhe o desencadeamento do diálogo que se dá nas telas-personagens.

A intenção de desfazer a distância entre o presente e o passado no Panteão da Política Mineira, como de resto em todo museu, é sustentada por expedientes criativos proporcionados pela tecnologia associada a recursos teatrais – atores, com figurinos de época representando os personagens históricos. A sala não apresenta qualquer barreira – vitrine, expositores, etc – que se interponha entre o que se mostra e quem vê. Como uma experiência teatral contemporânea que abole as fronteiras entre palco e plateia, a narrativa se desenvolve como um espetáculo no qual o visitante, sentado no centro da sala, parece ocupar também o lugar de ator.

A que inquietações do presente essa narrativa da Inconfidência corresponde? De qual regime de historicidade a forma de apresentar a Inconfidência Mineira no MMGV é índice? Nessa exposição, a Inconfidência não se situa no passado e nem dialoga com o futuro. É história construída não apenas ao sabor de demandas do presente, como também se faz a partir de elementos do presente e se projeta no presente. A intenção é usar a tecnologia para abreviar o intervalo entre o passado e o presente, desfazer distâncias e permitir que o público experimente uma sensação de história. O tempo presente nessa narrativa é imperativo. Ele comprime o passado e o “presentifica” para o consumo, e, em razão mesmo dessa lógica transitória e descartável do presente de se relacionar com o passado, o futuro deixa de ser um horizonte no qual se projetam expectativas.

O MMGV é um exemplo, dentre tantos outros museus contemporâneos, que figura como indício de uma sociedade contemporânea mergulhada no “presentismo”. Ela teme perder os rastros do seu passado e, ao mesmo tempo, não espera muito do futuro. Não se trata, para lembrar Benjamin, dos escombros do passado que visam o presente. Mas de um presente que consome as ruínas do passado, retirando-lhe toda a carga libertadora que poderia projetar-se no futuro.

Nessa perspectiva, e não por acaso, a tecnologia MMGV é colocada a serviço da reescrita das tradições identitárias regionais míticas. O MMGV

(...) é exemplar do que vem ocorrendo com os museus no cenário de crise da relação da sociedade contemporânea com o tempo. Entre a informação e o entretenimento, o memorial opera uma espécie de reescrita das tradições identitárias, por meio de recursos midiáticos que parecem eliminar qualquer distanciamento entre o passado e o presente, entre a realidade do público e a realidade apresentada pelo museu.¹⁹

O discurso da identidade regional no MMGV reitera a ideia de que os mineiros apresentam particularidades que são a razão do seu protagonismo no cenário político e artístico nacional. A exposição, dessa maneira, recorre a imagens de representação identitária historicamente eficazes, a exemplo da originalidade do barroco, da imutabilidade da vida rural e da Inconfidência Mineira como origem da república no Brasil.²⁰

Se a narrativa do movimento da Inconfidência no MI está registrada como memória que se encerra em um tempo mítico, e no MMGV é um presente que consome o passado como experiência sensorial, no terceiro caso analisado, o do Museu Histórico Nacional, a narrativa do movimento rompe com o *continuum* temporal, desconstruindo a concatenação passado, presente e futuro que orienta o conceito da exposição de longa duração do museu.

Criado em 1922, o MHN – primeiro museu de história do país – iniciou sua trajetória institucional muito mais próximo de uma concepção antiquária que historiográfica. Em consonância com o pensamento de Gustavo Barroso, seu idealizador e diretor por 35 anos, nesse primeiro momento o MHN colecionou e expôs tendo como pressuposto, como analisa Magalhães,²¹ a ideia de que o objeto em si dava acesso ao passado, sendo suficiente para se estabelecer uma relação afetiva do público com a sua história, num exercício de ressurreição e culto do passado. Não havia, portanto, preocupação com uma ordem cronológica ou coerente dos fatos. Essa configuração foi modificada durante a breve gestão do diretor Rodolfo Garcia, entre 1930 e 1932, quando o museu foi reorganizado a partir de pressupostos da escrita historiográfica. O “amontoado de antiguidades” é substituído por uma narrativa cronologicamente ordenada e as salas passam a corresponder a uma periodização histórica da nação. Em lugar do culto ao passado, prevalece, então, a ideia da história *magistra vitae*, ou seja, a narrativa que destaca personagens e fatos como fonte de lição para o presente.²²

A partir dos anos de 1960 o museu passou por sucessivas mudanças em sua exposição,²³ que acabaram por destronar o discurso híbrido entre a *historiammagistra* e a tradição antiquária que marcaria a gestão de Gustavo Barroso. A última intervenção

ocorreu nos anos 2000, quando foi implementada uma reestruturação substantiva no circuito expositivo, concluída em 2010.

O circuito é composto por quatro grandes módulos: *Oreretama*, que aborda os primeiros habitantes do território; *Os Portugueses no Mundo*, que compreende a expansão marítima portuguesa e a empresa colonial na América Portuguesa; *Construção da Nação*, que trata o período da Independência à Proclamação da República; e *Cidadania em Construção*, que abrange o período republicano. Prevalece uma representação cronológica do tempo; os fatos, agrupados em uma ordem coerente e lógica, estão concatenados em uma linearidade que aponta para o vir a ser. O passado é ordenado de maneira a projetar o futuro, como um horizonte a ser alcançado.

Diferentemente da narrativa inaugurada no museu, nas primeiras décadas do século XX, na qual a repetição dos fatos está a serviço da ideia da exemplaridade da história, a exposição atual filia-se ao regime moderno de historicidade, o que pressupõe, segundo Hartog,²⁴ uma história singular, constituída de fatos únicos e que não se repetem. O futuro, nesse caso, é a dimensão temporal que explica o passado. No MHN a história da nação é interpretada pela ótica do último módulo da exposição, ou seja, o núcleo que lança um olhar promissor para o futuro na perspectiva de uma história marcada pela conquista de direitos de cidadania no país sob a égide da República.²⁵

Durante a reformulação da exposição debateu-se a possibilidade de se romper com a perspectiva da narrativa cronológica e progressiva da história em favor de articulações de temporalidades que permitissem uma leitura crítica dos fatos.²⁶ Algumas dessas ideias foram acolhidas, a exemplo, da sala onde a atividade mineradora no período colonial dialoga com a produção petrolífera no presente. Compreende-se que, no contexto da reformulação da exposição, o passado minerador era mobilizado pela promessa de futuro representada pela exploração do pré-sal pela Petrobras.

Apresentado, portanto, na chave de uma leitura do presente, e na perspectiva, sobretudo, da mineração, o século XVIII, na exposição, não dispõe de um núcleo exclusivo para abordar a Inconfidência Mineira, embora faça menção ao movimento apresentando o busto de Tiradentes e o fragmento da forca. De outra parte, a figura de Tiradentes é tratada por meio de outra ruptura da ordem cronológica da exposição. As imagens iconográficas do alferes – um conjunto de pinturas históricas²⁷ – foram colocadas no núcleo que trata do advento da república, com o intuito de problematizar a construção do herói nacional nesse contexto.

Essa decisão não foi tomada sem alguma resistência por parte da equipe. Havia o receio de se confundir o público, induzindo-o ao equívoco de interpretar Tiradentes como o personagem da Proclamação da República, uma vez que suas imagens estavam próximas da mesa da constituinte do novo regime. Os membros da equipe que defendiam o deslocamento temporal da imagem argumentavam a importância de compreendê-lo como elemento de construção simbólica da nação, e chegaram a sugerir aproximar os quadros de Tiradentes à imagem de Jesus Cristo, em menção à imagem de Tiradentes que começara a ser construída pelos relatos contemporâneos à sua morte, como mencionado acima.²⁸

Diferentemente das exposições do MI e MMGV, no MHN a abordagem do movimento da Inconfidência, personificada na figura de Tiradentes, dialoga com a historiografia contemporânea, em particular com o estudo clássico de Carvalho sobre a construção da simbologia republicana no Brasil. Ao operar o deslocamento temporal, converte a própria memória construída do acontecimento em objeto problematizado da exposição.

Em 2017, o conjunto de telas que retratam Tiradentes se desloca novamente na linha do tempo expositivo, ao serem transferidas para o núcleo que encerra a exposição. Originalmente a exposição era concluída com uma sala escura, a projeção da imagem da bandeira ao som do hino nacional. Agora as imagens de Tiradentes se juntam à reprodução da bandeira-poema “Seja marginal, seja herói”, obra de 1968 de Hélio Oiticica, sugerindo um tempo presente marcado por um misto de dor e resistência, transgressão e magnanimidade. Por que a mudança? Não faltam conjecturas. Detectou-se que Tiradentes estava efetivamente sendo identificado como personagem responsável pela proclamação da República? Ou apenas a ideia de debater a construção do herói no período republicano não estava funcionando para o público? Mas, considerando a ambiguidade eficaz da figura de Tiradentes, não estaria sua imagem servindo para erguer bandeiras caras à *res publica*; bandeiras que estariam sob ameaça? O diálogo das imagens de Tiradentes com a obra de Oiticica parecem reatualizar sucessivos passados que parecem não passar. E agora sim, são os escombros do passado que parecem visar o presente.

Considerações finais

Museus são mídias poderosas que modelam comportamentos, modos de ver e perceber o mundo e, por isso mesmo, é indiscutível a pertinência de leituras críticas de suas narrativas. Esse artigo não é senão um exercício nesse sentido. Não pretende apresentar conclusões definitivas, mas assinalar a potencialidade analítica da noção de regime de historicidade para se compreender as formas de articular temporalidades às quais implicam escritas específicas da história pela linguagem expográfica.

Assim como todo e qualquer patrimônio, os museus apresentam-se como índices preciosos da materialização da ordem do tempo produzida pela sociedade. São lugares de tradução, materialização e visualização de determinada relação que a sociedade decide estabelecer com o passado, “do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas poder visitá-lo”.²⁹

Mais que meros receptáculos, os museus também são produtores dessas representações; concorrem para delinear, disseminar e legitimar imagens e materializações representativas da experiência da sociedade com e no tempo. O caso da Inconfidência Mineira é ilustrativo. Em conjunto, os três museus analisados concorrem para produzir o mito do evento, popularizá-lo, reiterá-lo ao longo do tempo e problematizá-lo. Vistos separadamente, cada museu conforma um desdobramento distinto da Inconfidência Mineira no tempo. Se isso pode ser analisado como indicativo da coexistência de diferentes maneiras da sociedade se comportar diante do passado, também pode ser interpretado pela chave da peculiaridade do fato. Segundo Iglésias,³⁰ a fecundidade de ideias do movimento garantiu-lhe eficácia histórica. A sua sobrevivência ao longo do tempo se deve justamente ao fato de estar circunscrito ao campo das possibilidades – um movimento que não aconteceu – abrindo espaços para as mais variadas leituras e apropriações do acontecimento. Como os museus cristalizam essas versões e que consciência histórica está sendo construída em cada uma dessas versões, esse talvez seja um ponto que mereça reflexões e análises futuras.

Notas

¹O artigo é resultado da pesquisa “História, herança cultural e temporalidade: conhecimento e imaginário museológico”, desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 141.

³ HARTOG, François. *Regimes de historicidade; presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

⁴Idem, p. 38-39.

⁵ As análises dessa parte do artigo são tributárias do artigo ANASTASIA, Carla Maria Junho; LEMOS, Carmem Sílvia; JULIÃO, Letícia. “Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica”. *Oficina do Inconfidência*. Ano 1, Nº 0, 1999, p. 17-132.

⁶CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Execuções na Colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca”. *Tempo Brasileiro*, nº 110, 1992.

⁷DUTRA, Eliana de Freitas. “Inconfidência Mineira— memória e contra-memória. *Varia História*, vol. 12, 1993, p. 66-79; p. 83.

⁸ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit.

⁹Decreto-Lei nº 965, de 20 de dezembro de 1938. *Apud* ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. México: Instituto Panamericano de Geografia e História/Instituto Nacional de Antropologia e Historia de México, 1952, p. 180.

¹⁰LEMOS, Carmem Sílvia. “Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África”. *Oficina do Inconfidência*, revista de trabalho, Ano 2, nº 1, 2001.

¹¹DUTRA, Eliana de Freitas. Op. cit.

¹²LEMOS, Carmem Sílvia. Op. cit.

¹³ TRINDADE, Raimundo (cônego). *A sede do Museu da Inconfidência em Ouro Preto*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1958, p. 62.

¹⁴ FERNANDES, Orlandino Seitas. *Museu da Inconfidência: guia do visitante*. Ouro Preto: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Educação e Cultura, 1964, p. 13.

¹⁵SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond/MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

¹⁶<http://www.memorialvale.com.br>.

¹⁷VELOSO, Clarissa dos Santos. *Cultura, políticas culturais e museus público-privados: o caso do MM Gerdau – Museu das Minas e do Metal e do Memorial Minas Gerais Vale*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2016.

¹⁸ MINAS GERAIS. *Memorial Minas Gerais Vale* (mimeo). Liberdade Circuito Cultural: Governo do Estado de Minas Gerais, Curadoria, s/d, p.4.

¹⁹ JULIÃO, Letícia. “Museum and historicity: the representation of time in Brazilian museums”. *Icofom Study Series*, vol. 43a, 2015, p. 119-129; p. 134-135.

²⁰ LONGO, Viviane Vitor. *Histórias e identidades em exposição: o Memorial Minas Gerais Vale como experiência museológica*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia/Universidade de São Paulo, 2017.

²¹ MAGALHÃES, Aline Montenegro. “Cultuando a saudade... Sobre antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (Ed.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

²²Idem.

²³ A respeito dessas mudanças da exposição, ver LACERDA, Luís Carlos Antonelli; GODOY, Solange de Sampaio. “Museografia e museu; um estudo de caso nos 80 anos do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 34, 2002, p. 167-188.

²⁴ HARTOG, François. Op. cit.

²⁵ JULIÃO, Letícia. Op. cit.

²⁶Ata de Reunião de elaboração do novo circuito de longa duração. Rio de Janeiro, 23/08/2007. Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional, 2 páginas.

²⁷ Entre outras obras expostas estão: *Tiradentes (Alferes)*, de José Wash Rodrigues, 1940; *Resposta de Tiradentes à leitura do ato de comutação da pena de morte de seus companheiros*, de Leopoldino Joaquim Teixeira de Faria, s/d; *Martírio de Tiradentes*, de Auréio de Figueiredo e Mello, 1893.

²⁸ Ata de Reunião de elaboração do novo circuito de longa duração. Rio de Janeiro, 02/05/2008. 2 páginas; Ata de reunião de exposição de longa duração. Rio de Janeiro, 16/07/2008. 2 páginas. Arquivo Institucional do Museu Histórico Nacional.

²⁹ HARTOG, François. Op. cit., p. 197.

³⁰ IGLÉSIAS, Francisco. *Três séculos de Minas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1985.

Pinturas de história como discurso diplomático: uma narrativa visual da História do Brasil no Itamaraty

Guilherme Frazão Conduru*

Recebido em: 06/10/2020

Aprovado em: 16/11/2020

Resumo

O tema do artigo consiste num caso de uso político de uma coleção de arte. Durante sua gestão no Itamaraty, de 1902 a 1912, o barão do Rio Branco concebeu uma narrativa da História do Brasil baseada em pinturas de história, que adquiriu ou que estavam disponíveis na chancelaria. Com as telas *Os descobridores*, de Belmiro de Almeida, *Grito do Ipiranga* e *Paz e Concórdia*, de Pedro Américo, e *Visita do presidente Roca ao presidente Campos Salles*, de Beniamino Parlagreco, o chanceler colocou em prática um ensaio de curadoria. Começando com uma cena do “descobrimento”, a narrativa passava pela Independência e chegava à República com uma pintura alegórica e uma expressão de relações amistosas com a Argentina. Ao projetar valores como continuidade institucional e antiguidade do Estado, pertencimento à civilização ocidental, apego ao Direito e ao pacifismo, que distinguiriam a política externa brasileira, a coleção de pinturas inseria-se no discurso diplomático.

Palavras-chave

Arte no Brasil (séculos XIX e XX); pintura de história; coleções públicas; Palácio Itamaraty (Rio de Janeiro); barão do Rio Branco (1845-1912)

Abstract

The essay analyses an example of political use of an art collection. During his tenure as foreign minister, from 1902 to 1912, baron of Rio Branco conceived an exhibit with historical paintings he acquired or found available in Itamaraty Palace. With the paintings *Os descobridores*, by Belmiro de Almeida, *Grito do Ipiranga* and *Paz e Concórdia*, both by Pedro Américo, and *Visita do presidente Roca ao presidente Campos Salles*, by Beniamino Parlagreco, the minister as a curator created a narrative on Brazilian history. Starting with a scene from the “discovery” process, the narrative passed through Independence to reach the Republican era with an allegorical painting and an expression of friendly relations between Brazil and Argentina. As it projected values that allegedly characterised Brazilian foreign policy such as institutional continuity and antiquity of the State, adherence to western civilization, law-abiding and pacifism, the pictorial collection took part in the diplomatic discourse.

Keywords

Art in Brazil (19th and 20th centuries); History painting; public collections. Itamaraty Palace (Rio de Janeiro); baron of Rio Branco (1845-1912).

*Historiador e diplomata, defendeu, em 2019, no PPGAV da Escola de Belas Artes da UFRJ, tese de doutoramento sob o título *Alegorias em confronto: “Os descobridores”, de Belmiro de Almeida, e “Paz e Concórdia”, de Pedro Américo: a pintura de história na construção da nação*. Entre 2016 e 2019 foi encarregado do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, no Rio de Janeiro. De sua autoria a FUNAG publicou, em 2013, *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Email: gfcconduru@gmail.com .

1. Arquitetura, arte e representação do poder: a chancelaria e o barão

Igrejas e catedrais, palácios reais, presidenciais e legislativos, sedes de cortes judiciais e de corporações são exemplos de tipologias arquitetônicas vinculadas à expressão e ao exercício do poder. Para afirmar o poder do qual estão investidos, os poderosos – seja nos níveis político, religioso ou econômico – convocam arquitetos e artistas para projetar, construir, ambientar e decorar esses espaços.

Entre as instituições estatais, as chancelarias desempenham um papel fundamental como espaços de representação do estado, uma vez que são agências especializadas, dedicadas, com exclusividade, às relações internacionais. Pode-se afirmar que as sedes de chancelarias, como espaços de poder, cumprem três funções complementares: uma função burocrática, como edificação que abriga as unidades administrativas desse órgão de governo; uma função cerimonial, como edificação onde se realizam eventos oficiais que dizem respeito às relações diplomáticas; e uma função simbólica, como repositório de expressões de uma identidade nacional, que guardam e expõem.

Espaços grandiosos, às vezes monumentais, com decoração sóbria ou suntuosa, são projetados e decorados com coleções de artes, que buscam expressar não somente riqueza, bom gosto e estilo, mas também valores. Valores que estarão necessariamente comprometidos com alguma ideia de identidade nacional. Neste sentido, as coleções de arte de uma chancelaria buscam representar uma ideia de identidade nacional que se enuncia e que se deseja reconhecida.

Neste texto, realiza-se uma aproximação a um conjunto de quatro pinturas de história que, no início do século XX, foi reunido no Ministério das Relações Exteriores (MRE) para expressar uma ideia de identidade nacional a partir da História. Expostas na chancelaria, essas obras construíram uma narrativa histórica integrada ao discurso diplomático. Mesmo que não tenha sido possível reconstituir plenamente a expografia da época, pode-se afirmar que as pinturas pretenderam compor uma narrativa cujo significado remete a valores que norteariam a política externa brasileira. As quatro pinturas são: *Grito do Ypiranga* (1886), de Pedro Américo (1843-1905); *Os descobridores* (1899), de Belmiro de Almeida (1858-1935); *Visita do presidente Roca ao presidente Campos Salles* (1900), de Beniamino Parlagreco (1856-1902), e *Paz e Concórdia* (1902), de Pedro Américo. Com exceção da primeira, transferida para o

Palácio Itamaraty em Brasília, onde permanece exposta em salão cerimonial,¹ as demais obras permanecem ainda hoje no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro e fazem parte do acervo do Museu Histórico e Diplomático (MHD).

No início da República, o tema da definição das fronteiras internacionais do território nacional constituía uma prioridade da política externa brasileira. José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco (1845-1912), ministro das relações exteriores entre 1902 e 1912, deixou como um dos seus principais legados para a diplomacia, o Estado e a sociedade brasileiras a solução pacífica e definitiva das pendências lindeiras com os vizinhos sul-americanos. Rio Branco serviu a quatro presidentes e conduziu a política externa com elevado grau de autonomia; a autoridade de sua opinião era amplamente reconhecida no que dizia respeito a assuntos diplomáticos e política internacional. Rio Branco operou um novo paradigma da atuação diplomática do Brasil, por meio do qual articulou as relações com os vizinhos sul-americanos e as relações com as grandes potências da época.² De forma pragmática, buscou a aproximação com os Estados Unidos sem colocar-se em posição de subserviência. Procurou elevar a projeção internacional do Brasil, ciente de que uma diplomacia de prestígio implica, entre outras medidas, o aparelhamento físico, administrativo e protocolar da chancelaria. Durante sua gestão, o Palácio Itamaraty foi valorizado como local para cerimônias e recebeu investimentos que incluíram a encomenda e a compra de obras de arte, alfaias e objetos de decoração, além de ter sido reformado e complementado com a construção de edificações anexas.

Um dos poucos exemplares de arquitetura neoclássica oitocentista ainda de pé no Rio de Janeiro, o Palacete Itamaraty foi erguido na primeira metade da década de 1850 para o rico comerciante Francisco José da Rocha Filho (1806-1883), conde de Itamaraty. José Maria Jacinto Rebelo (1821-1871), discípulo de Grandjean de Montigny (1776-1850) na Academia Imperial das Belas Artes, foi o arquiteto que concluiu a obra. Em 1889, foi adquirido pelo governo provisório de Deodoro da Fonseca (1827-1892) da viúva do conde e então marquesa, Maria Romana Bernardes da Rocha (1818-1896), para tornar-se a primeira sede do executivo federal. Em 1897, a Presidência da República transferiu-se para o Palácio do Catete e, em 1899, o Itamaraty foi cedido para o Ministério das Relações Exteriores. Quando Rio Branco assumiu o ministério, em 1902, pouco tempo havia passado desde que o edifício se convertera na sede da chancelaria brasileira. A força simbólica do palácio e da época de Rio Branco foi

tamanha que a designação Itamaraty passou a identificar, por metonímia, a diplomacia brasileira e acompanhou a sede por ocasião da transferência para a Brasília.³

A título de exemplo dos investimentos simbólicos na decoração das dependências do ministério, merece registro que, em 1906, ano da III Conferência Internacional Americana, realizada no Palácio Monroe, Rio Branco encomendou a Rodolfo Amoedo (1857-1941) a pintura da galeria que dá acesso às salas e aos salões do andar superior do Itamaraty. Embora com perda em mais de uma parede, ainda hoje se podem observar os grotescos monocromáticos com doze alegorias femininas que sustentam cartelas com as treze datas nacionais pintadas por Amoedo, datas certamente escolhidas por Rio Branco. A cronologia concebida pelo ministro estabelece um nexo histórico entre a arribada da frota de Pedro Álvares Cabral (1467/8-1520), em 1500, e a Proclamação da República, em 1889, e, dessa forma, valoriza a continuidade das instituições estatais, com ênfase nas dimensões política e militar, omitindo revoltas e contestações à ordem estabelecida com o objetivo de atribuir estabilidade e, portanto, credibilidade ao estado brasileiro.⁴

Essa primeira experiência de Amoedo com pinturas decorativas em prédios públicos, na qual atendeu à demanda do comitente pela inclusão de marcos cronológicos do processo de formação do estado nacional, resultou de uma encomenda contemporânea da exposição com pinturas de história concebida por Rio Branco para a chancelaria. Os painéis de Amoedo no Itamaraty e a coleção de pinturas de história objeto deste estudo constituem, portanto, exemplos da utilização política de expressões artísticas.

2. Uma narrativa visual da História do Brasil no Itamaraty

No Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), em meio aos maços e pastas nos quais se guardam a documentação particular de Rio Branco – inclusive a rica coleção de sua correspondência passiva e uma volumosa coleção de recortes de jornais e de charges –, encontra-se uma folha manuscrita avulsa, sem data, contendo uma relação das quatro pinturas de história mencionadas acima, escrita com a inconfundível caligrafia do barão.⁵ Podem-se ler nesse documento os títulos atribuídos às obras, a identificação dos pintores e as respectivas datas de confecção – dados que corresponderiam às legendas das pinturas. O conteúdo de cada legenda aparece dentro de retângulos com semicírculos nas laterais, forma que parece ter sido pensada como modelo para plaquetas de identificação.

A partir desse documento pode-se inferir a intenção de Rio Branco de transmitir aos visitantes do Palácio Itamaraty uma determinada ideia da História do Brasil, o que corresponderia a um ensaio de curadoria artística. Da mesma forma como procedeu com as datas históricas escolhidas para figurar na pintura decorativa encomendada a Rodolfo Amoedo, o ministro procurava passar uma ideia sobre o Estado brasileiro baseada na História; neste caso, utilizava pinturas de história, que adquirira ou encontrara na chancelaria, para assinalar o que considerava momentos-chave na evolução da nação. Embora o uso da noção de “curadoria” aplicada ao início do século XX possa ser considerado um anacronismo, a aquisição, seleção e distribuição das obras num espaço expositivo foram tarefas que o ministro realizou, tal como um “curador” dos dias de hoje faria para “montar” uma exposição de arte.

Desenvolve-se, a seguir, uma breve análise das quatro pinturas que compunham essa narrativa visual da História do Brasil concebida por Rio Branco, privilegiando-se, de um lado, a descrição iconológica das obras e, de outro, a contextualização das condições em que foram produzidas.

2.1. *Os descobridores*, de Belmiro de Almeida: uma visão crítica, irônica e otimista do Brasil

Na sequência cronológica dos fatos representados pelas pinturas de história selecionadas por Rio Branco, o primeiro acontecimento relaciona-se ao “descobrimento” e representa uma consequência direta da “semana de Vera Cruz” e da celebração da posse territorial oficializada por meio de cerimônias religiosas: a figuração dos dois degredados deixados em terra por Cabral. A pintura trabalha, portanto, com o tema do degredo como instrumento de colonização e conquista.

Sobre uma elevação do terreno, com paisagem litorânea ao fundo, duas figuras masculinas protagonizam a cena, juntamente com uma árvore. Uma das figuras, sentada no chão e recostada à árvore, está em estado de prostração; a postura e o olhar perdido revelam exaustão, perplexidade e desalento. A outra figura está de pé, a fitar o oceano ao longe; a pose e a direção do olhar para a vastidão do mar exprimem melancolia e desânimo. No plano de fundo, estende-se uma praia deserta, com vegetação costeira densa e trecho de litoral como montanhas cobertas por densa vegetação. Da praia para o interior, pode-se discernir um rio correndo paralelo ao mar.

A cena está cercada por moldura pintada sobre a tela com arabescos que formam volutas, entremeadas de folhas, influência possivelmente de origem pré-rafaelita.

Belmiro enfatizava, assim, a função decorativa da pintura e se apropriava de fórmulas compositivas próprias da tapeçaria. Na parte inferior da borda, em cartela pintada, aparecem o título do quadro e os seguintes versos em latim: “Multus que per annos errabantactifatis maria omniacircum”,⁶ do poema épico *Eneida*, de Virgílio (70-19 a.C.), que narra as peripécias de Eneias, herói troiano, sobrevivente da guerra de Tróia, cujos descendentes seriam os fundadores de Roma.

O dia parece nublado, não há representação do sol nem há sombra, prevalecendo uma luz difusa e uniforme. Uma atmosfera quente e úmida envolve os dois personagens num clima de desolação, reforçado pela paisagem deserta e pouco acolhedora. A amplitude da vista a cavaleiro e o agreste da paisagem conseguem transmitir tanto a imponência como a dimensão selvagem da natureza tropical.

Em *Os descobridores* não há exaltação da ação heroica: os protagonistas parecem derrotados e perdidos. Mas o título da obra os eleva à condição de “descobridores”. Para representar o mito de origem da nação, ao invés de retratar comandantes militares e chefes religiosos em trajés alinhados e pose garbosa, Belmiro preferiu retratar degredados, que eram, em geral, gente do povo. Se há monumentalidade, é aquela derivada da natureza tropical, não idílica, mas inóspita. No lugar da glorificação, há diluição e esvaziamento do heroísmo, explicitado pela inversão do papel do herói. Os versos de Virgílio pintados na borda decorativa da tela, porém, ao remeterem às desventuras do herói mítico Eneias e à fundação de Roma, sugerem que, a partir daquela situação desoladora, seria construída uma saga civilizatória que resultaria no surgimento de um grande país.

Mas, de onde inferir que aquelas duas figuras em andrajos seriam os degredados de Vera Cruz? O título da tela assim como as referências tanto na *Carta* de Pero Vaz de Caminha (c. 1450-1500) como na chamada *Relação do piloto anônimo*⁷ favorecem a interpretação de que os descobridores de Belmiro seriam os dois degredados que foram deixados na terra que acabava de ser “descoberta”. Indicação adicional para fortalecer essa hipótese reside no fato de que, na mesma época em que realizou *Os descobridores*, Belmiro esboçou um retrato de Afonso Ribeiro,⁸ um dos degredados referidos por Caminha – aliás, o único nomeado –, que foi exposto, em 1899, na então novíssima capital de Minas Gerais, conforme noticiado na imprensa mineira.⁹ Detalhe relevante mencionado pelo jornal consiste na referência à “decoração alegórica” que circunda a cena representada, com coroa real, esferas armilares e escudos com os nomes dos

comandantes dos navios da frota cabralina. Embora nem o esboço nem a obra final sejam conhecidos, pode-se conjecturar que o artista pensava esse retrato de Afonso Ribeiro como um *pendant* de *Os descobridores*, ambos trabalhando sobre o mesmo tema do degredo e utilizando o mesmo recurso da borda decorativa pintada na tela para enquadrar a cena.

Ao identificar os degredados de Cabral como descobridores, qual seria o sentido da história contada pelo pintor? Uma primeira linha interpretativa remete a uma postura pessimista quanto à natureza e ao futuro do Brasil e dos brasileiros, que poderia ser sintetizada na fórmula cética e fatalista: “um país colonizado por criminosos não poderia dar certo”. A ironia da pintura – expressa na aparente contradição entre o título e a cena representada – poderia corroborar essa interpretação.

Outra hipótese seria a de que os degredados, homens do povo, teriam sido os verdadeiros colonizadores da América portuguesa – e não a série de comandantes, capitães-generais, governadores e vice-reis cujos nomes ficaram inscritos na história da administração colonial. A inversão iconográfica operada pela figuração de dois seres desalentados a cumprir a pena do degredo, elevados, pela mediação do título da obra, à condição de heróis colonizadores, exprimiria também uma inversão historiográfica ao negar protagonismo aos heróis tradicionais da história factual. Sendo os degredados, em geral, homens comuns, haveria em *Os descobridores*, a valorização da multidão de anônimos que cruzou o mar oceano em busca de aventuras, riquezas e glórias ou simplesmente em busca de uma vida melhor. Essa interpretação “invertida” da história do Brasil suscita um questionamento variante da fórmula reproduzida acima: como poderia dar certo um país colonizado por degredados, ou seja, por criminosos?¹⁰

Escrevendo, em 1921, sobre a natureza “burguesa” ou “aristocrática” das elites brasileiras nas capitanias dos tempos coloniais, Manuel de Oliveira Lima desqualifica a interpretação que poderia ter servido de base historiográfica a Belmiro de Almeida para formular sua crítica à colonização como obra de criminosos:

A colonização brasileira levada a cabo por degredados é uma lenda já desfeita. Nem ser degredado equivalia então forçosamente a ser criminoso, no sentido das ideias modernas. Punia-se com a deportação delitos, não infamantes e até simples ofensas cometidas por gente boa. Os dois maiores poetas portugueses, Camões e Bocage, sofreram a pena do degredo na Índia, como Ovídio sofreu a do banimento do Ponto Euxino.¹¹

Independentemente da maior ou menor consistência das interpretações historiográficas sobre o papel dos degredados na colonização da América portuguesa, a

leitura *fin-de-siècle* de Belmiro – elaborada uma década após a Proclamação da República, década marcada por crises políticas e incerteza econômica, suficientes para desfazer ilusões de progresso – aponta num sentido crítico sob uma chave irônica: “descoberto e colonizado por degredados, isto é, criminosos, o Brasil deu no que deu”.¹²

Nem tudo, porém, é desalento. Os versos de Virgílio inscritos na tela trazem elementos que ajudam a explorar e tornar mais complexa essa vertente interpretativa. Além de converter degredados em descobridores, a chave irônica da solução de Belmiro continha, ainda, uma associação inusitada: a representação visual do mito de origem do Brasil vinculada ao mito de origem de Roma, aludido pela citação em latim, que, como uma legenda, cumpre a função de contextualizar a cena representada. A analogia do Brasil com Roma e seu império poderia parecer destituída de sentido, se não absurda. Ao elaborar sua versão crítica da história em tom de ironia, articulando pares aparentemente contraditórios (degredados-colonizadores e Brasil-Roma), o pintor expressaria enfim uma visão otimista sobre o Brasil. A analogia com o mito de Roma pode ser interpretada como uma perspectiva otimista quanto ao futuro da República, um futuro pleno de realizações e grandeza, como teria sido a trajetória de Roma.

Novas pesquisas são necessárias para determinar quando e como *Os descobridores* foi adquirido pelo MRE. Vale aqui o registro de duas pistas, ainda que frágeis, mas que podem constituir indícios. No número de fevereiro de 1899, a *Revista Moderna*, “magazine literário e artístico”, editada em português em Paris, publicou uma crítica sobre Belmiro de Almeida e sua obra, inclusive com uma reprodução de página inteira da pintura então inédita e ainda quatro reproduções de estudos preparatórios, datados do ano anterior. A matéria foi assinada por Domício da Gama (1862-1925), escritor que trabalhava como correspondente em Paris.¹³

Integrante do grupo fundador da Academia Brasileira de Letras, Domício da Gama frequentava na capital francesa um grupo de intelectuais brasileiros e portugueses, entre os quais despontavam Eça de Queiroz (1845-1900), Santana Nery (1848-1901), Eduardo Prado (1860-1901) e o barão do Rio Branco. Ao longo da década de 1890, Domício tornara-se colaborador de Rio Branco, a quem acompanhou a Washington (1893-1895) e a Berna (1899-1900), quando o historiador/diplomata fora designado para defender os direitos do Brasil nas disputas territoriais com a Argentina e com a França, submetidas, respectivamente, ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos e do presidente do Conselho Federal suíço. O sucesso de Rio Branco nas duas

questões de fronteira contribuiu para sua indicação, em 1902, para chefiar o MRE. Domício da Gama foi convocado para fazer parte do gabinete do chanceler. Seria plausível supor que o assessor do ministro tenha lhe sugerido a aquisição de *Os descobridores*, obra sobre a qual escrevera em 1899. Por ora, contudo, não foram encontradas evidências de que Rio Branco tivesse ordenado a aquisição do trabalho de Belmiro de Almeida.

A outra pista consiste na carta do artista para o ministro, datada de 17 de abril de 1903, a única correspondência entre os dois preservada no Arquivo Histórico do Itamaraty,¹⁴ na qual Belmiro parabeniza Rio Branco por seu natalício, 20 de abril, e comunica sua próxima partida para a Europa. Apesar de dirigir-se ao barão com deferência, tratando-o por “vossa excelência”, e encômios, como “da Pátria brasileira (...) glorioso filho”, o fecho revela alguma intimidade de Belmiro com Rio Branco: “seu, muito seu”, pode traduzir, além de afeição, agradecimento. A hipótese que se insinua, portanto, é a de que Belmiro seria grato a Rio Branco pela aquisição da obra, que poderia ter sido decidida entre a posse do ministro, em dezembro de 1902, e a data da missiva.

Assim, a narrativa visual da História do Brasil proposta no manuscrito de Rio Branco se inicia com uma visão ao mesmo tempo crítica, irônica e otimista sobre a origem e o futuro da nação, cujos primórdios foram marcados pelo drama de anti-heróis exauridos pelo destino, porém colonizadores e, nessa condição, portadores de civilização. A inclusão da tela de Belmiro na narrativa cumpre a função de representar um mito de origem da nação e, ao mesmo tempo, serve como indicação de uma alegada antiguidade do estado brasileiro, pois remete sua origem à “era dos descobrimentos”.

2.2. Grito do Ypiranga, de Pedro Américo: o regente como herói funda uma nova soberania

Na sequência da narrativa feita de imagens, o acontecimento seguinte seria o ato simbólico de nascimento do Estado brasileiro independente: a proclamação da independência pelo príncipe herdeiro dos Bragança às margens do riacho Ypiranga. Uma versão reduzida do *Grito do Ypiranga* foi produzida por Pedro Américo e pertence ao MRE, que lhe atribui 1886 como data de confecção,¹⁵ enquanto a versão definitiva, em grandes dimensões, realizada por encomenda para o Museu Paulista, foi concluída em 1888. Aparte as dimensões e pequenos detalhes, as composições são praticamente idênticas. Também conhecida como *Proclamação da Independência do Brasil* ou

Independência ou morte!,¹⁶ essas telas contêm a imagem mais difundida do fato histórico que representam. De tão divulgada, a imagem de *Independência ou morte!* enraizou-se no imaginário social como a versão mais “verdadeira” ou mais próxima da realidade histórica, “como se o passado pudesse ser recuperado tal como foi”.¹⁷ Apesar de realizada em ponto menor, a versão do Itamaraty não tem as características de um esboço, parece obra acabada.

Na representação de Pedro Américo do episódio do Ypiranga, não há dúvida quanto ao sentido afirmativo da condição do herdeiro bragantino, valorizado na composição como herói instituidor da soberania nacional.¹⁸ Em posição retórica, braço direito alçado com a espada em punho, montaria rija, a figura equestre de Pedro (1798-1834) condiciona toda a composição. De um lado, a elipse traçada pelo caminho de terra até o séquito civil, com o caipira do primeiro plano e seu carro-de-boi em paralelo, junto à lateral esquerda da tela; de outro, a elipse formada pela Guarda de Honra. Ambas as curvas conduzem o olhar para o herói, quase no centro da tela. Há um contraste entre a imobilidade solene de Pedro I e a agitação dos militares em veemente demonstração de fidelidade ao príncipe.

No *Grito do Ypiranga* o povo aparece representado pelo caipira que conduz o carro-de-boi e volta-se para o futuro imperador sem alcançar o significado do acontecimento. O ato fundador do novo Estado independente é atribuído ao herói que rompeu a unidade do Reino Unido, formalizando a autonomia política e a soberania da antiga colônia. Por um lado, a contradição entre estado dinástico e estado-nação – dilema que o império não superou, nem após a Guerra do Paraguai, nem após o fim da escravidão –, contradição manifesta, entre outras expressões, pela ausência de participação popular no rompimento com a antiga metrópole, parece referida pelo artista por meio daquele caboclo caipira, uma prefiguração do povo que assistiria “bestializado” a Proclamação da República. Por outro lado, a figura de Pedro I, o “defensor perpétuo do Brasil”, pretenderia preencher com alguma heroicidade, então faltante, o imaginário do império em crise terminal de legitimidade.

A representação visual do acontecimento, protagonizado por uma individualidade notável, expressaria a adesão do pintor a uma teoria da história segundo a qual os grandes agentes do processo histórico seriam os heróis nacionais, aqueles que protagonizam os “fatos históricos”, acontecimentos merecedores de registro pela historiografia e pela arte. Essa valorização do acontecimento e da ação individual para a

explicação da história caracterizou uma historiografia factual, que teve, entre os historiadores do século XIX, um cultor no barão do Rio Branco, que teria encontrado na chancelaria, quando assumiu o MRE, a versão reduzida do *Grito do Ypiranga*.

Para obter a encomenda da qual resultou a obra, o artista demonstrou o mesmo agudo senso de oportunidade que o levou a negociar e vender para órgãos públicos suas composições sobre a Guerra do Paraguai, como *Batalha de Campo Grande*, de 1871, e *Batalha do Avaí*, de 1877. Aproveitando a construção do monumento do Ypiranga, em dezembro de 1885, Pedro Américo viajou a São Paulo para oferecer à comissão encarregada do monumento a produção de uma pintura histórica comemorativa da proclamação da Independência. Pode-se especular que o artista tivesse sido incentivado a dar esse passo por amigos com influência política na corte.

A primeira reação foi negativa: o presidente da Comissão do Monumento, Joaquim Inácio de Ramalho (1809-1902), alegou como dificuldades para a aceitação do oferecimento a ausência de um projeto definitivo do edifício e a insuficiência de fundos para a construção. Pedro Américo não se deu por vencido e insistiu com Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (1837-1918), deputado por São Paulo, para que o recomendasse e o ajudasse a convencer os membros da Comissão. Ao mesmo tempo, a proposta de Pedro Américo e a negativa da Comissão, reforçada pela atitude inamistosa do arquiteto e engenheiro responsável pelo edifício, TommasoGaudenzio Bezzi (1844-1915),¹⁹ geraram polêmica e mereceram editoriais favoráveis ao artista na imprensa paulistana. A controvérsia inseria-se na disputa política local entre liberais, conservadores e republicanos em torno da própria construção do monumento.

Seja pela repercussão do caso na imprensa, seja pela intervenção de Homem de Melo, a comissão reviu sua decisão e, em 14 de janeiro de 1886, assinou contrato com o artista, que se comprometia a entregar, pela quantia de 30 contos de réis, no prazo de três anos, quadro comemorativo do Sete de Setembro, ficando responsável pelo fornecimento do material, moldura e colocação. No ato de assinatura, o artista recebeu o adiantamento de seis contos. Acertada a encomenda, Pedro Américo retornou à Florença, onde vivia, e trabalhou na tela durante dois anos. Assim como se passara com *Batalha do Avaí*, onze anos antes, Pedro Américo logrou fazer da primeira exibição da obra um acontecimento social. Na Academia Real das Belas Artes de Florença, em abril de 1888, o quadro foi inaugurado na presença de Pedro II, da rainha Vitória, da

Inglaterra, e da rainha da Sérvia, entre outros membros da aristocracia europeia, da monarquia italiana e representantes políticos locais.²⁰

Para aquela ocasião, o artista fez publicar um opúsculo de divulgação da obra – *O brado do Ipiranga ou a Proclamação da Independência do Brasil: algumas palavras acerca do fato histórico e do quadro que o comemora*—que é, ao mesmo tempo, uma síntese histórica, uma memória descritiva e uma justificativa sobre suas escolhas, contendo, ainda, observações teóricas sobre o ofício e a missão do pintor de história, que é assimilado ao historiador. Segundo Pedro Américo, para dar conta da reconstituição mental das particularidades de um acontecimento do passado, “revestida das aparências materiais do real”,

Um quadro de história deve, como síntese, ser baseado na verdade e reproduzir as faces essenciais do fato, e, como análise, em um grande número de raciocínios derivados, a um tempo, da ponderação das circunstâncias verossímeis e prováveis e do conhecimento das leis e das convenções da arte.

A realidade *inspira*, e não *escraviza* o pintor. Inspira-o naquilo que ela encerra digno de ser oferecido à contemplação pública, mas não o escraviza o quanto encobre, contrário aos desígnios da arte, os quais muitas vezes coincidem com os desígnios da história.

E se o historiador afasta dos seus quadros todos os incidentes perturbadores das suas lições e da magnitude dos seus fins, com muito mais razão o faz o artista, que procede dominado pela ideia da impressão estética que deverá produzir no espectador a sua obra.²¹

O artista afirma que cabe ao pintor de história realizar minuciosa pesquisa e ter a honestidade de não desfigurar o fato que representa: “restaurar com a linguagem da arte um acontecimento que ele não presenciou, e todos desejam contemplar revestido dos esplendores da imortalidade”.²² Baseado em pesquisa histórica, em depoimentos orais de testemunhos oculares e em cronistas (que não nomeia), Pedro Américo justifica as opções que fora levado a fazer sobre diferentes aspectos do quadro, como a aparência do regente, a representação do seu cavalo, o uniforme da Guarda de Honra, a quantidade de civis que integravam o séquito e sobre “o porte especial dos homens daquele tempo”. Além disso, o pintor menciona os estudos que realizou para a definição da farda do príncipe e de sua fisionomia, sobre as raças equinas do Brasil, a atmosfera e a luminosidade do local, as cores do laço português desfeito pelos militares ao comando de Pedro, os trajes burgueses e a deformação da topografia para que o riacho do Ypiranga pudesse ser representado.

Como registro visual da história, a pintura histórica é percebida como um documento cujo objetivo é perenizar em imagem o fato histórico e, dessa forma,

oferecer a possibilidade de sua permanente lembrança. O pintor de história opera como um historiador, selecionando fontes e referências, eliminando o que possa obscurecer o entendimento claro do significado do evento, ou melhor, do significado que se atribui ao evento. A narrativa visual contém, ao mesmo tempo, o resumo e a interpretação do fato, a síntese e a análise. Uma pesquisa histórica e arqueológica em fontes diversas e a observação das convenções da arte são os métodos que permitiriam ao pintor de história a reprodução visual que se considerava fidedigna do nascimento do Estado imperial brasileiro e garantiriam a verossimilhança da obra.

O pintor entregou a pintura em 14 de julho de 1888, dentro do prazo estipulado. Embora o palácio-monumento estivesse concluído desde 1890, sua inauguração como Museu Paulista somente ocorreu em 7 de setembro de 1895, com o *Grito do Ypiranga* exibido no Salão de Honra.

Em 1889, a Comissão Brasileira para a Exposição Universal de Paris não foi atendida no seu pleito de levar a tela para a capital francesa, apesar da discreta manifestação favorável do artista ao presidente da comissão por carta de 30 de agosto de 1888.²³ Em 1893, no entanto, o painel foi exibido no pavilhão brasileiro da Exposição Universal Colombiana de Chicago.²⁴

Até o momento, as pesquisas não puderam indicar nem quando nem como a versão menor passou a integrar o acervo do MRE. É possível que a obra integrasse a coleção da Presidência da República e que tenha permanecido no Itamaraty por ocasião da transferência da sede para o Catete, em 1897.

Na narrativa pictórica de Rio Branco, após a representação de um mito de origem da nação, de caráter anti-heroico, *Grito do Ypiranga*, de Pedro Américo, ocupa o lugar de um mito de origem do Estado. Nesse sentido, significa a “conquista” da soberania, proclamada por uma individualidade heroica que, ao mesmo tempo, garantia a continuidade do governo dinástico da casa de Bragança sobre a antiga colônia portuguesa na América.

2.3. Paz e Concórdia, de Pedro Américo: alegoria do ingresso da república na civilização

Após o “descobrimento” e a independência política, o evento que se segue na narrativa visual da História do Brasil concebida por Rio Branco é o advento da república, representado por uma pintura alegórica, subgênero vinculado ao gênero mais amplo da pintura de história. Utilizando a expressão latina *pax et concordia* como título,

Pedro Américo realizou sua última grande obra e, mais uma vez, foi bem sucedido em vendê-la para um órgão público. A expressão possui uma vocação universal, uma vez que poderia ser aplicada como divisa por qualquer governo de qualquer época, pois evoca o desejo de paz com os vizinhos e a harmonia e o entendimento internos.

Em esplanada escalonada em frente à imponente arquitetura neoclássica de um templo, cujo pórtico ostenta as palavras “PAX” e “CONCORDIA”, a personificação feminina da república brasileira, descendo escalinata, é recebida por um cortejo de personificações das principais nações do mundo. Sobre a cena principal flutuam dois cortejos celestes: acima da alegoria da república brasileira, um grupo alegórico cercado de anjos representa a fé cristã e traz vários símbolos associados ao Cristianismo, como a cruz, a lâmpada, o cálice, a harpa e uma guirlanda de folhas de carvalho; acima das alegorias das nações, outro grupo alegórico representa a Civilização, as Ciências e as Artes, que portam emblemas como um livro, tochas acesas, uma lira, um raio, coroa de folhas de carvalho e a miniatura de uma locomotiva.

Atrás da cena principal, um coro de vestais entoia um cântico. No primeiro plano, entre folhas de louro, guirlandas e anjos, um friso de alegorias: a História, a Poesia, a Pintura, a Arquitetura e, abatido por flecha nas costas, estirado no chão, um demônio com sua espada quebrada, que pode representar a Guerra, a Discórdia ou ainda a Escravidão. A personificação da História, na extremidade esquerda da tela, tem às mãos seu livro sobre o qual aparece escrita a data de 1900, única alusão a fato contemporâneo: trata-se de referência ao laudo de Berna, pelo qual o árbitro suíço reconheceu como brasileiro o território contencioso na fronteira do Amapá com a Guiana francesa. À direita da escalinata, guardada por duas quimeras, grupo de três homens representa o povo, que saúda a alegoria da República; entre eles, distingue-se o barão do Rio Branco, com toga de magistrado, braço direito estendido na direção da homenageada, grã-cruz da ordem de Cristo no peito e o livro da Lei junto ao coração, expressando o apego ao Direito. Em frente ao pórtico que dá acesso ao templo, duas estátuas representam Cabral e Cristóvão Colombo (1451-1506). No interior do pórtico, reprodução da tela *Grito do Ypiranga*, uma autocitação do próprio artista.

Um possível significado da alegoria poderia ser assim resumido: a nação brasileira, identificada ao Estado na qualidade de República, ingressa na Civilização ou é recebida pelas nações civilizadas, sob a égide do Cristianismo, e assimila, como referências civilizacionais, não somente o passado imperial e a herança colonial

portuguesa, mas também a herança da Antiguidade clássica, matriz da cultura ocidental. A alegoria da República brasileira apresenta-se com atributos híbridos, pois, apesar de envergar o barrete frígio – que simboliza a conquista da liberdade e a república –, veste uma peça própria dos trajes majestáticos: um manto muito assemelhado ao manto imperial. Além dessa referência explícita ao império, o passado monárquico é reverenciado pela reprodução, no interior do pórtico, da tela do Ypiranga. Na narrativa de Rio Branco, *Paz e Concórdia*, uma alegoria/exaltação da República, representaria, enfim, a continuidade institucional de um Brasil civilizado, amante do Direito e pacifista.

O Museu de Arte de São Paulo (MASP) possui um estudo da obra em pequenas dimensões, datado de 1895.²⁵ Uma fotografia da obra inacabada, sob o título *Civilização*, foi reproduzida na biografia do artista escrita em 1898 por José Manoel Cardoso de Oliveira (1865-1962), seu genro.²⁶ A mesma fotografia aparece na edição de abril de 1899 da *Revista Moderna*, em matéria que divulga a biografia escrita por Cardoso de Oliveira. Uma versão finalizada da pintura, com data de 1898 no canto inferior direito, foi reproduzida na página central do semanário portenho *Caras y Caretas*, edição de 7 de outubro de 1900, integrando dossiê dedicado à visita do presidente Campos Salles (1841-1913) à capital argentina, primeira viagem ao exterior de um presidente do Brasil. Nota-se que essa vinculação não oficial da obra à política externa brasileira precede a gestão de Rio Branco à frente do MRE e sua aquisição pelo ministério.

Acredita-se que essa última foi a versão da pintura submetida, sem sucesso, ao salão de Belas Artes, organizado durante a Exposição Universal de Paris de 1900, sob o título *Pax et Concordia*, e apresentada como uma alegoria da República Francesa.²⁷ Com adaptações que visavam conferir ao trabalho um conteúdo nacional brasileiro, a obra foi vendida para o MRE, em 1903, com a intermediação do biógrafo e genro do artista, e de outros funcionários do ministério.²⁸ As modificações pontuais incluíram, entre outras, a figuração de Rio Branco, a inclusão da bandeira nacional, a reprodução do *Grito do Ypiranga* no interior do pórtico, a identificação das estátuas de Cabral e Colombo, a indumentária alusiva à bandeira dos Estados Unidos na personificação que lidera o cortejo de alegorias das nações civilizadas. Não se sabe se a ideia de representar Rio Branco na tela foi do artista, se foi sugerida pelo genro ou se atendeu à solicitação do próprio ministro.

A instalação do painel no Itamaraty contou com a mão de obra especializada de Aurélio de Figueiredo (1856-1916), irmão e ex-aluno do artista, que se correspondeu com Rio Branco para definir em que sala da chancelaria a obra ficaria exposta²⁹. Graças à fotografia reproduzida no livro para-oficial da jornalista estadunidense Marie-Robinson Wright, *The new Brazil*, sabe-se que *Paz e Concórdia* foi pendurada, pelo menos num primeiro momento, no salão de honra do Palácio Itamaraty.

A exibição da obra na sede da chancelaria significou sua inserção no discurso diplomático como alegoria do ingresso do Brasil na civilização e como representação de seu respeito pelo Direito. Essa apropriação de *Paz e Concórdia* como peça decorativa e, ao mesmo tempo, como elemento constitutivo do discurso diplomático conheceu, em 1909, uma demonstração inequívoca, quando sua imagem foi veiculada na imprensa por ocasião da assinatura do Tratado Retificador da fronteira do Brasil com o Uruguai.³⁰ Na fotografia, a tela serve de fundo para retrato coletivo, onde aparecem Rio Branco, assessores, jornalistas e uma delegação uruguaia, que fora ao Rio de Janeiro para assinar o tratado. Rio Branco tivera a iniciativa de propor o acordo (embora já existisse uma antiga demanda uruguaia) como forma de corrigir uma injustiça cometida por ocasião das negociações de limites de 1851. Pelo tratado de 1909 ficava estabelecido o condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão. Era uma demonstração concreta do caráter não agressivo e não expansionista da política externa de Rio Branco. O ministro, homenageado na tela, não perdeu a oportunidade de se deixar fotografar como anfitrião junto aos convidados estrangeiros.

A fronteira com o Uruguai já estava juridicamente estabelecida e reconhecida desde 1851; o Tratado Retificador, como revisão do acordado, inseria-se na política territorial de Rio Branco de definir os limites do Brasil por meio de negociações. Para apreender seu significado político, deve-se contextualizar o tratado na conjuntura de crise na relação com a Argentina, decorrente do chamado caso do telegrama nº 9, uma deturpação da correspondência diplomática brasileira, forjada naquele país, que visava criar animosidades contra o Brasil. Com o tratado de 1909, o Brasil afirmava sua índole pacífica e conciliadora e o ministro “saía na foto” duas vezes: como anfitrião justo e generoso, amante do Direito, pois reparava uma injustiça histórica e, representado na tela, como notável coadjuvante do ingresso do Brasil na “civilização”.

Quanto à fotografia, merece registro que *Paz e Concórdia* está colocada em outra sala que já não é o salão de honra do Palácio Itamaraty. Na fotografia de *O Filhote*

da *Careta*, a tela parece instalada no gabinete de trabalho do ministro, atual sala Rio Branco do MHD.

É possível que a ideia original do artista fosse a representação de uma alegoria da república brasileira, conforme o estudo do MASP, de 1895, embora também nessa versão as referências à identidade nacional brasileira não sejam de fácil percepção. As mudanças de título e de detalhes da composição permitem atribuir a *Paz e Concórdia* o caráter de alegoria coringa, que se prestaria a representar qualquer estado-nação da cristandade ocidental, em consonância com a universalidade do título. Por essa característica, foi possível ao artista tentar expor a tela na Exposição Universal de 1900 em Paris como uma alegoria da França e, poucos anos depois, vender a obra para a chancelaria brasileira.

2.4. *Visita do presidente Roca ao presidente Campos Salles, de Beniamino Parlagreco: a aproximação Brasil-Argentina*

A narrativa visual da História do Brasil proposta por Rio Branco iniciava-se com a representação anti-heroica do “descobrimento” de 1500, por Belmiro de Almeida, protagonizada por degredados convertidos em colonizadores. Seguiu com a representação heroica da “conquista” da soberania, em 1822, proclamada pelo herdeiro dinástico da antiga metrópole, segundo a idealização de Pedro Américo. Na ordem cronológica seguia-se a glorificação da República com a representação alegórica do acolhimento do Brasil pelo conjunto das nações civilizadas, composição também de Pedro Américo. Para encerrar a série, o ministro selecionou uma pintura de história que reconstituiu um fato contemporâneo: a tela de Beniamino Parlagreco, de 1900, *Visita do presidente Roca ao presidente Campos Salles*, conforme o título que o Barão lhe atribuiu.

A pintura registra o momento em que o presidente argentino Julio A. Roca (1843-1914) é recebido a bordo do *Riachuelo* pelo presidente brasileiro Campos Salles (1841-1913), por ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro, em agosto de 1899. Entre outras embarcações, estão representados, a galeota *D. João VI*, que conduziu o presidente argentino à nau capitânia da frota brasileira, o encouraçado *San Martin* e outra belonave argentina, e o próprio encouraçado *Riachuelo*, que ocupa o lado esquerdo da tela. Ao fundo, vê-se o Pão de Açúcar sob céu azul e a luz límpida de um dia ensolarado do inverno tropical.

Beniamino Parlagreco, nascido na Sicília, estudou pintura na academia de Nápoles. Já maduro, radicou-se no Rio de Janeiro em 1895. Participou das exposições gerais de belas artes de 1896 a 1902; em nenhuma delas apresentou pintura de história. Foi premiado com a medalha de ouro de terceira classe na Exposição Geral de 1896. Em sua obra predominam paisagens e cenas rurais, quase sempre telas de pequenas dimensões.³¹ É razoável supor que *Visita do presidente Roca* tenha sido fruto de encomenda; não se conhece outra pintura de história do artista.

Seguindo outra vertente da tradição da pintura histórica, diferentemente das demais telas descritas, alegórica ou que representam acontecimentos passados há décadas ou mesmo séculos, a tela de Parlagreco registra um acontecimento contemporâneo, considerado, por sua importância política, merecedor de ser fixado em tela para permanente lembrança: tratava-se da primeira visita de um chefe de Estado estrangeiro ao Rio de Janeiro, acontecimento que expressava a aproximação entre o Brasil e a Argentina, rivais históricos.

Neste sentido, a tela servia como um contraponto à *Paz e Concórdia*, onde não aparece nenhuma nação sul ou latino-americana no cortejo das nações que homenageiam a República do Brasil. Com efeito, entre as personificações das nações que acolhem a alegoria da república brasileira na tela de Pedro Américo, a única referência a países da América é aos Estados Unidos. Para contrabalançar esse desequilíbrio e trazer para a narrativa visual da chancelaria o eixo das relações simétricas da política exterior brasileira – isto é, o eixo das relações com países de peso internacional comparável ao brasileiro –, Rio Branco dispunha de um exemplo eloquente na pintura de Beniamino Parlagreco.³²

Ao longo do império, o Brasil enfrentou militarmente a Argentina em duas ocasiões. Entre 1825 e 1828, na Guerra da Cisplatina, da qual resultou a independência da República Oriental do Uruguai, mutuamente reconhecida pelo Brasil e pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, antecessora da República Argentina. Em 1851-1852, aliado com a província platense de Entre Rios e com a facção uruguiaia dos colorados, o Império do Brasil combateu e venceu o caudilho portenho Juan Manoel de Rosas (1793-1877), que governava Buenos Aires desde 1829. A tríplice aliança – Brasil, Argentina e Uruguai – contra o Paraguai de Solano Lopez (1826-1870) não evitou graves desentendimentos bilaterais após a vitória. A visita de Roca ao Brasil, em 1899, numa fase de estabilidade política e prosperidade econômica da Argentina, decorrentes, em

boa medida, da vantajosa inserção na economia mundial como exportadora de carne e lã, significava uma efetiva aproximação diplomática e sinalizava a superação de antigas prevenções e rivalidades.

Acredita-se que a tela de Parlagreco já estava na chancelaria quando Rio Branco assumiu o ministério. A obra pode ter sido um presente do governo argentino ou uma encomenda do governo brasileiro. Fotografia publicada no citado livro da jornalista Marie-Robinson Wright mostra a tela decorando uma sala de uso protocolar do Palácio Itamaraty. Era um fecho contemporâneo perfeito para um discurso diplomático pacifista e conciliador que a narrativa visual incorporava, reproduzia e ilustrava.

3. De olho no bicentenário: por uma narrativa visual crítica da História do Brasil

O arrolamento das quatro pinturas numa mesma folha de papel constitui indicação de que Rio Branco concebeu uma narrativa sobre a História do Brasil com as obras que estavam disponíveis no MRE e com aquelas cuja aquisição determinou. A ordem cronológica dos eventos representados indica uma trajetória que vai do “descobrimento”, passa pela independência política e chega aos tempos de Rio Branco, com a alegoria/exaltação da República e a representação da amizade entre o Brasil e a Argentina, superando uma rivalidade histórica.

A narrativa visual de Rio Branco oferece, portanto, uma síntese da história do Brasil. Constitui exemplo de apropriação da pintura de história para uso político por meio da sua integração ao discurso diplomático, pontuando valores que caracterizariam a História do Brasil e de sua política externa: a antiguidade, simbolizada pela origem nacional na “era dos descobrimentos”; a estabilidade institucional, simbolizada por um processo de independência protagonizado pelo herdeiro dinástico da antiga metrópole, que manteve a forma monárquica de governo e logrou preservar a integridade territorial da América portuguesa; o apego ao direito e aos valores da civilização ocidental simbolizados, respectivamente, pelas referências ao laudo de Berna e ao Cristianismo; e o pacifismo, representado pela aproximação diplomática com o antigo rival regional.

O início da longa decadência do gênero da pintura de história na Europa coincidiu com o advento do Realismo na pintura em meados do século XIX. Na passagem do século XIX para o XX, a emergência das vanguardas históricas e do Modernismo, tomado em sentido amplo, selaram o esgotamento do gênero. No Brasil, a pintura de história conviveu com a consagração do Modernismo e chegou até meados do século XX, graças a algumas encomendas oficiais e umas poucas empresariais. Na

segunda metade do século passado, porém, já não havia mais condições para que a pintura de história prosperasse. A proximidade do bicentenário da Independência, em 2022, e das comemorações oficiais oferece excelente oportunidade para se reconstituir, com espírito crítico, a narrativa da História do Brasil por meio de pinturas históricas concebida por Rio Branco no início do século XX e, até mesmo, para enriquecê-la com outras imagens disponíveis em várias coleções públicas.

Pinturas de história como discurso diplomático – imagens



Imagem 1: Belmiro de Almeida, *Os descobridores*, 1899, óleo sobre tela, 260 x 200 cm. Acervo: MHD/Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro.



Imagem 2: Belmiro de Almeida, *Estudo de figura para Os descobridores*, 1898, em *Revista Moderna*, Paris, ano III, nº 28, fevereiro de 1899, p. 14.



Imagem 3: Belmiro de Almeida, *Estudo de cabeça para Os Descobridores*, 1898, em *Revista Moderna*, Paris, ano III, nº 28, fevereiro de 1899, p. 16.



Imagem 4: Pedro Américo, *Grito do Ipiranga*, 1886, óleo sobre tela, 109 x 201 cm. Acervo: Palácio Itamaraty, Brasília.



Imagem 5: Pedro Américo, *Independência ou morte*, 1888, óleo sobre tela, 415 x 760 cm, MP/USP, São Paulo.



Imagem 6: Pedro Américo, *Paz e Concórdia*, 1902, 300 x 431 cm, óleo sobre tela, assinado e datado no canto inferior direito. Acervo: MHD/Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro.



Imagem 7: Pedro Américo, *Paz e Concórdia – estudo*, 1895, óleo sobre tela, 42 x 60 cm, assinado e datado no canto inferior direito. Acervo: MASP, São Paulo.



Imagem 8: Pedro Américo, *Paz e Concórdia*, 1898. Reprodução de imagem publicada em *Caras y Caretas*, Buenos Aires, 27 de outubro de 1900, ano III, nº 108, p. 32 (imagem copiada da Hemeroteca Digital Hispânica da Biblioteca Nacional de Espanha).



Imagem 9: Fotografia de *Paz e Concórdia*, de Pedro Américo, no Salão de Honra do Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, c. 1907, reproduzida em *The New Brazil*, de Marie-Robinson Wright, Filadélfia: George Barrie & sons, 1907. 2ª edição, p. 116.



Imagem 10: Fotografia do gabinete de trabalho do barão do Rio Branco no Palácio Itamaraty com a tela *Paz e Concórdia*, de Pedro Américo, no fundo, reproduzida em *O Filhote da Careta*, Rio de Janeiro, ano I, nº 9, edição de 11 de novembro de 1909, p. 5.



Imagem 11: Beniamino Parlagreco, *Visita do presidente Roca ao presidente Campos Salles*, 1900, óleo sobre tela, 115 x 200 cm.
Acervo: MHD/Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro.



Imagem 12: Fotografia, de c. 1907, de sala protocolar do Palácio Itamaraty com a tela de Beniamino Parlagreco, *Visita do presidente Roca ao presidente Campos Salles*, reproduzida em *The New Brazil*, de Marie-Robinson Wright, Filadélfia: George Barrie & sons, 1907, 2ª edição, p. 115.

Notas

¹ O *Grito do Ypiranga* foi transferido para Brasília no início da década de 1960, ainda antes da construção do Palácio Itamaraty. Decorou o gabinete do ministro das Relações Exteriores, então instalado no bloco do Ministério da Saúde, na Esplanada dos Ministérios.

² “Os dois eixos, o da desigualdade e o da relativa simetria, em torno dos quais se desdobraram as nossas relações internacionais, haviam tido momentos de articulação em que o segundo se subordinou ao primeiro. (...) a diplomacia imperial manteve separadas as duas dimensões da política externa brasileira (...). No momento oportuno, Rio Branco iria conceber um desígnio mais amplo a fim de unificar, em certa medida, ou de articular em complementaridade funcional esses dois eixos, nem sempre fáceis de harmonizar”. Cf. Rubens Ricupero, *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobrás, 2000, p. 35.

³ Para referências sobre o Palácio Itamaraty ver BARROSO, Gustavo. *História do Palácio Itamaraty*, Rio de Janeiro: MRE/MHD, 2ª ed., 1968; e CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Brasília, FUNAG, 2013, p. 190-197.

⁴ Sobre a pintura decorativa com a cronologia, as alegorias femininas e os grotescos pintados por Rodolfo Amoedo no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, ver CONDURU, Guilherme Frazão. “Cronologia e história oficial: a galeria Amoedo do Itamaraty”. *Estudos Históricos*, vol. 23, nº 46, jul.-dez. 2010, p. 281-300.

⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty, lata 880/maço 2/pasta 7, doravante referências seguirão o padrão AHI, 880/2/7.

⁶ “(...) e, impelidos pelos fados, andavam errantes, há longos anos, ao redor de todos os mares”, em VIRGÍLIO, *Eneida* (tradução, textos introdutórios e notas de Tassilo Orpheu Spalding). São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 19-20.

⁷ Cf. CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugalia, 1967 [1943]; e AMADO, Janaína & FIGUEIREDO, L. C. Figueiredo (orgs.). *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: UnB/São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, p. 131-141.

⁸ Sobre o degredado Afonso Ribeiro, ver o verbete correspondente de Ronaldo Vainfas em VAINFAS, R. (org.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 19-20.

⁹ Cf. *Minas Geraes, órgão oficial dos poderes do estado*, 10 de novembro de 1899, p. 2: “O esboço que representa Afonso Ribeiro no meio de uma vegetação opulenta cercado de gentílicos que se sentem maravilhados com os objetos que o mesmo lhes apresenta, foi justamente apreciado por todos quantos ontem estiveram no edifício do Senado”. O jornal informa ainda que Belmiro de Almeida extraiu o tema de trecho da carta de Pero Vaz de Caminha.

¹⁰ “Abandonados por Cabral na terra recém-descoberta, dois portugueses, condenados anônimos (sic), são os anti-heróis perdidos desse paraíso de refinada e desesperada crueldade, no qual todos os lugares-comuns aplicados aos trópicos parecem invertidos”. Cf. MIGLIACCIO, Luciano. “A recepção dos gêneros europeus na pintura brasileira, em Cavalcanti”. In: DAZZI, A. C. e VALLE, A. (orgs.). *Oitocentos: arte brasileira do Império à Primeira República*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ/DezenoveVinte, 2008, p. 26-31.

¹¹ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *O movimento da Independência: 1821-1822*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1989, p. 29.

¹² Parafrazeando Darcy Ribeiro, que intitulou um ensaio de cronologia geral da História do Brasil como *Aos trancos e barrancos – como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

¹³ Cf. GAMA, Domicio da. “Belmiro de Almeida”. *Revista Moderna – Ilustração Brasileira*. Paris: fevereiro de 1899, nº 28, ano III, p. 13-16.

¹⁴ Carta de Belmiro de Almeida para o barão do Rio Branco, do Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1903, AHI, 812/1/7, Arquivo particular do barão do Rio Branco, pasta Belmiro de Almeida.

¹⁵ Cf. MRE/Coordenação de Divulgação, *Palácio Itamaraty*, MRE, 2009, p. 64-65.

¹⁶ Não se pretende discutir a questão da atribuição de títulos às obras de arte. Pode-se dizer que, de uma maneira geral, o título atribuído pelo autor tende a prevalecer. Uma constatação que merece referência, porém, é a de que os proprietários ou guardiães de uma obra ou mesmo curadores de exposição e críticos de arte sentem-se, muitas vezes, à vontade para intitular-las como lhes pareça apropriado. No caso sob exame, o Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP-USP) intitula a obra *Independência ou morte!*, enquanto o MRE, que guarda a versão em ponto menor, a designa por *Grito do Ypiranga*. No opúsculo publicado pelo artista para a divulgação da obra (ver adiante), Pedro Américo a nomeava *Proclamação da Independência do Brasil* ou *O brado do Ypiranga*. Rio Branco, na folha manuscrita avulsa referida acima, a intitulou *Ypiranga: 7 de setembro de 1822*.

¹⁷ “(...) foi a criação de Pedro Américo, talvez por força de sua difusão sob diferentes formatos e nuances, a que mais profundamente enraizou-se no imaginário social, tornando-se parte integrante de nossas heranças culturais tanto quanto o episódio que procurou perpetuar”. Cf. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “Nos bastidores da cena: *O brado do Ipiranga*, apontamentos sobre a obra de Pedro Américo e a configuração da memória da Independência”. In: OLIVEIRA, C. H. S. & MATTOS, Claudia Valladão (orgs.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp/MP-USP, 1999, p. 64-65.

¹⁸ Cf. CHRISTO, Maraliz de C. V. *Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e Tiradentes esquarterado*. Tese de doutoramento apresentada no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP sob a orientação do prof. dr. Jorge Coli, 2005, p. 167.

¹⁹ Bezzi teria manifestado a Pedro II sua inconformidade com a iniciativa de Pedro Américo, de acordo com relato do artista em carta a Homem de Melo, *apud* OLIVEIRA, Op. cit., p. 70-71. Curiosamente, durante a gestão de Rio Branco, de quem era amigo íntimo, no MRE, Bezzi foi contratado para projetar e construir prédio anexo ao Palácio Itamaraty, em estilo neorrenascentista de inspiração italiana, ainda hoje de pé. Cf. CONDURU, Op. cit., p. 197-199.

²⁰ Sobre o debate na imprensa, a obtenção da encomenda e a realização da obra ver OLIVEIRA, Op. cit., p. 63-76.

²¹ Cf. AMÉRICO, Pedro. *O brado do Ipiranga ou a Proclamação da Independência do Brasil*, reproduzido em OLIVEIRA & MATTOS, 1999 [1888], Op. cit., p. 11-27; p. 19.

²² Idem, p. 27.

²³ Reprodução fac-similar da carta aparece em OLIVEIRA & MATTOS, Op. cit., p. 57-59. Cf. OLIVEIRA, Op. cit., p. 66-68.

²⁴ Após a reformulação da Academia Imperial, renomeada Escola Nacional de Belas Artes, as disputas em torno da direção do ensino artístico oficial se refletiam nas negociações sobre a definição dos artistas cujas obras seriam selecionadas para representar o Brasil nas feiras internacionais. Na Exposição Universal Colombiana de Chicago, em 1893, alguns artistas, como Rodolfo Bernardelli (1852-1831), Henrique Bernardelli (1858-1936), Modesto Brocos (1852-1936) e Pedro Weingartner (1853-1929), mais próximos de posições de poder, tiveram suas obras exibidas no palácio reservado para a exposição de belas artes, enquanto outro grupo teve seus trabalhos exibidos apenas no pavilhão do Brasil, de menor visibilidade; como os casos de Pedro Américo, Victor Meireles (1832-1902), Pedro Peres (1841-1923), Antônio Parreiras (1860-1937) e Aurélio de Figueiredo (1854-1916). Cf. CHRISTO, Op. cit., p. 151-154.

²⁵ *Paz e Concórdia - estudo*, de Pedro Américo, 1895, óleo sobre tela, 42 x 60 cm, assinado no canto inferior direito, MASP, São Paulo.

²⁶ Cf. OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Pedro Américo, sua vida e suas obras: biografia documentada do ilustre pintor e literato brasileiro*. Paris: Guillard, Aillaud & Cie., 1898. Fotomontagem reproduzida entre as páginas 192 e 193.

²⁷ Correspondências de Pedro Américo endereçadas ao responsável pela Direção de Belas Artes da Exposição Universal de 1900 conservadas no arquivo nacional da França. República Francesa, *Archives Nationales*, F/21/4066.

²⁸ AHI, 812/4/14.

²⁹ Cf. cartas de Aurélio de Figueiredo para o barão do Rio Branco, do Rio de Janeiro, em abril de 1904, AHI, 823/2/05, Arquivo particular do barão do Rio Branco, pasta Aurélio de Figueiredo.

³⁰ Cf. *O Filhote da Careta*, Rio de Janeiro, ano I, nº 9, edição de 11 de novembro de 1909, p. 5.

³¹ Cf. verbetes dedicados a Beniamino Parlagreco em PONTUAL, Roberto. *Dicionário das Artes Plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1969, p. 406; e LEITE, José Roberto Teixeira. *Dicionário Crítico da Pintura no Brasil*. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988, p. 386.

³² Cf. PREUSS, Ori. *Bridging the island: Brazilian's views of Spanish America and themselves (1865-1912)*. Madri: Iberoamericana, 2011.

Sentidos da formação em Museologia: o Curso de Introdução à Museologia de Maria Barreto, no Museu Nacional da Universidade do Brasil¹

Anna Paula da Silva^{**}

Recebido em: 29/10/2020

Aprovado em: 30/11/2020

Resumo

Este artigo aborda aspectos da formação em Museologia, a partir do levantamento de narrativas comuns sobre a formação em nível superior e de pesquisas sobre o protagonismo de profissionais da área. Para tanto, esta pesquisa tem como foco o protagonismo de Maria Barreto, conservadora formada pelo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN), nos anos de 1930, que atuou profissionalmente no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), ambos situados no Rio de Janeiro/RJ. Diante da atuação de Maria Barreto, este texto ressalta a sua gestão do Curso de Introdução à Museologia do Museu Nacional da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O curso ministrado por Barreto é apresentado nesta investigação como uma possibilidade de compreender a formação em Museologia de professoras e professores secundaristas, na década de 1950.

Palavras-chaves

Formação em Museologia; Curso de Introdução à Museologia; Maria Barreto; Museu Nacional.

Abstract

This essay addresses aspects of Museology training from common narratives on higher education as well as research on the role of professionals in the field. The essay presents the protagonism of Maria Barreto, she studied at the Curso de Museus of the Museu Histórico Nacional (MHN) in the 1930s, and she worked professionally at the Museu Nacional de Belas Artes (MNBA). Those museums are located in Rio de Janeiro. Maria Barreto's performance highlights her management of the Curso de Introdução à Museologia at the Museu Nacional of the Universidade do Brasil, now the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). The course is a possibility of understanding the training on Museology for secondary teachers in the 1950s.

Keywords

Museology Training; Curso de Introdução à Museologia; Maria Barreto; Museu Nacional (Brazil).

¹ Este texto foi produzido ao final da disciplina Tópicos Especiais em Organização da Informação 2: Museus e Patrimônio: Agências e Agentes, ministrada no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília pelas professoras doutoras Maria Margaret Lopes e Ana Lúcia de Abreu Gomes (primeiro semestre de 2019).

^{**} Professora do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Museologia e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade de Brasília (PPGVIS-UnB). E-mail: anna.silva@ufba.br.

As prerrogativas brasileiras de formação em Museologia na atualidade estão relacionadas aos cursos de graduação e de pós-graduação, efetivamente se fazendo valer da Lei nº 7.287/84, que regulamenta a profissão no Brasil. A lei apresenta quatro possibilidades de formação para o exercício privativo em Museologia: diplomados em licenciatura e bacharelado em Museologia no Brasil; mestres e doutores formados no Brasil; diplomados nos cursos mencionados acima no exterior, cujos diplomas sejam devidamente revalidados; e aqueles que, à época, comprovassem cinco anos de trabalhos desenvolvidos na área, para o registro no conselho e atuação como museólogos e museólogas. A experiência brasileira, diferentemente de outros países, tem o foco em cursos de formação na graduação,¹ tendo, há pouco mais de dez anos, oferta de cursos de pós-graduação em Museologia² – que, por sua vez, ainda não são requisitos primordiais em concursos da área, que costumam cobrar somente a formação na graduação em suas seleções.

As narrativas quanto à formação em Museologia sempre se voltam para o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN) como uma referência principal, uma remissiva aos sentidos genealógicos e às contingências da Museologia no Brasil. No entanto, para além de “essencializar” um marco histórico e institucional, é necessário constituir reflexões sobre as diferentes possibilidades de formação na área, a partir da trajetória de instituições e de seus agentes. Tendo isso em vista, a nossa proposta aqui é problematizar a conformação da área apenas em um sentido, ampliando a ideia de que a formação institucionalizada se dá por meio das práticas de profissionais, da criação dos museus, da produção científica, entre outras narrativas possíveis. Nesse sentido, encara-se as instituições museológicas como vetores – mas não os únicos – da produção do conhecimento e da formação (continuada) em Museologia.

A relação entre museu e Museologia é adensada em consonância com a produção científica em torno da formação de coleções, da criação de museus e da circulação de objetos, indivíduos e grupos sociais.³ Esse é um aspecto que dimensiona a importância de figuras como Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, idealizador do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional.⁴ Em primeiro lugar, por ter sido diretor da instituição durante um longo tempo, além de autor do livro *Introdução à técnica de museus* (1946) – guia para aspectos teórico-práticos do curso, cujo conteúdo abrange a trajetória nacional e internacional de Gustavo Barroso e a

dinâmica institucionalizada da Museologia. Em segundo lugar, por ter sido um dos professores do curso. O protagonismo do Museu Histórico Nacional (MHN), assim como o de Gustavo Barroso, devem constar na produção de sentidos sobre as genealogias da formação em Museologia, mas, em contrapartida, outros sentidos e outros aspectos também podem ser considerados no tocante à formação da (na) área.

Em termos formais, pode-se atribuir a profissionalização da área ao Curso de Museus, no Museu Histórico Nacional (MHN),⁵ que, em 1979, é deslocado para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde até hoje permanece como curso de graduação em Museologia.⁶ Segundo Luciana Ferreira da Costa,⁷ a década de 1970 foi fundamental para a transformação do curso, que neste período sofreu mudanças pontuais, tanto quanto aos conceitos, objetivos, matrizes curriculares, aumento de ingressantes, etc., como também na ampliação da relação espacial do museu para com o espaço universitário.

Simultaneamente, o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) é criado em 1969, já tendo o seu início no âmbito universitário, a partir da iniciativa do arqueólogo, historiador da arte e professor do Departamento de História da mencionada universidade, Valentin Rafael Simón Joaquín Calderón de La Vara – que foi, durante alguns anos, diretor do Museu de Arte Sacra da UFBA . Conforme aponta Heloísa Helena F.G. da Costa,⁸ Calderón e outros colegas que atuavam na Museologia enfrentaram uma série de problemas para a continuidade do curso, como o pedido de outros docentes para a retirada do curso do Departamento de História e até mesmo a tentativa de extingui-lo.

Outra importante protagonista na formação e produção científica da Museologia foi Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, professora e museóloga com experiência de mais de 45 anos de trabalho no Brasil e no exterior; e criadora e mentora do curso de pós-graduação em Museologia, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), em 1977 [1978?], inicialmente, em parceria com o Museu de Arte de São Paulo (MASP)⁹. Na justificativa de sua dissertação *Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*,¹⁰ Rússio afirma:

Entendido o museu, ele próprio, como um ASPECTO das organizações culturais, não pode ele ser examinado isoladamente, como um meteoro desprendido de uma galáxia desconhecida.... sem que se procure situá-lo dentro de uma paisagem cultural, social, ainda que numa visão esfumada e, até, imprecisa.

A autora compreendia a Museologia em uma perspectiva museal, ou seja, atribuía às reflexões teórico-práticas nas (das) instituições museológicas a elaboração da memória e a dinâmica social.¹¹ Nesse sentido, Rússio continuou os seus estudos na FESP e publicou trabalhos de análise de museus “(...) relacionando os dados que obtinha via administração pública, observações históricas, conhecimentos teóricos e técnicas, com vistas a apresentar críticas, recomendações e projetos de museus”.¹²

A trajetória de Rússio é assimilada de forma fragmentada na formação em Museologia,¹³ pois atribui-se à autora o conceito de “fato museal” – fato museológico –, mas pouco é revelado sobre o seu percurso como pesquisadora da área¹⁴ e professora do curso de pós-graduação em Museologia, onde atuou até a década de 1990, sendo que

Foi a partir deste lugar que a paulistana criou um ambiente de formulação teórica, reflexiva e prática da Museologia, enquanto área de conhecimento; uma posição fortalecida pela relação com alunos e orientandos e amplificada pelo contexto de adesão e divulgação de suas ideias.¹⁵

A partir desses sujeitos apresentados nesta pesquisa, podem ser construídos sentidos possíveis quanto à história da Museologia e sua institucionalização em diferentes espaços. A formação em Museologia confunde-se ou, dependendo da perspectiva, agrega-se à criação de museus e coleções no Brasil e, como já sinalizado, ao protagonismo de indivíduos e de grupos sociais.

Dentre os indivíduos possíveis de serem listados que conformam essa relação de produção de sentidos e a constituição de narrativas sobre a área, fora do eixo Rio-São Paulo, pode-se citar José Antonio do Prado Valladares, uma figura central por sua atuação como diretor do Museu do Estado da Bahia, o atual Museu de Arte da Bahia (MAB), no período de 1939 a 1959.

Além de sua atuação na direção do Museu do Estado da Bahia, Valladares publicou *Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos* (1946),¹⁶ resultado do intercâmbio realizado por ele em regiões do norte e do sul dos Estados Unidos, onde fez cursos de História da Arte e estágios em museus, a partir do usufruto de uma bolsa da Fundação Rockefeller. Segundo Suely Moraes Cerávolo e Daisy Conceição dos Santos,

(...) nesta obra relata os programas oferecidos nos museus norte-americanos, o tratamento dado às coleções, os tipos de exposições, o trabalho dos funcionários, o planejamento das etiquetas aos catálogos, e sublinha a importância da função educativa dos museus.¹⁷

Este aspecto da função educativa apresentado no texto de Valladares é anterior ao Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus, realizado em 1958.

O autor foi um articulador, quando diretor do MAB, e cronista de jornais da época, onde alertava para as problemáticas e as dificuldades de preservação dos patrimônios na Bahia. Foi também um produtor de sentidos em relação ao museu, e sua atuação antecede a criação do curso de graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia.¹⁸ Sua trajetória e sua produção intelectual são fundamentais para o entendimento da história dos museus, do patrimônio e da constituição da Museologia antes de sua institucionalização no âmbito universitário.

Valladares é um exemplo entre tantos outros que contribuíram e contribuem para a assimilação e o adensamento de discussões sobre a Museologia no Brasil. Nesse sentido, a pergunta movente é: quais são os sentidos imbricados – as narrativas criadas – a partir da produção intelectual desses agentes para o campo do conhecimento e a formação na Museologia?

A análise da trajetória de indivíduos, grupos sociais, formação de coleções, criação de museus e institucionalização da área fornecem um arcabouço crítico quanto à Museologia no Brasil. Ou seja, uma formulação de sentidos dessas narrativas criadas e transformadas sobre o campo do conhecimento, que a todo momento é inscrito como emergente, em expansão, em crescimento, atual. Reconhece-se que a Museologia, no Brasil, pode ter em suas origens outros tantos sentidos, até anteriores aos cursos de museus, como aponta Maria Margaret Lopes (1997), ao refletir sobre a produção científica brasileira ser atrelada a agentes e agências, como também se constituir a partir de circunstâncias pouco exploradas. Esse é o caso de Maria Barreto, conservadora de museu – museóloga – formada pelo Curso de Museus do MHN, organizadora e orientadora do Curso de Introdução à Museologia no Museu Nacional da Universidade do Brasil,¹⁹ direcionado para professoras e professores secundaristas.²⁰

Quem foi Maria Barreto?

Inicialmente, o protagonismo de Maria Barreto pode ser inferido a partir do conteúdo encontrado no Relatório Anual de 1957 (1958) e no Relatório Anual de 1959 (1960) do Museu Nacional (UFRJ). O diretor do museu à época, José Candido de Melo Carvalho, relata que ocorreu o Curso de Introdução à Museologia, sendo este “orientado pela professora Maria Barreto do Museu Nacional de Belas Artes”²¹ e, também, “organizado pela professora Maria Barreto do Museu Nacional de Belas Artes”²².

Em 1939, o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP) realiza o primeiro concurso para conservador de museus, classificando as ex-alunas do Curso [de Museus] do Museu Histórico Nacional, Elza Peixoto Ramos, Lygia Martins Costa, *Maria Barreto* [grifo nosso], Nair de Moraes Carvalho, Octávia Corrêa de Oliveira, Regina Liberalli, Regina Real e Yolanda Portugal, além dos ex-alunos Adolpho Dumans e Luiz Marques Poliano. É então implantada, no país, a carreira de conservador de museus, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, ocupada, desde aquele momento, majoritariamente por conservadoras.²³

Tanto neste excerto de Bruno Brulon, quanto no texto de Ivan Coelho de Sá,²⁴ Maria Barreto aparece como uma das ex-alunas formadas no curso do MHN selecionadas no concurso do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) para atuar na área como conservadora, como os demais citados nos textos. No texto de Sá (2015), há uma imagem (figura 1) em que Maria Barreto aparece, mas sem identificação. Apenas se sabe que a mulher que se encontra no centro da imagem, de chapéu escuro, é Lygia Martins Costa – em pé, atrás das cadeiras, sorrindo, entre dois homens e ao lado de duas mulheres. Esta imagem é emblemática, pois apresenta a comissão examinadora do DASP e os candidatos desse primeiro concurso.²⁵



Figura 1. Imagem da Comissão examinadora e candidatos do primeiro concurso para conservador de museus, em fevereiro de 1940.

Fonte: Foto: Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS (SÁ, 2015, p. 136).

Outro elemento encontrado sobre Maria Barreto é a sua produção textual nos anuários do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), entre os anos de 1940 e 1958. As temáticas envolviam exposições, obras e artistas presentes no acervo, eventos, entre outras coisas,²⁶ e o que podemos especular é que a conservadora de museu passou grande parte ou, até mesmo, toda a sua vida funcional na instituição citada. Barreto também esteve presente, como observadora, no Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus, em 1958.²⁷ Até o momento desta pesquisa, foram encontrados apenas esses elementos sobre a trajetória de Maria Barreto.²⁸

Curso de Introdução à Museologia, no Museu Nacional da Universidade do Brasil

No Relatório Anual de 1957,²⁹ está descrito que o Curso de Introdução à Museologia foi uma cooperação entre o Museu Nacional e a Divisão de Ensino Extra Curricular do Ministério da Educação, sob orientação de Maria Barreto, e foram ofertadas aulas de Biologia, Antropologia Cultural, Geologia e Paleontologia, Botânica, Mineralogia e Petrografia, Zoologia - Invertebrados, Zoologia - Vertebrados, Museologia Aplicada aos Museus de Ciências e Antropologia Física. O curso ocorreu nas terças-feiras, das 14h às 16h, entre os meses de agosto e outubro de 1957.

Já no Relatório Anual de 1959,³⁰ o curso é descrito em dois parágrafos, e a última parte relata que “foram proferidas quinze palestras durante o ano, versando sobre assuntos de Ciências Naturais, Antropologia e Museografia. Um total de dez alunos frequentou o curso até a sua conclusão”. Não foi encontrado o que era abordado exatamente nessas aulas de apenas duas horas, portanto, não há como especificar os detalhes desse curso; sabe-se, apenas, que a cada dia era ministrada uma disciplina diferente.



Visão parcial do auditório durante uma das aulas do Curso de Museologia

Figura 2. Imagem dos ouvintes do Curso de Introdução à Museologia do Museu Nacional.
Fonte: Relatório Anual do Museu Nacional de 1957 (1958).

A imagem (figura 2) impressa no relatório anual de 1957 nos informa, diante de uma sala cheia de participantes, acerca da receptividade do curso, mas é tratada como uma mera ilustração no relatório. Há um dado do Relatório Anual de 1959, trazido anteriormente, de que apenas dez alunos finalizaram o curso, ou seja, as informações descritas nos relatórios apresentam lacunas e, também, não detalham aspectos a respeito da duração dos cursos e se existiram diferentes edições nos anos de 1957 e 1959.

No *Anuário do Museu Nacional de Belas Artes* de 2009³¹ há uma lista indexada de textos dos anuários do período entre 1938 e 1958,³² onde está citado o texto de Maria Barreto sobre o Curso de Introdução à Museologia. O artigo foi encontrado no *Anuário do Museu Nacional de Belas Artes* de 1957³³.

O texto de Barreto possui quatro páginas e apresenta informações quanto ao objetivo, à organização do curso e ao perfil dos estudantes. Maria Barreto narra que, a convite³⁴ de José Salvador Julianelli, diretor da Divisão de Educação Extra Escolar do Ministério da Educação, criou o curso, cujo público era formado por professores e professoras secundaristas, devido a estes estarem próximos aos mostruários dos museus. O objetivo era estabelecer contato relacional entre as coleções dos museus e o conteúdo apresentado na sala de aula.

Uma experiência de dezenove anos de conservador do Museu Nacional de Belas Artes, deu-me a certeza de que fosse pela deficiência de meios de transporte, das grandes distâncias que medeiam entre o centro da cidade e certos bairros, ou fosse mesmo o pouco conhecimento de que alguns professores secundários possuem, do quanto os museus lhe podem auxiliar na objetivação das disciplinas ministradas em aula, dificulta num contato que deveria ser não diria contínuo mas garanto que deveria ser mais frequente.³⁵

No trecho destacado acima, Barreto reconhece as dificuldades de acesso às instituições, mas também ressalta a importância do contato frequente dos professores e estudantes com os museus. A proposta do Curso de Introdução à Museologia visava estreitar as relações entre professores, estudantes e museus, evocando o caráter educacional da instituição.

O curso ocorreu no Museu Nacional e no Salão Nobre da Escola Nacional de Belas Artes e contava com transporte para locomoção.³⁶ Barreto³⁷ informa que 212 pessoas se inscreveram, menciona os professores e algumas aulas ministradas por estes: Gustavo Barroso; Walter da Silva Curvello (palestra “O enigma dos tecidos”, no dia 11 de agosto de 1959);³⁸ Luiz Emigdio de Mello Filho (palestra “Sobre o gênero Heliconia”, no dia 24 de setembro de 1959);³⁹ Newton Dias dos Santos (aula de Biologia, no dia 13 de agosto de 1957);⁴⁰ Elmano de Azevedo Martins; Luiz Costa Faria; Myriam Chapôt-Prévost Gino (aula de Zoologia - Invertebrados, no dia 1 outubro de 1957);⁴¹ Tarcisio Torres Messias; Elza Ramos Peixoto; Regina Liberalli Laemmert; Maria Barreto; Antônio Pimentel; e João de Lyra Madeira. A conservadora não especifica a maioria das aulas e das palestras em seu texto, apenas registra os nomes dos professores e das professoras.

Barreto defende que as atividades extraclasse nos museus sejam integradas aos programas de ensino. Isto fica evidente quando apresenta o tema da avaliação escrita do curso: o valor educacional do museu para infância, o adolescente e o adulto. Maria Barreto⁴² usa dos pressupostos da “Museologia” da Unesco para defender o museu

como “a continuação da escola e o complemento universitário”, o que coloca em destaque os agenciamentos da Unesco no Brasil e suas abordagens assimiladas por profissionais do campo à época.

Há lacunas que impedem a compreensão total quanto ao que foi o Curso de Introdução à Museologia a partir dos três documentos citados, sendo necessária uma pesquisa mais profícua para cruzar os dados e buscar mais informações sobre Maria Barreto e seus contemporâneos. Por hora, a pretensão do texto foi estimular o exercício de estabelecer outros sentidos da Museologia brasileira, pois cursos como esse, formulados por uma conservadora de museus, estão atrelados à sua formação, ao seu protagonismo, à experiência na instituição em que atuou e à assimilação intercambial de narrativas nacionais e internacionais, que nos dão a ver outras possibilidades de compreensão da Museologia brasileira, bem como a constituição de outras narrativas sobre a história da área. Espera-se continuar a pesquisa sobre Maria Barreto e o Curso de Introdução à Museologia do Museu Nacional.

Algumas considerações sobre a ciência e a tradição: a Museologia emergente?

Todavia, ainda que a aceitação do termo indique a existência de uma Museologia no Brasil, podemos considerar a presença de várias correntes museológicas que tornam a nossa Museologia constantemente jovem porque ainda em vias de desabrochar por completo como uma só Museologia integrada e facilmente aceita no quadro epistêmico brasileiro. Se existe, com efeito, uma Museologia, ela está balizada pelas diversas questões e contextualizações próprias do Brasil e de cada uma das regiões em que se pensa e se faz a Museologia no território nacional, seguindo os parâmetros e as recomendações que foram cunhados inicialmente com base no curso do Rio de Janeiro. Hoje, esse é apenas um dos quinze cursos existentes nas mais variadas regiões do país.⁴³

A Museologia como um campo do conhecimento não é uníssona, pois apresenta diferentes teorias e práticas, como mencionado pelos autores acima sobre as diferentes correntes museológicas. É importante considerar que as diferentes correntes tornam a Museologia uma área emergente, atenta às transformações da sociedade e às alterações e atualizações realizadas por agentes e agências.

O caráter emergente da Museologia também está atrelado ao seu potencial de sentidos em camadas, uma vez que se pode verificar a presença de estudos e potenciais de outras áreas sobre a história dos museus, das coleções, das trajetórias dos indivíduos, dos grupos sociais e dos objetos. A história da Museologia está inscrita em arquivos e

acervos espalhados pelo Brasil, e, a cada momento, pode-se deparar com documentos que são parte de um todo, fragmentos da Museologia brasileira. Pode-se criar sentidos genealógicos a partir desse material, a exemplo das pesquisas realizadas sobre o Curso de Museus do MHN. Mas, há muito mais a ser escavado⁴⁴.

Em entrevista a Mariza Romero, Dominique Pestre⁴⁵ afirma que é preciso compreender as ciências como vozes e opiniões múltiplas e pensar em diferentes enquadramentos epistemológicos, afinal “nenhum conhecimento é ‘objetivo’ e absolutamente verdadeiro”. Pestre defende que a ciência moderna é de natureza prática e, portanto, precisa ser problematizada e (re)constituída. Desta forma, os pesquisadores e as pesquisadoras da Museologia podem estabelecer marcos, genealogias e compartilhar histórias, desde que compreendam que esses são sentidos possíveis e não absolutos, pois, conforme se investiga, mais imbricações surgem na produção de narrativas de – e sobre – a área.

Esses sentidos podem ser lidos como um conjunto de tradições, como algo que está em constante mudança, e não como uma pretensa conservação de um passado, mas como uma representação de um domínio de fatos e de uma transmissão proveniente de documentos escritos e abordagens orais selecionadas⁴⁶. Nesse sentido, a Museologia emergente acumula diferentes tradições a partir de suas genealogias, e as mudanças referentes a essas tradições agregam valor e apresentam as contingências da área no Brasil.

Notas

¹ Entre os anos de 2010-2012, em uma iniciação científica sob orientação da professora doutora Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares, foi realizado um estudo comparado dos cursos de Museologia do Brasil. Na pesquisa, percebemos que há relação entre a matriz curricular e a alocação dos cursos por áreas – departamentos, escolas, faculdades.

² É importante lembrar do curso de pós-graduação anterior aos cursos *stricto sensu* existentes na atualidade, o Curso de Especialização em Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), em vigência entre os anos de 1977[1978?]-1992, e o protagonismo de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, “mentora, diretora e professora do curso”, até o seu falecimento, em 1990. Ver GOUVEIA, Inês

Waldisa Rússio e a política no campo museológico. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/UNIRIO/Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Rio de Janeiro, 2018a, p. 24; e TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. “A trajetória do ensino da Museologia no país”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 2(3), 76, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v2i3.16688>. Acesso em: 25 nov 2020.

3 Isto pode ser observado no livro *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX* (1997), de Maria Margaret Lopes.

4 Em 1932, quando o curso foi institucionalizado, Gustavo Barroso não estava à frente da instituição. O diretor, à época, era Rodolfo Augusto Garcia Amorim. Gustavo Barroso volta a direção da instituição no ano de 1933 e permanece até 1959.

5 Segundo Ivan Coelho de Sá, o Curso de Museus teve um mandato universitário, em 1951, conferido pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ver SÁ, Ivan Coelho de. “Formação em Museologia no Brasil e conquistas democráticas: a politização dos alunos do Curso de Museus na transição das décadas de 1960 e 1970”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 8(16), 2019, p. 244. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v8i16.27323>. Acesso em: 25 nov 2020.

6 Segundo Luciana Ferreira da Costa, na gestão do diretor Léo Fonseca e Silva ocorreu uma tentativa de alteração de nomenclatura do curso, de “Departamento de Técnicas de Museus, de História do Brasil, de História da Arte e de Antropologia” para “Faculdade de Museologia”. No entanto, não foi possível a alteração, pois a compreensão da Câmara de Planejamento do Conselho Federal da Educação à época era que o curso estava em uma instituição da cultura e não em uma universidade. Embora o curso tivesse mandato universitário, foi apenas no final da década de 1970 que o curso subsistirá em uma universidade. Ver COSTA, Luciana Ferreira da. *Museologia no Brasil, século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias*. Tese de Doutorado. Évora: Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Ciência, Especialidade Museologia/Universidade de Évora, 2017, p. 59. A tese aborda a constituição da museologia no Brasil a partir de análise dos programas de pós-graduação em museologia e dos periódicos avaliados pelo qualis capes-qualis-periódicos. Neste sentido, é importante destacar o protagonismo da UFBA, na criação do curso de Museologia, em termos pedagógicos e de infraestrutura, sendo o primeiro curso de Museologia em âmbito universitário, no Brasil.

7 COSTA, Luciana Ferreira da. Op. cit., p. 59.

8 COSTA, Heloisa Helena F. G. da. “Formação em Museologia: o caso da Bahia”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 41. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2019, p. 239-253. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MHN&PagFis=15976&Pe_sq=Sobre%20patronos. Acesso em: 24 jun 2019, p. 24.

9 GOUVEIA, Inês. “Waldisa Rússio e a política museológica”. 10º Encontro Paulista de Museus. São Paulo: Memorial da América Latina, 20 jul. 2018b.

10 RÚSSIO, Waldisa Pinto. *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP)/Escola Pós Graduada em Ciências Sociais, 1977.

11 GOUVEIA, Inês. Op. cit, 2018a.

12 Idem.

13 Segundo Inês Gouveia, “os estudos sobre Waldisa Rússio também são recentes no campo. E, mesmo diante da importância que autores lhe atribuem (...) a dispersão original de seus textos pode ter limitado uma visão panorâmica do seu pensamento e atuação”. GOUVEIA, Op. cit., 2018a, p. 28)

14 A pesquisadora Inês Gouveia desenvolveu tese, “Waldisa Rússio e a política no campo museológico” (2018a), onde apresenta Rússio como agente ativa na constituição de políticas museológicas na década de 1980. Segundo Gouveia, nas décadas de 1970 e 1980, ela estava entre os poucos agentes que elaboravam reflexões críticas e trabalhos acadêmicos sobre a museologia.

15 Idem.

16 VALLADARES, José. *Museus para o povo: um estudo sobre museus americanos: Bahia: Publicações do Museu do Estado da Bahia*, no 6. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

17 CERAVOLO, Suely Mores; SANTOS, Daisy Conceição dos. “Apontamentos sobre José Antonio do Prado Valladares: ‘um homem de museu’”. *Cadernos do CEOM - Revista do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*, vol. 26, 2007. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2025> . Acesso em: 21 jun. 2019, p. 197.

18 Idem, 2007, p. 206-207. As autoras apresentam trechos de crônicas escritas por Valladares, em 1951, 1952 e 1955, onde ele se auto intitula homem de museu quanto a sua experiência em visitas e análises de museus, bem como se intitula conservador de museus.

19 O contato com essa informação ocorreu por meio do acesso aos relatórios do Museu Nacional localizados no acervo pessoal da professora Maria Margaret Lopes, que os havia mencionado em sala de aula sobre o curso, na disciplina Tópicos Especiais em Organização da Informação 2: Museus e Patrimônio: Agências e Agentes (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília), ministrada por ela e pela professora Ana Abreu.

20 Em algumas pesquisas sobre a formação em Museologia, nos deparamos com a produção de dissertações e teses, especificamente tratando da formação em nível de graduação e pós-graduação, tais como: a tese mencionada de Luciana Ferreira da Costa (2017); a dissertação, A formação em Museologia nas universidades brasileiras: reflexões sobre o ensino da gestão e do planejamento sob a ótica da Museologia, de Fiorela Bugatti Isolan (2017); a tese, Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1939 a 1985), de Priscilla Arigoni Coelho (2015); a dissertação, A trajetória do curso de museologia da Universidade Federal da Bahia (1969-2010), de Iraci Oliveira dos Santos; entre outras. Para além dessa formação em nível de graduação e pós-graduação, nos interessou pensar a formação em outros níveis, para outros públicos, como é o caso do curso coordenado e criado por Maria Barreto. Esta análise pode ser ancorada a partir de outras pesquisas que estabelecem a relação entre os museus, os cursos de museologia e a sociedade, como é apontado por Maria Célia Teixeira Moura Santos em SANTOS, M. C. T. M. "Formação em Museologia e as conquistas da sociedade democrática: o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia". *Museologia & Interdisciplinaridade*, 8(16), 2019, p. 258-275. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v8i16.27324>. Acesso em: 25 nov. 2020.

21 CARVALHO, Jose Candido de Melo. Relatório Anual do Museu Nacional: 1957. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade do Brasil, 1958.

22 Idem. Relatório Anual do Museu Nacional: 1959. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade do Brasil, 1960.

23 BRULON, Bruno. "Museus, mulheres e gênero: olhares sobre o passado para possibilidades do presente". *Caderno Pagu*, no 55, Campinas, abril 2019, p. 16. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000100504. Acesso em: 24 jun. 2019.

24 SÁ, Ivan Coelho de. "Lygia Martins Costa: narrativa sobre suas contribuições à museologia e ao patrimônio". *Museologia e Interdisciplinaridade*, vol. IV, no 8, dez 2015, p. 136. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16908>. Acesso em: 24 jun 2019.

25 Idem.

26 MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. Anuário do Museu Nacional de Belas Artes: nova fase. Rio de Janeiro: Contra Capa/Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus, 2009.

27 CHAGAS, Mário. "O Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus (1958): sessenta anos depois. In: CHAGAS, Mario & RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri (Orgs.). *A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019, p. 18.

28 No Relatório Anual de 1958 não há menção ao curso.

29 CARVALHO, Jose Candido de Melo. Relatório Anual do Museu Nacional: 1957. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade do Brasil, 1958, p. 35.

30 Idem. Relatório Anual do Museu Nacional: 1959. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade do Brasil, 1960, p. 30.

31 MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. Anuário do Museu Nacional de Belas Artes: nova fase. Rio de Janeiro: Contra Capa/Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus, 2009, p. 290-307.

32 Posteriormente, o museu criou o Boletim do Museu Nacional de Belas Artes entre os anos de 1962 a 1988. Ver MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, Op. cit., p. 308-317.

33 Disponível na base de dados do MNBA: <http://mnba.phlnet.net/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>.

34 Aparentemente o convite foi realizado devido à experiência de Maria Barreto na organização das atividades para crianças em idade escolar – estudantes de escolas – em comemoração aos dez anos da Unesco 1955-1956, no MNBA (Perto de 3000 crianças participaram e foram 24 dias de aulas no museu). Barreto menciona a sua articulação na atividade citada acima, no texto sobre o Curso de Introdução à Museologia. Ver BARRETO, Maria. “Curso de Introdução à Museologia”. Anuário do Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, no 14, 1957, p. 105.

35 Idem, p. 104-105.

36 Idem, p. 104.

37 Idem, Ibidem.

38 CARVALHO, Jose Candido de Melo. Relatório Anual do Museu Nacional: 1959. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade do Brasil, 1960, p. 30.

39 Idem, p. 33.

40 CARVALHO, Jose Candido de Melo. Relatório Anual do Museu Nacional: 1957. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade do Brasil, 1958, p. 35.

41 Idem.

42 BARRETO, Maria. Op. cit., p. 107.

43 SOARES, Bruno Brulon; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. “O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil”. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 261.

44 Iniciativas como o projeto de pesquisa, Recuperação e Preservação da Memória da Museologia no Brasil (2005-), coordenado pelo professor doutor Ivan Coelho de Sá, da UNIRIO, são importantes para a compreensão da produção de sentidos de agentes e agências.

45 ROMERO, Mariza. “A nova história da ciência: entrevista com Dominique Pestre”. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 23, no 3, jul.-set. 2016, p. 899-905.

46 LENCLUD, Gérard. “A tradição não é mais o que era... sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia”. Histórias, histórias. Brasília, vol. 1, no 1, 2013, p. 148-163.